



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ

Nikson Dias de Oliveira

ACESSIBILIDADE SENSORIAL:

O PARQUE MIRANDINHA PARA A INFÂNCIA AUTISTA, BOA VISTA/RR

Rio de Janeiro, RJ

2025

Nikson Dias de Oliveira

ACESSIBILIDADE SENSORIAL:

O PARQUE MIRANDINHA PARA A INFÂNCIA AUTISTA, BOA VISTA/RR

Tese de doutorado submetido ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Orientadora: Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

Rio de Janeiro, RJ

2025

Nikson Dias de Oliveira

ACESSIBILIDADE SENSORIAL:

O PARQUE MIRANDINHA PARA A INFÂNCIA AUTISTA, BOA VISTA/RR

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura. Linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Aprovada em:

Prof^a. Orientadora Dr^a. Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Vera Regina Tângari (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Ethel Pinheiro Santana (PROARQ/FAU/UFRJ)

Prof^a. Dra Glauceide do Nascimento Coelho (UERJ)

Prof^a. Dr^a. Graciete Guerra da Costa (DAU/UFRR)

Agradecimentos

Gostaria de dedicar este trabalho a minha família Camilla Dias, Richard Dias (*in memorian*), Miguel Dias, Bento Dias, Nilson Dias, Neide Selma Dias, Nelson Dias, Helena Dias, Elisa Dias e Gabriela Dias, que sempre me apoiaram em minha jornada acadêmica, profissional e pessoal. Sem o amor de todos, o encorajamento e apoio incondicional, eu não teria alcançado este marco importante em minha vida.

Esta tese é dedicada em especial ao meu amado filho Miguel Dias. Meu coração transborda de orgulho por ele ser um guerreiro diante das dificuldades impostas pelo espectro autista. Minha alma de pai não poderia estar mais comprometida com um objetivo: transformar o mundo em um lugar melhor para meu querido bebê. Esta tese é uma ferramenta que utilizará todo o conhecimento que adquiri para tornar o mundo um lugar mais justo, acessível e confortável para o Miguel e todas as pessoas que enfrentam desafios semelhantes. Nada é mais importante do que garantir um futuro brilhante para o meu filho e eu farei tudo ao meu alcance para que isso aconteça.

Professora Graciete Costa, gostaria de expressar minha profunda gratidão pelo seu incansável empenho em fomentar e implementar o Programa de Doutorado Interinstitucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Roraima (DINTER UFRJ/UFRR). Seu comprometimento e dedicação não apenas melhoram o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, mas também enriquecem a vida daqueles envolvidos. É notável como seu trabalho árduo e sua visão têm impulsionado o progresso e a excelência no ambiente acadêmico. Sua liderança inspiradora e sua capacidade de motivar tanto colegas quanto alunos são verdadeiramente admiráveis. Graças a você, o DINTER se tornou uma fonte de crescimento e oportunidade para todos nós. Que esteja ciente de que seu trabalho não passa despercebido e é profundamente reconhecido pelos professores que tiveram essa oportunidade. Sua paixão pela educação e pelo desenvolvimento acadêmico deixou uma marca indelével em todos nós.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão à minha orientadora, Giselle Arteiro Nielsen Azevedo, por todo o cuidado, orientação, apoio e estímulo que me

apreendeu durante todo o processo de elaboração desta tese. Suas sugestões valiosas e críticas construtivas foram fundamentais para aprimorar a qualidade deste trabalho e me ajudaram a crescer como pesquisador ao longo deste caminho desafiador. Seu comprometimento com o meu sucesso acadêmico é inspirador e apreciado com grande carinho e respeito. Mais uma vez, muito obrigado por tudo que você fez por mim.

Agradecimento especial ao Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação (GAE) coordenado pela professora Giselle, o qual me recebeu com afeto e respeito e me forneceu um lastro rico de debate e pesquisas já realizadas, que não só contribui para a pesquisa, mas para o meu crescimento pessoal. Um grupo de pesquisa que visa o futuro investindo na infância, a todos que o compõem, o meu muito obrigado!

Gostaria de agradecer também a todos os membros da banca examinadora, professora orientadora doutora Giselle Arteiro Nielsen Azevedo, Prof^a. Dr^a. Vera Regina Tângari, Prof^a. Dr^a. Graciete Guerra da Costa, Prof^a. Dr^a. Ethel Pinheiro Santana, Prof^a. Dra Glaucineide do Nascimento Coelho, por dedicarem seu tempo e conhecimento para avaliar este trabalho.

Expresso minha gratidão aos colegas e amigos do DINTER UFRJ/UFRR, pelo suporte, ajuda e conselhos oferecidos durante toda a minha jornada acadêmica. Pelas trocas especiais e compartilhamento de bibliografia, ideias, fontes e não menos importante de companheirismo o meu muito obrigado aos amigos Márcio, Carlos, Alyene, Sued, Claudia, Paulínia e Daniel.

Por último, mas não menos importante, expresso meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à Universidade Federal de Roraima (UFRR), cujo financiamento tornou possível a realização deste projeto de pesquisa. Estou convicto da importância vital da pesquisa científica para o desenvolvimento do nosso país. Investir em pesquisas de alta qualidade é fundamental para avançarmos como sociedade, em áreas que vão desde o autismo até o urbanismo. Mais uma vez, obrigado por tornar este sonho uma realidade.

Epígrafe

*“É mais fácil construir crianças fortes do que reconstruir
homens destruídos”.*
Frederick Douglas, 1860

*“Os princípios fundamentais que sustentam os novos
objetivos são interdependência, universalidade e
solidariedade. Eles devem ser implementados por todos
os segmentos de todas as sociedades, trabalhando em
conjunto. Ninguém deve ser deixado para trás. Aquelas
pessoas, mais difíceis de alcançar, devem ter
prioridade”.*

Jan Eliasson
(Discurso – Vice-Secretário Geral das Nações Unidas)

*“Crianças são um tipo de bioindicador. Se podemos
construir uma cidade bem-sucedida para elas, teremos
uma cidade bem-sucedida para todas as pessoas.”*

Enrique Peñalosa
(Prefeito de Bogotá, Colômbia)

OLIVEIRA, Nikson Dias de. **Acessibilidade sensorial**: o parque Mirandinha para a infância autista, Boa Vista/RR. Orientadora: Giselle Arteiro Nielsen Azevedo. 2024. 269f. Tese (Doutorado em Ciências e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Essa tese tem como premissa fundamental a inclusão como forma de interação e direito à cidade, pensada em suas dimensões espaciais sensoriais e físicas. Como recorte territorial se concentra no estudo de um espaço livre urbano, em específico o Parque Mirandinha na cidade de Boa Vista, Roraima, com o objetivo de avaliar se suas características proporcionam inclusão de crianças sob o espectro autista e como esses espaços públicos podem implicar descobertas sensoriais e de interação, que possam contribuir para o desenvolvimento da infância autista. Pretende-se ainda, desenvolver diretrizes para o Parque Mirandinha tendo em vista melhor convívio e possibilidade de trocas e interações sociais. A metodologia adotada utiliza instrumentos que mapeiam os comportamentos, registram por meio de croquis as cenas e os atores que compõem a paisagem, na busca por revelar o olhar dos que contribuem para a inserção das crianças autistas (educadores, profissionais de saúde e pais). Como resultado, a pesquisa pretende contribuir com um planejamento mais sensível, tendo em vista a implementação de políticas de inclusão abrangentes que incluam a acessibilidade sensorial como uma forma de proporcionar integração entre usuário e ambiente, com um olhar para além dos parâmetros normativos de acessibilidade, incorporando dimensões sensoriais, afetivas e relacionais no desenho e planejamento do espaço urbano.

Palavras-chave: Inclusão; Espectro Autista; Espaços Livres; Parque Mirandinha - RR; Acessibilidade Sensorial.

OLIVEIRA, Nikson Dias de. **Accessibility with sensitivity**: the Mirandinha park for autistic children, Boa Vista/RR. Orientadora: Giselle Arteiro Nielsen Azevedo. 2024. 269f. Tese (Doutorado em Ciências e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ABSTRACT

This thesis is fundamentally based on the premise of inclusion as a form of interaction and the right to the city, considered in its sensory and physical spatial dimensions. Its territorial focus is on the study of an urban open space, specifically Mirandinha Park in the city of Boa Vista, Roraima, with the aim of evaluating whether its characteristics promote the inclusion of children on the autism spectrum and how these public spaces can lead to sensory and interactive discoveries that contribute to the development of autistic children. Furthermore, it intends to develop guidelines for Mirandinha Park to improve coexistence and the possibility of social exchanges and interactions. The methodology adopted uses instruments that map behaviors, recording through sketches the scenes and actors that compose the landscape, seeking to reveal the perspectives of those who contribute to the inclusion of autistic children (educators, health professionals, and parents). As a result, this research aims to contribute to more sensitive planning, with a view to implementing comprehensive inclusion policies that include sensory accessibility as a way to provide integration between user and environment, looking beyond the normative parameters of accessibility and incorporating sensory, affective and relational dimensions in the design and planning of urban space.

Keywords: Inclusion; Autistic Spectrum; Free spaces; Mirandinha Park - RR; Accessibility with Sensitivity.

OLIVEIRA, Nikson Dias de. **Accesibilidad sensorio**: el parque Mirandinha para niños autistas, Boa Vista/RR. Orientadora: Giselle Arteiro Nielsen Azevedo. 2024. 269f. Tese (Doutorado em Ciências e Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

RESUMEN

Esta tesis se fundamenta en la premisa de la inclusión como forma de interacción y en el derecho a la ciudad, considerada en sus dimensiones sensoriales y espaciales físicas. Su enfoque territorial se centra en el estudio de un espacio público urbano, concretamente el Parque Mirandinha en la ciudad de Boa Vista, Roraima, con el objetivo de evaluar si sus características promueven la inclusión de niños y niñas con trastorno del espectro autista (TEA) y cómo estos espacios públicos pueden propiciar descubrimientos sensoriales e interactivos que contribuyan a su desarrollo. Asimismo, se propone elaborar directrices para el Parque Mirandinha con el fin de mejorar la convivencia y las posibilidades de intercambio e interacción social. La metodología adoptada utiliza instrumentos que mapean comportamientos, registrando mediante bocetos las escenas y los actores que componen el espacio, buscando revelar las perspectivas de quienes contribuyen a la inclusión de niños y niñas con TEA (educadores, profesionales de la salud y familias). En consecuencia, esta investigación pretende contribuir a una planificación más sensible, con miras a implementar políticas de inclusión integrales que incluyan la accesibilidad sensorial como una forma de proporcionar integración entre el usuario y el entorno, yendo más allá de los parámetros normativos de accesibilidad e incorporando dimensiones sensoriales, afectivas y relacionales en el diseño y la planificación del espacio urbano.

Palabras clave: Inclusión; Espectro Autista; Espacios libres; Parque Mirandina - RR; Accesibilidad Sensorio.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Objetivos geral e específico	26
1.2 Problema: os principais questionamentos que movem a pesquisa	27
1.3 Justificativa da pesquisa	28
1.4 Metodologia da pesquisa	30
1.5 Organização do trabalho	35
2 FUNDAMENTAÇÃO E CONCEITOS	38
2.1 A cidade, a cidadania e a criança	42
2.2 A psicologia ambiental na relação ambiente e usuário	46
2.3.1 A Infância autista e a inclusão	54
2.3.2 Além da demanda: prevalência e estatística, uma análise das estimativas e seus desdobramentos	59
2.4 Compromissos, objetivos e arcabouço legal	63
2.5 Uma nova abordagem: acessibilidade sensorial	82
2.5.1 Acessibilidade urbana	85
3. A CIDADE COMO ESPAÇO DE TROCA, RELAÇÕES SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	89
3.1 Praças e parques como espaço de cidadania	93
3.2 Políticas públicas para as infâncias	99
4 BOA VISTA, O TERRITÓRIO E SUAS TERRITORIALIDADES	104
4.1 Boa Vista, a capital da Primeira Infância	109
4.2 Espaços públicos de Boa Vista: memória, tempo e afeto	122
4.3 Área de estudo: Igarapé e Parque Mirandinha	129
4.3.1 Caracterização do igarapé Mirandinha	132
4.3.2 Caracterização do Parque Mirandinha	135
4.3.3 Morfologia urbana e diagnóstico espacial	138
5 MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA	152
5.1 Pesquisa de campo	157
5.1.1 Mapa comportamental	158
5.1.2 Croquis etnográficos e a caminhografia	162
6 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS	165
6.1 Pesquisa de campo: observação e registro	167
6.2 Construção dos resultados	197
7 A CIDADE/PARQUE COMO ESPAÇO DE TROCA	200
7.1 O parque como jogo para uma infância autista urbana	201
7.2 A criança na cidade/parque	203
7.3 Como o Parque Mirandinha acolhe o usuário	205

7.4 Políticas públicas	207
7.5 Diretrizes para o parque acolhedor	212
7.6 Monitoramento e indicadores	214
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	224
Apêndice I – Checklist de Monitoramento e Avaliação – Parque Acolhedor e Acessibilidade Sensorial (ASTEA)	243

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de estudo, Bairro	27
Figura 2 – CAT, Centro de Apoio à Família (TEAMARR)	34
Figura 3 – Infográfico Estatística 1 a cada 36	55
Figura 4 – Infográfico estatística	56
Figura 5 – Infográfico ambiente e o comportamento	65
Figura 6 – Tipos de espaços	100
Figura 7 – Mapa de Localização do município de Boa Vista, RR	112
Figura 8 – Dinâmica da produção do espaço urbano de Boa Vista	115
Figura 9 – Programa Família que Acolhe	116
Figura 10 – Mapa da Primeira Infância do Programa Família que Acolhe	118
Figura 11 – Brinquedos implantados pelo Projeto Brincar em várias Praças de Boa Vista	119
Figura 12 – Selvinha Amazônica do Projeto Brincar	120
Figura 13 – Camaleão no Parque Mirandinha, Selvinha Amazônica do Projeto Brincar	120
Figura 14 – Espaços lúdicos da cidade de Boa Vista	121
Figura 15 – Projeto Selvinha Amazônica	124
Figura 16 – Projeto Caminhos da Primeira Infância	125
Figura 17 – Projeto Família que Acolhe	126
Figura 18 – Praças de Boa Vista com implantação do Programa Família que Acolhe	127
Figura 19 – Localização TEAMARR em relação ao Parque Mirandinha	128
Figura 20 – Praças de Boa Vista, Roraima	132

Figura 21 – Parque Mirandinha	137
Figura 22 – Localização do Igarapé Mirandinha	138
Figura 23 – Foto aérea do Igarapé Mirandinha	139
Figura 24 – Igarapé Mirandinha, antes da criação do Parque, 2002	140
Figura 25 – Igarapé na Construção do Parque Mirandinha em 2010	141
Figura 26 – Cenas do Parque Mirandinha	142
Figura 27 – O Parque Mirandinha	143
Figura 28 – Parque Mirandinha com uso noturno	144
Figura 29 – Área de Estudo, Parque Mirandinha	145
Figura 30 – Localização do Parque Mirandinha	146
Figura 31 – Entorno, morfologia, espaços livres, corpos d'água e edificações	148
Figura 32 – Hierarquia de vias e transporte público	150
Figura 33 – Projeto Mirandinha de 2001	151
Figura 34 – Projeto Mirandinha de 2005	152
Figura 35 – Foto aérea Parque Mirandinha	152
Figura 36 – Mapa com condicionantes geográficos e caracterização da vegetação	154
Figura 37 – Mapa de marcos visuais	156
Figura 38 – Esquema representativo das três esferas que constituem o sentido do lugar	163
Figura 39 – Infográfico dos instrumentos	165
Figura 40 – Croqui dos caminhos produzidos e naturais	172
Figura 41 – Croqui caminho produzido	173

Figura 42 – Caminhos produzidos e caminhos espontâneos	185
Figura 43 – Mapa comportamental das crianças às 16:00 h	191
Figura 44 – Mapa comportamental das crianças às 18:00 h	192
Figura 45 – Mapa comportamental das crianças às 19:00 h	193
Figura 46 – Croqui perfil transversal do terreno	194
Figura 47 – Canteiro próximo a área de alimentação	195
Figura 48 – Croqui passeio às margens do igarapé	195
Figura 49 – Croqui dos usos e ocupações por caminhos espontâneos e construídos	196
Figura 50 – A ocupação de ambulantes após o entardecer com a aproximação das crianças	196
Figura 51 – Croqui do uso dos bancos exclusivamente pelos pais e responsáveis pelas crianças	197
Figura 52 – Croqui da dinâmica do parque	197
Figura 53 – Relatório fotográfico	199
Figura 54 – Primeira Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 7 de agosto de 2024	218
Figura 55 – Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 7 de agosto de 2024	219
Figura 56 – Bancada da Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, 2024	220
Figura 57 – Segunda Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 6 de dezembro de 2024	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro teórico	43
Quadro 2 – Direitos das crianças autistas	50
Quadro 3 – Quadro de prevalência de TEA – Censo IBGE 2022	62
Quadro 4 – Quadro comparativo: prevalência de TEA – Brasil vs. Boa Vista/RR	63
Quadro 5 – Direitos específicos na Constituição Federal	79
Quadro 6 – Destaque do Estatuto da Cidade	84
Quadro 7 – Política Nacional de Mobilidade Urbana	86
Quadro 8 – Pontos relevantes do Estatuto da Metrópole	88
Quadro 9 – ODS específicos	91
Quadro 10 – Declarações, convenções, estatutos, compromissos, decretos e leis.	95
Quadro 11 – ASTEA	97
Quadro 12 – Base teórica do brincar e o ambiente.	111
Quadro 13 – Políticas para garantir segurança das crianças nas ruas.	117
Quadro 14 – Formação do Município de Boa Vista	124
Quadro 15 – Censo demográfico	133
Quadro 16 – Quadro descritivo dos marcos visuais.	169
Quadro 17 – Quadro de etapas para o MCCL	181
Quadro 18 – Planejamento para entrevistas	188
Quadro 19 – Datas e condições climáticas do Parque Mirandinha, Boa Vista/RR	195
Quadro 20 – Síntese do comportamento infantil no Parque Mirandinha (maio a junho de 2025)	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADL Área de Desenvolvimento Local

ASPC Acessibilidade Sensorial para Paralisia Cerebral

ASSD Acessibilidade Sensorial para Síndrome de Down

ASTEA Acessibilidade Sensorial para Transtorno do Espectro Autista

BAPI Bairro Amigável à Primeira Infância

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CDC Convenção sobre os Direitos da Criança

CDCP Centers for Disease Control and Prevention

CEP/CONEP Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CF Constituição Federal

CIDHA/OEA Sistemas Nacionales de Protección, a Comisión Interamericana de Derechos Humanos / Organización de los Estados Americanos

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPUA Comissão de Planejamento Urbano e Ambiental

CT Carta da Terra

DATASUS Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DSM-5 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

EM Estatuto da Metrópole

FAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FBVL Fundação Bernard van Leer

GAE Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBVM Instituto Boa Vista de Música

IF Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCCL Mapeamento Comportamental Centrado no Lugar

MPI Marco da Primeira Infância

NBR Norma Técnica Brasileira

NIMH National Institute of Mental Health

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU Organização das Nações Unidas

PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PNMU Política Nacional de Mobilidade Urbana
PNS Pesquisa Nacional de Saúde
PROARQ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
RNPI Rede Nacional Primeira Infância
SEL Sistemas de Espaços Livres
SUS Sistema Único de Saúde
TEA Transtorno do Espectro Autista
TEAMARR Centro de Acolhimento ao Autista
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIA União Internacional de Arquitetos
Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA Fundo para a População das Nações Unidas
UNICEF Fundo de Emergência Internacional para Crianças das Nações Unidas
WRI World Resources Institute

1 INTRODUÇÃO

A cidade é o palco onde a vida urbana se desenrola e se reconstrói diariamente. Nela, diversos atores sociais interagem, deixam suas marcas, edificam memórias e vislumbram futuros. Dentre os múltiplos espaços que tecem a malha urbana, os espaços livres públicos, como parques e praças, destacam-se como locais privilegiados para trocas, convivência e construção simbólica. Em Boa Vista (Roraima), esses ambientes integram a cultura local e registram, em sua morfologia e usos, capítulos da história recente da cidade. Contudo, para que cumpram integralmente sua função social, é fundamental que sejam acessíveis em suas dimensões físicas, sensoriais, culturais e afetivas.

O acesso ou a acessibilidade é tema de discussão em diversas instituições. Com esse foco em questão, conheci no **Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação** (GAE¹) do PROARQ/UFRJ, coordenado pela professora doutora Giselle Arteiro – orientadora desta tese, pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, com destaque para investigações centradas nas infâncias. Especificamente no contexto da pesquisa coletiva “Mapeamento afetivo dos territórios educativos do Rio de Janeiro”, emergiu a compreensão da cidade como território de aprendizagem e troca.

Os estudos realizados no GAE culminaram no desenvolvimento desta tese centrada em incluir no debate a questão da neurodiversidade infantil, com foco nas crianças com transtorno do espectro autista (TEA), e em propor instrumentos conceituais e metodológicos que articulem urbanismo, educação e inclusão. Conforme afirma Azevedo *et al.* (2004, p. 2), “a questão da qualidade de vida no ambiente construído vem sendo objeto de pesquisa na arquitetura e na psicologia ambiental, revelando a necessidade de um olhar mais atento às relações pessoa-ambiente”. Tal perspectiva encontra consonância na noção de experiência urbana defendida por Thibaud (2012, p. 10), ao propor que é preciso “restituir o lugar dos sentidos na experiência dos espaços vividos”.

¹ O GAE é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ). Coordena pesquisas interdisciplinares que articulam espaço urbano, processos educativos, sustentabilidade e infâncias, com foco em práticas territoriais que promovam o direito à cidade.

Este estudo busca contribuir com a formulação e defesa da concepção da **Acessibilidade Sensorial para o Transtorno do Espectro Autista - ASTEA**. A ASTEA propõe uma abordagem que ultrapassa os parâmetros normativos de acessibilidade, incorporando dimensões sensoriais, afetivas e relacionais no desenho e planejamento do espaço urbano. Sob esta ótica, é possível pensar um planejamento urbano mais sensível, que considere as infâncias neurodivergentes e que reconheça o brincar como um ato político, valorizando as múltiplas formas de apropriação do espaço por parte das crianças com TEA. Trata-se, portanto, de uma compreensão interdisciplinar, com implicações práticas e políticas, que visa tensionar a tecnicidade excessiva que historicamente marcou os debates sobre acessibilidade no Brasil.

O tema do acesso ou acessibilidade está presente em constantes congressos como o Congresso Mundial da União Internacional dos Arquitetos (UIA², 2020), em seminários de políticas públicas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo por meio da Comissão de Políticas Urbanas e Ambientais (CPUA)³, em plenárias das entidades de arquitetura e reuniões técnicas da ABNT. A rotina de debates levou a tecnicidade além dos parâmetros sociais e emocionais. Observa-se ainda que a acessibilidade sofreu mudanças no seu regimento NBR-9050, mas ainda não é inclusiva para o espectro autista, necessidade especial que demanda um olhar técnico e, acima de tudo, sensível para que possa garantir a essa parcela relevante da sociedade, o direito de desfrutar dos espaços urbanos.

Ainda quanto aos debates e programas gerados pela UIA, destaca-se o Programa *Architecture & Children*, uma iniciativa educacional que busca introduzir conceitos de arquitetura e do ambiente construído para crianças e jovens. O objetivo desse programa é sensibilizar as novas gerações sobre a importância do planejamento, *design* e sustentabilidade do espaço que nos rodeia, promovendo assim uma maior compreensão e apreciação pela arquitetura e pelo urbanismo. O

² A UIA é uma organização não governamental criada em 1948, com sede em Paris, que representa a profissão de arquiteto em nível mundial. A UIA tem como objetivo promover a arquitetura e o urbanismo como serviços profissionais, culturais e científicos de interesse público, além de promover a cooperação e o intercâmbio entre arquitetos de diferentes países.

³ A CPUA é uma das comissões do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do Brasil. Tal comissão é responsável por promover a discussão e o debate sobre questões relacionadas à política urbana e ambiental no país, com o objetivo de contribuir para a construção de cidades mais justas, democráticas e felizes.

projeto *Built Environment Education*, parte integrante deste programa, foca na educação sobre o ambiente construído. Ele é desenvolvido para ensinar às crianças como os espaços são planejados, construídos e geridos, além de como esses espaços afetam a qualidade de vida das pessoas e o meio ambiente. Através de atividades práticas, lúdicas e interativas, busca-se estimular a criatividade, o pensamento crítico e a consciência cívica dos jovens participantes.

Esta tese em paralelo com esse programa poderá fomentar um entendimento sobre a importância do urbanismo inclusivo e transformador na vida da infância com TEA e do planejamento urbano com foco na inclusão, pois observa-se que essa parcela da população com TEA ainda não tem suas necessidades atendidas e deveria ser partícipe do processo de construção coletiva urbana. Acima de qualquer pressuposto, esta população tem o direito pleno aos espaços públicos da cidade, colocando em prática o Direito à Cidade, com um compromisso ético e político de defesa de um bem comum e essencial a uma vida plena e digna.

Nesse contexto, esta tese propõe avaliar o Parque Mirandinha em Boa Vista, RR e propor direcionamentos, políticas e projetos que incluam as necessidades da população com TEA.

Motivado pelas pesquisas do Grupo Sistema de Espaços Livres – SEL-RJ, vinculado ao PROARQ e coordenado pela professora Vera Tângari, o Parque Mirandinha em Boa Vista, RR, pode ser analisado como um exemplar de como os espaços livres podem transcender sua função primária de áreas de lazer, assumindo um papel crucial na promoção da qualidade de vida, da inclusão social e da sustentabilidade urbana. O Parque Mirandinha destaca-se não apenas como um espaço de interação com a natureza, mas como um ambiente multifacetado que atende às diversas necessidades da população, especialmente de grupos vulneráveis como as crianças autistas, atuando assim como um agente de democratização do acesso ao lazer e à natureza em Boa Vista. Este espaço livre, por sua concepção inclusiva e acessível, possibilita o usufruto de um ambiente seguro, tranquilo e estimulante, característica que vai ao encontro da visão sobre a importância dos espaços livres serem acessíveis a todos, reforçando o caráter democrático e igualitário que esses locais devem possuir.

Além disso, o Parque serve como um laboratório vivo para a expressão cultural e a socialização. Ao oferecer áreas que possibilitam a realização de atividades em grupo, eventos culturais e esportivos, este espaço estimula a interação social e a construção de laços comunitários. Tal aspecto é fundamental para a integração de indivíduos com espectro autista, que frequentemente enfrentam barreiras para a inclusão social. Na perspectiva da sustentabilidade e do bem-estar, o Parque Mirandinha contribui significativamente para a qualidade ambiental da cidade de Boa Vista, considerando que a presença de áreas verdes e espaços abertos colaboram para a mitigação de ilhas de calor, melhoria da qualidade do ar e promoção da biodiversidade urbana.

Nesse contexto, torna-se evidente que o desenvolvimento sensorial da criança autista depende de uma interlocução contínua com o ambiente, de modo que cada superfície, cor, som, odor ou variação de luz desempenhe papel ativo na forma como ela percebe, organiza e responde ao mundo ao seu redor. Essa relação, que não é apenas física, mas também afetiva e perceptiva, exige que os espaços públicos sejam concebidos como territórios capazes de oferecer estímulos controlados, seguros e significativos, favorecendo a autonomia e a interação. É justamente nessa interface entre sujeito e meio que se evidencia a necessidade de repensar os aspectos físicos do ambiente, atribuindo aos equipamentos urbanos uma função evolutiva, capaz de acompanhar e apoiar os diferentes modos de ser e sentir. Nesse sentido, a reflexão proposta por Azevedo et al. (2004) amplia essa compreensão ao afirmar que “a questão da qualidade de vida no ambiente construído vem sendo objeto de pesquisa na área da arquitetura e da psicologia ambiental, revelando a necessidade de um olhar mais atento às relações pessoa-ambiente” (Azevedo et al., 2004, p. 2). Assim, o argumento converge para a compreensão de que projetar espaços inclusivos implica reconhecer o ambiente como agente ativo no bem-estar sensorial, emocional e social das crianças autistas.

Desta perspectiva, considerando os parques públicos um elemento urbano de grande porte e de impacto direto na vida das pessoas, com funções diversas além da importante relação de trocas, de modo a interferir diretamente na qualidade de vida dos usuários, os estudos dessa pesquisa são direcionados a esses espaços, com o intuito de verificar as relações culturais e sociais, mas principalmente de

inserção do usuário autista – que acontece por diversas formas, percepções, sensações e experiências. Conforme Thibaud (2012, p. 10), é preciso “restituir o lugar dos sentidos na experiência dos espaços vividos e caracterizar nossas formas de experienciar a vida urbana”.

Nas praças da cidade de Boa Vista, percebe-se um esforço no cumprimento das diretrizes e normas já em vigor, no entanto, os autistas não são vislumbrados nessa inclusão, tornando necessário elaborar meios, formas e técnicas, com equipamentos públicos sensoriais, instigantes, despertando interação e trocas entre o usuário e a cidade. Como forma de promover essa interação e inclusão a partir desses equipamentos sensoriais, pode-se pensar no uso **de modelos terapêuticos⁴ para a escala do urbano**, para que possam promover trocas e desenvolvimento. O brincar é uma forma natural e fundamental através do qual as crianças exploram o mundo, expressam-se e aprendem. Para crianças no espectro autista, o brincar pode ser especialmente desafiador devido a dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. A **Terapia de Brincar Direcionada ao Autismo**, usualmente praticada em consultórios terapêuticos, busca superar esses desafios, criando ambientes no qual a criança se sente segura e motivada a explorar e interagir. Nesta pesquisa, serão exploradas diretrizes que viabilizem essa metodologia de interação no espaço público da cidade de Boa Vista.

Boa Vista é reconhecida e considerada a “**Capital da Primeira Infância**”, um título que traz valor afetivo à cidade, mas também obrigações de constante evolução e progresso na temática. Está arraigada na cultura local a obrigação de cuidar das crianças e prospectar um futuro melhor para esses usuários dos espaços urbanos. O Plano Diretor da Cidade de Boa Vista está em processo de aprovação, prevista para o ano de 2026, e as diretrizes defendidas nesta pesquisa podem ser inseridas e/ou provocar aplicabilidade de políticas de inclusão. A temática é emergente e oportuna.

É importante destacar que entender o espectro autista é um desafio constante, inclusive para profissionais da psicologia, uma vez que não existe um

⁴ Um modelo terapêutico que faz uso do brincar para desenvolver interações em crianças do espectro autista é o **Modelo de Intervenção Dirigida pelo Brincar** (*Play Therapy*), especificamente adaptado e aplicado através da **Terapia de Brincar Direcionada ao Autismo** (*Autism-Specific Play Therapy*). Esta abordagem é centrada na criança, utilizando o brincar como meio principal para promover a comunicação, a interação social e o desenvolvimento emocional.

padrão de necessidades, não existe um padrão de características físicas, pois trata-se de espectros, em que cada indivíduo vê e sente os espaços de formas diferentes.

Pensar o ambiente construído, tanto na escala arquitetônica como na escala urbanística, para os autistas, é pensar holístico, pois ao contemplar as necessidades do espectro autista, o arquiteto atinge todos os tipos de usuários, do neurotípico⁵ ao com dificuldades de locomoção, da pessoa com deficiência auditiva e de fala ao não deficiente, além das crianças e dos idosos.

Logo, os projetos de arquitetura e urbanismo não podem ser perfunctórios, precisam vir carregados de sensibilidade, inclusão e principalmente respeito para com os usuários. Todas as relações com o espaço construído são multissensoriais, os aspectos do espaço, matéria e escala são sentidas pelos olhos, ouvidos, pele, nariz, corpo e mente. Essas trocas no espaço público são ainda carregadas de valor social, de relações com o coletivo, ou seja, esses espaços reforçam a experiência existencial, sensações de pertencimento e reforço de identidade. Assim, além dos cinco sentidos naturais, os espaços devem promover experiências sensoriais e não há outra forma de buscar o aprimoramento dessas trocas sem inovação, resgate de boas experiências e laboratório social. A integração social entre usuário e espaço construído possibilita a organização das informações provenientes dos diversos canais (audição, tato, paladar, visão e olfato) e a habilidade de relacionar estímulos de um canal a outro, de forma a proporcionar interação adaptativa.

1.1 Objetivos geral e específico

Esta tese busca avaliar o Parque Mirandinha, espaço livre urbano da cidade de Boa Vista, sob a ótica da acessibilidade sensorial, visando a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA).

⁵ Neurotípico: Refere-se a indivíduos cujo desenvolvimento neurológico e cognitivo segue padrões considerados dentro da média ou normativos pela sociedade. Esses indivíduos geralmente não apresentam condições neurológicas significativas que afetam de forma substancial a aprendizagem, o processamento sensorial ou a interação social, diferenciando-se, portanto, de pessoas que estão no espectro autista ou que possuem outras diferenças neurológicas.

E os objetivos específicos são:

- Analisar e caracterizar o Parque Mirandinha, identificando os principais agentes envolvidos em sua transformação, uso e manutenção, com atenção especial às relações estabelecidas entre esses sujeitos e o espaço;
- Confrontar as normativas urbanísticas vigentes com as demandas específicas da infância autista, buscando referências em espaços livres públicos (como praças e parques) que contemplem, de forma sensorial, esse público;
- Contextualizar a inclusão social de crianças com TEA nos espaços urbanos, articulando os fundamentos da acessibilidade sensorial com os fatores urbanos, sociais e culturais que influenciam sua experiência;
- Propor diretrizes urbanas para o Parque Mirandinha, que favoreçam o desenvolvimento de interações sociais e terapêuticas por meio de jogos e do brincar, potencializando o espaço como ambiente inclusivo e formador.

1.2 Problema: os principais questionamentos que movem a pesquisa

Os principais questionamentos que orientam esta pesquisa partem da experiência urbana da criança com TEA em espaços livres públicos são

- O Parque Mirandinha, em Boa Vista/RR, promove interação e integração social para usuários do espectro autista?
- Este espaço é acessível do ponto de vista sensorial, afetivo e funcional para essas crianças?
- Um parque urbano inserido em malha consolidada é capaz de oferecer ambientes acessíveis e favorecer trocas sociais inclusivas entre crianças dentro e fora do espectro?

Essas perguntas emergem da constatação de que a maior parte dos espaços públicos ainda é concebida segundo lógicas normativas ou à revelia das mesmas, desconsiderando as experiências sensoriais e emocionais da infância neurodivergente. A problemática ganha força quando se reconhece que a transformação dos espaços deve ser provocada não apenas por exigências técnicas, mas por um compromisso ético: escutar, compreender e projetar com base nas vivências de sujeitos historicamente silenciados.

A partir do reconhecimento das necessidades específicas das crianças autistas diante do ambiente urbano, esta pesquisa propõe um deslocamento de perspectiva: projetar para o autismo não é projetar para uma exceção, mas para a diversidade. Os benefícios de espaços inclusivos extrapolam o TEA e alcançam toda a coletividade. Ambientes mais calmos, organizados, conectados, hierarquizados e acessíveis – com conforto térmico, acústico e lumínico – interessam a todos: da criança à pessoa idosa, do pedestre ao ciclista, do neurodivergente ao neurotípico.

Boa Vista, por ser uma cidade da Amazônia, impõe ainda condicionantes climáticos e ambientais particulares, como forte incidência solar e altos índices pluviométricos. O desafio é, portanto, duplo: como garantir conforto ambiental a todos os usuários – especialmente os com hipersensibilidades – sem abrir mão da permanência, da interação e do uso pleno dos espaços públicos? Entre sombras, sons, estímulos e fluxos, a permanência da infância autista nos parques urbanos depende de um redesenho radical do espaço, centrado na inclusão sensorial como princípio de justiça urbana.

1.3 Justificativa da pesquisa

Esta pesquisa justifica-se pela urgência de se garantir o direito à cidade para a infância autista, sobretudo por meio da qualificação dos espaços livres públicos. O Parque Mirandinha, em Boa Vista/RR, transformado espontaneamente pela população em espaço de lazer, configura-se como território estratégico para investigar a inclusão sensorial e social de crianças com transtorno do espectro autista.

A relevância da proposta se ancora na possibilidade de converter espaços urbanos subutilizados em ambientes inclusivos, adaptados às necessidades sensoriais e sociais da infância autista. Ao promover o acesso equitativo ao brincar, à natureza e à convivência, a pesquisa afirma o valor do espaço público como meio de desenvolvimento humano, interação comunitária e promoção da saúde física e mental.

A compreensão da Acessibilidade Sensorial como componente da justiça urbana fortalece o entendimento de que planejar para crianças com TEA é, ao mesmo tempo, planejar para todos. O conforto acústico, lumínico e térmico, por exemplo, são qualidades desejadas universalmente, e não apenas por sujeitos neurodivergentes. Assim, a inclusão sensorial torna-se uma estratégia transversal para qualificar cidades mais humanas e responsivas.

Esta tese também contribui com a atuação do Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação (GAE), ao estreitar a relação entre espaço educativo e espaço urbano. Propõe-se aqui que a cidade seja compreendida como extensão dos processos formativos da infância, sendo o parque um equipamento educativo sensível à diversidade.

Embora os estudos sobre o autismo tenham avançado em áreas como psicologia, medicina e educação, ainda persiste uma lacuna significativa no campo do urbanismo. O ambiente urbano permanece, em grande parte, insensível às experiências da infância autista. Essa ausência de abordagens específicas revela não apenas uma falha técnica, mas uma omissão ética, que esta pesquisa se propõe a enfrentar. A proposição da ASTEA como uma abordagem aplicada ao planejamento urbano busca suprir essa lacuna, articulando saberes interdisciplinares com participação ativa dos sujeitos envolvidos.

A necessidade desta pesquisa também se manifesta na realidade local: em proximidade direta ao Parque Mirandinha está o **Centro de Apoio à Família (TEAMARR⁶)**, espaço terapêutico que atende crianças com TEA e cujas atividades

⁶ O TEAMARR é um centro público de apoio multiprofissional voltado ao atendimento de crianças com TEA no estado de Roraima. Localizado nas proximidades do Parque Mirandinha, o centro oferece atividades terapêuticas com equipes compostas por psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, assistentes sociais e psicopedagogos, desempenhando papel fundamental na promoção da inclusão e desenvolvimento sensorial e social dessas crianças.

poderiam ser ampliadas e potencializadas com a integração ao parque. Essa relação entre equipamentos públicos e espaço livre urbano é estratégica para a efetivação da inclusão.

A ausência de diretrizes específicas no urbanismo voltadas à neurodiversidade implica carência de referenciais técnicos para projetistas, o que reforça o ineditismo e a relevância desta proposta. O reordenamento da cidade com base nas necessidades do espectro autista, como o controle de ruídos, a localização de escolas e a qualificação das vias, promove soluções que beneficiam a coletividade.

A **Agenda 2030**⁷ da ONU reforça o compromisso com as cidades inclusivas, sustentáveis, resilientes e promotoras do bem-estar, como pode-se observar nos ODS: 03 – assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos; 09 – construção de infraestruturas resilientes; 10 – redução da desigualdade entre as pessoas; 11 – tornar as cidade e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e 16 – promover sociedades pacíficas e inclusivas para um desenvolvimento sustentável.

Esta pesquisa se insere diretamente nesse marco global, reafirmando que pensar o espaço urbano com foco na infância autista é também contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

1.4 Metodologia da pesquisa

O ineditismo desta pesquisa emerge não apenas do tema investigado – a acessibilidade sensorial no Parque Mirandinha para crianças com transtorno do espectro autista (TEA) –, mas também da seleção criteriosa de métodos capazes de traduzir, com profundidade, a complexa relação entre infância neurodivergente e espaço urbano. Esta proposta busca articular múltiplas escalas e abordagens qualitativas para compreender de que forma as crianças autistas acessam,

⁷ A Agenda 2030 é um plano de ação global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, voltados à erradicação da pobreza, promoção da igualdade, proteção do meio ambiente e garantia de paz, justiça e instituições eficazes. No contexto urbano, destaca-se o ODS 11, que visa tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

percebem e interagem com o parque. A escolha dos procedimentos metodológicos responde à necessidade de capturar experiências sensoriais e emocionais, frequentemente negligenciadas pelas metodologias convencionais do urbanismo.

A investigação adota uma abordagem qualitativa, multiescalar e multimétodos, ancorada no campo do urbanismo inclusivo, com base conceitual nas interações entre a infância autista e os espaços públicos. Parte-se da premissa de que a observação atenta às infâncias, sobretudo às infâncias neurodivergentes, exige métodos sensíveis ao cotidiano, aos fluxos, aos afetos e aos sentidos. A complexidade dessas experiências demanda ferramentas que traduzem cenas, nuances, trajetos e sensações vividas no espaço livre urbano.

Para a escolha dos instrumentos metodológicos, foram consultadas referências do livro *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para avaliação pós-ocupação* (Rheingantz et al., 2009), produzido pelo PROARQ/UFRJ e selecionadas os seguintes recursos:

- Mapa Comportamental: permite observar e registrar padrões de uso, permanência e movimento de crianças no interior do Parque Mirandinha. Seu foco é endógeno, voltado à apropriação e vivência dos elementos internos ao parque;
- Caminhografia e Croquis Etnográficos: registram graficamente as trajetórias, percepções e experiências sensoriais das crianças, a partir de observações participativas em campo.

Em relação ao quadro teórico desta pesquisa ([Quadro 1](#)), esta tese busca articular diferentes campos do conhecimento para construir uma compreensão multifacetada da relação entre a infância autista e o espaço urbano. A base conceitual apoia-se em autores da psicologia ambiental (como Altman, Werner 1975), estudos sobre o brincar e o desenvolvimento infantil (Winnicott, Huizinga 1971), conceitos sobre o espaço urbano e o direito à cidade (Lefebvre, Santos, Gehl), abordagens sobre percepção e sentidos no ambiente construído (Pallasmaa, Thibaud), metodologias de análise espacial e comportamental (Kohlsdorf, Tângari, Silva, Pfeifer, Borba), e estudos sobre etnografia e pesquisa qualitativa (Clifford,

Minayo). A integração dessas perspectivas permite analisar o Parque Mirandinha não apenas como um objeto físico, mas como um espaço vivido, percebido e significado de maneiras distintas, especialmente pela infância autista, fundamentando a proposta da ASTEA.

Os autores mencionados como base para a elaboração desta pesquisa são reconhecidos por suas contribuições ao campo de estudo e incluem Tângari (2009), Azevedo *et al.* (2004), Lefebvre (1968), Cury e Borba (2019), Lynch (1960), Augé (1992), Santos (2001), Veras (2014), Staevie (2011), Azevedo (2019), GEHL (2015), Clifford (1986), Casanovas (2013), Silva e Pfeifer (2018), Winnicott (1971), Altman e Werner (2002), Huizinga (1955), Minayo (2010), Fechaduras (2017), Lima (1989), Nascimento (2009), Pallasmaa (2011) e Kohlsdorf (1996).

Quadro 1 – Quadro teórico

Objetivos Específicos	Estratégia Metodológica	Procedimentos	Resultados Encontrados	Principais Autores
Estudar e Caracterizar o Parque Mirandinha identificando os principais agentes transformadores, executores e usuários desse espaço urbano.	Levantamento documental, projetos, registros históricos; Revisão de Literatura; Entrevistas; Caminhografia; Croqui Etnográficos.	Coleta: pesquisa referencial, documental e mapas; Análise: Interpretativa e comparativa das políticas sociais e de ocupação; morfológica, documental e história oral;	Levantamento de descobertas com atores, períodos e locais no processo de urbanização de Boa Vista, RR; Leitura espacial dos cheios e vazios que compreende o parque; Compreensão da formação desse território; Particularidades na relação entre o boavistense e o Parque Mirandinha.	Tângari (2009), Azevedo et al. (2004), Lefebvre (1968), Cury e Borba (2019), Lynch (1960), Augé (1992), Santos (2001), Veras (2014), Staevie (2011)

Objetivos Específicos	Estratégia Metodológica	Procedimentos	Resultados Encontrados	Principais Autores
Confrontar as questões urbanísticas e legais com as necessidades do espectro autista, buscando exemplos de espaços livres (praças e parques) em que o público-alvo tenha sido contemplado;	Pesquisa de legislação, tratados, compromissos, Plano Diretor; Compreender o TEA no uso dos espaços urbanos; Morfologia Urbana Análise de vazios urbanos.	Produção: Mapas históricos com software ArcGIS e expressão manual; Coleta: pesquisa referencial, documental e mapas; Análise de campo: percepção e registro do ambiente.	Mapas; Diagnóstico espacial; Diretrizes	Azevedo (2019), Azevedo et al. (2004), Lynch (1960), GEHL (2015), Clifford (1986), Casanovas (2013), Silva e Pfeifer (2018), Cury e Borba (2019), Winnicott (1971), Altman e Werner (2002), Huizinga (1955), Santos (2001)

Objetivos Específicos	Estratégia Metodológica	Procedimentos	Resultados Encontrados	Principais Autores
Contextualizar a inclusão social, em especial os autistas frente aos espaços públicos, através da acessibilidade sensorial, levantando relações entre as premissas e os fatores que as caracterizam;	Atributos físicos; Levantamentos de casos; Entrevistas; Acessibilidade.	Produção: Mapas históricos com software ArcGIS e expressão manual; Coleta: pesquisa referencial, documental e mapas; Análise de campo: percepção e registro do ambiente. Instrumento: Fotografia, Croquis Etnográficos,	Mapas; Diagnóstico; Diretrizes.	Azevedo (2019), Tângari (2009), Clifford (1986), Casanovas (2013), Minayo (2010), Silva e Pfeifer (2018), GEHL (2015), Cury e Borba (2019), Fechaduras (2017), Lima (1989), Huizinga (1955).
Desenvolver diretrizes para o Parque visando as trocas sociais e terapêuticas por meio dos jogos/brincar.	Proposta de Políticas; Propostas de diretrizes.		Cartografia sensível; Propostas; Encaminhamentos; Desmembramentos da pesquisa	Azevedo (2019), Nascimento (2009), Pallasmaa (2011), Kohlsdorf (1996), Clifford (1986)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Ao integrar essas técnicas, esta pesquisa formula uma leitura expandida do espaço urbano, que vá além das suas características físicas e das normativas,

incorporando elementos emocionais, sensoriais e políticos. Trata-se de um esforço para reconhecer o espaço não apenas como suporte físico, mas como ambiente de trocas, vínculos e estímulos fundamentais à infância autista. O trabalho organiza-se de forma a articular essas metodologias à análise crítica do Parque Mirandinha e ao ***desenvolvimento de diretrizes urbanísticas que possam inspirar políticas públicas inclusivas***, reafirmando o papel do urbanismo como campo comprometido com a justiça territorial e com o direito à cidade para todas as infâncias.

1.5 Organização do trabalho

Esta tese organiza-se em oito capítulos inter-relacionados, com a ASTEA – acessibilidade sensorial para o transtorno do espectro autista – protagonizando cada etapa e moldando a análise e as diretrizes propostas para a inclusão sensorial em espaços públicos urbanos.

No primeiro capítulo, “Introdução”, situa-se a pesquisa no contexto da cidade contemporânea, destacando os espaços livres públicos, como parques e praças, como territórios essenciais de interação social e construção coletiva. A acessibilidade é apresentada em suas múltiplas dimensões – física, sensorial, cultural e afetiva – enfatizando sua importância em Boa Vista, Roraima. Este capítulo estabelece ainda a inserção da pesquisa no Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação (GAE/PROARQ/UFRJ) e introduz a visão ASTEA como abordagem que transcende normas técnicas, incorporando sensibilidade sensorial, afetiva e relacional ao planejamento urbano, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No segundo capítulo, “Fundamentação e Conceitos”, aprofunda-se o embasamento teórico, iniciando com a discussão do direito à cidade, especialmente para a criança autista, fundamentado em autores como Henri Lefebvre. Este capítulo explora o autismo como condição complexa do neurodesenvolvimento, enfatizando a importância de intervenções precoces e ambientes inclusivos. Introduz a psicologia ambiental para compreender as relações criança-ambiente, apresentando a ASTEA como abordagem empática e prática inovadora, e detalha os fundamentos legais nacionais e internacionais relacionados aos direitos da infância autista.

No terceiro capítulo, “A Cidade como Espaço de Troca, Relações Sociais e Construção da Cidadania”, aborda-se a importância dos espaços públicos urbanos como arenas de interação social e aprendizagem, ressaltando o papel do brincar como mediador dessas relações. Este capítulo discute como os espaços urbanos devem considerar as especificidades sensoriais e afetivas das crianças autistas, alinhando-se diretamente aos princípios da ASTEA.

No quarto capítulo, “Boa Vista, o Território e suas Territorialidades”, contextualiza-se a cidade de Boa Vista e o Parque Mirandinha, território empírico da pesquisa. Este capítulo descreve iniciativas locais voltadas à infância, destacando a proximidade estratégica do Centro de Acolhimento ao Autista (TEAMARR) ao parque. Caracteriza-se o parque como espaço de memória, afeto e cidadania, ressaltando sua importância na experiência sensorial das crianças autistas conforme a visão ASTEA.

No quinto capítulo, “Materiais e Métodos de Pesquisa”, detalha-se a metodologia qualitativa adotada, justificando a utilização de múltiplos métodos como mapa comportamental, croquis etnográficos e caminhografia urbana para captar as experiências sensoriais e emocionais das crianças no Parque Mirandinha, alinhados diretamente à abordagem sensível proposta pela ASTEA.

No sexto capítulo, “Aplicação dos Instrumentos e Construção dos Resultados”, descreve-se a aplicação prática dos métodos definidos anteriormente, integrando análise documental, histórica e empírica para construir resultados sobre a relação das crianças autistas com o parque. Evidencia-se como o espaço físico e suas dinâmicas impactam as interações sociais e terapêuticas dessas crianças, destacando o protagonismo da ASTEA na interpretação e sistematização dos achados.

No sétimo capítulo, “A Cidade/Parque como Espaço de Troca”, aprofunda-se na análise do Parque Mirandinha como ambiente educativo e terapêutico, onde o brincar e as interações sociais são mediados por condições sensoriais cuidadosamente planejadas segundo os princípios da ASTEA. São propostas diretrizes urbanísticas específicas para um “Parque Acolhedor”, incluindo

recomendações para integração com serviços terapêuticos e participação ativa das crianças na gestão do espaço.

No oitavo e último capítulo, “Considerações Finais”, sintetizam-se as contribuições teóricas, metodológicas e práticas da tese, destacando a importância da ASTEA para um urbanismo mais justo e inclusivo para todas as infâncias, especialmente para aquelas no espectro autista. São apontadas limitações da pesquisa e sugeridos caminhos futuros, enfatizando a necessidade de implementar e monitorar políticas públicas inclusivas com base nos achados deste estudo.

Desta forma, a ASTEA não apenas permeia todos os capítulos, mas define o arcabouço conceitual e prático para garantir um urbanismo verdadeiramente inclusivo e sensível às necessidades sensoriais específicas das crianças autistas.

2 FUNDAMENTAÇÃO E CONCEITOS

Este capítulo em sua essência trata de direitos, mais precisamente o direito à cidade para a criança autista. O direito à cidade é um entendimento que se refere ao direito de todas as pessoas de terem acesso a uma cidade justa, democrática e sustentável independente de credo, raça e até espectro. Este direito foi inicialmente desenvolvido por Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, e se tornou uma das principais preocupações dos urbanistas e arquitetos nas últimas décadas. Henri Lefebvre, em sua obra *O Direito à Cidade* (1968), argumenta que as cidades devem ser construídas para atender às necessidades das pessoas que as habitam, e não apenas para servir aos interesses dos proprietários de imóveis e das elites políticas e motivacionais.

Lefebvre (1968) acreditava que o direito à cidade é um direito coletivo e que as cidades devem ser construídas para promover a justiça social, a igualdade e a participação democrática. Ele argumentava que o espaço urbano é um bem comum que deve ser compartilhado igualmente por todos os habitantes da cidade.

Além disso, Lefebvre (1968) criticava a forma como as cidades modernas são projetadas e gerenciadas, afirmando que elas abrigam espaços segregados, controlados e homogêneos, que reforçam as desigualdades sociais e a exclusão dos grupos mais internos. O autor defendia uma abordagem mais participativa e democrática para o planejamento urbano, que envolvesse os cidadãos na tomada de decisões e no desenho das políticas urbanas. No caso específico desta tese, busca-se ampliar esse conceito, aplicando o mesmo direito às crianças autistas.

O direito à cidade implica em uma série de direitos que devem ser garantidos pelos governos, incluindo o acesso à moradia digna, ao transporte público eficiente e seguro, à água potável, aos serviços públicos básicos, à cultura, ao lazer e aos espaços públicos como praças e parques. Em resumo, o direito à cidade é um conceito fundamental para a construção de cidades mais justas.

Esse direito, em modo geral, compreende abranger todas as pessoas, incluindo autistas, e para ser concedido, acessos diferentes devem ser abertos e estimulados, logo, conhecer como são as infâncias autistas se torna fundamental.

Os direitos da criança autista não se restringem ao direito à cidade, pois muitas vezes essas crianças enfrentam desafios únicos em termos de desenvolvimento, aprendizagem e socialização. O [Quadro 2](#) proporciona uma visão clara dos direitos das crianças autistas, com descrições detalhadas e as respectivas referências legais associadas a cada direito.

Quadro 2 – Direitos das crianças autistas

Direito	Descrição	Referência Legal
Direito à educação inclusiva	Todas as crianças têm o direito à educação, incluindo crianças autistas. É importante que recebam educação inclusiva que atenda às suas necessidades individuais e habilidades e que ajude a desenvolver suas habilidades sociais e cognitivas.	Nações Unidas (2006), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 24.
Direito à terapia e apoio médico	Crianças autistas muitas vezes precisam de terapia para ajudá-las a se comunicar e se desenvolver. Isso pode incluir terapia da fala, terapia ocupacional e terapia comportamental. Algumas podem precisar de medicamentos ou outras intervenções médicas para tratar sintomas associados ao TEA.	Nações Unidas (2006), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art. 25.
Direito à proteção contra o abuso	As crianças autistas podem ser alvos de abuso ou bullying devido às suas diferenças. É importante que sejam protegidas contra o abuso, seja em casa, na escola ou em outros ambientes.	Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Direito	Descrição	Referência Legal
Direito à acessibilidade	Crianças autistas muitas vezes têm necessidades especiais de acessibilidade, como informações e comunicação em formatos adaptados, espaços tranquilos e seguros em escolas e estabelecimentos públicos e transporte adaptado. É importante que tenham acesso a essas adaptações.	Decreto Lei n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.º 10.048 e 10.098.
Direito à igualdade de oportunidades	Crianças autistas devem ter as mesmas oportunidades que outras crianças para participar da vida social, cultural, econômica e política do país. Isso inclui acesso à educação, emprego, lazer e outras áreas da vida.	Nações Unidas (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, art.º 5.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Em suma, os direitos da criança autista devem ser protegidos e promovidos, a fim de garantir que elas tenham a oportunidade de se desenvolver e participar plenamente da sociedade. É importante que governos, famílias, escolas e comunidades trabalhem juntos para garantir que esses direitos sejam respeitados e aplicados.

Para entender que as crianças autistas têm necessidades únicas, é importante esclarecer a condição autista.

A condição autista é uma diferença neurológica que afeta a forma como as pessoas percebem, interagem e processam informações do mundo ao seu redor. Como tal, as crianças autistas têm necessidades únicas que devem ser levadas em consideração para garantir que elas possam viver plenamente e desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades que as outras crianças.

A infância autista é caracterizada por uma série de desafios e diferenças no desenvolvimento da criança em relação às crianças neurotípicas. O transtorno do

espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento⁸ que afeta a comunicação social, o comportamento e a interação social da criança. Embora os sintomas variem de pessoa para pessoa, algumas características comuns incluem dificuldade em se comunicar e padrões repetitivos de comportamento.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por crianças autistas é a comunicação. Muitas vezes, elas têm dificuldade em expressar seus pensamentos e sentimentos verbalmente e podem preferir a comunicação não verbal, como gestos ou expressões faciais. Isso pode levar a um isolamento interno e externo, pois as outras crianças podem não entender ou responder à comunicação não verbal.

Além de apresentar dificuldades na comunicação, as crianças autistas também podem seguir padrões repetitivos de comportamento, como movimentos repetitivos ou rotinas rígidas. Esses comportamentos podem ajudá-las a se sentir seguras e confortáveis, mas podem interferir em suas atividades físicas e em seu relacionamento com outras crianças. Além disso, as crianças autistas podem ter interesses restritos e intensos em assuntos específicos, como números, animais ou sistemas.

Em resumo, a infância autista pode apresentar desafios únicos para a criança e sua família, mas com o apoio adequado, as crianças autistas podem desenvolver habilidades e alcançar seu potencial máximo. É importante que haja uma compreensão e conscientização crescentes sobre o TEA para promover uma sociedade mais inclusiva e apoiadora para todas as crianças.

O escritor brasileiro Mário de Andrade⁹ (1929), em seu texto “Crianças-artistas, doidos-artistas”, argumenta que a produção artística desses grupos é espontânea e autêntica, não estando submetida às convenções estéticas impostas pela cultura dominante. Ele enfatiza a importância de valorizar a expressão artística livre e autêntica, que pode ser encontrada em todos os grupos sociais,

⁸ Distúrbio do neurodesenvolvimento é uma categoria de transtornos que afetam o desenvolvimento do sistema nervoso e podem resultar em alterações na cognição, na emoção, no comportamento e/ou na interação social da pessoa. Esses distúrbios têm origem em alterações genéticas ou ambientais que provocaram o desenvolvimento cerebral.

⁹ Mário de Andrade (1893-1945) foi um dos mais importantes escritores, poetas e críticos literários brasileiros do século XX. Ele é considerado uma das figuras centrais do Modernismo brasileiro, movimento cultural que marcou a ruptura com a tradição acadêmica e a busca por uma linguagem mais expressiva.

inclusive em crianças e pessoas com transtornos mentais. Considerando o recorte temporal do texto, é relevante destacar que o autor levanta a liberdade de escolha e expressão dessas crianças e que suas autenticidades demonstram de que forma elas gostariam de se relacionar com o meio e como as trocas espontâneas são verdadeiras.

2.1 A cidade, a cidadania e a criança

Considerando que esta tese se concentra na cidade, em especial, no Parque Mirandinha, para compreender a relação e as trocas entre a infância autista e o espaço público, se faz necessário entender os conceitos que permeiam e delimitam a cidade, a cidadania e a criança.

No livro *A Criança e o Arquiteto* (2014), de Andréa Zemp S. do Nascimento, a autora explora a interseção entre a arquitetura e a experiência infantil no ambiente construído, abordando como os espaços podem influenciar e serem influenciados pelas percepções, interações e desenvolvimento das crianças. Nascimento (2014) argumenta sobre a necessidade de considerar as crianças não apenas como usuárias passivas, mas como participantes ativas no processo de planejamento urbano. A publicação destaca a importância de criar ambientes que sejam seguros, acessíveis e estimulantes para o desenvolvimento infantil, enfatizando que os espaços devem promover a aprendizagem através do jogo, da exploração e da interação social. A autora utiliza exemplos práticos e teóricos para demonstrar como espaços bem projetados podem contribuir para o bem-estar físico, cognitivo e emocional das crianças, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de envolver os jovens usuários no processo de criação desses espaços. Além disso, discute-se a relevância da sustentabilidade, da inclusão e da diversidade no design de espaços para crianças, argumentando que os ambientes construídos devem refletir e respeitar as diversas necessidades e identidades das crianças que os habitam. Com isso, a autora propõe uma reflexão sobre o papel dos arquitetos, urbanistas e demais profissionais envolvidos na criação de espaços urbanos, incentivando uma abordagem mais humanizada e centrada no usuário.

No contexto do desenvolvimento infantil e da interação das crianças com o ambiente urbano, o entendimento de “espaço potencial”¹⁰, cunhado por Donald Woods Winnicott, oferece uma perspectiva valiosa. Winnicott (1971) descreve o espaço potencial como um território intermediário entre a realidade interna e o mundo externo, um local privilegiado para o desdobramento da criatividade, do jogo e da exploração simbólica. Esta noção é particularmente relevante quando consideramos o encontro da criança com a cidade, um ambiente externo repleto de estímulos, interações e experiências.

A cidade, vista através da lente do espaço potencial, pode ser entendida como um vasto palco para a experiência cultural e lúdica da criança, onde o espaço urbano atua tanto como um reflexo da realidade objetiva quanto um canal para a imaginação e as subjetividades infantis. A interação da criança com a cidade envolve a navegação e a interpretação desses espaços, permitindo que o jogo e a exploração aconteçam em um *continuum* entre o “eu” e o “outro”, entre o interno e o externo (Winnicott, 1971).

Nesse sentido, o urbanismo tem o potencial de facilitar ou restringir a riqueza dessa experiência, dependendo de como os espaços públicos são concebidos e organizados. A incorporação de áreas verdes, *playgrounds*¹¹, espaços de arte e cultura acessíveis e seguros, por exemplo, podem enriquecer significativamente o espaço potencial da criança, promovendo oportunidades para o brincar criativo e a interação social significativa. Assim, a cidade se torna um lugar onde o desenvolvimento psíquico e emocional pode ser nutrido, refletindo a importância de um planejamento urbano que reconheça e valorize as necessidades das crianças.

¹⁰ Espaço Potencial: Termo introduzido por Donald Woods Winnicott para referir a um conceito psicanalítico que descreve um espaço intermediário entre a realidade interna subjetiva e o mundo externo objetivo. Este espaço é fundamental para o desenvolvimento da capacidade de brincar, de se engajar em processos criativos e de experimentar a cultura. Winnicott enfatiza que o espaço potencial é essencial para o desenvolvimento emocional e psicológico, sendo um lugar onde a realidade pessoal e a experiência externa se encontram e interagem. Este conceito é explorado em profundidade em sua obra *Playing and Reality* (1971).

¹¹ *Playground*: Termo utilizado para designar espaços públicos ou privados equipados com infraestrutura e objetos destinados ao jogo e à recreação de crianças. Estes espaços são projetados para promover atividades físicas, sociais e cognitivas, oferecendo um ambiente seguro e estimulante que favorece o desenvolvimento infantil. Os *playgrounds* podem variar consideravelmente em termos de tamanho, design, e equipamentos disponíveis, incluindo, mas não se limitando a, balanços, escorregadores, trepa-trepas, e outros objetos que incentivam a imaginação e a interação entre as crianças.

Em *A cidade e a criança*, Mayumi Watanabe de Souza Lima (1989) aborda a relação entre as cidades e as crianças, destacando a importância da cidade como espaço de vivência e aprendizado para as crianças. A autora destaca que, apesar de as cidades terem sido historicamente concebidas para adultos, é fundamental considerar as necessidades e os interesses das crianças na construção e na gestão das cidades. A autora também discute os desafios enfrentados pelas crianças nas cidades, como a falta de espaços seguros e adequados para a brincadeira e a limitação do acesso a serviços públicos de qualidade.

A cidade é um espaço físico e social onde as pessoas vivem e interagem entre si; é o lugar onde se desenvolvem as atividades econômicas, políticas, culturais e sociais que afetam a vida dos seus habitantes. Assim, é um espaço onde a cidadania é exercida e onde os cidadãos têm o poder de participar ativamente na vida pública. Os cidadãos podem exercer seus direitos e deveres como membros da sociedade.

Além disso, a cidade é o espaço onde os cidadãos podem exercer sua responsabilidade social. Os cidadãos têm a responsabilidade de contribuir para o bem-estar da comunidade em que vivem, participando em atividades sociais, voluntárias e de serviço comunitário. Eles também têm a responsabilidade de respeitar as leis e regulamentos da cidade, para garantir a segurança e a harmonia na convivência social sem distinções, inclusive de espectro. Também é o espaço onde os cidadãos podem promover a igualdade e o respeito aos Direitos Humanos¹². Isso significa trabalhar para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual ou condição social. Os cidadãos podem promover a igualdade através da criação de espaços públicos inclusivos, com praças e parques capazes de acolher, educar e socializar uma criança autista.

Além disso, a cidade é o espaço onde os cidadãos podem promover a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. Isso significa trabalhar para garantir que seja um lugar limpo e saudável para se viver, preservando os recursos

¹² Os direitos humanos são um conjunto de princípios e normas que visam garantir a dignidade e a liberdade de todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade, gênero, raça, religião ou qualquer outra característica pessoal. Os direitos humanos são universais, inalienáveis e interdependentes, ou seja, não podem ser retirados, vendidos ou trocados e são interligados entre si.

naturais e reduzindo os impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Em resumo, a cidade é um espaço essencial para a prática da cidadania. É um espaço onde os cidadãos podem exercer seus direitos e deveres como membros da sociedade, promover a igualdade e o respeito aos direitos humanos, e trabalhar para garantir a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

Lima (1989) destaca a importância da participação das crianças e de suas famílias na elaboração e implementação dessas políticas. Além disso, a autora apresenta exemplos de projetos urbanos que buscam valorizar a presença da criança na cidade, promovendo a integração social, o desenvolvimento cognitivo e a construção de uma cultura de cidadania desde a infância. Cidadania é um conceito que se refere ao conjunto de direitos e deveres de um indivíduo em relação ao Estado e à sociedade em que vive. Ser cidadão implica em ser parte de uma comunidade política, com obrigações e responsabilidades, mas também com direitos que devem ser protegidos e respeitados. Os direitos de cidadania incluem o direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei, à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, entre outros.

A cidadania da criança autista é um conceito fundamental que se refere aos direitos e deveres que cada criança com autismo tem como membro da sociedade. A cidadania da criança autista também envolve o direito à privacidade e à proteção contra a discriminação e o estigma. É importante que eles sejam respeitados como indivíduos e que suas condições não sejam usadas como uma desculpa para discriminação ou exclusão.

Gehl (2015) trata da relação entre o desenho urbano e a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades, contrapondo cidade, cidadania e humanidade com uma concepção e gestão do espaço urbano, destacando a importância de se pensar as cidades a partir das necessidades e desejos das pessoas, em vez de privilegiar os carros e o comércio. Um dos exemplos apontado pelo autor para esse entrelace é a ampliação dos passeios públicos, promoção de transportes inclusivos, o uso compartilhado do espaço urbano, a importância da densidade e da diversidade urbana, a valorização do patrimônio histórico e cultural das cidades, e a necessidade de se promover a participação e engajamento dos cidadãos nas decisões sobre o futuro de suas cidades.

Entre os quesitos de planejamento urbano, Azevedo (2019) destaca que a criança é o principal ator, levantando a relação entre arquitetura, cidade e infância, enfatizando a importância do planejamento urbano e da arquitetura inclusiva para promover o desenvolvimento integral das crianças na promoção da vitalidade da cidade, bem como a educação cidadã. Para ilustrar, a autora apresenta exemplos práticos de projetos arquitetônicos e urbanísticos que levam em consideração as necessidades e desejos das crianças, promovendo a construção de cidades mais humanas, inclusivas e sustentáveis.

A interdisciplinaridade entre cidade, infância e a psicologia ambiental oferece uma perspectiva essencial para o entendimento das dinâmicas complexas que envolvem o desenvolvimento infantil dentro do contexto urbano e a consequente formação da cidadania ativa desde a tenra idade. Este enfoque sublinha a importância de considerar as crianças não apenas como habitantes passivos, mas como participantes ativos no processo de planejamento e na vivência urbana, cujas experiências, necessidades e interações com o ambiente construído são cruciais para a promoção de seu bem-estar psicológico, cognitivo e emocional. Sob essa ótica, a abordagem da psicologia ambiental evidencia a necessidade de uma abordagem holística e transdisciplinar no planejamento urbano, que considere as perspectivas das crianças, visando o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, estimulantes e adequadas às necessidades de seus jovens cidadãos.

2.2 A psicologia ambiental na relação ambiente e usuário

A psicologia ambiental no contexto desta pesquisa se concentra no estudo da interação entre as crianças com autismo e o ambiente físico e social em que vivem. Constitui um campo da psicologia que procura entender as relações entre pessoas, ambiente e comportamentos. No contexto desta tese, tem o foco na compreensão de como as crianças percebem, interpretam e reagem ao ambiente em que estão inseridas, e como essa interação afeta seu bem-estar e o comportamento.

Gehl (2015) debate o espaço público como lugar de encontro, enfatizando a importância de projetar cidades para as pessoas, assim, a psicologia ambiental se insere ao examinar vários aspectos do ambiente, incluindo as características físicas

do ambiente construído, como edifícios, ruas, praças e parques, como o Parque Mirandinha, bem como a qualidade do ar e da água, e a biodiversidade natural do ambiente. Além disso, a psicologia ambiental também considera aspectos sociais do ambiente, como a cultura, a história e as relações interpessoais que ocorrem dentro de um determinado contexto ambiental.

Conforme mostra a [Figura 5](#), o ambiente construído abrange as relações biunívocas entre o comportamento e o espaço (projeto, construção, uso e operação). As condições de conforto envolvem as relações biunívocas entre o conforto ambiental e a resposta comportamental a essas condições. As atividades abrangem as relações entre o comportamento e as ações desenvolvidas naquele ambiente. Por fim, as relações pessoais se referem às interações entre os indivíduos em um determinado ambiente, no qual estão inseridos (Ornstein *et al.*, 1995, p. 56).

Figura 5 – Infográfico ambiente e o comportamento



Fonte: O autor, 2024.

O arquiteto Kevin Lynch (1960) faz uma reflexão sobre a imagem da cidade e enfatiza a importância da percepção e cognição do ambiente urbano na vida das pessoas, o que vem de encontro com um dos principais objetivos da psicologia ambiental nesta tese, que é compreender de que forma a qualidade de vida das crianças autistas pode ser melhorada com a criação de ambientes que promovam o bem-estar físico e emocional, bem como a sustentabilidade ecológica e social. A psicologia ambiental analisa o indivíduo no seu contexto físico e social e como o ambiente pode influenciar diretamente no comportamento humano. Segundo Gifford (2014), a influência do ambiente no comportamento humano pode ocorrer de diversas formas, como através das percepções ambientais, das experiências passadas, das normas sociais, das emoções e da personalidade. Nesse sentido, Proshansky e Fabian (1987) corroboram essa reflexão ao considerarem que a percepção do ambiente é influenciada tanto por suas características físicas quanto pelas características cognitivas e emocionais dos indivíduos.

Nesse sentido, as trocas entre o autista e o ambiente podem ocorrer de várias maneiras e podem ser influenciadas por diversos fatores, como as características do ambiente, as habilidades e necessidades do autista e a interação social com outras pessoas. Considerando que uma das principais características do autismo é a dificuldade em compreender e se comunicar com os outros, o que pode levar a dificuldades na interação social e na compreensão das normas sociais¹³, as trocas entre o autista e o ambiente podem ser diferentes das trocas típicas de uma pessoa não autista. Segundo Korpela e Ylén (2009), intervenções que promovem um ambiente inclusivo e acolhedor podem contribuir para a redução do estresse, da ansiedade e da depressão, além de melhorar a saúde física e mental das pessoas.

Como já foi mencionado, as crianças com autismo podem ter dificuldades em interpretar informações sensoriais do ambiente, como barulhos, luzes e texturas, o que pode levar a comportamentos de evitação ou sobrecarga sensorial principalmente em espaços públicos como praças e parques. Por outro lado, os

¹³ As normas sociais são prescrições de comportamento. O conceito de norma social corresponde às expectativas sociais acerca do que é um comportamento adequado ou correto. A interação entre os indivíduos não obedece ao acaso; é nas normas sociais que se encontra a base necessária à interação e à ação social humana geral.

autistas podem ser hiper-focados em determinados interesses e podem ter uma sensibilidade sensorial acentuada em relação a determinados estímulos.

Para Marquand (2017), a inclusão urbana pode ser definida como:

a capacidade de todos os indivíduos, independentemente de sua idade, origem, gênero, orientação sexual, deficiência ou qualquer outra característica pessoal, de ter acesso e participação em todos os aspectos da vida urbana, como educação, trabalho, lazer e cultura.

As trocas entre o autista e o ambiente urbano podem ser influenciadas por diversos fatores, como a infraestrutura urbana, as características físicas do ambiente, as pessoas e a cultura do ambiente urbano. O ambiente urbano pode ser complexo e desafiador para as pessoas com autismo, uma vez que pode ser barulhento, movimentado e caótico.

O ambiente urbano inclusivo pode ser caracterizado por diversos elementos, como a presença de calçadas adequadas, rampas de acesso, sinalização acessível, transporte público acessível, além de espaços públicos como praças, parques e áreas de lazer inclusivos e adaptados às necessidades de diferentes pessoas. De acordo com Altman e Werner (2002), os projetos nesse ambiente devem considerar a diversidade de necessidades e limitações das pessoas, de forma a garantir a acessibilidade e a funcionalidade para todos. Por outro lado, o ambiente urbano também pode apresentar estímulos sensoriais que atraem e estimulam o interesse da criança autista. Por exemplo, muitas crianças autistas são atraídas pela iluminação e pelos sons de fontes de água, calçadas coloridas, instalações artísticas e brinquedos que estimulam trocas ou “jogos”.

As trocas entre a criança autista e o ambiente urbano também podem ser influenciadas pelas habilidades e dificuldades sociais e comunicativas do próprio ator autista. O ambiente urbano pode apresentar muitas situações sociais e interações sociais que podem ser desafiadoras para as pessoas com autismo. Por exemplo, as interações com estranhos, com pessoas de diferentes culturas, idiomas (como no caso de Boa Vista, onde o espanhol é muito presente) e dialetos (indígenas), ou mesmo com pessoas que têm diferentes formas de interagir e comunicar, podem ser difíceis para as pessoas com autismo.

Por outro lado, o ambiente urbano também pode oferecer oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação. Por exemplo, as interações com pessoas com interesses semelhantes podem ajudar a desenvolver a sociabilidade e a comunicação do autista.

Na busca por apontar alinhamentos entre os entendimentos sobre o espectro autista e a Psicologia Ambiental, José Antônio Corraliza (2000) oferece uma análise profunda das interações humano-ambientais, estruturando sua abordagem em torno de três linhas de raciocínio fundamentais: antropológica, epistemológica e ontológica. Corraliza (2000) explora as dimensões culturais, cognitivas e existenciais da relação entre o ser humano e o ambiente, argumentando que o entendimento dessa relação requer uma abordagem multidisciplinar e multifacetada.

Na perspectiva antropológica, ele investiga como as práticas culturais moldam e são moldadas pelas interações com o ambiente, sugerindo que a cultura desempenha um papel crucial na mediação da relação humana com o espaço (Corraliza; Berenguer, 2000). Sob o prisma epistemológico, Corraliza (2000) questiona como os seres humanos adquirem conhecimento sobre o ambiente, focando na percepção, interpretação e ação ambiental, e destacando a importância da experiência sensorial e cognitiva na formação da consciência ambiental. Já a linha ontológica aborda a essência do ser humano em sua relação com o mundo natural, propondo uma reflexão sobre como essa relação influencia a identidade e a existência humana.

Nesse contexto, a antropologia urbana e a psicologia ambiental têm sido áreas importantes de pesquisa que buscam entender a cultura, a vida social e as práticas cotidianas em espaços públicos. A partir da observação participante, entrevistas e outras técnicas qualitativas, os antropólogos e pesquisadores da psicologia ambiental estudam a relação entre os seres humanos e o ambiente construído, e como as pessoas interagem, se apropriam e dão significado aos espaços públicos. Assim, a percepção, cognição, afetividade e comportamento humano em relação ao ambiente, podem fornecer *insights* valiosos para a compreensão da relação entre os seres humanos e os espaços públicos.

Para Pallasmaa (2011), o partido antropológico é uma abordagem arquitetônica que valoriza a compreensão profunda e contextualizada das pessoas e das culturas locais como base para o design de espaços públicos. O autor ainda enfatiza a importância de envolver a comunidade local no processo de design e planejamento de espaços públicos, a fim de garantir que as necessidades, desejos e valores locais sejam atendidos e incorporados no projeto.

Assim, a antropologia urbana e a psicologia ambiental podem ser ferramentas valiosas para a abordagem do partido antropológico na concepção de espaços públicos. De acordo com Asakura (2019), com base nessas disciplinas, os arquitetos e urbanistas podem compreender as necessidades, desejos e comportamentos da comunidade local e projetar espaços públicos que atendam às suas demandas. Isso pode levar a espaços mais inclusivos, seguros e agradáveis, que reflitam a cultura e a identidade local.

Epistemologicamente, a psicologia ambiental se posiciona como uma abordagem interdisciplinar que busca integrar entendimentos e métodos de diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, geografia, arquitetura, entre outras e utiliza diversos métodos de pesquisa, como observação, entrevistas, experimentos e análise de dados quantitativos e qualitativos. O posicionamento epistemológico dessa área é amplamente discutido na literatura especializada.

Günther e Günther (2018) destacam que a psicologia ambiental, a partir de uma perspectiva epistemológica, visa compreender a relação entre o ambiente físico e social e o comportamento humano, identificando os fatores que influenciam essa relação. Já Bonaiuto, Bonnes e Nenci (2016) mencionam que algumas abordagens teóricas destacam a subjetividade e a percepção individual na relação entre pessoas e ambiente, enquanto outras enfatizam as estruturas sociais e motoras. Steg e Gifford (2017) argumentam que a essa área deve ser vista como uma abordagem construtivista, onde o ambiente é socialmente construído, e as pessoas têm um papel ativo nessa construção, influenciadas por suas experiências, valores e crenças. Por outro lado, Devine-Wright (2016) propõe uma abordagem crítica, que questiona as estruturas sociais e institucionais responsáveis pela degradação do ambiente e das relações sociais.

Nessa perspectiva, a relação entre as pessoas e o ambiente é vista como uma construção social que depende do contexto social, político e econômico em que as pessoas vivem. A abordagem pode ser entendida como construtivista ou crítica, dependendo da abordagem teórica adotada pelo pesquisador (Bonaiuto *et al.*, 2016; Devine-Wright, 2016; Günther; Günther, 2018; Steg; Gifford, 2017).

Do ponto de vista ontológico, a psicologia ambiental reconhece a inseparabilidade entre as pessoas e o ambiente em que vivem e se baseia em uma perspectiva ecológica que entende o ambiente como um sistema dinâmico e complexo, composto por diferentes níveis de organização que se interconectam e se influenciam mutuamente (Stokols, 1992).

A importância da percepção subjetiva e individual do ambiente na formação do comportamento humano, discutida pela psicologia ambiental (Proshansky; Ittelson; Rivlin, 1970), adquire densidade quando relacionada às experiências sensoriais da criança autista. Nessa perspectiva, a percepção ambiental não se limita a um processamento imediato de estímulos, mas configura-se como um processo ativo de seleção, organização e interpretação das informações recebidas pelos sentidos, processo este que, no caso do TEA, pode ocorrer de forma intensificada, fragmentada ou profundamente singular. As experiências prévias, os valores e as referências culturais que moldam a leitura do espaço também se entrelaçam às condições neurossensoriais que caracterizam o espectro autista, fazendo com que nuances de luz, sons, texturas ou fluxos espaciais adquiram significados particulares na construção da experiência. Assim, compreender a percepção ambiental da criança autista implica reconhecer não apenas o ambiente como construção social, mas igualmente como campo de mediação sensorial que pode facilitar ou restringir interações, permanências e vínculos. Dessa forma, reafirma-se que as pessoas, exercem papel ativo na criação, transformação e ressignificação dos espaços, cujas qualidades físicas e simbólicas influenciam diretamente suas formas de estar e agir no mundo.

2.3 Autismo: compreendendo uma condição complexa do neurodesenvolvimento

O autismo é uma condição do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de uma pessoa. De acordo com o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais)¹⁴, o autismo é classificado como transtorno do espectro autista (TEA) e é caracterizado por dificuldades na comunicação social e por comportamentos repetitivos e estereotipados (*American Psychiatric Association*, 2013).

Ainda é pouco compreendido, mas a pesquisa e o diagnóstico têm melhorado ao longo dos anos. Segundo o *National Institute of Mental Health* (NIMH)¹⁵, as pesquisas sugerem que o autismo é causado por uma combinação de fatores genéticos e ambientais que tiveram o desenvolvimento cerebral durante a gestação e nos primeiros anos de vida (NIMH, 2022).

A característica mais comum do autismo é a dificuldade em se comunicar e se relacionar com os outros. Pessoas com autismo podem ter dificuldade em entender e usar a linguagem, tanto verbal quanto não verbal, como gestos e expressões expressivas. Eles também podem ter dificuldade em interpretar as emoções dos outros e em expressar suas próprias emoções. Segundo Lord *et al.* (2020), estudos recentes têm mostrado que uma intervenção precoce, incluindo terapias comportamentais e de comunicação, podem ajudar a melhorar a comunicação e o comportamento social em crianças com autismo.

Além disso, as pessoas com autismo podem apresentar comportamentos repetitivos e estereotipados, como balançar o corpo ou bater as mãos. Elas podem ter interesses restritos e intensos em assuntos certos, além de dificuldade em lidar com mudanças na rotina ou no ambiente. Segundo o Centro de Controle e

¹⁴ O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais é uma publicação da Associação Americana de Psiquiatria (APA) que oferece critérios e diretrizes para o diagnóstico e classificação de transtornos mentais.

¹⁵ O National Institute of Mental Health é uma agência do governo dos Estados Unidos que se dedica à pesquisa e à compreensão dos transtornos mentais. Esse instituto faz parte dos National Institutes of Health (NIH) e é a maior organização de pesquisa em saúde mental do mundo.

Prevenção de Doenças (CDP, 2022)¹⁶, o diagnóstico de autismo é baseado em uma avaliação detalhada do comportamento e do desenvolvimento da criança, realizada por um profissional de saúde qualificado.

O autismo é considerado um espectro, o que significa que os sintomas podem variar de pessoa para pessoa e em gravidade. Algumas pessoas com autismo têm dificuldades em suas vidas experimentais, enquanto outras podem ter uma vida relativamente normal, com algumas dificuldades em áreas específicas. Segundo Helt *et al.* (2008), a gravidade do autismo pode ser avaliada através de escalas de avaliação padronizadas que medem a gravidade dos sintomas.

Atualmente, não há cura para o autismo, mas o tratamento pode ajudar as pessoas com autismo a alcançarem seu potencial máximo. Isso pode incluir terapia comportamental, terapia ocupacional, terapia da fala e medicação para tratar sintomas específicos, como ansiedade ou hiperatividade. Segundo Reichow *et al.* (2021), a terapia comportamental é uma intervenção eficaz para melhorar as habilidades sociais e de comunicação em crianças com autismo.

2.3.1 A Infância autista e a inclusão

A inclusão da criança autista aos espaços públicos *in situ* passa por sua sensibilidade, considerando que as pessoas com TEA podem apresentar dificuldades em lidar com ambientes barulhentos, com luminância comprometida ou super estimulantes.

Para a inclusão das crianças nas cidades existem estudos e pesquisas relevantes e publicados, como por exemplo o Relatório Urban95¹⁷. Urban95 é um

¹⁶ O **Centro de Controle e Prevenção de Doenças** (CDC), sediado em Atlanta, nos Estados Unidos, é uma das principais instituições globais voltadas à proteção da saúde pública. Vinculado ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, o CDC realiza pesquisas, formula diretrizes, propõe políticas e responde a ameaças sanitárias em escala nacional e internacional. Suas publicações são referência mundial em temas como epidemiologia, saúde ambiental, doenças crônicas e distúrbios do neurodesenvolvimento, incluindo o TEA.

Fonte: CENTERS for disease control and prevention. *About CDC*. Disponível em: <https://www.cdc.gov/about/index.html>. Acesso em: 9 jul. 2025.

¹⁷ O nome "Urban95" faz referência à altura média de uma criança de 3 anos, que é de 95 centímetros.

movimento global motivado pela Fundação Bernard van Leer¹⁸ que tem como objetivo transformar as cidades em lugares mais adequados para a primeira infância, ou seja, para crianças de até 5 anos de idade e suas famílias. O movimento defende que as cidades devem ser projetadas levando em consideração as necessidades e os direitos das crianças, para que possam se desenvolver de forma saudável e segura.

Segundo o Urban95, as cidades são um ambiente extremamente importante para o desenvolvimento das crianças, pois é onde elas passam grande parte de seu tempo e onde têm acesso a diversas oportunidades de aprendizado, convivência e diversão. No entanto, muitas cidades ainda são hostis e perigosas para as crianças, com ruas inseguras, falta de áreas verdes e de espaços de convivência, entre outros problemas.

Para mudar essa realidade, o Urban95 defende uma série de medidas, como a criação de áreas de lazer e convivência para crianças e famílias, a ampliação de áreas verdes e espaços públicos acessíveis, a melhoria da mobilidade urbana e a promoção da participação das crianças e de suas famílias na construção da cidade.

Os mesmos princípios aplicados a crianças neurotípicas também se estendem às crianças autistas, embora exijam atenção adicional a certos aspectos. No estudo de Marco *et al.* (2011), por exemplo, foi investigada a forma como crianças com e sem Transtorno do Espectro Autista (TEA) reagem a ambientes com ruídos e iluminação intensa. Os resultados mostraram que as crianças com TEA apresentaram maior reatividade regulatória, isto é, uma resposta fisiológica e comportamental mais intensa diante de estímulos sensoriais do ambiente. Essa “reatividade regulatória” refere-se à dificuldade em modular ou filtrar estímulos externos como sons, luzes, movimentos, resultando em reações exacerbadas, como desconforto, agitação ou retraimento. Em outras palavras, trata-se de uma sensibilidade aumentada do sistema nervoso, que torna o processo de autorregulação mais desafiador para essas crianças.

¹⁸ A Fundação Bernard van Leer é uma organização filantrópica internacional com sede em Haia, na Holanda. Foi criada em 1949 pelo empresário Bernard van Leer, com o objetivo de apoiar projetos sociais em diversos países do mundo.

Além disso, a sensibilidade do autista em relação aos espaços públicos também pode afetar seu comportamento social. Por exemplo, um estudo realizado por Kerns *et al.* (2014) avaliou a relação entre a sensibilidade sensorial de crianças com TEA e sua interação social em ambiente escolar. Os resultados admitiram que as crianças com TEA que apresentavam maior sensibilidade sensorial tiveram uma menor interação social em ambiente escolar, o que sugere que a sensibilidade sensorial pode comprometer a participação social dessas crianças.

A inclusão toca e passa pela acessibilidade normatizada. A acessibilidade é um direito de todos, e isso inclui as pessoas com autismo. As pessoas com autismo enfrentam desafios para acessar a sociedade e suas atividades cotidianas. Por causa dessas dificuldades, é essencial que sejam criados ambientes que levem em conta suas necessidades específicas.

Diversos estudos têm abordado a temática da inclusão de pessoas com autismo. Segundo Silva e Pfeifer (2018), a inclusão das crianças com autismo tem sido um dos principais desafios da psicologia contemporânea, e é preciso adotar estratégias pedagógicas que considerem as necessidades individuais dessas crianças, respeitando sua forma de aprendizado e interação com o ambiente. Além disso, é importante que os espaços estejam preparados para atender essas crianças, com estruturas físicas e comunicação própria.

A inclusão de pessoas com autismo também é relevante para a vida em comunidade. Segundo Cury e Borba (2019), é preciso que a sociedade esteja preparada para receber essas pessoas e que sejam promovidos espaços inclusivos e acessíveis, de forma a garantir a plena participação social das pessoas com autismo.

Uma das formas mais eficazes de tornar o ambiente mais acessível para pessoas com autismo é oferecer recursos visuais. Muitas pessoas com autismo têm problemas com a linguagem falada e a compreensão de instruções verbais, mas são altamente visuais. Portanto, é importante oferecer instruções por meio de imagens, símbolos e outras formas visuais. Por exemplo, é possível usar pictogramas ou desenhos para indicar onde estão os banheiros ou a sala de aula.

Outra forma de tornar o ambiente mais acessível para pessoas com autismo é limitar os estímulos sensoriais. Muitas pessoas com autismo são sensíveis a estímulos sensoriais, como sons, luzes e texturas. É importante ter em mente que isso pode ser avassalador para eles, e tentar minimizar esses estímulos pode ajudá-los a se sentirem mais confortáveis. Por exemplo, em um ambiente escolar, pode-se reduzir a quantidade de ruído ou de luzes brilhantes, em espaços livres, pode-se criar áreas de refúgio sensorial com zonas de sombra, vegetação que abafa o som e mobiliários de texturas suaves, além de evitar equipamentos sonoros muito altos ou pisos que causem desconforto tátil. Esses ajustes simples ajudam a promover a permanência e o bem-estar, favorecendo o uso mais equitativo e inclusivo do espaço urbano.

Além disso, é importante permitir que as pessoas com autismo tenham a oportunidade de se comunicar de maneiras diferentes. Muitas pessoas com autismo têm dificuldades com a fala, mas podem se comunicar por meio de outras formas, como por meio de desenhos, gestos ou tecnologias assistivas¹⁹. É importante ter em mente que todas as formas de comunicação são válidas e que é essencial dar às pessoas com autismo condições de se expressarem de maneira que lhes sejam confortáveis.

Dessa forma, a inclusão é um entendimento importante para garantir que esse grupo tenha acesso aos mesmos direitos, oportunidades e participação na sociedade como qualquer outra pessoa. Para isso, é necessário não apenas a aceitação de pessoas com autismo, mas também a valorização de suas habilidades e contribuições únicas. Uma das principais formas de promover a inclusão de pessoas com autismo é através da educação inclusiva. Isso significa garantir que as crianças com autismo tenham acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades individuais e os ajude a alcançar seu potencial máximo.

Além disso, a inserção plena de pessoas com autismo na sociedade envolve garantir que eles tenham acesso a oportunidades de emprego e trabalho. Para isso, é necessário eliminar as barreiras que impedem as pessoas com autismo de encontrar trabalho e oferecer suporte e treinamento para que possam ter sucesso

¹⁹ tecnologia assistiva (TA) é um termo utilizado para identificar recursos e serviços voltados às pessoas com deficiência visando proporcionar a elas autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

em suas carreiras. Também envolve a garantia de acessibilidade aos serviços e espaços públicos, para que possam participar plenamente na vida da comunidade.

A inclusão também envolve mudanças na forma como a sociedade percebe o autismo. A falta de conscientização e compreensão pode levar à estigmatização e a discriminação de pessoas com autismo. É importante educar a sociedade sobre o autismo e promover uma cultura de aceitação e valorização das diferenças individuais.

Parte das características do espectro estão intrinsecamente ligadas à sensibilidade de cores e texturas, isso porque o TEA pode afetar a forma como as pessoas processam e respondem a estímulos sensoriais. A literatura científica sobre esse tema tem demonstrado que as pessoas com TEA podem apresentar sensibilidades distintas em relação a esses estímulos, o que afeta seu bem-estar e comportamento em diferentes contextos, principalmente em espaços públicos.

Um estudo importante sobre a sensibilidade do autista foi realizado por Franklin *et al.* (2008). Os autores compararam o desempenho de crianças com TEA e crianças típicas em uma tarefa de demonstrar de cores, e encontraram que as crianças autistas apresentaram uma maior acurácia na identificação de diferenças sutis de cor. Os resultados sugerem que as pessoas com TEA podem ter uma capacidade aumentada de processar informações visuais, o que pode se refletir em uma maior sensibilidade às diferenças de cor.

Já em relação às texturas, algumas pesquisas indicam que as pessoas com TEA podem apresentar uma sensibilidade aumentada ou diminuída em relação a certos tipos de texturas. Um estudo realizado por Tomchek e Dunn (2007) identificou que cerca de 70% das crianças autistas manifestam sensibilidades sensoriais em relação a texturas, incluindo aversão a texturas ásperas e um comportamento repetitivo de tocar em superfícies lisas e uniformes. Outra pesquisa importante sobre esse tema foi realizada por Ben-Sasson (2009), que avalia a sensibilidade sensorial de crianças autistas em relação a diferentes tipos de estímulos, incluindo cores e texturas. Os resultados indicaram que as crianças com TEA têm maior sensibilidade em relação aos estímulos visuais e táteis, sugerindo que a sensibilidade sensorial é uma característica importante dessa condição.

Outra pesquisa relevante foi realizada por Edelson *et al.* (1999), que avaliaram a reação de crianças com TEA em relação a ruídos em diferentes frequências e intensidades em espaços públicos. Os resultados indicaram que as crianças com TEA são mais sensíveis a ruídos de alta frequência e intensidade, o que pode explicar por que alguns ambientes barulhentos são especialmente difíceis para essas crianças.

Além disso, estudos recentes também têm mostrado que a sensibilidade do autista a ruídos pode afetar seu bem-estar e comportamento em diferentes contextos, incluindo em ambientes escolares e públicos (Shilton *et al.*, 2019).

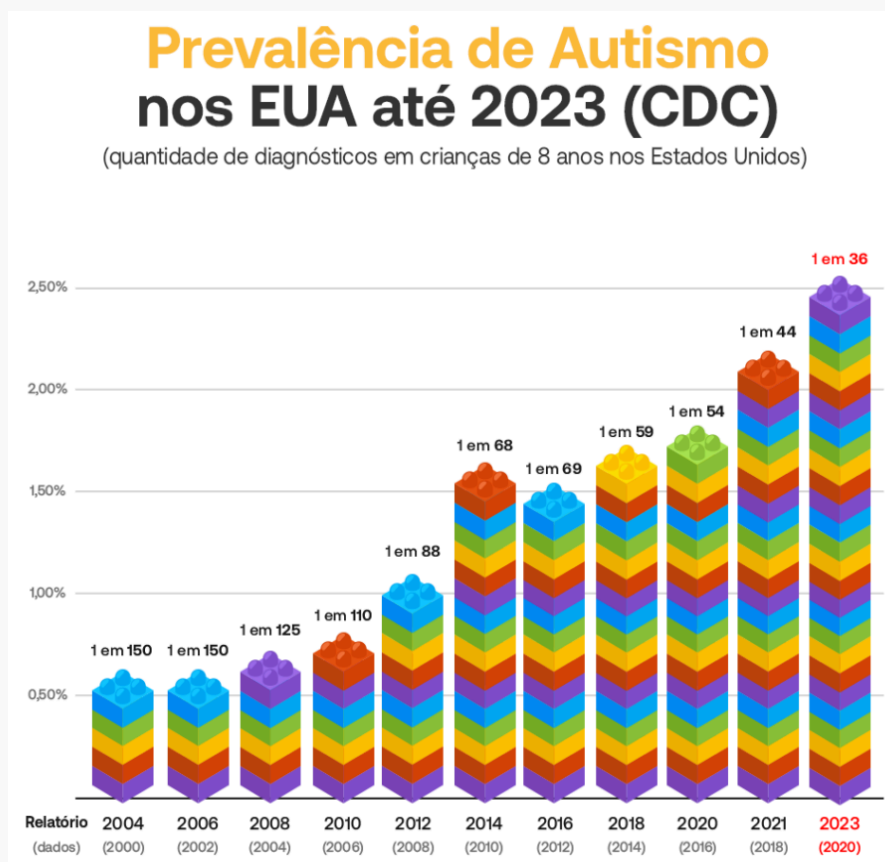
2.3.2 Além da demanda: prevalência e estatística, uma análise das estimativas e seus desdobramentos

A prevalência de autismo é um tema complexo e controverso, com estimativas variando de acordo com a metodologia e os critérios de diagnóstico utilizados em diferentes estudos. No entanto, há algumas estimativas disponíveis que podem ajudar a compreender a dimensão do autismo no mundo, no Brasil e em Boa Vista/RR.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC, 2023), a prevalência de autismo nos Estados Unidos é de aproximadamente 1 em cada 36 crianças, e a cada 5 crianças, uma é do sexo feminino, com maior ocorrência em meninos conforme mostra a [Figura 3](#). Já um estudo publicado na revista *Lancet* em 2021 estima que a prevalência global de autismo seja de 1 em cada 160 pessoas (Xu *et al.*, 2021).

No Brasil, há poucos estudos que investigam o autismo na população. Um estudo realizado em 2007 estimou uma prevalência de 0,3% de autismo na cidade de São Paulo (Bordin *et al.*, 2007). Outro estudo, realizado em 2012, encontrou o predomínio de 0,7% de autismo em uma amostra de crianças de uma cidade do estado de São Paulo (Coutinho *et al.*, 2013).

Figura 3 – Infográfico Estatística 1 a cada 36



Fonte: CDC, 2023.

Figura 4 – Infográfico estatística



Fonte: Editado pelo autor a partir dos dados do CDC, 2023.

É importante ressaltar que as estimativas de prevalência de autismo podem variar de acordo com os critérios de diagnóstico utilizados, a idade das pessoas investigadas, a amostra selecionada e a metodologia de coleta de dados. Além disso, as estimativas podem ser influenciadas pela maior conscientização e detecção do autismo nos últimos anos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁰ não tem dados específicos sobre o número de pessoas com autismo no Brasil. O Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 incluiu apenas uma pergunta sobre se a pessoa tinha alguma dificuldade permanente de natureza física, mental ou sensorial que limitava ou impedia o desempenho de atividades cotidianas. No panorama brasileiro segundo o Censo 2022 (IBGE), frente ao primeiro Censo com dados sobre TEA, constatou-se que 2,4 milhões de brasileiros (1,2 % da população) apresentam esse diagnóstico, cerca de 1,5 % dos homens e 0,9 % das mulheres. As faixas etárias de 5 a 9 anos registram até 2,6 % de ocorrência, como ilustra o [Quadro 3](#).

Quadro 3 – Quadro de Prevalência de TEA – Censo IBGE 2022

Categoria	Prevalência (%)	Observações
População total (≥2 anos)	1,2 %	≈ 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas (educa.ibge.gov.br)
Homens	1,5 %	≈ 1,4 milhão
Mulheres	0,9 %	≈ 1,0 milhão
Crianças 0–4 anos	2,1 %	Prevalência elevada em idade inicial
Crianças 5–9 anos	2,6 %	Faixa com maior ocorrência

Fonte: Censo IBGE, 2022.

²⁰ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conhecido pela sigla IBGE, é uma autarquia federal brasileira responsável por produzir e divulgar informações geográficas e estatísticas sobre o país. O IBGE é a principal fonte de informações oficiais do governo federal sobre a realidade brasileira.

Por outro lado, estimativas anteriores, como do CDC e estudos-piloto nas décadas de 2000 e 2010, apontavam 2 milhões (2014) e até 6 milhões (2023) de pessoas com TEA no Brasil quando se **projetava** a partir dos índices internacionais.

Em 2020, o IBGE lançou a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)²¹, que investiga diversos aspectos da saúde da população brasileira, incluindo a prevalência de doenças crônicas e deficiências. No entanto, a pesquisa não inclui perguntas específicas sobre autismo.

Porém, acredita-se que a prevalência de autismo em Boa Vista e em Roraima segue as mesmas tendências encontradas em outras regiões do Brasil. Estudos realizados em outras cidades brasileiras indicam que a prevalência de autismo pode variar de 0,7% a 2,5%, dependendo dos critérios de diagnóstico e da metodologia de coleta de dados utilizada. É importante ressaltar que a falta de dados precisos sobre o autismo em Boa Vista pode dificultar o planejamento e a implementação de políticas públicas adotadas para as pessoas com autismo e suas famílias.

O [Quadro 4](#) mostra uma equivalência numérica onde Roraima apresenta prevalência próxima à média nacional (1,2 %), com cerca de 7.374 pessoas diagnosticadas no Estado. No quadro observa-se uma tendência de gênero conservadora, supõe-se distribuição semelhante à nacional, mas é necessário confirmar com dados regionais. Faixas etárias específicas ainda não disponíveis localmente, o que compromete a análise de incidência em crianças, no Brasil, que chega a 2,6 % entre 5-9 anos. A falta de dados segmentados por idade e gênero impede a formulação precisa de políticas públicas e ações urbanas adequadas.

²¹ A Pesquisa Nacional de Saúde é uma pesquisa realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde do Brasil. A PNS tem como objetivo coletar informações sobre a saúde da população brasileira, incluindo dados sobre acesso a serviços de saúde, doenças crônicas, hábitos de vida, entre outros aspectos relacionados à saúde.

Quadro 4 – Quadro comparativo da prevalência de TEA, Brasil vs. Boa Vista/RR

Critério	Brasil (Censo IBGE 2022)	Boa Vista / Roraima (Estimativa)
Prevalência geral (% população)	1,2 % (≈ 2,4 milhões)	Aproximadamente 1,2 % (≈ 7.374 pessoas no estado)
Homens vs. Mulheres	Homens: 1,5 %, Mulheres: 0,9 %	Supõe-se tendência semelhante (1,5 % vs. 0,9 %), embora sem dados oficiais
Faixa 5–9 anos	2,6 %	Estimativa brasileira (0,7–2,5 %), sem dados locais específicos
Dados oficiais regionais disponíveis	Sim (Censo 2022)	Parcial: 7.374 diagnósticos no estado, sem detalhamento por faixa nem gênero
Limitações dos dados	Censo nacional consistente	Ausência de desagregação por idade/gênero prejudica políticas locais

Fonte: O autor com base no Censo IBGE, 2022.

2.4 Compromissos, objetivos e arcabouço legal

É importante pôr em tela direitos, compromissos e objetivos já estabelecidos que abarcam o usuário/cidadão autista e em especial as crianças autistas, isto é, o que reafirma as necessidades, as obrigações, as preocupações e afirmações que o tema suscita, não se tratando de justificar, mas de destacar os direitos.

Os compromissos internacionais, como por exemplo os realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), têm uma importância fundamental para a promoção dos direitos das crianças. Esses compromissos representam um esforço conjunto de diversos países e organizações para garantir a proteção dos direitos humanos em âmbito global, por meio da adoção de acordos, convenções e

declarações que estabelecem normas e princípios para a proteção desses direitos. As iniciativas estabelecidas levam à promoção de valores como a igualdade e a justiça, elementos fundamentais para a formação de uma consciência coletiva.

Entre essas iniciativas internacionais, destaca-se a **Declaração de Genebra** adotada em 1924 pela Liga das Nações, antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse documento estabeleceu um conjunto de condições que garantiram o desenvolvimento físico, mental e moral das crianças, tais como o direito à alimentação adequada, à educação, à proteção contra a exploração econômica e sexual, e à proteção contra toda forma de negligência, crueldade e opressão. Além disso, também estabeleceu que a família é a unidade básica da sociedade e tem a responsabilidade primária pelo cuidado e proteção das crianças.

No entanto, quando a família não pode ou não está em condições de assumir essa responsabilidade, determina que o Estado deve garantir a proteção e o bem-estar das crianças. Portanto, a declaração reconheceu a criança como um ser humano com direitos e propriedade própria, independentemente da sua condição social, econômica ou cultural. Embora não seja um tratado legalmente vinculante, a declaração teve grande impacto na promoção dos direitos da criança e serviu como inspiração para a elaboração da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU em 1989, que estabeleceu uma série de direitos fundamentais das crianças, tais como o direito à vida, à identidade, à educação, à saúde, à proteção contra a violência, entre outros.

Outra iniciativa foi a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, um documento histórico que estabelece os direitos e liberdades fundamentais que todas as pessoas devem ter, independentemente de sua raça, gênero, religião, origem social ou condição física ou mental. A Declaração foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 e continua sendo um dos documentos mais importantes no campo dos direitos humanos. Esse documento dispõe que todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade, à segurança e à igualdade perante a lei. Além disso, reconhece a importância da educação e do desenvolvimento para todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou mental.

Dessa forma, a Declaração também é um importante instrumento de proteção dos direitos da criança autista. Conforme determina o artigo 25 deste documento:

toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade (ONU, 1948).

Com base nessa declaração, podemos observar que a criança autista tem os mesmos direitos que todas as outras crianças, incluindo o direito à educação, à saúde, à proteção contra a discriminação e à igualdade de oportunidades. No entanto, um dos principais desafios enfrentados pelas crianças autistas é a falta de acesso à educação inclusiva. É essencial que as crianças autistas recebam uma educação que atenda às suas necessidades individuais, que inclua um plano individualizado de educação e que seja implementado por professores treinados em educação especial.

Além disso, o documento também estabelece que todas as pessoas têm o direito à igualdade perante a lei, sem discriminação de qualquer tipo, e o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Isso inclui a proteção contra a discriminação com base na condição física ou mental, como o autismo. As crianças autistas devem ser protegidas contra a discriminação em todos os aspectos da vida, incluindo o acesso à educação, ao trabalho e à participação plena na vida da comunidade, além de ter o direito de expressar suas opiniões e de tomar suas próprias decisões, com o apoio e a orientação de suas famílias e de profissionais de saúde e educação.

Já a **Constituição Federal de 1988**²² dispõe um conjunto de direitos e garantias fundamentais à igualdade, à dignidade, à liberdade, à segurança e ao bem-estar, que devem ser assegurados a todos os cidadãos brasileiros, incluindo as crianças com autismo. Nesse contexto, a Constituição Federal é uma ferramenta

²² A Constituição Federal de 1988 é a principal lei do Brasil, que estabelece os direitos e deveres dos cidadãos, bem como a organização e o funcionamento do Estado brasileiro. A Constituição é composta por diversos artigos que abrangem temas como a organização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, direitos e garantias individuais e coletivas, políticas públicas, entre outros.

importante para a proteção dos direitos das crianças com autismo, garantindo que elas tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que as outras crianças. As principais disposições da Constituição que garantem os direitos das crianças com autismo estão detalhadas no [Quadro 5](#).

Quadro 5 – Direitos específicos na Constituição Federal

Artigo	Direitos e Competências: Descrição
Artigo 6º	Garante o direito à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, ao transporte, ao lazer e à segurança.
Artigo 7º	Assegura o direito a salário mínimo, à jornada de trabalho reduzida e à proteção contra condições de trabalho degradantes.
Artigo 23º	Estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da proteção da infância e da juventude.
Artigo 205º	Reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania.
Artigo 227º	Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura e à convivência familiar e comunitária.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025, com base em Brasil, 1988.

Além desses dispositivos, a Constituição Federal também garante outros direitos importantes para as crianças com autismo, como o direito à igualdade perante a lei, o direito à liberdade de expressão e de pensamento, o direito à proteção contra todas as formas de violência e a proteção contra a discriminação.

Outra iniciativa importante é a **Convenção sobre os Direitos da Criança** (CDC), um tratado internacional adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. É um dos tratados internacionais mais amplamente ratificados da história, com 196 países participantes. A Convenção estabelece os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das crianças e os compromissos dos Estados signatários em garantir esses direitos em 54 artigos que tratam de diversos temas, como saúde, educação, proteção contra violência, exploração e discriminação, entre outros.

Um dos principais objetivos da Convenção é garantir que as crianças sejam vistas como sujeitos de direitos, e não apenas como objetos de proteção ou assistência. Como destaca a Comissão Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente²³ (CONANDA, 2020), a Convenção não apenas consagra a ideia de que a criança é um sujeito de direitos, mas, ao mesmo tempo, sinaliza a necessidade de políticas públicas que visem garantir tais direitos.

A CDC reconhece o direito das crianças com deficiência, incluindo aquelas com autismo, de desfrutar dos mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as outras crianças. A convenção prevê que as crianças com deficiência devem ter acesso a serviços de saúde e de educação de qualidade, e que devem ser protegidas contra todas as formas de discriminação. A convenção estabelece direitos específicos para as crianças, incluindo o direito à não discriminação, à identidade, à educação, à saúde, à proteção contra a violência, ao lazer, à liberdade de pensamento, entre outros. Os direitos das crianças estão intrinsecamente ligados aos direitos humanos e à dignidade humana, e a CDC se preocupa em garantir que esses direitos sejam protegidos e respeitados em todas as situações, incluindo em contextos de emergência, conflito armado e exploração.

Os Estados partes²⁴ reconhecem que, em todas as ações concernentes às crianças, sejam elas levadas a cabo por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, a consideração primordial a que se atenderá será o interesse superior da criança (artigo 3º, parágrafo 1). A CDC é importante para garantir o bem-estar das crianças em todo o mundo, inclusive no Brasil, que é um dos Estados partes da convenção desde 1990. A Convenção estabelece um marco legal para a promoção e a proteção dos direitos das crianças, e exige que os Estados signatários desenvolvam políticas e programas específicos para garantir esses direitos.

No Brasil, a CDC tem sido incorporada ao sistema jurídico e político do país. A Convenção tem influenciado a elaboração de leis e políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos das crianças, incluindo a criação do Estatuto da Criança

²³ A Comissão Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão colegiado integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que tem como objetivo promover e defender os direitos da criança e do adolescente no Brasil.

²⁴ Os Estados partes são os países que assinaram e ratificaram um tratado internacional.

e do Adolescente (ECA), em 1990. Para as crianças com autismo, a CDC é particularmente importante, uma vez que elas podem enfrentar desafios adicionais em relação a alguns dos direitos estabelecidos na convenção. É essencial que as políticas e práticas em relação ao autismo levem em conta a CDC e garantam que as crianças com autismo tenham acesso aos serviços e recursos necessários para garantir sua inclusão social e seu bem-estar geral.

Já o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (ECA) instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe diretrizes para a proteção e a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, reflexo da Convenção sobre Direitos da Criança. O ECA foi promulgado em 1990 e é considerado uma das leis mais avançadas do mundo em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Para as crianças com autismo, o ECA é particularmente importante, pois elas podem enfrentar desafios adicionais em relação aos seus direitos. Entre os direitos fundamentais para as crianças e adolescentes brasileiros estabelecidos pelo ECA, destacam-se o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, à proteção contra a violência e a exploração sexual, entre outros.

Além disso, o estatuto determina os deveres dos pais, da sociedade e do Estado na proteção e na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Uma das principais características do ECA é sua abordagem holística e integrada, que envolve ações de prevenção, promoção e reparação de danos, em todas as áreas relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes. O ECA também estabelece medidas específicas para a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade²⁵, incluindo medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, medidas de proteção para crianças e adolescentes vítimas de violência, e medidas de apoio à convivência familiar e comunitária.

O ECA tem sido fundamental para a promoção e a proteção dos direitos dessa parcela da população brasileira e tem sido uma referência para outros países na elaboração de leis e políticas públicas nessa temática. Para as crianças com

²⁵ A situação de vulnerabilidade refere-se a um estado de pneumonia, risco ou exposição a situações que podem prejudicar a integridade física, psicológica, social ou econômica de uma pessoa ou grupo. A vulnerabilidade pode estar relacionada a diversos fatores, como pobreza, exclusão social, falta de acesso a serviços básicos, demonstração, violência, doença, entre outros.

autismo, o ECA é essencial para garantir que seus direitos sejam respeitados e protegidos, incluindo o direito à saúde, à educação e à proteção contra a violência e a exploração.

Outro documento histórico é a **Carta da Terra** publicada em 2000, resultado de um processo de consulta internacional que envolveu pessoas e organizações de todo o mundo. A Carta faz um manifesto em defesa da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente, e estabelece princípios éticos e valores que devem guiar a relação entre a humanidade e a natureza. Este documento também reconhece a importância da infância como um momento crucial para a formação dos valores e atitudes que guiarão as pessoas ao longo de suas vidas, e cita que a educação exerce uma função fundamental na construção de um mundo mais justo e sustentável.

A Carta da Terra tem uma abordagem holística e integrada da sustentabilidade, reconhecendo a interconexão entre os seres humanos, as demais espécies e o planeta como um todo. Essa abordagem é particularmente relevante para as crianças, que são as principais herdeiras do mundo que estamos criando. Como destacam Osborne e Dillon (2008, p. 4), “as crianças são cidadãs do presente, não apenas do futuro, e devem ser incluídas na discussão e ação sobre questões ambientais e sustentabilidade”. E segundo Sipos e Battisti (2008, p. 60), “a educação para a sustentabilidade é fundamentalmente sobre valores e ética, sobre como as pessoas deveriam viver e se relacionar com o mundo natural e social”. Nessa questão, a Carta da Terra pode ajudar a fornecer uma base ética sólida para essa educação, incentivando as crianças a refletir sobre suas próprias ações e como elas se encaixam em um contexto mais amplo.

Conforme cita o documento, é essencial a participação das crianças na tomada de decisões relacionadas à formulação de políticas e estratégias de sustentabilidade, bem como a promoção de espaços de participação e diálogo que envolvam as crianças, suas famílias e a comunidade. É essencial que os princípios e valores da Carta da Terra sejam incorporados nas políticas e práticas que afetam as crianças com autismo, garantindo que elas possam ter uma vida plena e digna, com acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, serviços de saúde adequados e participação plena na vida da comunidade.

No âmbito da legislação brasileira, o **Estatuto da Cidade** foi instituído pela Lei federal n.º 10.257/2001 com o objetivo de regulamentar a política urbana no país, promovendo o desenvolvimento sustentável das cidades e garantindo o direito à moradia digna para todos os cidadãos. A lei prevê uma série de diretrizes e instrumentos para a gestão urbana, incluindo a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas urbanas. Esse é um importante instrumento para a proteção dos direitos da infância, já que as crianças são particularmente vulneráveis aos impactos negativos da urbanização desordenada e do déficit habitacional. Uma das principais diretrizes do Estatuto da Cidade é a promoção da inclusão social e da igualdade de acesso aos serviços e equipamentos urbanos, além de prever a promoção da mobilidade urbana sustentável, garantindo que as crianças possam se deslocar com segurança e autonomia pela cidade, seja a pé, de bicicleta ou por transporte público.

Além disso, estabelece a importância da participação da sociedade na gestão urbana, incluindo a participação das crianças e jovens como as crianças dentro do espectro autista. Segundo o artigo 43 da citada lei:

a gestão democrática da cidade deverá garantir o direito à participação popular e à informação, bem como o acesso às informações e aos registros administrativos relativos às atividades e aos serviços urbanos, em especial aos que possam afetar a qualidade de vida (Brasil, 2001).

É essencial que os municípios implementem as políticas e instrumentos previstos no Estatuto da Cidade de forma a garantir o pleno desenvolvimento das crianças e o seu direito a uma cidade mais justa e sustentável. Para as crianças com autismo, o Estatuto da Cidade pode ser útil nos seguintes artigos conforme mostra o [Quadro 6](#).

Quadro 6 – Destaque do Estatuto da Cidade

Artigo	Descrição	Explicação
Artigo 2º	Estabelece que a cidade deve ser planejada com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	Este artigo destaca a importância do envolvimento democrático na gestão urbana, sugerindo que as decisões de planejamento devem ser feitas com a contribuição ativa de diferentes grupos da sociedade para assegurar que todos os interesses sejam considerados.
Artigo 4º	Determina que o planejamento urbano deve promover a inclusão social e a redução das desigualdades, garantindo o acesso universal à cidade e aos seus serviços.	O artigo enfatiza que o planejamento urbano não deve apenas ordenar o espaço físico, mas também promover equidade social. Isso inclui proporcionar a todos os habitantes acesso igualitário a serviços essenciais como transporte, saúde e educação.
Artigo 5º	Estabelece que a propriedade urbana deve cumprir sua função social, ou seja, deve ser utilizada de forma a promover o bem-estar de toda a população.	Aqui, a noção de função social é aplicada à propriedade urbana, indicando que o uso do solo urbano deve beneficiar a coletividade e não apenas os proprietários. Isso pode incluir a adequação de imóveis para habitação acessível ou espaços públicos.
Artigo 6º	Determina que a política urbana deve ser implementada de forma a garantir o direito à moradia, ao transporte, à educação, à saúde, ao lazer e à segurança.	Este artigo reforça a responsabilidade do governo em assegurar que as políticas urbanas promovam direitos fundamentais dos cidadãos, integrando diversos serviços essenciais para melhorar a qualidade de vida urbana.
Artigo 182º	Estabelece a função social da propriedade urbana e a possibilidade de expropriação de imóveis que não cumprem essa função.	O artigo dá ao poder público a autoridade para expropriar imóveis que não estejam cumprindo sua função social, como aqueles não utilizados ou subutilizados, com o objetivo de garantir que o espaço urbano sirva ao interesse comum e não apenas privado.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025, com base em Brasil, 2001.

Essas disposições do Estatuto da Cidade são importantes para garantir o direito das crianças à cidade, incluindo o acesso a áreas verdes, parques, praças e outros espaços públicos que promovam a brincadeira, o desenvolvimento físico e social e a integração com outras crianças.

Outra lei federal brasileira sobre o tema é a **Política Nacional de Mobilidade Urbana** sancionada em 2012. A lei reconhece a importância da mobilidade urbana para a qualidade de vida das pessoas e estabelece princípios e diretrizes para garantir o acesso universal e sustentável aos serviços de transporte urbano.

A mobilidade urbana é um aspecto crucial para garantir o direito das crianças à cidade. As crianças dependem do transporte urbano para acessar serviços públicos, escolas, espaços de lazer e outros locais importantes para o seu desenvolvimento físico e social. Nesse contexto, essa política pode contribuir significativamente para as infâncias, garantindo o acesso universal e sustentável aos serviços de transporte urbano. Algumas das disposições da lei que são relevantes para as crianças com autismo estão em destaque no [Quadro 7](#).

Quadro 7 – Política Nacional de Mobilidade Urbana

Artigo	Descrição	Explicação Detalhada
Artigo 1º	Estabelece a importância da mobilidade urbana para o acesso aos serviços públicos e para o desenvolvimento sustentável das cidades.	Este artigo ressalta a relevância da mobilidade urbana como um elemento central para o acesso equitativo aos serviços públicos e para promover um desenvolvimento urbano que seja ambientalmente sustentável e inclusivo.
Artigo 6º	Determina que a política de mobilidade urbana deve levar em conta a acessibilidade e a inclusão social, garantindo o acesso universal aos serviços de transporte urbano.	Enfatiza a necessidade de políticas de transporte que priorizem a acessibilidade e a inclusão, garantindo que todos, independentemente de suas condições físicas ou sociais, possam acessar os serviços de transporte.
Artigo 7º	Estabelece a importância da integração dos diferentes modos de transporte urbano, garantindo a eficiência e a segurança do sistema de transporte.	Sublinha a importância de um sistema de transporte integrado, onde diferentes modos de transporte coexistam harmoniosamente, aumentando a eficiência e a segurança para todos os usuários.
Artigo 15º	Determina que os planos de mobilidade urbana devem levar em conta as necessidades e as características específicas de cada região, incluindo as necessidades das crianças.	Este artigo chama a atenção para a importância de personalizar os planos de mobilidade urbana às peculiaridades regionais e às necessidades específicas de grupos vulneráveis, como as crianças.
Artigo 17º	Estabelece a necessidade de promoção do transporte não motorizado.	Promove o uso de formas de transporte não motorizadas, como caminhar e andar de

Artigo	Descrição	Explicação Detalhada
	motorizado, como caminhadas e ciclismo, garantindo um ambiente urbano seguro e saudável para as crianças e reduzindo os impactos negativos do transporte motorizado na qualidade do ar e do ambiente urbano.	bicicleta, visando melhorar a saúde pública, reduzir a poluição e criar um ambiente urbano mais seguro e acolhedor para as crianças.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025, com base em Brasil, 2012.

Essas disposições são importantes para garantir o acesso universal e sustentável aos serviços de transporte urbano, promovendo um ambiente urbano seguro e saudável para as crianças com autismo. Isso inclui a promoção do transporte não motorizado, que pode ser uma opção segura e saudável para as crianças se locomoverem na cidade, além de promover a atividade física e a interação social. Além disso, a Política Nacional de Mobilidade Urbana reconhece a importância da integração dos diferentes modos de transporte urbano, garantindo a eficiência e a segurança do sistema de transporte. Isso significa que as crianças devem ter acesso a um sistema de transporte seguro e integrado, que permita a locomoção entre diferentes locais da cidade, incluindo escolas, espaços de lazer e serviços públicos.

Já o **Estatuto da Metrópole**, instituído pela Lei n.º 13.089/2015, reconhece a importância das metrópoles como espaços estratégicos para o desenvolvimento econômico e social, e estabelece princípios e diretrizes para garantir a integração e a cooperação entre os municípios que compõem as regiões metropolitanas²⁶. Essa lei é importante para garantir os direitos das pessoas com autismo que vivem nas regiões metropolitanas, pois as diretrizes estabelecidas podem afetar significativamente a qualidade de vida e o acesso aos serviços e recursos. O Estatuto levanta a importância de se promover a inclusão social e a redução das desigualdades nas regiões metropolitanas, incluindo as desigualdades que afetam diretamente as crianças e os adolescentes. Segundo o artigo 2º, inciso II, do mencionado estatuto, uma das finalidades da lei é “promover a inclusão social, a redução das desigualdades regionais e a universalização dos direitos sociais, com

²⁶ As regiões metropolitanas são áreas urbanas que englobam uma cidade central e os municípios vizinhos que apresentam forte integração socioeconômica e territorial. Elas são caracterizadas pela concentração de população, atividades físicas, serviços e infraestrutura, que se espalham por uma extensa área geográfica.

especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade social”. Algumas das disposições do Estatuto da Metrópole que são relevantes para garantir os direitos das pessoas com autismo nas regiões metropolitanas estão detalhadas no [Quadro 8](#).

Quadro 8 – Pontos relevantes do Estatuto da Metrópole

Artigo	Descrição	Explicação Detalhada
Artigo 3º	Estabelece a importância da participação da sociedade civil e das entidades representativas na elaboração e na gestão dos planos de desenvolvimento urbano.	Este artigo ressalta o papel crucial da sociedade civil e das entidades representativas no processo de planejamento e gestão urbana, enfatizando a democracia participativa no desenvolvimento das cidades.
Artigo 4º	Determina que os planos de desenvolvimento urbano devem levar em conta as necessidades e as características específicas de cada região metropolitana, incluindo as necessidades das pessoas com deficiência.	Aponta para a necessidade de planos de desenvolvimento urbano serem adaptados às particularidades de cada região metropolitana, considerando as necessidades de todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência.
Artigo 5º	Estabelece a necessidade de integração e cooperação entre os municípios que compõem as regiões metropolitanas, garantindo a efetividade das políticas urbanas e o acesso aos serviços e recursos por parte de toda a população.	Enfatiza a importância da cooperação intermunicipal nas regiões metropolitanas para garantir que as políticas urbanas sejam eficazes e que todos tenham acesso igualitário a serviços e recursos.
Artigo 27º	Estabelece a necessidade de promoção da acessibilidade e da inclusão social nas políticas urbanas, garantindo o acesso universal aos serviços públicos e às áreas públicas.	Destaca a promoção da acessibilidade e da inclusão social como elementos essenciais das políticas urbanas, assegurando que todos, independentemente de suas limitações, possam acessar serviços públicos e áreas públicas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025, com base em Brasil, 2015.

Essas disposições são importantes para garantir que as políticas urbanas levem em conta as necessidades das pessoas com autismo e promovam um ambiente urbano acessível e inclusivo para elas. Isso inclui a promoção de serviços de saúde e de educação inclusivos, que atendam às necessidades específicas das pessoas com autismo, bem como a promoção de espaços públicos e áreas verdes que sejam seguros e acessíveis para elas. Além disso, o Estatuto da Metrópole estabelece a importância da participação da sociedade civil na elaboração e na

gestão dos planos de desenvolvimento urbano. Isso significa que as pessoas com autismo e suas famílias devem ser consultadas e incluídas no processo de planejamento urbano, garantindo que suas necessidades sejam levadas em conta e que as políticas urbanas promovam um ambiente inclusivo e acolhedor para elas.

No artigo 10 da Lei 13.089/2015, o plano de desenvolvimento urbano integrado deverá estabelecer diretrizes para a política urbana, com base em diagnóstico da situação urbanística e socioeconômica da região metropolitana, considerando as demandas da população por habitação, saneamento básico, mobilidade urbana, equipamentos sociais, cultura, lazer e meio ambiente, com especial atenção aos segmentos.

No âmbito internacional, a **Agenda 2030** foi adotada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental em todo o mundo. A Agenda 2030 é um compromisso de todos os países em trabalhar juntos para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos. Esse documento reconhece a importância da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo as crianças autistas.

Os ODS relevantes para a proteção dos direitos da criança autista são o **ODS 3** (saúde e bem-estar), o **ODS 4** (educação de qualidade), o **ODS 10** (redução das desigualdades) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes).

O **ODS 3** tem como objetivo garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, incluindo pessoas com deficiência, como as crianças autistas. A Agenda 2030 prevê a promoção da saúde mental e o acesso a serviços de saúde inclusivos e acessíveis para pessoas com deficiência. Isso inclui a promoção de estratégias e políticas que abordem as necessidades específicas das pessoas com autismo, como a identificação precoce, o diagnóstico adequado, o tratamento e o apoio familiar.

O **ODS 4** visa garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos. Dessa forma, o texto reconhece a importância da inclusão das crianças com deficiência, em todas as etapas do sistema educacional, desde a educação infantil até a universidade, o que inclui a promoção de estratégias e políticas que

assegurem a acessibilidade, a adaptação curricular e a formação de professores e profissionais de educação em relação às necessidades das crianças com autismo.

Já o **ODS 10** está focado em reduzir as desigualdades e promover a inclusão social para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Para isso, prevê a promoção de políticas e estratégias que combatam a discriminação e a exclusão social das pessoas com autismo, garantindo o acesso a serviços e a participação plena na vida da comunidade. Um foco especial é dado à participação das crianças e jovens.

Por último, o **ODS 16** estabelece que é necessário “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Isso significa que é fundamental promover a participação ativa das crianças e jovens nas decisões que afetam suas vidas.

Além dos ODS, a Agenda 2030 também prevê a promoção da pesquisa e da inovação em relação ao autismo, bem como a promoção da conscientização e do engajamento da sociedade civil e do setor privado em relação aos direitos das pessoas com autismo. Além disso, destaca que é essencial promover os direitos e a inclusão das crianças autistas em todos os aspectos da vida, incluindo a saúde, a educação, o trabalho e a participação plena na vida da comunidade.

Quadro 9 – ODS específicos

ODS	TEMA	Objetivo e Descrição
ODS 3	Saúde e Bem-Estar	Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, incluindo pessoas com deficiência como as crianças autistas. Inclui a promoção da saúde mental e o acesso a serviços de saúde inclusivos e acessíveis. As estratégias e políticas devem abordar as necessidades específicas das pessoas com autismo, como identificação precoce, diagnóstico adequado, tratamento e apoio familiar.
ODS 4	Educação de Qualidade	Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa para todos. Reconhece a importância da inclusão das crianças com deficiência em todas as etapas do sistema educacional, desde a educação infantil até a universidade. As políticas

		devem promover a acessibilidade, a adaptação curricular e a formação de professores e profissionais de educação para atender às necessidades das crianças com autismo.
ODS 10	Redução das Desigualdades	Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Envolve o combate à discriminação e à exclusão social de pessoas com autismo, garantindo acesso a serviços e participação plena na vida da comunidade.
ODS 16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Enfatiza a importância da participação ativa das crianças e jovens nas decisões que afetam suas vidas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025, com base em Brasil, 2015.

Instituído pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, o **Marco da Primeira Infância** estabelece diretrizes para a proteção e o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos de idade. A lei representa um avanço significativo na promoção dos direitos das crianças na primeira infância no país, já que garante o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária, promovendo ações para a melhoria da qualidade de vida, saúde, educação e proteção social. Além das diretrizes para a formulação de políticas públicas e ações governamentais, a lei incentiva a participação da sociedade civil na implementação das medidas previstas.

O artigo 1º desse documento define que: “A primeira infância é uma fase de importância capital para o desenvolvimento humano, sendo imprescindível a formulação de políticas públicas específicas e articuladas para essa etapa da vida” (Brasil, 2016). Entre as ações previstas nesse documento para a promoção do desenvolvimento das crianças com autismo na primeira infância, destacam-se:

- Incentivar o diagnóstico precoce e o atendimento especializado para as crianças com autismo;

- Promover o acesso das crianças com autismo a serviços de saúde e educação de qualidade, incluindo serviços de reabilitação e terapia;
- Estimular a inclusão das crianças com autismo em atividades educacionais, esportivas e culturais, garantindo sua participação na vida social;
- Capacitar profissionais da área de saúde e educação para o atendimento das necessidades específicas das crianças com autismo;
- Promover o envolvimento da família no cuidado e na educação das crianças com autismo, oferecendo orientação e apoio.

Uma das principais características do Marco da Primeira Infância é a abordagem integrada e intersetorial para a promoção do desenvolvimento infantil. A lei reconhece que o desenvolvimento das crianças na primeira infância é influenciado por diversos fatores, como a saúde, a educação, a proteção social e o ambiente familiar, e propõe ações que considerem esses diversos aspectos. Outra característica importante é o enfoque na prevenção de problemas com a proposta de medidas e na promoção de fatores protetivos para as crianças na primeira infância como o apoio familiar, a estimulação precoce e o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade.

Essa lei também reconhece a importância da participação ativa da família na promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância. Para isso, enfatiza a necessidade de propor ações que visam ao fortalecimento do vínculo familiar, à promoção da parentalidade responsável e à capacitação dos pais e cuidadores para o cuidado e a educação das crianças nessa fase da vida:

A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância deverá contemplar ações voltadas para a promoção da saúde, da alimentação adequada, do aleitamento materno, do desenvolvimento infantil integral, da educação infantil, da convivência familiar e comunitária, do brincar e do lazer, entre outros, bem como medidas de proteção contra toda forma de violência ou discriminação (Brasil, 2016, art. 7º).

Existem várias leis no Brasil que tratam sobre os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A seguir, apresento algumas delas.

A **Lei Berenice Piana**²⁷, promulgada em 27 de dezembro de 2012, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabelece diretrizes para a proteção e promoção dos direitos das pessoas com TEA, como a garantia do acesso a serviços de saúde, educação, trabalho e inclusão social. No artigo 3º da citada lei: “Considera-se pessoa com transtorno do espectro autista aquela com diagnóstico médico de autismo clássico, autismo de alto funcionamento, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância ou outra condição relacionada ao autismo.”

A **Lei Romeo Mion**, criada em 18 de julho de 2019, estabelece a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA. A carteira busca garantir o acesso da pessoa com TEA aos direitos previstos em lei, bem como facilitar o atendimento em serviços públicos e privados. Conforme define o artigo 3º dessa lei:

A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista será expedida gratuitamente pelos órgãos responsáveis pela execução da política de proteção dos direitos da pessoa com deficiência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou por entidades por eles conveniadas, e terá validade em todo o território nacional (Brasil, 2019).

A **Lei João Carlos Autism Day**, promulgada em 12 de agosto de 2021, instituiu o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, celebrado anualmente em 2 de abril. A lei tem como objetivo sensibilizar a população sobre o autismo e promover a inclusão das pessoas com TEA na sociedade.

A **Lei Estadual n.º 1.306**, de 3 de abril de 2019, autoriza o Poder Executivo a instituir a Carteira de Identificação do Autista no âmbito do Estado de Roraima. Esse

²⁷ Berenice Piana de Oliveira foi uma importante ativista na luta pelos direitos das pessoas com TEA no Brasil. Ela foi a fundadora e presidente do movimento Somos Todos Especiais, que promove a conscientização e a defesa dos direitos das pessoas com TEA e suas famílias. Infelizmente, Berenice faleceu em 2011, antes da aprovação da Lei n.º 12.764/2012. No entanto, seu trabalho e dedicação foram fundamentais para a garantia dos direitos das pessoas autistas no Brasil.

documento tem como objetivo garantir o direito das pessoas com autismo à prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, assim como a outras medidas de proteção previstas em lei. A lei estabelece que a carteira de identificação deve ser expedida gratuitamente pelo Poder Executivo estadual e conter informações sobre o nome completo do portador, a data de nascimento, o número do CPF, uma foto recente e o grau de autismo, se houver. A emissão da carteira deve ser acompanhada de informações sobre a condição de autista e as necessidades específicas do portador, a fim de garantir um atendimento adequado e inclusivo. A Lei também prevê que o Poder Executivo estadual deve promover campanhas de conscientização e capacitação para o atendimento de pessoas com autismo.

A **Lei Estadual n.º 1.067**, de 04 de julho de 2016, institui a Semana do Autismo no âmbito do estado de Roraima. A semana visa conscientizar a população sobre o autismo e suas características, promover a inclusão social das pessoas com autismo e incentivar a pesquisa científica sobre o tema. A Semana do Autismo deve ser realizada anualmente na última semana do mês de abril, que é o mês de conscientização sobre o autismo em todo o mundo. Durante a semana, devem ser promovidas atividades educativas e culturais, como palestras, debates, seminários, exposições e eventos esportivos, para disseminar informações sobre o autismo e incentivar a inclusão social das pessoas com autismo. A Lei também estabelece que as atividades da Semana do Autismo devem ser organizadas pelo Poder Executivo estadual, em conjunto com organizações da sociedade civil e outras entidades interessadas na promoção da inclusão das pessoas com autismo.

Na esfera dos direitos das crianças autistas, observa-se uma gama de declarações, convenções, estatutos, compromissos, decretos e leis desenhados para assegurar uma vida digna e plena para este segmento da população. Documentos internacionais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e legislações nacionais em diversos países constituem um marco legal robusto, visando a proteção, inclusão e promoção dos direitos fundamentais das crianças com TEA. Essas normativas abrangem desde o direito à educação inclusiva e acessível até a garantia de acesso a terapias e suportes

necessários para o seu desenvolvimento integral como pode ser verificado no [Quadro 10](#).

Quadro 10 – Declarações, convenções, estatutos, compromissos, decretos e leis

ARCABOUÇO LEGAL	ANO
Declaração de Genebra	1924
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948
Constituição Federal	1988
Convenção sobre os Direitos da Criança	1989
Estatuto da Criança e do Adolescente	1990
Carta da Terra	2000
Estatuto da Cidade	2001
Política Nacional de Mobilidade Urbana	2012
Estatuto da Metrópole	2015
Agenda 2030	2015
Marco da Primeira Infância	2016
Lei Berenice Piana	2012
Lei Romeo Mion	2019
Lei João Carlos Autism Day	2021
Lei Estadual n.º 1.306	2019
Lei Estadual n.º 1.067	2016

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Contudo, a existência dessas leis, decretos, cartas, convenções e normativas, por si só, não se traduz automaticamente em melhorias palpáveis na vida das crianças autistas. O desafio persistente e preeminente não reside na falta de regulamentações, mas sim no cumprimento efetivo e na implementação das conquistas já alcançadas. Há uma lacuna significativa entre o que é estipulado pelo arcabouço legal e a realidade vivida por muitas crianças autistas e suas famílias, refletindo falhas no sistema de garantias de direitos e na infraestrutura de suporte. A ineficácia na aplicação dessas normativas é multifatorial, envolvendo desde a

insuficiência de recursos financeiros e humanos até a falta de capacitação dos profissionais envolvidos e a escassez de políticas públicas específicas. Além disso, o estigma social e a falta de conscientização sobre o autismo ainda são barreiras significativas que impedem o acesso a direitos e serviços adequados.

É imperativo que os esforços se concentrem não apenas na formulação de novas leis, mas principalmente na efetiva implementação e no monitoramento rigoroso das políticas existentes. Isso implica em investimento em capacitação profissional, aumento da conscientização pública sobre o TEA, fortalecimento das instituições responsáveis pela garantia dos direitos dessas crianças e estabelecimento de mecanismos de fiscalização efetivos que assegurem o cumprimento das normativas. Somente através de uma ação coordenada entre governos, sociedade civil e comunidade internacional será possível superar o abismo entre as normativas existentes e a realidade vivenciada pelas crianças autistas, para promover, assim, uma inclusão verdadeira e efetiva.

2.5 Uma nova abordagem: acessibilidade sensorial

A acessibilidade tem sido um tema central nas discussões sobre o direito à cidade e inclusão social. Tradicionalmente, as medidas de acessibilidade focam em aspectos técnicos e normativos para facilitar o acesso físico aos espaços urbanos — NBR-9050. No entanto, essa abordagem muitas vezes negligencia as experiências subjetivas e emocionais dos usuários, principalmente dos espaços coletivos. A abordagem da “**acessibilidade sensorial**” surge como uma resposta a essa lacuna, propondo uma abordagem mais empática e inclusiva no projeto de espaços urbanos, com um foco particular nas necessidades de crianças no espectro autista dado que elas experimentam o mundo de maneira profundamente diferente, com sensibilidades particulares a estímulos sensoriais, como cores e texturas, que podem afetar significativamente sua capacidade de habitar e se sentir confortáveis em espaços urbanos. Assim, ao pensarem nessa abordagem arquitetos e planejadores urbanos adotam uma postura mais empática, buscando compreender e incorporar as perspectivas dessas crianças no processo de projetar, qualificar e requalificar.

Esta abordagem se apoia em três eixos fundamentais conforme está apresentada no [Quadro 11](#).

Quadro 11 – ASTEA

Número	Princípio	Descrição
1	Empatia como ferramenta de projeto	Utilizar a empatia para se colocar no lugar de usuários com necessidades específicas, garantindo que suas experiências e desafios sejam considerados desde o início do processo de criação dos espaços.
2	Além das Normas Técnicas	Reconhecer que a acessibilidade vai além do cumprimento de normas técnicas e regulamentações, envolvendo a criação de espaços que promovam bem-estar emocional e sensorial.
3	Participação ativa dos usuários	Incentivar a participação ativa das crianças no espectro autista e de suas famílias no processo da elaboração do programa de necessidades, assegurando que os espaços urbanos reflitam suas verdadeiras necessidades e preferências.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A aplicação da **acessibilidade sensorial** requer uma mudança paradigmática no planejamento e projetos urbanos, demandando ferramentas de levantamento participativo e abordagens inovadoras de pesquisa e desenvolvimento. Espaços projetados sob essa perspectiva prometem não apenas ser mais inclusivos para crianças no espectro autista, mas também oferecer uma qualidade de vida melhorada para todos os usuários, refletindo uma compreensão mais ampla de acessibilidade e inclusão.

Nesse contexto ampliado, é crucial considerar o potencial dessa perspectiva para abranger um espectro mais amplo de necessidades especiais. Inicialmente focada nas crianças no espectro autista, através da vertente aqui denominada ASTEA, a abordagem tem o potencial intrínseco de adaptar-se e expandir-se para

atender a outras condições, como paralisia cerebral²⁸ (ASPC – Acessibilidade Sensorial para Paralisia Cerebral) e síndrome de Down²⁹ (ASSD – Acessibilidade Sensorial para Síndrome de Down), entre outras.

Enquanto a ASTEA representa o ponto de partida dessa jornada inclusiva, o entendimento fundamental dessa discussão oferece um *framework*³⁰ adaptável que pode ser customizado para atender a uma variedade de necessidades específicas. A aplicação da “acessibilidade sensorial” para indivíduos com paralisia cerebral requer uma compreensão detalhada das várias maneiras pelas quais essa condição afeta a mobilidade e a percepção sensorial. A ASPC buscaria integrar soluções de projeto que facilitassem a navegação urbana para pessoas com limitações de movimento, garantindo que os espaços públicos sejam seguros, acessíveis e convidativos.

Para abranger a síndrome de Down, sob a nomenclatura ASSD, enfatizaria a criação de ambientes urbanos que suportem as necessidades de desenvolvimento e sociais de indivíduos com essa condição. Isso incluiria considerações sobre a acessibilidade cognitiva e física, bem como a promoção de espaços que facilitem a inclusão social e a interação.

A “acessibilidade sensorial” se propõe a ser uma abordagem dinâmica, com a capacidade de se adaptar às necessidades emergentes de diversos grupos. O foco inicial da ASTEA é apenas o primeiro passo em direção a uma visão mais abrangente de acessibilidade e inclusão. À medida que novas pesquisas se

²⁸ Paralisia cerebral: Condição neurológica que afeta o movimento, o tônus muscular e a postura. É o resultado de danos ao cérebro em desenvolvimento, muitas vezes antes, durante ou logo após o nascimento. As manifestações da paralisia cerebral variam amplamente entre os indivíduos, incluindo dificuldades motoras, desafios na coordenação e controle dos músculos, bem como possíveis complicações sensoriais, cognitivas e de comunicação. A paralisia cerebral é uma condição permanente, mas o suporte terapêutico e intervenções adaptativas podem melhorar significativamente a qualidade de vida dos afetados.

²⁹ Síndrome de Down: Condição genética resultante da presença de um cromossomo 21 extra, caracterizada por uma combinação de diferenças físicas e cognitivas. Indivíduos com síndrome de Down podem apresentar traços faciais distintos, variações no desenvolvimento físico e intelectual, e estão suscetíveis a certas condições médicas, como problemas cardíacos e auditivos. Apesar dos desafios, podem levar vidas produtivas e enriquecedoras, especialmente com suporte educacional, social e médico adequado. A inclusão e a acessibilidade são fundamentais para promover sua autonomia e bem-estar.

³⁰ *Framework*: Em contextos de projeto, arquitetura e planejamento urbano, o termo “*framework*” refere-se a uma estrutura conceitual ou metodológica que orienta a criação, a avaliação e a implementação de projetos e políticas. No caso da “acessibilidade sensorial”, o *framework* representa o conjunto de princípios, diretrizes e abordagens empáticas que fundamentam a teoria e guiam a prática do projeto inclusivo, adaptável às necessidades específicas de indivíduos com diversas condições, como o espectro autista, paralisia cerebral e síndrome de Down, entre outras.

desdobram e mais dados se tornam disponíveis, pode-se expandir para incluir uma ampla gama de condições, promovendo um impacto ainda maior na construção de cidades verdadeiramente acessíveis e inclusivas para todos.

2.5.1 Acessibilidade urbana

A acessibilidade é definida como a facilidade com que indivíduos podem alcançar locais e oportunidades, refletindo também as características desses lugares e oportunidades em termos de quão acessíveis eles são para a população (Geurs; Van Wee, 2004; Neutens *et al.*, 2010). Este conceito é fundamental para entender as interações entre a configuração espacial da população e de atividades econômicas e serviços, assim como o desempenho da rede de transportes na facilitação do acesso a essas oportunidades (Handy; Niemeier, 1997).

A acessibilidade urbana desempenha um papel crucial na capacidade das pessoas de se deslocarem para acessar oportunidades essenciais, como empregos e instituições educacionais (Curl *et al.*, 2011). Os níveis de acessibilidade em ambientes urbanos são influenciados por três componentes principais, descritos a seguir.

O primeiro componente é a infraestrutura, onde a eficácia com que as atividades podem ser acessadas depende significativamente da infraestrutura de transporte disponível. Elementos como a densidade da rede de transporte público, a conectividade das vias e a presença de corredores de transporte de alta capacidade, como trens e metrô, são essenciais (Vasconcellos, 2001). A eficiência, juntamente com a conectividade espacial e temporal da rede de transportes, desempenha um papel crucial na determinação da acessibilidade (Levine *et al.*, 2012).

O segundo é o uso do solo onde a facilidade de acesso a atividades também é influenciada pela distribuição espacial de pessoas e atividades, incluindo escolas, serviços de saúde e áreas de lazer (Cervero; Kockelman, 1997). A proximidade geográfica entre indivíduos e oportunidades é fundamental; distâncias maiores complicam significativamente o acesso às atividades desejadas.

E o terceiro e último componente está relacionado com as características individuais dos cidadãos. Fatores como limitações motoras e cognitivas, idade, gênero, etnia e renda influenciam a capacidade das pessoas de se locomoverem e utilizarem diferentes modos de transporte, além de afetarem a percepção de segurança e a experiência de discriminação na cidade (Lucas, 2012). Esses componentes destacam a complexidade e a interdependência das variáveis que determinam a acessibilidade urbana.

Nesse contexto há de se compreender a diferença de acessibilidade, acessibilidade urbana e a acessibilidade sensorial. O conceito de acessibilidade é frequentemente interpretado sob duas dimensões distintas: a microacessibilidade e a macroacessibilidade. A microacessibilidade foca em padrões e normas de design universal, que são cruciais para garantir a inclusão de pessoas com variados graus de dificuldades motoras e cognitivas (Steinfeld; Maisel, 2012). Este aspecto da acessibilidade lida com a adaptabilidade e acessibilidade de espaços públicos e privados, incluindo edificações e veículos, e como esses designs afetam a capacidade individual de acesso a serviços e produtos.

Em contrapartida, a macroacessibilidade refere-se a questões mais abrangentes de acesso dentro do contexto urbano, abordando como a disposição de infraestruturas de transporte e a distribuição espacial de pessoas e atividades impactam a acessibilidade a oportunidades mais amplas (Curtis; Scheurer, 2010). Este nível de acessibilidade examina a interação entre a utilização de tecnologias de transporte pela população e a estruturação espacial das atividades urbanas, incluindo a cobertura e conectividade da rede de transporte. A relação entre micro e macroacessibilidade é complexa e complementar, e as condições de microacessibilidade têm um efeito direto na capacidade de indivíduos para utilizar eficazmente os sistemas de transporte, o que inclui desde a facilidade de embarque em diferentes modos de transporte até a segurança ao se deslocar por calçadas e atravessar ruas (Imrie, 2000).

Fundamentada nesses pontos de acessibilidade, a acessibilidade sensorial para Transtorno do Espectro Autista – ASTEA busca focar no indivíduo. As medidas de acessibilidade baseadas em pessoas adotam uma abordagem detalhada e individualizada, considerando não apenas a configuração espacial das atividades e o

desempenho da rede de transporte, calçadas e passeios, mas também características pessoais como sexo, idade e deficiência física, bem como a participação em atividades e compromissos pessoais (Dong *et al.*, 2006; Neutens *et al.*, 2012). Essas medidas incluem indicadores baseados em atividades e análises espaço-temporais, que proporcionam uma compreensão mais profunda de como diferentes indivíduos acessam serviços e oportunidades.

No entanto, apesar de sua sofisticação e precisão, tais indicadores apresentam dificuldades significativas, principalmente devido à necessidade de grandes volumes de dados detalhados, como levantamentos comportamentais, entrevistas, etnografias e pesquisas domiciliares do tipo origem-destino. O processamento desses dados é computacionalmente intensivo, o que pode limitar a utilização dessas medidas em comparação com as medidas baseadas em lugares, que são computacionalmente menos exigentes (Miller, 2018; Neutens *et al.*, 2010). Além disso, como as medidas baseadas em pessoas são calculadas levando em conta as particularidades de cada indivíduo, elas não são facilmente agregadas em um único indicador sintético. Isso pode complicar a comunicação dos resultados, pois cada caso requer uma análise e interpretação específica – ASTEA, ASPC e ASDOWN.

A noção de acessibilidade está intrinsecamente ligada à questão espacial dentro do debate sobre justiça social, particularmente em relação à desigualdade de oportunidades. Este conceito serve como uma ferramenta essencial para explicitar a dimensão espacial na formulação de políticas públicas destinadas a combater essas desigualdades (Farrington; Farrington, 2005; Pereira; Schwanen; Banister, 2017). Acessibilidade, portanto, não é apenas uma questão de mobilidade ou de infraestrutura física; ela é fundamental para garantir que as políticas públicas sejam equitativas e que os benefícios dessas políticas sejam distribuídos de maneira justa entre diferentes grupos sociais e localidades, e em especial ao grupo das crianças autistas. Incorporar a acessibilidade nas políticas públicas permite uma avaliação mais precisa de como e quais grupos sociais ganham ou perdem com determinadas políticas. Assim, a acessibilidade torna-se um elemento central para o planejamento urbano e para a criação de uma sociedade mais inclusiva e justa, garantindo que

todos tenham oportunidades iguais de acessar serviços essenciais e participar plenamente na vida econômica e social da cidade.

3. A CIDADE COMO ESPAÇO DE TROCA, RELAÇÕES SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

As relações de troca entre os usuários e os espaços ocorrem por meio de sensações e ambiências que envolvem sentimentos e reações, influenciando a forma como se relacionam com o ambiente construído. Os espaços públicos ocupados por crianças geram, dentre muitas sensações, a sensação de segurança e vitalidade. A cidade é um espaço que permite a construção e a reconstrução de múltiplas identidades, tanto para as crianças como para os adultos. É uma arena de trocas e aprendizado, um local de construção de histórias pessoais e coletivas, de vínculos sociais e de identidades (Nunes, 2008).

A relação corpo-espaço imprime sua importância intrínseca no Parque Linear do Mirandinha, uma vez que as crianças apropriam-se dos espaços tornando-os local de trocas e construção coletiva, o brincar como elemento de movimento e ação. O brincar é situado simbolicamente no espaço potencial intermediário entre o eu e o mundo real, entre o eu e o objeto.

A relação entre o brincar e o espaço livre da cidade é uma temática central na discussão sobre o desenvolvimento infantil e a qualidade do ambiente urbano. O brincar, conforme descrito por estudiosos como Huizinga (1955) em *Homo Ludens*, não é apenas uma atividade recreativa, mas um elemento fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Essa atividade lúdica é essencial para a aprendizagem, a exploração do ambiente e a construção de relações sociais (Huizinga, 1955). Por sua vez, o espaço livre da cidade, conforme articulado por Gehl (2010) em *Cities for People*, desempenha um papel crucial em fornecer o ambiente propício para o desenvolvimento dessas atividades lúdicas. Gehl (2010) argumenta que o urbano deve priorizar espaços que promovam interações humanas e ofereçam oportunidades para o jogo e a recreação ao ar livre. A relação entre o brincar e o espaço livre da cidade é, portanto, uma questão de

direito à cidade, onde as crianças têm a liberdade de explorar, brincar e crescer em ambientes urbanos seguros e estimulantes.

Nesse contexto, a qualidade e a acessibilidade dos espaços livres urbanos, tais como parques, praças e *playgrounds*, são indicativos da qualidade de vida na cidade e do comprometimento das políticas urbanas com o bem-estar das crianças. Chawla (2002), em *Insight, Creativity and Thoughts on the Environment*, destaca a importância de envolver crianças no planejamento dos espaços urbanos, argumentando que isso não só melhora a qualidade dos espaços projetados, mas também empodera as crianças como cidadãos ativos na formação de suas comunidades (Chawla, 2002).

É necessário, portanto, estabelecer uma relação dialética entre o brincar e o espaço livre da cidade, onde o brincar atua como uma função vital do desenvolvimento humano e o espaço livre como um recurso indispensável para a realização dessa função. Essa relação evidencia a necessidade de políticas urbanas que reconheçam o valor do brincar e garantam a criação e a manutenção de espaços livres adequados para as crianças em ambientes urbanos.

Diversas produções científicas tratam e compreendem a criança como grupo social, agentes políticos, econômicos e sujeitos coberto por todos os direitos ratificados por várias entidades nacionais e internacionais como a Carta da Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989, UNICEF, Constituição Federal (1988), Declaração dos Direitos da Criança (1959), entre outras. Em todos os compromissos ratificados por essas entidades, a criança é tratada como prioridade na construção social, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade.

Esse arcabouço de legislações, compromissos, tratados, insere a criança no espaço urbano, com condições de construção do cidadão politizado, ético e íntegro. Logo, entende-se que a cidade deve estar preparada para esse usuário permanente, em estado de segurança e acessibilidade. Esse ator/usuário deve estar intrínseco na arquitetura, no urbanismo e, principalmente, nos planejamentos de gestão urbana no pensar-fazer cidade.

Considerando que o espaço público como extensão do habitar, os parques e praças precisam garantir eventos lúdicos, como instrumento educativo e terapêutico, para que possam provocar nas crianças momentos para conhecer a si próprio. A cidade é um “grande livro aberto”, cheio de histórias, aventuras e possibilidades para as crianças. Ao caminhar pelas ruas, elas podem descobrir novas cores, formas, cheiros, sons e texturas, experimentando e aprendendo a cada passo (Kramer, 2004).

Produzir espaços públicos criativos se justifica na ampliação da curiosidade e atitude subversiva da criança, trafegando pelo imaginário, pela ludicidade e pela criatividade. A criança, ao interpretar a cidade como o seu território, amplia o seu potencial de uso, crítica e uso das lógicas urbanas. Entende-se, em outras palavras, que a criança ocupando os espaços, no livre brincar, amplia o uso dos instrumentos, de perspectivas e desenvolve questões cidadinas (Porto, 2019).

Compreendendo que as crianças fazem parte de um todo, é possível pensar em planejamento urbano inclusivo, “as crianças têm consciência de que elas são parte de uma estrutura social complexa, enquanto os adultos pensam que representam tudo e todos e que, portanto, se forem satisfeitas suas exigências, todos poderão beneficiar-se” (Tonucci, 2005, p. 28).

As cidades modernas tendem a focar suas estruturas e planejamentos no adulto produtivo e no cidadão privilegiado, negligenciando, muitas vezes, a importância de voltar o olhar para as necessidades das crianças. Nesse contexto, espaços são frequentemente produzidos e logo esquecidos, criando ambientes que não favorecem o desenvolvimento infantil. Segundo Marc Augé (1992), os “não lugares” caracterizam-se como espaços objetivos, frios e individuais, que carecem de uma percepção coletiva e estão intrinsecamente ligados a uma sociedade marcada pela rapidez e pelo consumo. Essa concepção de espaço está em claro contraponto às necessidades das crianças, que demandam espaços coletivos onde possam desenvolver memórias e construir afetos. A criação de espaços que favoreçam a interação social e o desenvolvimento afetivo das crianças é, portanto, uma necessidade premente, que desafia o paradigma dos “não lugares” e propõe uma reflexão sobre a inclusão das crianças. Estádios que recepcionam crianças, shows e espetáculos com crianças transmitem, de imediato, sensação de

acolhimento e alegria. O que se defende, para os espaços urbanos, não é somente o urbanismo para o imediatismo, mas espaços que atendam às necessidades básicas do sujeito criança, incorporando todas as suas demandas, preparando para o futuro, cidadãos do coletivo e crítico.

Há uma absoluta urgência de recuperar a cidade, enquanto lugar de encontro, do brincar coletivo, da relação lúdica de adultos e crianças e de crianças entre si. Sem qualquer nostalgia ou equivocada valorização do passado, há que se assegurar na cidade e para a cidade os espaços públicos, hoje privatizados pelo automóvel, pelas grades, pela segregação econômica e social que se faz em nome da segurança (Lima, [1991] 1995, p.185).

Como relatado por Lima (1991), a criança necessita desse olhar cauteloso, com cuidado e atenção, tornando-se protagonista de um cenário urbano. Assim, é necessário ver a criança como representação: com abordagens que ampliam sua presença, desprendida de capacitismo, que hoje é tratado como preconceito social.

No âmbito do Planejamento Urbano, a criança emerge como uma figura central, cuja inclusão transcende a mera condição de usuária para se posicionar como uma estratégica coautora na geração de políticas públicas. Esta abordagem demanda a elaboração de entendimentos, manifestos e projetos em que a essência da brincadeira infantil permeia todas as etapas do planejamento, consolidando-se como um pilar fundamental na construção de espaços urbanos. Esta perspectiva encontra ressonância em iniciativas históricas como os Parques Infantis de São Paulo, implementados entre 1935 e 1938 sob coordenação de Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da cidade, voltados a crianças de famílias trabalhadoras em bairros operários (como Ipiranga, Lapa e Mooca). Nesse programa, as crianças eram vistas não apenas como beneficiárias, mas como agentes multiplicadores, educadores e produtores de cultura, ao brincar, experimentar arte, desenvolver tarefas coletivas e socializar em ambientes desenhados para esse fim.

Eslava, Tejada e Hoyuelos (2005, p. 130) corroboram a necessidade de integrar as crianças ativamente no processo de planejamento urbano. A premissa de que o brincar pode conduzir a uma profunda compreensão do espaço sugere uma reavaliação das práticas de planejamento urbano, promovendo uma abordagem que

valoriza a experiência e a percepção infantil como elementos chave para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, educativas e culturalmente ricas. Assim, ao considerar a criança não apenas como um elemento passivo no contexto urbano, mas como coautora ativa das ações públicas, abre-se caminho para uma redefinição das políticas de planejamento urbano, que passam a incorporar a ludicidade e a criatividade infantil como eixos centrais na construção de espaços urbanos que respondam às necessidades e potencialidades de todos os cidadãos.

3.1 Praças e parques como espaço de cidadania

Cabanellas, Sendra, Torá e Fresán (2019) envolvem os jogos das crianças nos espaços públicos, destacando os *playgrounds* como elementos fundamentais para compreender a dinâmica da infância urbana. O entendimento participativo, sustentável e de aprendizagem se destaca como uma abordagem essencial para promover um ambiente urbano inclusivo e acolhedor para as crianças, onde o ato de brincar é encarado não apenas como uma atividade recreativa, mas como um direito fundamental que integra aspectos educativos, de lazer e de intercâmbio social.

Nesse contexto, o espaço é compreendido ([Figura 6](#)) não apenas como uma localização física, mas como um lugar onde as atividades humanas acontecem, influenciando e sendo influenciado por diversos aspectos, como seu uso, função, forma e percepção. Conforme Calduch (2016), o ser humano desenvolve esquemas mentais a partir do ambiente em que está inserido, adaptando suas ações de acordo com o contexto. O espaço pragmático refere-se às ações das pessoas que variam conforme sua movimentação no ambiente, enquanto o espaço perceptivo imediato está relacionado ao campo visual e ao desenvolvimento mental do indivíduo. Esses entendimentos são elementos constituintes do espaço existencial, que se moldam e são moldados pelas interações humanas dentro e fora dele (Marte, 2016).

Figura 6 – Tipos de espaços



Fonte: Marte, 2016.

O espaço, neste contexto, o parque, entra como instrumento motriz para a criatividade e a colaboração entre os atores. Isso ocorre pela liberdade que o parque estabelece entre os usuários, já que não há no parque fronteiras físicas, brinquedos convencionais e traçados pré-estabelecidos.

A categorização das crianças como usuárias de dispositivos lúdicos³¹ específicos apresenta-se como uma proposição audaz, uma vez que a interação destas com tais dispositivos frequentemente transcende a utilização superficial antecipada pelos adultos. Uma análise detalhada do comportamento lúdico infantil revela um processo de apropriação contínua, no qual as crianças não se limitam a empregar os elementos lúdicos conforme a funcionalidade originalmente designada.

³¹ Dispositivo lúdico: Termo utilizado para descrever qualquer objeto, ferramenta, equipamento ou estrutura projetada para proporcionar entretenimento, diversão ou estimulação através do jogo. Estes dispositivos podem variar desde brinquedos tradicionais e jogos até estruturas mais complexas em parques infantis ou tecnologias interativas destinadas a promover atividades lúdicas. A natureza e a função destes dispositivos são amplamente influenciadas pelas intenções de seus criadores, bem como pelas interações e interpretações dos usuários, especialmente crianças, que frequentemente os utilizam de maneiras inovadoras e criativas, não necessariamente previstas pelos adultos (Carvalho *et al*, 2003, p. 21).

Pelo contrário, elas se engajam em uma reinterpretação criativa, mediante a qual estes elementos são transformados e subvertidos de acordo com as dinâmicas internas do jogo infantil. Este fenômeno de reconfiguração lúdica conduz à criação de novas realidades que se superpõem à existente, efetuando, assim, uma alteração substancial no significado atribuído à realidade convencional, que passa a servir primordialmente como substrato para o imaginário infantil. Tal observação enfatiza a complexidade das interações infantis com os dispositivos lúdicos, sugerindo que estas interações não apenas refletem, mas também contribuem significativamente para a construção cognitiva e social da criança.

A ideia de que crianças reconfiguram e redefinem dispositivos e espaços lúdicos, criando novos significados e realidades, ecoa em teorias de diversos estudiosos no campo da psicologia do desenvolvimento, educação e estudos da infância. No [Quadro 12](#), podem ser encontrados alguns autores notáveis, que discutem conceitos relacionados.

Quadro 12 – Base teórica do brincar e o ambiente

Nº	Autor	Ano/Período	Descrição
1	Jean Piaget	Início do século XX (1920s-1980s)	Psicólogo suíço conhecido por sua teoria do desenvolvimento cognitivo da criança. Piaget explorou como as crianças interagem com seu ambiente e constroem conhecimento através de processos de assimilação e acomodação.
2	Lev Vygotsky	Início do século XX (1920s-1934)	Psicólogo russo, Vygotsky é conhecido pela sua teoria sócio-cultural do desenvolvimento cognitivo, enfatizando o papel do ambiente social e da cultura no desenvolvimento da criança.
3	Roger Caillois	Publicou <i>Os Jogos e os Homens</i> em 1958	Sociólogo francês que classifica os jogos em várias categorias e explora sua importância na sociedade. Caillois fala sobre a ludicidade e como os jogos funcionam em diferentes culturas.
4	Henri Lefebvre	Meados do século XX (1940s-1990s)	Filósofo e sociólogo francês conhecido por suas ideias sobre o espaço e a vida cotidiana. Embora não focado exclusivamente em crianças ou brinquedos, seu trabalho pode oferecer uma lente para

Nº	Autor	Ano/Período	Descrição
			entender como espaços lúdicos são utilizados e transformados.
5	Howard Gardner	Fim do século XX (1983 - Teoria das inteligências múltiplas)	Psicólogo do desenvolvimento, conhecido pela teoria das inteligências múltiplas. Gardner sugere que crianças possuem diferentes tipos de inteligências que podem ser estimuladas de diversas formas, incluindo através do jogo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Esses autores, entre outros, contribuem para uma compreensão mais rica de como as crianças interagem com seu ambiente de maneiras complexas e criativas, redefinindo o propósito e o significado dos objetos e espaços ao seu redor.

Dessa forma, entende-se que as praças e parques são espaços de cidadania, pois proporcionam a todos o acesso a um espaço público de qualidade, onde é possível desfrutar de atividades culturais, esportivas e de lazer (Haddad, 2015). Além disso, esses espaços públicos favorecem o encontro e a convivência entre as pessoas. Os espaços livres também são importantes para a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas, sendo um local para a prática de atividades físicas, esportes e atividades culturais, como proposto por Miranda Magnoli (1982) e adotado pela rede QUAPA SEL.

Cabe destacar que esses espaços favorecem o aprendizado intuitivo, pois oferecem às pessoas, especialmente às crianças, a oportunidade de explorar o mundo de forma autônoma, sem a condução rígida de um ambiente guiado. Quando o indivíduo age, experimenta e cria no espaço físico, constrói conhecimento de modo mais profundo e significativo. Essa perspectiva dialoga com os princípios do método Montessori, desenvolvido por Maria Montessori (2007), que defende a aprendizagem como um processo ativo, baseado na liberdade com responsabilidade, na autoeducação e na interação sensorial com o ambiente. No contexto montessoriano, o ambiente é preparado para estimular a curiosidade e permitir que a criança escolha, manipule e descubra por si mesma, aprendendo por meio da experiência direta. Assim, a livre interação com o espaço, a invenção, a criação e a manipulação de artefatos, incluindo o material Montessori, configuram-se

como elementos essenciais da aprendizagem, abrindo mundos de possibilidades e incentivando o questionamento. A importância pedagógica do ambiente, portanto, decorre de uma abordagem que reconhece a capacidade e autonomia da criança na construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento de suas iniciativas em liberdade.

Na política do jogo, surge o *playground*. O termo *play* refere-se à brincadeira livre e interpretativa, um jogo criativo de descoberta e aprendizado, típico da infância. Nesse sentido, parque infantil é o terreno, o suporte de um jogo que não implica regras nem convenções, mas que se configura através das ações, relações e transformações realizadas pelas crianças segundo as suas próprias dinâmicas e motivações. A maioria das sociedades alternadamente vivem e sobrevivem, ou seja, coexistem entre o prosaico e o poético. Compreender os ambientes educativos a partir dessa mesma alternância nos permitiria fazer coexistir neles o prosaico, como a alfabetização, com o jogo poético e criativo. As praças e parques são um espaço de inclusão social, onde todos os cidadãos têm acesso a um espaço público de qualidade e podem desfrutar de atividades culturais, esportivas e de lazer (Costa, 2012).

Van Eyck, arquiteto holandês, revolucionou o design de *playgrounds* ao criar mais de 700 espaços lúdicos em Amsterdã, entre as décadas de 1940 e 1970, que se destacam pela sua interatividade, criatividade e integração com o ambiente urbano. Ele defendia que os *playgrounds* devem ser extensões do espaço urbano, promovendo a interação social e fortalecendo o senso de comunidade, em vez de serem apenas áreas isoladas para atividades infantis (Lefaivre; Tzonis, 1999). Um aspecto central da abordagem de van Eyck era a ênfase na imaginação e criatividade. O arquiteto projetava espaços que desafiavam as crianças a inventar seus próprios jogos, utilizando formas abstratas e elementos interativos que divergiam significativamente dos equipamentos de *playground* convencionais. Esta filosofia ressoa com a ideia de que esses espaços devem ser catalisadores de experiências lúdicas que estimulem a aprendizagem autônoma e o desenvolvimento infantil (van Lingen; Kollarova, 2008). A flexibilidade e modularidade dos designs de van Eyck permitiam que seus *playgrounds* fossem adaptáveis a diferentes contextos urbanos, refletindo uma compreensão da necessidade de espaços que pudessem

evoluir juntamente com as comunidades que serviam. A inclusão e a acessibilidade eram considerações implícitas em seu trabalho, visando criar espaços acolhedores para todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas ou idade (Hart, 2002). Van Eyck também valorizava a estética dos *playgrounds*, buscando uma harmonia entre funcionalidade e beleza. Seus projetos eram reconhecidos não apenas pela sua utilidade prática, mas também por seu apelo visual, incentivando a interação e o prazer estético tanto nas crianças quanto nos adultos que frequentam esses espaços (van Eyck, 1963).

No mesmo tom, a metodologia pedagógica proposta por Elvira de Almeida, que enfatiza a utilização de jogos matemáticos como veículos para o aprendizado, apresenta implicações significativas não apenas para o ambiente escolar, mas também para a educação em espaços públicos. Conforme Almeida (1996, p. 45) argumenta, “os jogos matemáticos não somente facilitam o entendimento de conceitos matemáticos de forma lúdica e acessível, mas também promovem o desenvolvimento de habilidades críticas como o raciocínio lógico e a resolução de problemas”.

Essa abordagem, centrada no estudante, valoriza a experiência direta e a interação com o conteúdo de aprendizagem de maneira ativa e engajada, ressonando com a teoria construtivista³² de aprendizagem. Ao expandir essa metodologia para além das salas de aula e aplicá-la em espaços públicos, podemos explorar o potencial desses ambientes como plataformas educativas dinâmicas.

Johan Huizinga, em sua obra *Homo Ludens: O Jogo como Elemento da Cultura* (1938), oferece uma perspectiva profunda sobre o papel dos jogos na sociedade, enfatizando sua importância como uma atividade fundamental que não apenas precede a cultura, mas é intrínseca à própria formação da civilização humana. Huizinga (1938) argumenta que o jogo é uma atividade voluntária ou ocupação, que é realizada dentro de certos limites de tempo e espaço, segundo regras livremente aceitas, mas absolutamente obrigatórias, dotada de um fim em si

³² A **teoria construtivista** tem origem nas ideias de **Jean Piaget**, que compreende o conhecimento como resultado da interação ativa entre o sujeito e o meio. O aprendizado não ocorre pela simples transmissão de informações, mas pela construção contínua de estruturas cognitivas, a partir da experiência, da experimentação e da reflexão. (PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.)

mesmo, acompanhada de um sentimento de tensão e alegria, e de uma consciência de ser diferente da “vida cotidiana” (Huizinga, 1938, p. 13). Esta definição enfatiza a natureza autônoma do jogo, sua capacidade de criar mundos paralelos e seu potencial para gerar prazer e aprendizado.

Relacionando a visão de Huizinga com a abordagem pedagógica de Elvira de Almeida sobre o uso de jogos matemáticos em espaços públicos, percebe-se uma congruência significativa nos fundamentos teóricos que sustentam ambos os entendimentos. Ambos reconhecem o jogo como uma atividade que transcende a simples diversão, posicionando-o como um vetor de desenvolvimento social, cognitivo e cultural.

A integração de jogos matemáticos em espaços públicos, conforme proposto por Almeida, pode ser vista como uma manifestação prática dos princípios delineados por Huizinga, na medida em que transforma esses ambientes em arenas de aprendizado lúdico, em que o jogo serve como um meio de exploração e construção do conhecimento. A aplicação das ideias de Huizinga ao contexto educacional e à utilização de espaços públicos como extensões da sala de aula ressalta o valor dos jogos como instrumentos de aprendizagem. O conceito de “círculo mágico” de Huizinga, em que as regras do jogo criam um espaço temporal e espacial distinto da realidade, encontra paralelo na criação de ambientes educativos nos espaços públicos, que convidam os participantes a engajar-se em atividades lúdicas e educativas. Tais espaços promovem não apenas a aquisição de conhecimento de forma prazerosa e significativa, mas também reforçam a importância da comunidade e da colaboração, aspectos centrais tanto nas premissas de Huizinga quanto na prática pedagógica de Almeida.

3.2 Políticas públicas para as infâncias

Existe um arcabouço legal sobre os direitos das crianças e da infância autista conforme apresentamos nesta tese, e o Brasil foi um pioneiro nas implementações das leis alusivas aos direitos das crianças, além de ter produzido, com participação da sociedade civil, uma legislação dedicada ao reconhecimento dos direitos da criança. Outrossim, observa-se que o reconhecimento legal não basta para garantir

a efetiva vigência das normas e a mudança da realidade e que se faz necessário impetrar políticas públicas direcionadas às infâncias, configurando programas, ações e serviços voltados para viabilizar os direitos das crianças.

Os *Sistemas Nacionales de Protección, a Comisión Interamericana de Derechos Humanos / Organización de los Estados Americanos* categorizaram quatro grupos de políticas públicas da América Latina em grupos com foco no direito da infância e da adolescência. O primeiro são as **Políticas Sociais Básicas ou Universais** voltadas para as crianças e adolescentes em geral, como é o caso das políticas da educação e da saúde. No Brasil, são exemplos o Calendário Nacional de Vacinação, que oferece quase 20 vacinas destinadas exclusivamente às crianças; o ProInfância, que tem por objetivo aumentar o número de creches para o atendimento das crianças de 0 a 5 anos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (2009); o Programa de Saúde Integral na Escola (2007); e o Programa Brasil Carinhoso (2012).

O segundo grupo trata de **Políticas de desenvolvimento social (ou de assistência)** que são direcionadas para famílias ou crianças que necessitam de apoio para superar vulnerabilidades ou condições de exclusão e desigualdade. São exemplos os programas de transferência de renda com condicionalidades, como o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

O terceiro aborda as **Políticas de proteção especial** que são focadas em crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco ou de violação de direitos, incluindo aqui as medidas contra o trabalho infantil. São exemplos dessas políticas o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996), o Programa de Proteção à Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte (2003).

O quarto grupo constitui as **Políticas de defesa jurídica, exigibilidade de direitos e garantia de direitos no marco dos procedimentos administrativos e judiciais**, que são ações destinadas a garantir uma justiça adaptada à criança e adolescente. No Brasil, destaca-se a criação de Centros de Atendimento Integrado, que garantem um fluxo único e específico às crianças e ao adolescente.

Todas as políticas supracitadas buscam garantir vida, dignidade, sobrevivência, segurança e direito à cidade, e nos dizem como a experiência das

crianças com o ambiente urbano é fundamental para o seu desenvolvimento integral. A cidade não é apenas um espaço de moradia, mas um espaço educativo por meio do qual desenvolvemos olhares, sensibilidades, nos abrimos para a diversidade, ao mesmo tempo em que nos afetamos pela desigualdade que caracteriza nosso mundo social. Olhando para essa necessidade de políticas voltadas a garantir a cidade para as crianças, observa-se diversas ações que buscam dirimir essa causa, como o recente manual *Desenhando Ruas para Crianças* (2020) que apresenta dez princípios para melhorar as ruas para as crianças conforme mostra o [Quadro 13](#).

Quadro 13 – Políticas para garantir segurança das crianças nas ruas

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SEGURANÇA DA CRIANÇA NAS RUAS		
ITEM	AÇÃO	RESULTADO
1	Pensar a partir de 95 cm (Urban95)	Projetar a cidade na perspectiva da altura média de uma criança de 3 anos de idade.
2	Desincentivar o uso de veículos particulares	Realizar mudanças para o transporte público ou modos ativos (caminhada e bicicleta).
3	Aumentar a confiabilidade do transporte coletivo	Associar essas questões do transporte ao conforto, à frequência e à disponibilidade do transporte coletivo de qualidade em todas as regiões da cidade.
4	Construir calçadas largas e acessíveis	Buscar uma nova configuração do espaço livre público.
5	Acrescentar espaços para brincadeira e aprendizagem	Definir diretriz que visa à incorporação de elementos que propiciem às crianças espaços para experimentação da cidade a partir do lúdico.
6	Fornecer uma infraestrutura ciclovária segura	Oferecer alternativas para o deslocamento de crianças e cuidadores.
7	Melhorar as travessias de pedestres	Buscar diminuir os riscos e aumentar a segurança viária.
8	Reduzir intencionalmente as velocidades	Estabelecer vias com velocidade máxima reduzida, planejando o desenho delas de forma a favorecer tal comportamento.

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO À SEGURANÇA DA CRIANÇA NAS RUAS		
9	Promover a arborização e o paisagismo	Promover o vínculo das crianças com a natureza favorece a qualidade do ar e temperaturas mais amenas.
10	Priorizar as crianças nas políticas públicas	Lembrar que, para essa questão, irrefutavelmente, é preciso a participação delas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Essas políticas vão de encontro com os propósitos do Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação - GAE, quando enxergam o território como ambiente educador, de integração e de segurança, transitando do ambiente educacional para os espaços públicos como praças e parques. O direito de ir e vir em segurança permite alimentar o conhecimento e a interação das crianças nos espaços, o caminhar se torna instrumento educativo, logo, pensar e criar espaços para as crianças impõe desafios como entender que a criança participa da vida social da cidade e da vida política de forma/formato diferente do adulto.

A relação da criança com a cidade acontece por meio de linguagens quase sempre ligadas com o brincar, levadas quase sempre pela imaginação. O brincar como forma de perceber e se relacionar é também uma socialização e método de aprendizagem. É no brincar e nas diversas trocas com o outro que a criança exerce um aprendizado coletivo, bem como interpreta e elabora o mundo em que vive. Isso leva a interpretar que a criança é o ator a ser consultado na hora de criar políticas que a contemplem, não somente as questões do “universo infantil”, mas também os elementos urbanos as quais a tocam.

Para Sarmiento (2007), a criança é um sujeito que vem ao mundo inserida em uma cultura na qual valores e conhecimentos lhes são transferidos, entretanto, ela também produz cultura, ao dar significado às suas experiências sociais na cidade. Considerando que a cultura é um instrumento simbólico, podemos afirmar que a criança interpreta o seu mundo, o seu universo e passa a dar sentido em tudo que o rodeia se expressando de múltiplas formas. Essa convicção nos leva a entender que devemos considerar que a diferença entre crianças e adultos não é apenas

quantitativa, mas qualitativa, de modo que não se pode dizer que uma criança sabe menos, pois ela sabe, na verdade, outras coisas e de outras formas.

Esse trabalho de políticas voltadas para as crianças, em Boa Vista, não precisa necessariamente iniciar do zero, existem plataformas de políticas em operação na cidade com foco na Primeira Infância e projetos de saúde e cuidados da criança, como o Família que Acolhe e o Projeto Brincar, políticas que serão tratadas no [subitem 4.1](#).

Boa Vista pode e deve cuidar das crianças por meio de políticas específicas. Nesse contexto, encontramos o conceito de Cidade Educadora amplamente difundido pela UNESCO como uma proposta política permanente. Entretanto, somente na década de 1990, o conceito é acolhido por algumas cidades pelo mundo após o primeiro “Congresso internacional de Cidades Educadoras”, celebrado em Barcelona, Espanha, onde promovia a ideia de que a cidade, essencialmente quando sabe manter-se à escala humana, contém um imenso potencial educativo, com seus centros de produção, suas estruturas sociais e administrativas e suas redes culturais, não só pela intensidade dos intercâmbios de conhecimentos que são ali realizados, mas também pela urbanidade (Gomez; Sanchez; Florez, 2019, p. 19).

Assumir a cidade como educadora, é assumir a criança como protagonista desse processo, dando-lhe direito à fala nessa construção coletiva. Ao pensar o espaço urbano é preciso pensar na multiplicidade de estímulos, como lugar onde acontece a educação e como agente educativo, características que compõem a ideia de um território educativo.

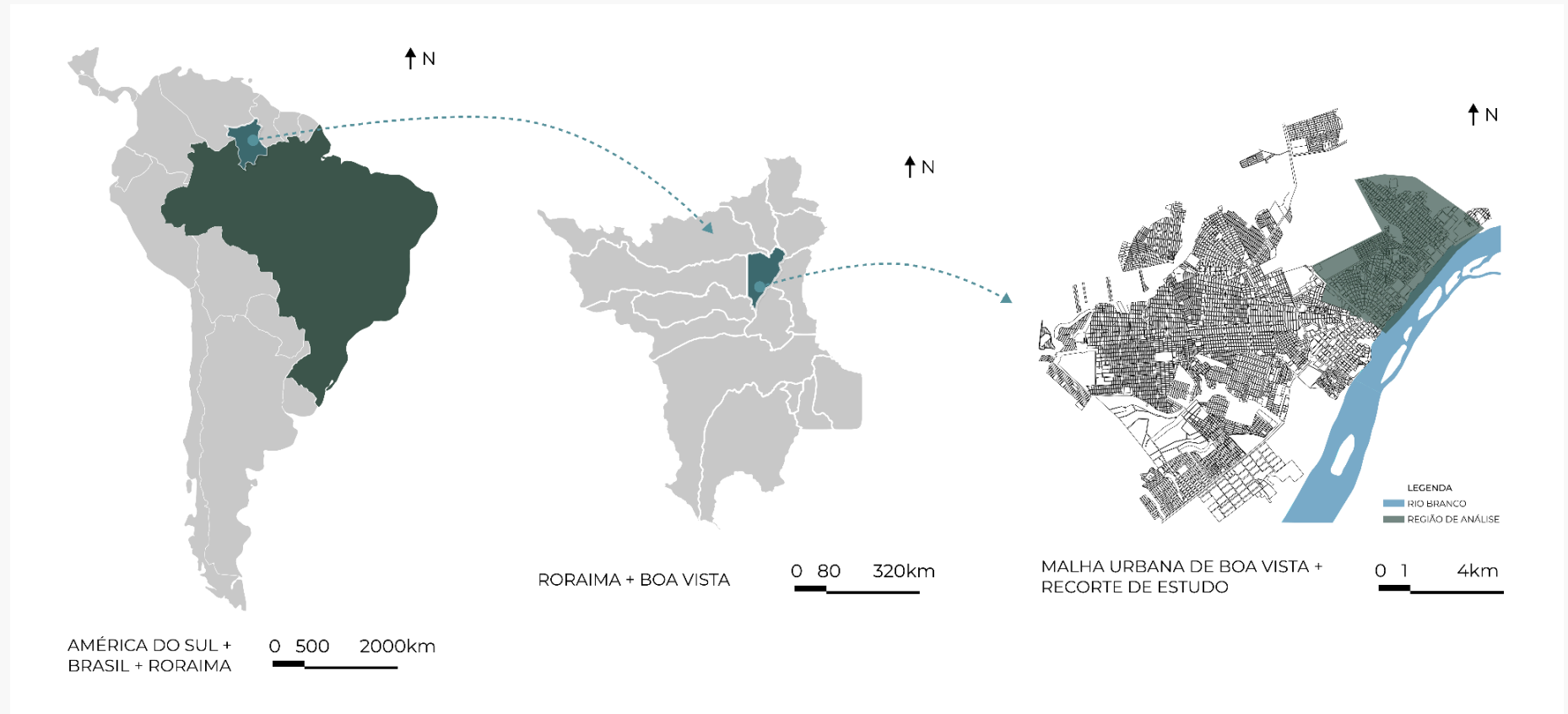
4 BOA VISTA, O TERRITÓRIO E SUAS TERRITORIALIDADES

Boa Vista, a capital do estado de Roraima, localiza-se na porção mais ao norte do Brasil, representando um núcleo urbano de singular importância na região amazônica (Figura 7). Com uma origem particular que se distingue dentro do contexto amazônico, Boa Vista destaca-se por sua formação territorial única e sua evolução histórica. Fundada oficialmente em 1890, a cidade está situada na margem direita do Rio Branco, sendo a única capital brasileira localizada totalmente ao norte da linha do Equador. Para o recorte espacial a ser analisado – Parque Mirandinha, é necessário entender a formação do território e suas territorialidades.

Santos (2001) destaca a importância do espaço na construção das relações sociais e culturais. Afirmar que “território” é um conceito central nas ciências humanas e sociais, que se refere a uma área geográfica apropriada e/ou controlada por um grupo social, isto é, pode ser entendido como uma construção social que reflete as relações de poder e os interesses dos grupos que o controlam ou disputam; já a “territorialidade” se refere às práticas e significados que os grupos sociais atribuem ao território que controlam ou disputam, constituindo uma forma de expressão cultural que reflete as relações de identidade, pertencimento e poder dos grupos que a praticam.

Na perspectiva da geografia, o território é visto como um espaço que é construído a partir das relações sociais, culturais e políticas dos grupos que o ocupam. Nesse sentido, é um espaço dinâmico e em constante transformação, moldado pelas práticas e significados que os grupos sociais atribuem a ele. As territorialidades, por sua vez, são expressões dessas práticas e significados, que podem ser observadas em diferentes formas, como na ocupação do espaço, na organização social, nas relações de poder, nos conflitos e nas formas de resistência dos grupos sociais.

Figura 7 – Mapa de Localização do município de Boa Vista, RR



Fonte: O autor, 2024.

Voltando ao recorte espacial desta tese, a cidade de Boa Vista não teve a sua origem urbana planejada, mas adequada, posteriormente, por alguns processos transformadores, por vezes naturais e, por fim, projetada seu reordenamento urbano por Derenusson (Magalhães, 1986).

Historicamente, essa cidade teve o seu desenvolvimento estimulado pela implantação do Forte Militar São Joaquim às margens do Rio Branco, na confluência do rio Tacutu e do Uraricoera, o primeiro utilizado para navegação de entrada de espanhóis da Venezuela, e o segundo pelos holandeses do Suriname, todos para chegarem ao Amazonas (Magalhães, 1986).

No [Quadro 14](#), podemos visualizar o processo de formação do município de Boa Vista e os decretos e leis que o legalizaram.

Quadro 14 – Formação do Município de Boa Vista

CATEGORIA	LEI/DECRETO	ANO
Vila de Boa Vista do Rio Branco	Decreto n. 49	1890
Município de Boa Vista do Rio Branco	Lei Estadual n. 33	1892
Cidade de Boa Vista do Rio Branco	Lei Estadual n. 1262	1926
Município de Boa Vista (Simplificado)	Decreto Lei Federal n. 5.812	1943

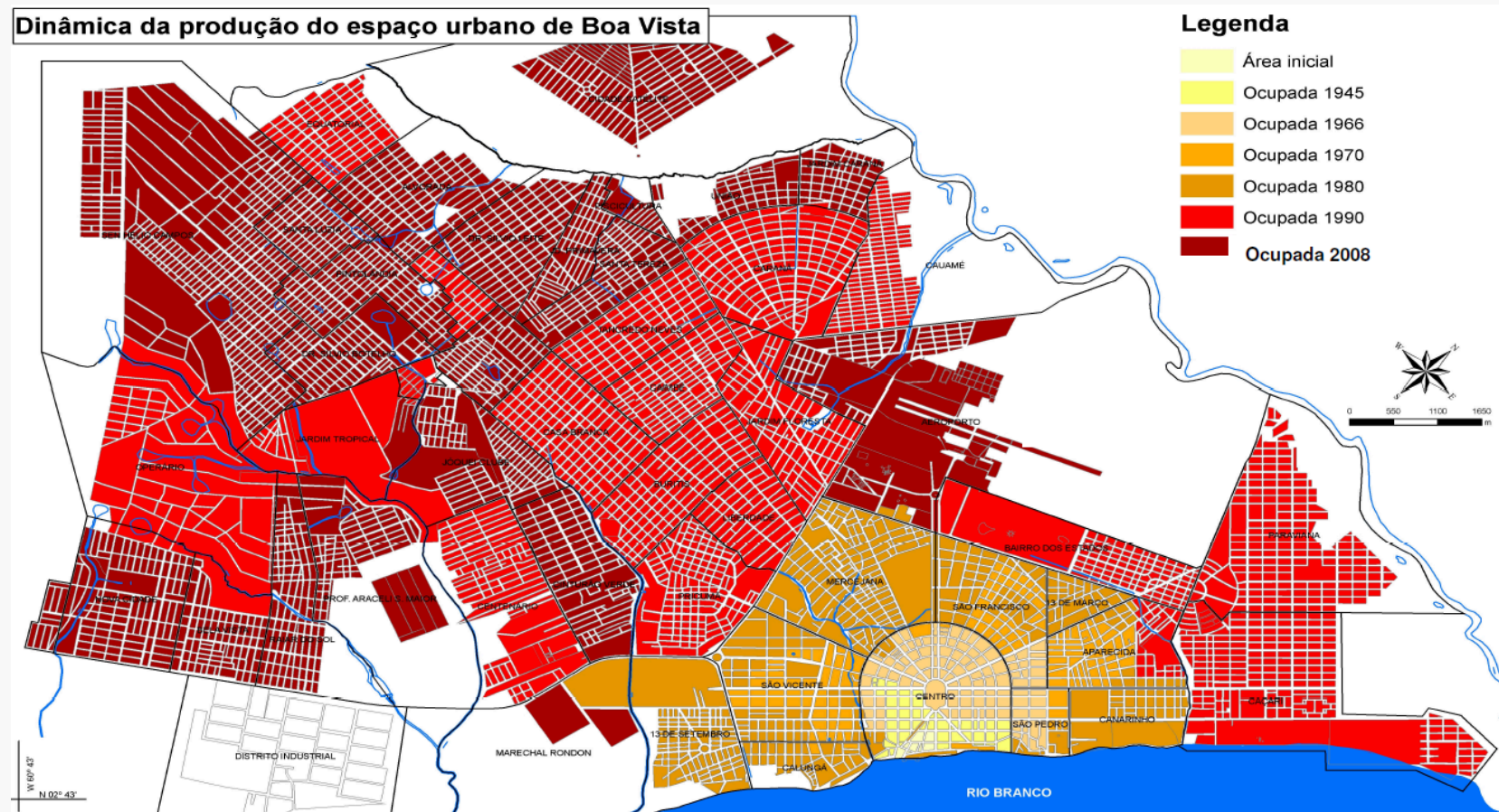
Fonte: IBGE, 2015.

Durante as décadas de 1970 e 1980 ocorreram ondas sucessivas de migrações com a descoberta do garimpo e com a entrega da BR-174 totalmente pavimentada que interliga o Brasil à Venezuela e com os incentivos de políticas migratórias durante os governos de Ottomar de Souza Pinto e Romero Jucá. Dessa forma, grande parte da massa de migrantes era composta por nordestinos com vistas a melhorar as condições de vida na capital. Segundo Veras (2009), durante a década de 1970 a mancha urbana de Boa Vista restringia-se ao aeroporto

internacional, à Avenida Venezuela, ao Rio Branco e ao igarapé Mirandinha ([Figura 8](#)). Silva (1999, p. 214 *apud* Veras, 2009, p.154) compreende que:

A expansão urbana de Boa Vista, após a década de 1980, dá-se quando novas áreas foram progressivamente incorporadas mediante a proliferação de novos loteamentos, produzidos de forma descontrolada e sem infraestrutura, respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista.

Figura 8 – Dinâmica da produção do espaço urbano de Boa Vista



Fonte: Veras, 2009, p. 199.

4.1 Boa Vista, a capital da Primeira Infância

Boa Vista possui título de cidade da **Primeira Infância** e vem se destacando nos últimos anos como tal. Esse título se deve a uma série de políticas públicas e iniciativas incentivadas no município para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento até os 6 anos de idade. Dentre essas políticas está o **Programa Família que Acolhe**, implementado pela Prefeitura de Boa Vista desde 2013, com o objetivo de acompanhar e apoiar as famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade (Figura 9).

Figura 9 – Programa Família que Acolhe



Fonte: Boa Vista, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/10/Boa-Vista-a-capital-da-primeira-inf%C3%A2ncia-Teresa-v-reduzida.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

O programa é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas e educadores, que visitam regularmente as famílias cadastradas no programa. Durante as visitas, os profissionais planejam atividades como avaliação do estado nutricional da criança,

orientações sobre cuidados com a saúde e alimentação, estímulo ao vínculo afetivo entre pais e filhos, além de orientações sobre desenvolvimento infantil.

Uma das principais características do Programa Família que Acolhe é o atendimento personalizado e individualizado às famílias. Cada equipe é responsável por um número limitado de famílias, o que permite um acompanhamento mais próximo e efetivo. O programa também busca trabalhar em parceria com outras políticas públicas e iniciativas locais para garantir o acesso das famílias aos serviços de saúde, educação e assistência social.

O programa tem sido uma referência nacional na promoção da primeira infância. Em 2017, recebeu o prêmio Prefeito Amigo da Criança, concedido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, em reconhecimento às políticas públicas tratadas para a infância e a adolescência.

Figura 10 – Mapa da Primeira Infância do Programa Família que Acolhe



Fonte: Boa Vista, 2019. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/10/Boa-Vista-a-capital-da-primeira-inf%C3%A2ncia-Teresa-v-reduzida.pdf>. Acesso: 20 abr. 2023.

Outra iniciativa que ampara o título de Cidade da Primeira Infância é o **Projeto Brincar**, uma iniciativa da Prefeitura de Boa Vista desenvolvida em parceria com outras iniciativas locais, que visa estimular a ludicidade e a interação social entre as crianças de 0 a 6 anos de idade (Figura 11). Criado em 2014, o projeto tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças por meio da ludicidade e da interação social, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras das crianças, além de fortalecer o vínculo afetivo entre pais e filhos.

Figura 11 – Brinquedos implantados pelo Projeto Brincar em várias Praças de Boa Vista



Fonte: Boa Vista, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/10/Boa-Vista-a-capital-da-primeira-inf%C3%A2ncia-Teresa-v-reduzida.pdf>. Acesso: 20 abr. 2023.

Figura 12 – Selvinha Amazônica do Projeto Brincar



Fonte: Boa Vista, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/10/Boa-Vista-a-capital-da-primeira-inf%C3%A2ncia-Teresa-v-reduzida.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Figura 13 – Camaleão no Parque Mirandinha, Selvinha Amazônica do Projeto Brincar



Fonte: O autor, 2024.

O projeto consiste na criação de espaços lúdicos em **áreas públicas da cidade**, como mostra a [Figura 14](#), como escolas, praças e parques, hóspedes com brinquedos e jogos que estimulam a criatividade, a imaginação e a interação social das crianças. Além dos espaços físicos, também promove atividades recreativas e culturais para as famílias, como contação de histórias, teatro, música e oficinas de arte.

Figura 14 – Espaços lúdicos da cidade de Boa Vista



Fonte: Boa Vista, 2019. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/10/Boa-Vista-a-capital-da-primeira-inf%C3%A2ncia-Teresa-v-reduzida.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Todas essas iniciativas, programas, projetos e políticas têm como objetivo garantir o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida, que são fundamentais para a formação da personalidade, do caráter e das habilidades cognitivas e socioemocionais. A Cidade de Boa Vista, portanto, tem sido reconhecida como referência na promoção da primeira infância no Brasil.

No entanto, antes de continuar com as ações de Boa Vista, é importante compreender a demografia da cidade. Os dados do IBGE de 2020 apontam que a população de crianças (de 0 a 14 anos) em Boa Vista é de aproximadamente 92.000

habitantes, o que corresponde a cerca de 23% da população total da cidade. Essa proporção é menor do que a média nacional, que é de cerca de 21%. A taxa de natalidade em Boa Vista é de aproximadamente 14,9 nascimentos por 1.000 habitantes, o que indica que há um número significativo de novos nascimentos a cada ano na cidade.

Em termos étnicos, a população de crianças em Boa Vista é diversa, refletindo a composição étnica da população em geral. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a maioria das crianças em Boa Vista se declara parda (53,6%), seguida por branca (31,7%), preta (8,8%), indígena (4,7%) e amarela (1,2%) – [Quadro 15](#).

Quadro 15 – Censo demográfico

Etnia	Percentual
Parda	53,6%
Branca	31,7%
Preta	8,8%
Indígena	4,7%
Amarela	1,2%

Fonte: IBGE, 2010.

Mesmo com esses programas em atividade em Boa Vista, de acordo com as inscrições no Cadastro Único para Programas Sociais, quase 8 mil crianças com menos de 6 anos vivem em famílias pobres ou extremamente pobres que não são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Tal dado evidencia a necessidade de reavaliar as políticas de enfrentamento à pobreza no município, priorizando o atendimento às famílias com crianças menores de 6 anos. Além disso, a violência contra crianças de até 4 anos continua a ser uma preocupação.

Em 2017, foram registradas 24 notificações, porém é importante ressaltar que este índice representa apenas a parte visível de um fenômeno maior, que abrange situações não reportadas. Devido à falta de autonomia nesta faixa etária, a violência

costuma ocorrer no ambiente doméstico. Portanto, é crucial desenvolver programas que impulsionam a orientação e capacitação para práticas de parentalidade positiva, com o intuito de conscientizar a população de que a violência não educa, apenas traumatiza. Nesse sentido, os programas de visitação domiciliar e a ampla cobertura das equipes da Estratégia Saúde da Família podem ser fundamentais para contribuir com a redução desse problema social.

É necessário, portanto, um olhar atento e sensível às condições sociais das famílias, especialmente aqueles com crianças em idade tão vulnerável. O Programa Bolsa Família tem sido uma importante política de enfrentamento à pobreza no país, porém, a existência de crianças que não estão inseridas no programa é um alerta para a necessidade de revisão e ampliação das políticas públicas destinadas a essa parcela da população.

A visita domiciliar e a cobertura das equipes da Estratégia de Saúde da Família são fundamentais para a implementação desses programas e para o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. É preciso investir em educação permanente para as equipes, para que possam qualificar ainda mais as famílias e contribuir para o desenvolvimento integral das crianças.

Ressalta-se a implementação de programas municipais em Boa Vista, que consolidam seu título de Capital da Primeira Infância, ilustrando um compromisso robusto com esta fase crucial do desenvolvimento humano. Dentre os programas, destaca-se a Universidade do Bebê, uma iniciativa pioneira que congrega gestantes, puérperas e cuidadores em encontros quinzenais. Nestas reuniões, são abordados temas essenciais como parentalidade positiva, fortalecimento de vínculos, estímulos ao desenvolvimento infantil, além da importância das brincadeiras e da leitura.

Adicionalmente, o Projeto Selvinha Amazônica (Figura 15) representa uma significativa intervenção urbanística nas praças da cidade, através da instalação de brinquedos que promovem a interação das crianças com a fauna e flora do bioma amazônico. Esta iniciativa não apenas estimula o brincar, mas também fortalece a conexão das crianças com a natureza, sendo o Parque Rio Branco um exemplo notável, com mais de 160 instalações.

Já o **Projeto Caminhos da Primeira Infância** emerge como um projeto-piloto de travessia segura para crianças e adultos, buscando interconectar serviços essenciais como creches e Unidades Básicas de Saúde (UBS) em trajetos que proporcionam ludicidade e contato com espaços verdes.

Figura 15 – Projeto Selvinha Amazônica



Fonte: Boa Vista, 2023. Disponível em:

<https://boavista.rr.gov.br/noticias/2023/9/capital-da-primeira-infancia-boa-vista-a-cidade-que-pensa-no-futuro-das-criancas>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Por outro lado, as **Casas Mãe**, estrategicamente distribuídas por diversos pontos de Boa Vista, configuram-se como espaços educativos para crianças de 2 a 4 anos, cujas famílias estão inseridas no Programa Família que Acolhe. Este programa é parte de uma estratégia mais ampla de acolhimento e suporte à primeira infância.

Em um esforço colaborativo com a Fundação Bernard van Leer e a AVSI Brasil, o **Projeto Sistema Cidade Social** visa a coleta e monitoramento de dados para aprimorar os serviços oferecidos pelo Programa Família que Acolhe e orientar futuras ações em políticas públicas direcionadas à primeira infância.

Por fim, os **Abrigos de ônibus adaptados**, que foram transformados para incluir elementos lúdicos e melhorar a acessibilidade, exemplificam uma abordagem inovadora para engajar a comunidade e promover a conscientização sobre a importância da primeira infância, incentivando mudanças comportamentais positivas e integrando estas temáticas no cotidiano urbano da cidade.

Esses programas não somente refletem um investimento municipal na qualidade de vida de seus jovens cidadãos, mas também demonstram uma abordagem holística e integrada que poderia servir de modelo para outras municipalidades que busquem priorizar a primeira infância em suas agendas de desenvolvimento urbano e social. Observa-se que a integração das políticas públicas voltadas para a primeira infância em Boa Vista transcende a simples oferta de serviços, propondo uma reestruturação do espaço urbano e das interações sociais de modo que favoreçam o desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida.

Figura 16 – Projeto Caminhos da Primeira Infância



Fonte: Boa Vista, 2023. Disponível em:

<https://boavista.rr.gov.br/noticias/2023/9/capital-da-primeira-infancia-boavista-a-cidade-que-pensa-no-futuro-das-criancas>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Essa perspectiva é especialmente relevante quando se considera a literatura científica que destaca a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento neuropsicológico e social das crianças. A partir de programas como a Universidade do Bebê e o Projeto Caminhos da Primeira Infância, Boa Vista busca não só atender às necessidades imediatas das crianças e suas famílias, mas também semeia as bases para uma sociedade mais consciente e preparada para perpetuar cuidados com a primeira infância. Além disso, ao envolver parcerias estratégicas com organizações internacionais e locais, a prefeitura consegue ampliar o escopo e a eficácia de suas políticas. A colaboração com a Fundação Bernard van Leer e a AVSI Brasil, por exemplo, permite uma abordagem mais refinada na coleta de dados e monitoramento de resultados, essencial para o planejamento de políticas públicas efetivas e sustentáveis.

Figura 17 – Projeto Família que Acolhe



Fonte: Boa Vista, 2023. Disponível em:

<https://boavista.rr.gov.br/noticias/2023/9/capital-da-primeira-infancia-boa-vista-a-cidade-que-pensa-no-futuro-das-criancas>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Este modelo de governança participativa e baseada em evidências é exemplar, sugerindo um caminho viável para outras cidades brasileiras e até de

outras partes do mundo em seus esforços para priorizar a primeira infância. A abordagem de Boa Vista oferece um caso concreto de como intervenções urbanísticas e programas educacionais podem ser alinhados com as necessidades desenvolvimentistas da população infantil, potencializando o impacto social e econômico dessas políticas.

Figura 18 – Praças de Boa Vista com implantação do Programa Família que Acolhe



Fonte: Boa Vista, 2023. Disponível em:

<https://boavista.rr.gov.br/noticias/2023/9/capital-da-primeira-infancia-boa-vista-a-cidade-que-pensa-no-futuro-das-criancas>. Acesso em: 24 abr. 2024,

Em Boa Vista, destaca-se a implementação de um relevante programa voltado ao suporte de crianças diagnosticadas ou com indícios de Transtorno do Espectro Autista (TEA), iniciativa promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O Centro de Acolhimento ao Autista - TEAMARR, (Figura 18) integrante do Programa de Atendimento Comunitário, é gerido pela Superintendência de Programas Especiais pertencente à mesma Assembleia. Este centro provê serviços a crianças e adolescentes afetados pelo TEA, engajando-se igualmente na remissão para serviços especializados e na oferta de capacitação a familiares e profissionais da área da saúde. A estrutura do **TEAMARR** é sustentada por um contingente multiprofissional, abarcando psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais,

nutricionistas e pedagogos, os quais prestam atendimento nos turnos matutino e vespertino.

Até o momento, o programa impactou positivamente mais de 800 famílias mediante uma série de ações, incluindo grupos terapêuticos, sessões de capacitação, conferências, oficinas e procedimentos investigativos. Além disso, a instituição efetuou 260 investigações relacionadas a indivíduos – crianças, adolescentes e adultos. A sede de atendimento do TEAMARR, é circunvizinho ao Parque Mirandinha, conforme mapa de localização a seguir na [Figura 19](#), com raio inferior a duzentos metros de distância das instalações desse parque.

Figura 18 – CAT, Centro de Apoio à Família (TEAMARR)



Fonte: O autor, 2024.

Figura 19 – Localização TEAMARR em relação ao Parque Mirandinha



Fonte: O Autor, 2024.

4.2 Espaços públicos de Boa Vista: memória, tempo e afeto

A cidade é o espaço de troca democrática, e a relação entre munícipe e território deve ocorrer no sentido de permitir relações de afeto, trocas e a criação de memória. Não obstante, é na rugosidade do território que se registram heranças

patrimoniais da cidade e os registros históricos que demarcam a temporalidade de cada fase experimentada pela cidade.

Na cidade de Boa Vista, em especial, é perceptível uma relação afetiva próxima com as praças e parques da cidade. Os espaços públicos na cidade são utilizados para gerar e alimentar memória, invadem a vida cotidiana ao ponto de serem utilizados para festas de aniversário, casamentos, chás temáticos, eventos religiosos, encontros diversos e até eventos do calendário festivo da cidade. Observa-se, ainda, que esses ritos festivos não acontecem em um só local, mas nas mais variadas praças e parques da cidade.

Mesmo havendo praças em toda malha consolidada de Boa Vista, existe uma espécie de “praças/parques especiais”, onde, independentemente do logradouro de residência do boavistense, este se desloca para esses espaços, não só em eventos festivos do calendário anual, mas em dias rotineiros, apenas como passeio descompromissado.

A praça enquanto espaço de vivência é o local ideal para os encontros e foi vital para a realização dessas atividades, muitas vezes sua função se tornava tão vital para os cidadãos que muitos autores classificavam-na em alguns períodos históricos como o próprio coração da cidade: Praça³³ (Ferreira, 1986).

Nas cidades antigas, a praça tinha um papel fundamental na vida das pessoas. Materializada na figura da *Ágora* nas cidades gregas, funcionava principalmente para o convívio social; nas cidades romanas o Fórum era considerado o centro da cidade e desempenhava funções relativamente similares como a “*Ágora*”, porém, tinha um papel predominantemente atrelado ao sistema comercial e religioso do Estado (Guimarães, 2004).

A paisagem é um conjunto de formas as quais num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações entre as pessoas e a natureza. “É um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente

³³ A palavra *praça* tem origem no grego *plateía*, que significa “rua larga” ou “espaço amplo”, passando pelo latim *platea* e pelo espanhol *plaza*, até chegar ao português como designação de um espaço público central, geralmente cercado por edificações, onde se concentram atividades sociais, políticas e comerciais. Historicamente, a praça configurou-se como o coração da vida urbana, assumindo funções simbólicas e práticas que expressam o caráter público da cidade (FERREIRA, 1986).

caracteriza uma área” (Santos, 1997). A praça/paisagem, conhecida como lugar de convívio e sociabilidade, acaba trazendo dentro de suas estruturas físicas fragmentos da própria história da cidade, e isso é estampado em seu desenho paisagístico, conjunto urbanístico e a integração de sua morfologia com suas principais funções. Caldeira (2007) coloca esses fatores como principais agentes na formação de praças, como espaços simbólicos, lugares de memória e até mesmo a alma da cidade.

Para De Angelis (2005), as praças têm um sentido “ecclético” na atualidade, pois, “na Antiguidade, sua função era bem mais rica de significado, não se limitando a lugar de cruzamento das vias públicas, estacionamentos para automóveis ou de ponto para comércio de mercadorias as mais diversas.

No intuito de compreender os espaços públicos, ressalta-se que a cidade constitui-se na realidade imediata, no dado prático-sensível, e impõe-se no plano arquitetônico, enquanto o “urbano” revela-se por meio das realidades sociais, das relações construídas pelas subjetividades, nos espaços públicos. Revisitando a ágora grega e o fórum romano, deparamo-nos com espaços públicos para onde afluíam cidadãos, escravos, prostitutas, mercadores, políticos e religiosos – sítios da diversidade, autoexposição e contato entre as pessoas (Sennet, 2008). O mesmo autor ainda afirma que os indivíduos se conectam com o espaço onde circulam, assim, das cidades emergem espaços neutros, áreas urbanas reservadas para os indivíduos em locomoção e não mais para multidões em movimento (Sennet, 2008).

Os espaços livres públicos desempenham um papel fundamental na conformação da cidade, sendo representados por sistemas viários, vias de acesso, estacionamentos, parques urbanos e praças (Silva; Lopes; Lopes, 2011; Menguetti; Rego; Pellegrino, 2004). As praças públicas se distinguem dos demais elementos urbanos pela singularidade de sua pavimentação, vegetação e iluminação.

Lynch (1960) discorre sobre a importância dos marcos na organização perceptual da cidade, sugerindo que as praças, enquanto marcos territoriais, devem ser percebidas como elementos destacados de seu contexto urbano, possuindo a qualidade de serem inesquecíveis e inconfundíveis. Para Lynch (1960), os espaços urbanos que capturam a atenção das pessoas e se tornam parte do mapa cognitivo

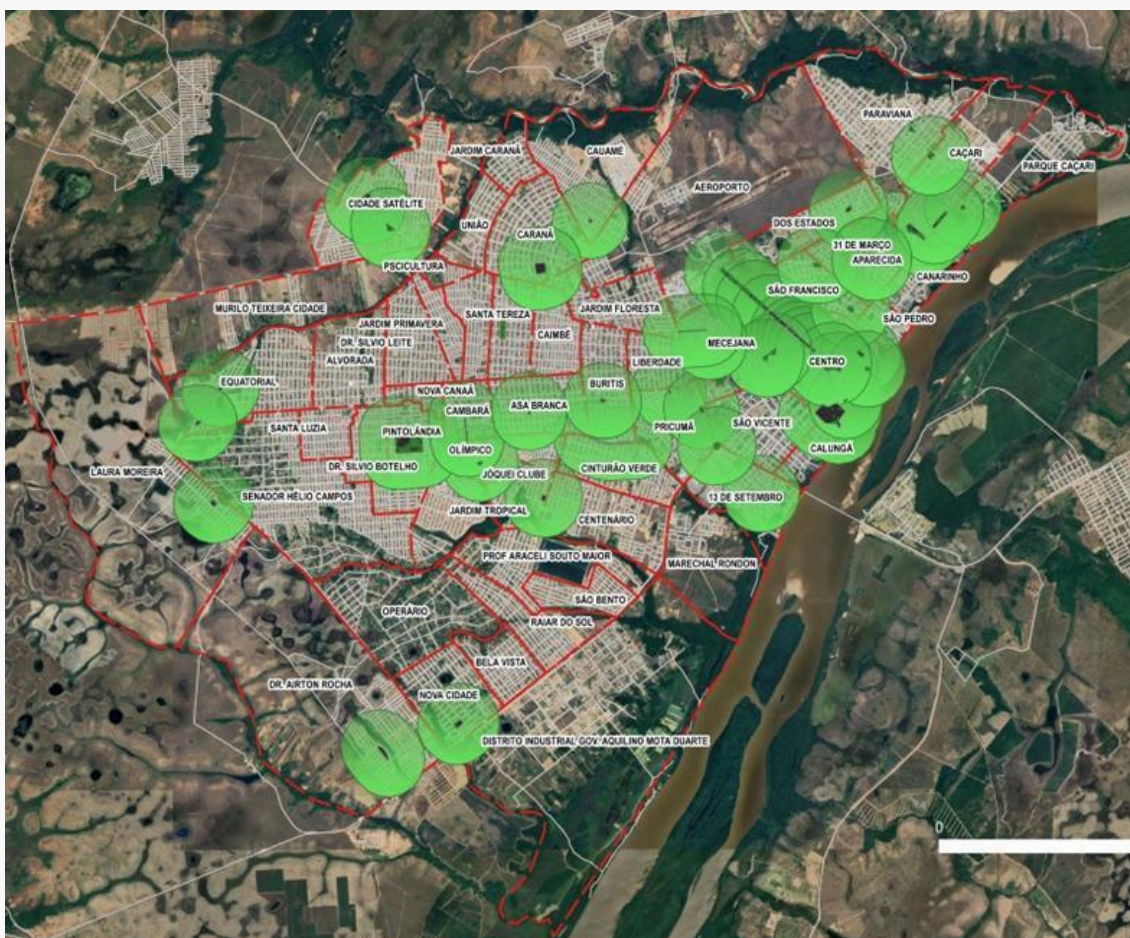
da cidade são aqueles que têm uma identidade distinta que os destaca do contexto, enquanto mantêm uma relação harmoniosa com o observador e o entorno.

Silva (2009) propõe que a formação de Boa Vista seja compreendida a partir de duas vertentes distintas: a gênese espontânea, resultante de uma série de fatores históricos ocorridos nos séculos XVIII e XIX, que deram origem ao núcleo embrionário; e a gênese induzida pela implantação do Projeto Urbanístico de Darcy Aleixo Derenusson entre 1944 e 1950. No entanto, observa-se na atualidade uma expansão urbana além dos limites desse plano, que constitui a maior parte do espaço urbano da capital. É nesse contexto que surgem as discrepâncias em sua configuração urbana.

Veras (2009), professor *in memoriam* da Universidade Federal de Roraima, autor de vasta bibliografia que trata das dinâmicas urbanas de Boa Vista, ressalta que nas décadas de 1980 e 1990, a cidade de Boa Vista tem seu tecido urbano alongado, ultrapassando as expectativas de desenvolvimento urbano, tendo uma direção principalmente para o setor Oeste. O Parque Mirandinha, se estabelece como espaço livre nesse momento de expansão da cidade de Boa Vista.

Partindo dos pressupostos urbanos, compreendendo os entendimentos fundamentais do urbanismo, espaço público, praça, pode-se compreender a relação e implicação afetiva entre as praças da cidade de Boa Vista e seus respectivos usuários. Ademais, as praças podem, além dos aspectos cognitivos e funcionais, congregar memórias, simbolismos e afetividade ao mapa mental que o habitante constrói em suas vivências na cidade. Na cidade de Boa Vista, os espaços públicos são feitos de “vida e ideias” que são representadas nas palavras, nos conceitos, nos símbolos; por outro lado, os mapas são tentativas de capturar e registrar as representações construídas sobre tais espaços. No mapa cartográfico da [Figura 20](#) estão representadas todas as praças de Boa Vista, mas não localiza a efervescência da cidade, necessitando de uma cartografia afetiva.

Figura 20 – Praças de Boa Vista, Roraima



Fonte: Oliveira, 2020.

Em favor das boas trocas, o estado físico dos espaços influencia diretamente na relação entre o indivíduo e o espaço. A qualidade dos ambientes pode influenciar a percepção de segurança do local e encorajar o uso do espaço público. Nas praças, fatores como conservação, boa iluminação e ausência de pontos cegos permitem uma efetiva visualização do espaço aberto e aumentam a sensação de segurança. A presença de mais cidadãos utilizando o espaço público da praça também contribui para a percepção de que o local é seguro, incrementando sua ocupação, que, por sua vez, propicia a prática de atividades físicas, lazer e socialização.

O bom estado de conservação das praças de Boa Vista propicia e aproxima essas boas relações, onde o usuário se sente seguro e pertencente ao espaço.

Na cidade de Boa Vista a paisagem urbana materializa as relações sociais e econômicas, ao mesmo tempo que se transmuta é também cenário de memórias coletivas ou individuais que registram o processo de produção da própria cidade, marcando a história do local. As praças de Boa Vista podem configurar um vínculo entre o passado e o presente da cidade contemporânea, na medida em que encerra em sua história aspectos relacionados às identidades e subjetividades dos habitantes.

Na produção do professor Veras (2009), sobre o espaço urbano de Boa Vista, é possível observar que, ao longo da história, o processo de urbanização influencia diretamente na vida das pessoas, ao passo que a concretude da cidade se transforma em projeção das relações sociais, e a cidade e suas ruas, bairros, praças e edificações têm uma atmosfera própria e que extrapola o planejamento urbano e a geografia, já que revela identidades e discursos de pessoas que ali habitam e circulam; são as experiências dos habitantes na cidade que definem o que é espaço e o que é lugar.

Para compreender a relação entre as pessoas e os espaços públicos da cidade de Boa Vista, é necessário atentar para as especificidades dos termos “espaço” e “lugar” empregados nos estudos do geógrafo Milton Santos. O espaço denota amplitude, movimento e liberdade, e se remete ao aspecto físico, à concretude, às dimensões e delimitações de uma área: o espaço pode conter objetos inanimados, seres vivos, e todo tipo de matéria; e pode ser identificado a partir de uma referência espacial. Portanto, o espaço pode ser medido entre dois pontos, dois objetos, criando distâncias e delimitações. Já a constituição de lugar pode demandar pouco ou mais tempo, e, ao contrário da noção de espaço que denota movimento, o lugar é compreendido como pausa, porque implica relação e vínculo (Cavalcante; Nobrega, 2011; Tuan, 1983). A cidade, entendida como “casa”, como lugar onde se habita, possui sentidos e significados que constituem subjetividades e ao mesmo tempo são produto destas.

No recorte espacial Boa Vista, os laços afetivos com os espaços públicos mostram que influências e experiências de vida das pessoas de forma individual e particular podem formar territorialidades, além de marcar as vivências de grupos humanos inteiros. Os espaços físicos assumem relevância histórica na vida dos

indivíduos, pois servem como representações concretas de eventos da vida e permitem às pessoas compararem presente e passado através das lembranças associadas aos lugares. Exemplo disso é observado nas praças do centro histórico, dos bairros das décadas de 1970 e 1980 e, em ato contínuo, após os anos 2000. Portanto, a interação com os espaços não representa simples ocupação corporal, mas é, sobretudo, um processo ativo de atribuição de sentidos e memória.

Quando se pensa em praças públicas na cidade de Boa Vista, alguns espaços se destacam além de outros, existem preferências, que fazem uma dinâmica diferente na cidade, onde usuários saem das áreas periféricas para visitarem praças na região central da cidade. Esse movimento tem caracterizado usos, ocupações, atividades, comunicações, festas e encontros. Os espaços de troca na cidade de Boa Vista podem ser distinguidos com base na modalidade sensorial, com identidade própria e costumes típicos da região Norte.

Não obstante, nota-se que as relações com os espaços públicos da cidade de Boa Vista estão intimamente relacionadas à tipologia dos materiais aplicados e movidos pelo conforto ambiental, pois o uso noturno é preponderante, dadas as características bioclimáticas.

Em que pese a proximidade com igarapés e rios, a cidade apresenta conforto quanto à umidade relativa do ar, mas as temperaturas acima dos padrões de conforto estimulam um êxodo dos espaços públicos durante o dia. Os espaços públicos em seu modo de representar e estruturar a ação e o poder, a ordem cultural e social, a interação e a separação, a identidade e a memória, os espaços construídos se envolvem com questões existenciais e sensoriais fundamentais. Nesses espaços qualquer experiência implica em atos de recordação, memória e comparação. Uma memória incorporada tem um papel fundamental como base da lembrança de um espaço ou um lugar.

O afeto constitui-se no elemento básico da afetividade, que consiste em um processo que abrange um “conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou de tristeza” (Codo; Gazzotti, 1999, p. 48-59). A afetividade na cidade revela a

implicação do cidadão com ela, portanto, não é apenas vínculo com o lugar, mas abarca os sentimentos e emoções – sejam eles negativos ou positivos – em relação ao espaço construído. A forma como se dá esta implicação com os espaços da cidade indica as ações de seus habitantes em relação a esses entornos, traduzindo-se (ou não) em ética e cidadania na cidade. Assim, a afetividade é utilizada com uma significação mais ampla, referindo-se às formas de expressão humanas e às vivências dos indivíduos.

4.3 Área de estudo: Igarapé e Parque Mirandinha

O Parque Mirandinha ([Figura 21](#)) foi um espaço que “sobrou”, em meio a uma ocupação ordenada, mas que, no momento de sua formação, mesclava-se entre o urbano e o rural. Os estudos desenvolvidos por Tângari (2009; 2022) e Tângari *et al.* (2018) relacionados à conceituação de **espaço livre** foram fundamentais para compreender a formação do Parque Mirandinha.

De acordo com Tângari (2022), os espaços livres constituem áreas multifuncionais que transcendem a mera presença de vegetação, abrangendo uma ampla gama de ambientes urbanos destinados ao uso público, tais como praças, parques, jardins, margens de cursos d'água, praias, calçadões e demais espaços que promovem interações sociais, recreação e contemplação.

Essa concepção enfatiza a importância desses espaços não só pela sua contribuição à sustentabilidade e ao equilíbrio ecológico das cidades, mas também como elementos vitais para a promoção da qualidade de vida, saúde e bem-estar dos cidadãos. Tângari *et al.* (2018) argumentam que os espaços livres são essenciais para a democratização do acesso às áreas de lazer e à natureza, atuando como palcos para a diversidade cultural e para a expressão da identidade coletiva das comunidades urbanas. Além disso, os autores defendem uma visão integrada na gestão e no planejamento desses espaços, considerando-os peças-chave na configuração do tecido urbano. Destacam ainda a necessidade de políticas públicas que garantam a preservação, a manutenção e o desenvolvimento contínuo dos espaços livres, visando a acessibilidade universal e a equidade social. Os espaços livres constituem um direito essencial dos habitantes urbanos, devendo

ser projetados e gerenciados de forma a refletir e atender às demandas e expectativas da população (Tangari, 2009).

A reflexão de Tangari contribuiu para a compreensão da formação do espaço livre do Parque Mirandinha ao fornecer uma base teórica que enfatize a multifuncionalidade e a importância social, ecológica e cultural desses espaços. Especificamente, sobre os espaços livres como áreas que promovem a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos ajudou a enquadrar o parque não apenas como um espaço residual, mas como um elemento vital no tecido urbano de Boa Vista. Ao considerar o Mirandinha como uma área multifuncional, é possível compreender sua relevância no contexto urbano, oferecendo um espaço de lazer e interação social que atende às necessidades da comunidade local.

Figura 21 – Parque Mirandinha

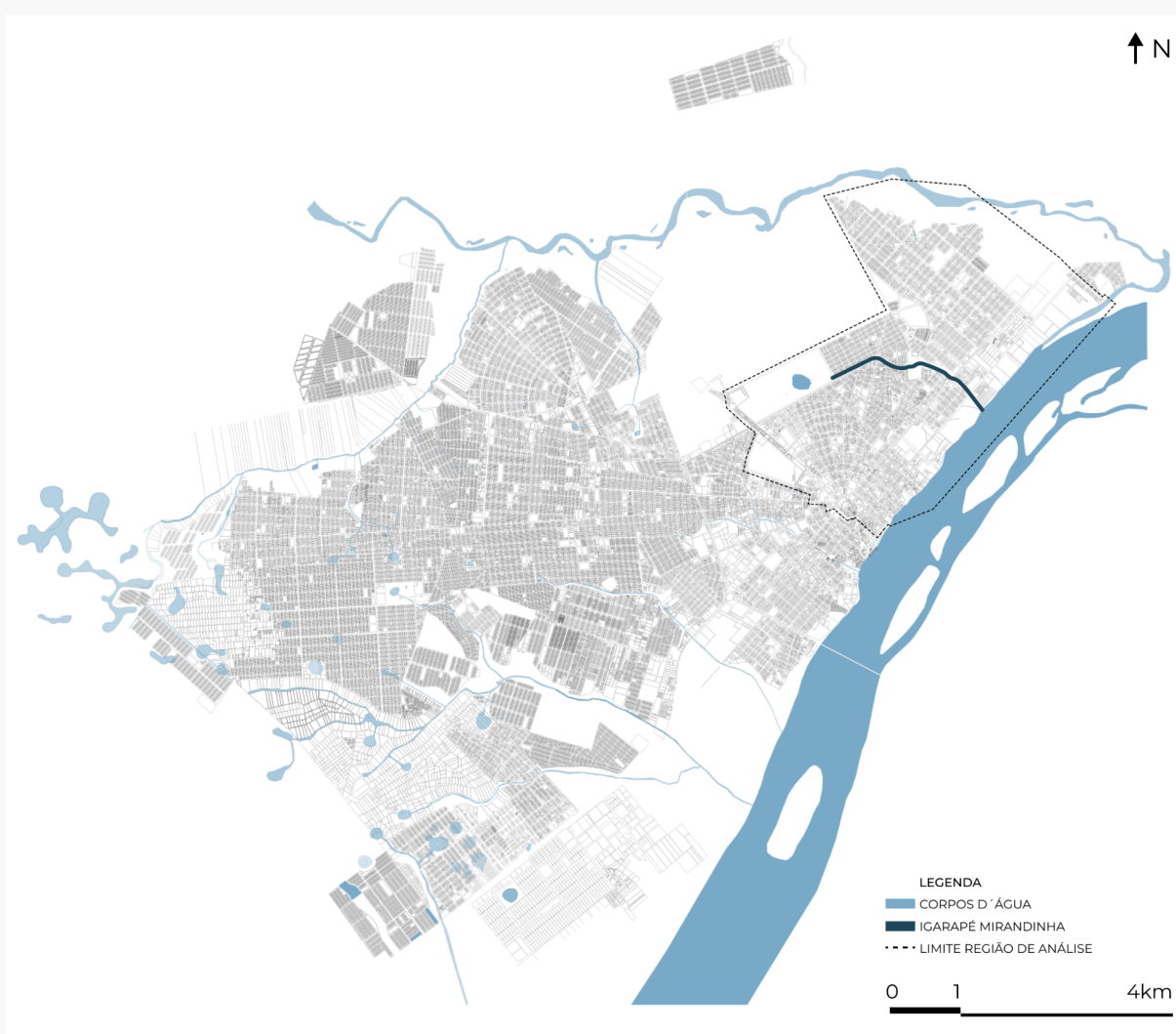


Fonte: O autor, 2024.

4.3.1 Caracterização do igarapé Mirandinha

Antes de dissertar sobre o Parque Mirandinha, é necessário descrever o Igarapé Mirandinha ilustrado na [Figura 22](#) conforme a locação, situação, origem, transformações e urbanização. O Igarapé Mirandinha é um afluente urbano da cidade de Boa Vista, localizado na Amazônia Setentrional e inserida no Pediplano Rio Branco, vindo a compreender uma área plana (Vale Júnior; Sousa; Nascimento, 2014).

Figura 22 – Localização do Igarapé Mirandinha



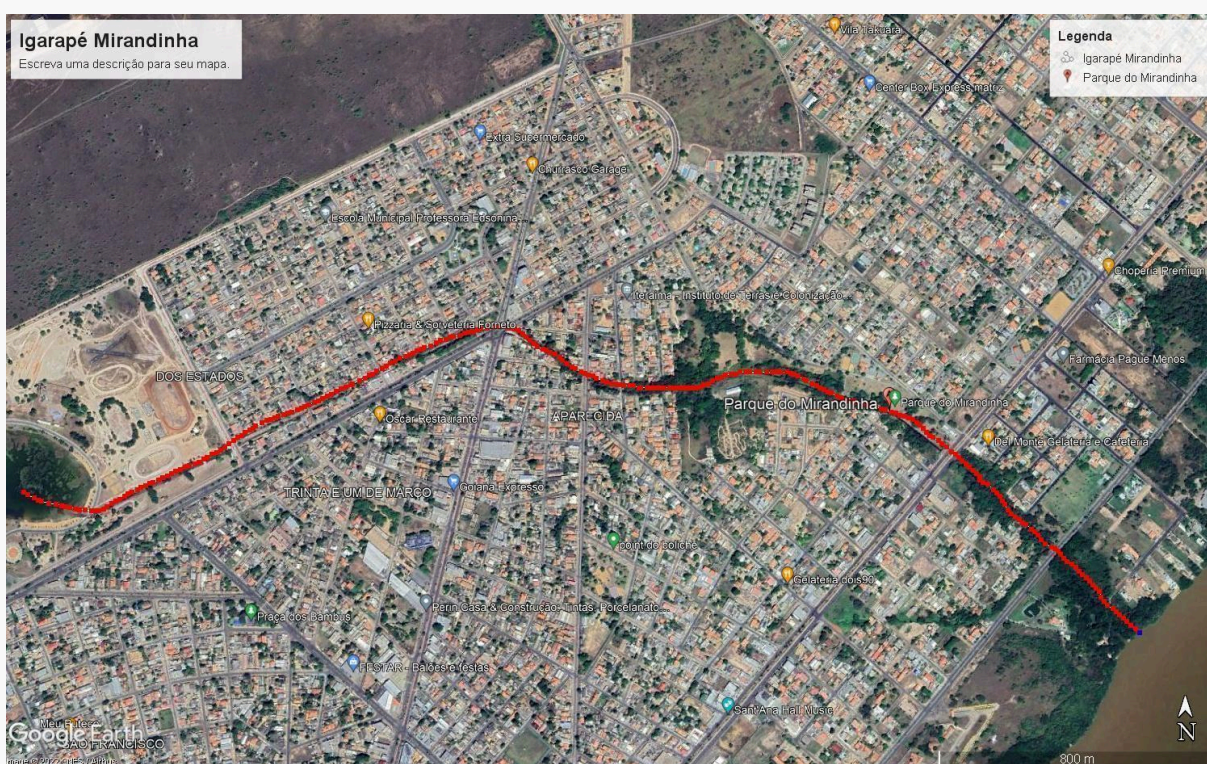
Fonte: O autor, 2024.

O Igarapé Mirandinha ([Figura 23](#)) nasce no Lago dos Americanos, dentro do consolidado Parque Anauá localizado no bairro dos Estados, de sua nascente,

segue pelos bairros Aparecida, Caçari e Canarinho. O igarapé sofreu dois processos de canalização, em decorrência dos processos de urbanização e ocupação. No total percorre um trecho aproximado de 3,5 km até o Rio Branco, próximo da foz do Rio Cauamé.

A vegetação é caracterizada por trechos ciliares conservados e alguns degradados em decorrência da ocupação e canalização; em um contexto geral a área se encontra dentro das características de savana. O relevo da área é caracterizado por uma topografia levemente ondulada e ondulada, com dissecação que varia entre muito fraca e fraca (Zoneamento, 2002, Tomo I).

Figura 23 – Foto aérea do Igarapé Mirandinha



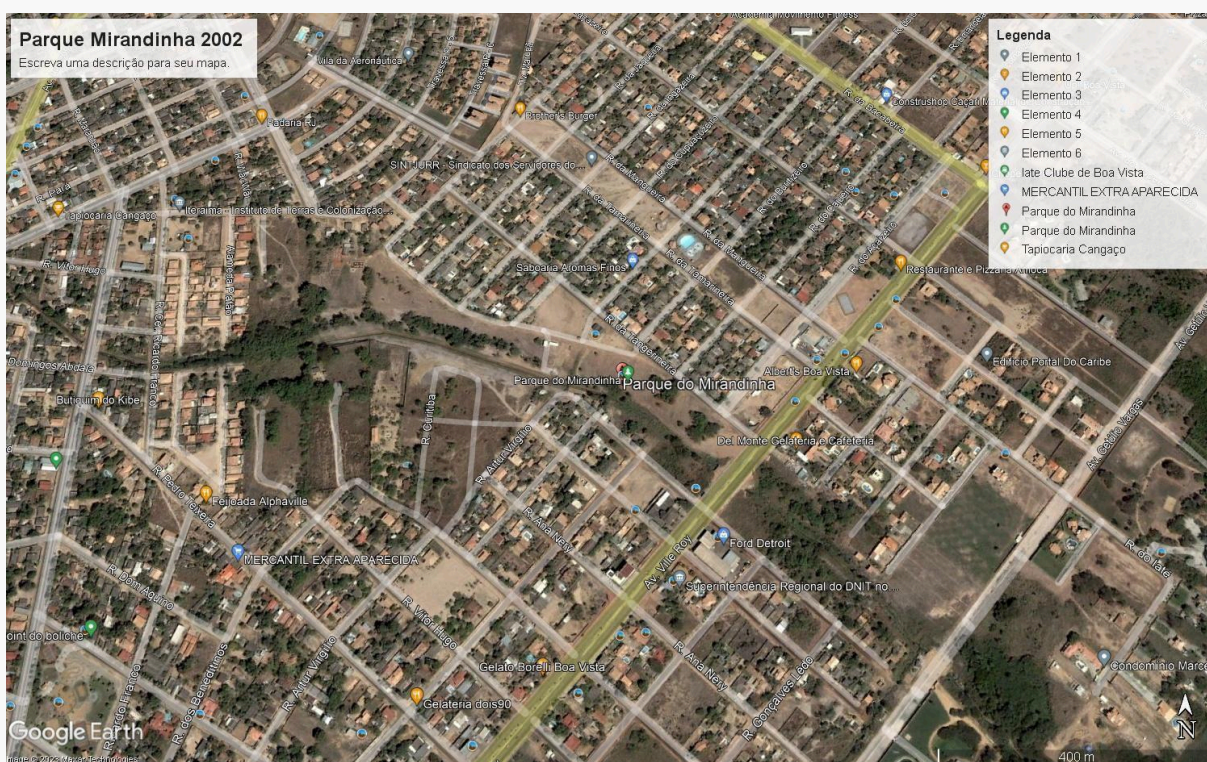
Fonte: Google Earth, 2023. 2°50'24.27"N, 60°39'54.82"O.

O nome Mirandinha, segundo moradores da área, é em decorrência da ocupação com três sítios na década de 1950, um dos sítios se chamava Mirandinha e acabou dando nome ao igarapé. Entre meados da década de 1960 e 1970 os três sítios foram vendidos e em seguinte foram loteados (Santos; Cavalcanti, 2007). O Igarapé Mirandinha sofreu processos de canalizações e urbanizações as quais deteriorou a mata ciliar e a qualidade da água do igarapé. Devido ao processo de

assentamento dos agrupamentos populacionais, o sistema de drenagem se sobressai como um dos mais sensíveis dos problemas causados pela urbanização, tanto em razão das dificuldades de esgotamento das águas pluviais, como devido à interferência com os demais sistemas de infraestrutura.

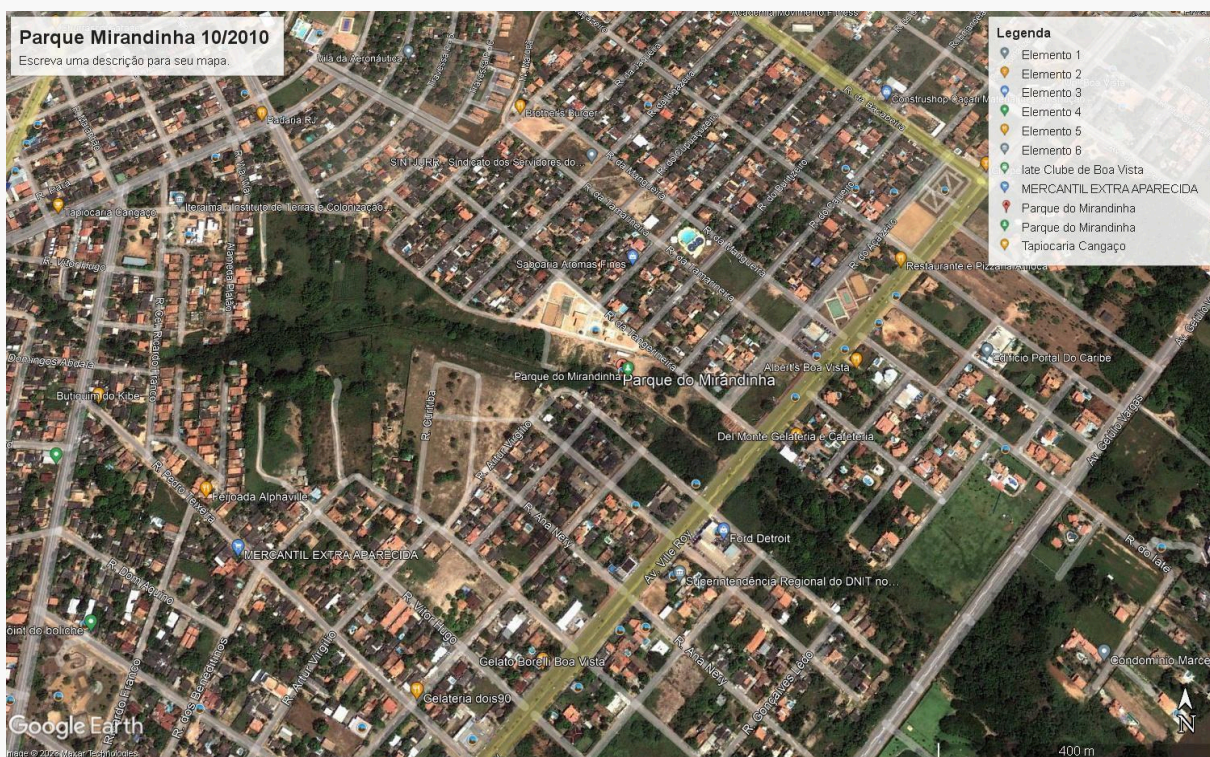
A urbanização intensa e as canalizações trazem problemas ainda maiores como a relação pessoa-natureza. Na canalização, há a modificação da morfologia do leito do canal corrigindo as suas irregularidades (rugosidades), logo a proximidade que existia entre pessoa e natureza deixa de existir e, em ato contínuo, a pesca e o lazer às margens do igarapé. As transformações durante o lapso temporal podem ser percebidas nas análises da [Figura 24](#) e [Figura 25](#) que ilustram as transformações no parque na morfologia local entre os anos de 2002 e 2010.

Figura 24 – Igarapé Mirandinha, antes da criação do Parque, 2002



Fonte: Google Earth, 2002.

Figura 25 – Igarapé na Construção do Parque Mirandinha em 2010



Fonte: Google Earth, 2010.

4.3.2 Caracterização do Parque Mirandinha

Segundo Macedo (2002), um parque urbano é um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana, que atende a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas quanto culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo. Podemos observar esses usos na [Figura 26](#), [Figura 27](#) e [Figura 28](#).

Figura 26 – Cenas do Parque Mirandinha



Fonte: O autor, 2024.

Sá Carneiro (2000) afirma que parques urbanos são espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural. O autor considera parque urbano todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

Mascaró (2008), ao fazer as classificações de áreas verdes urbanas, determina que Parque Urbano são áreas de médio porte, entre 10 a 50 ha, envolvidas pelo tecido urbano ou, pelo menos encostada nele, com boa ligação ao

sistema de transporte público e privado da cidade. São espaços predominantemente verdes, com árvores preferencialmente nativas e grama para, simultaneamente, ter facilidade de utilização e baixos custos.

O Parque Mirandinha ($2^{\circ} 50' 29'' N / 60^{\circ} 39' 24'' W$), em verdade, é um conglomerado entre Igarapé Mirandinha, Praça Jorge Manoel da Silva e vegetação natural, um complexo inaugurado em 29 de julho de 2011. O Parque possui área de 106 hectares entre o Lago dos Americanos até o deságue no Rio Branco.

Figura 27 – O Parque Mirandinha



Fonte: O autor, 2024.

Figura 28 – Parque Mirandinha com uso noturno



Fonte: O autor, 2024.

4.3.3 Morfologia urbana e diagnóstico espacial

Para a análise morfológica do entorno do Parque Mirandinha, é imprescindível incorporar fundamentação teórica que permita uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas urbanas em jogo. De acordo com Cullen (1971), o entendimento de “paisagem urbana” sugere uma abordagem que considera a percepção visual e experiencial dos espaços urbanos pelos seus usuários. Aplicando este entendimento ao Parque Mirandinha, observa-se que a configuração espacial e o uso misto do entorno direto contribuem para a formação de uma paisagem urbana diversificada, onde elementos naturais e construídos coexistem de maneira complementar. Tal interação é fundamental para a criação de ambientes urbanos ricos e estimulantes (Cullen, 1971).

Além disso, conforme Lynch (1960) destaca em *A Imagem da Cidade* que a legibilidade e a imageabilidade são aspectos cruciais na compreensão e no planejamento das cidades. O Parque Mirandinha, neste contexto, emerge como um ponto de referência visual e funcional no tecido urbano, auxiliando na orientação e

na estruturação da imagem mental que os habitantes têm de Boa Vista. A presença do parque, portanto, não apenas enriquece a qualidade estética e ambiental da área, mas também fortalece a identidade urbana e a coesão social.

Referente à densidade e ao uso do solo, a proximidade de zonas residenciais de densidade média ao Parque Mirandinha reflete o princípio de “cidade compacta”, que promove uma maior eficiência no uso do solo urbano, facilitando o acesso a serviços e espaços de lazer a pé ou por meio de transporte não motorizado (Newman; Kenworthy, 1999). Esta configuração ([Figura 29](#)) contribui para a redução da dependência do automóvel, favorecendo a sustentabilidade urbana e a qualidade de vida dos residentes.

Figura 29 – Área de Estudo, Parque Mirandinha



Fonte: Google Earth, 2023. 2°50'24.27"N, 60°39'54.82"O.

A análise morfológica do entorno do Parque Mirandinha revela, portanto, a importância de integrar espaços verdes nos tecidos urbanos, não apenas como elementos isolados, mas como componentes essenciais na articulação das funções urbanas e na promoção de uma maior interação social. Segundo Gehl (2010), o design urbano voltado para as pessoas deve priorizar a escala humana e a qualidade dos espaços públicos, fomentando ambientes urbanos mais vivos e inclusivos.

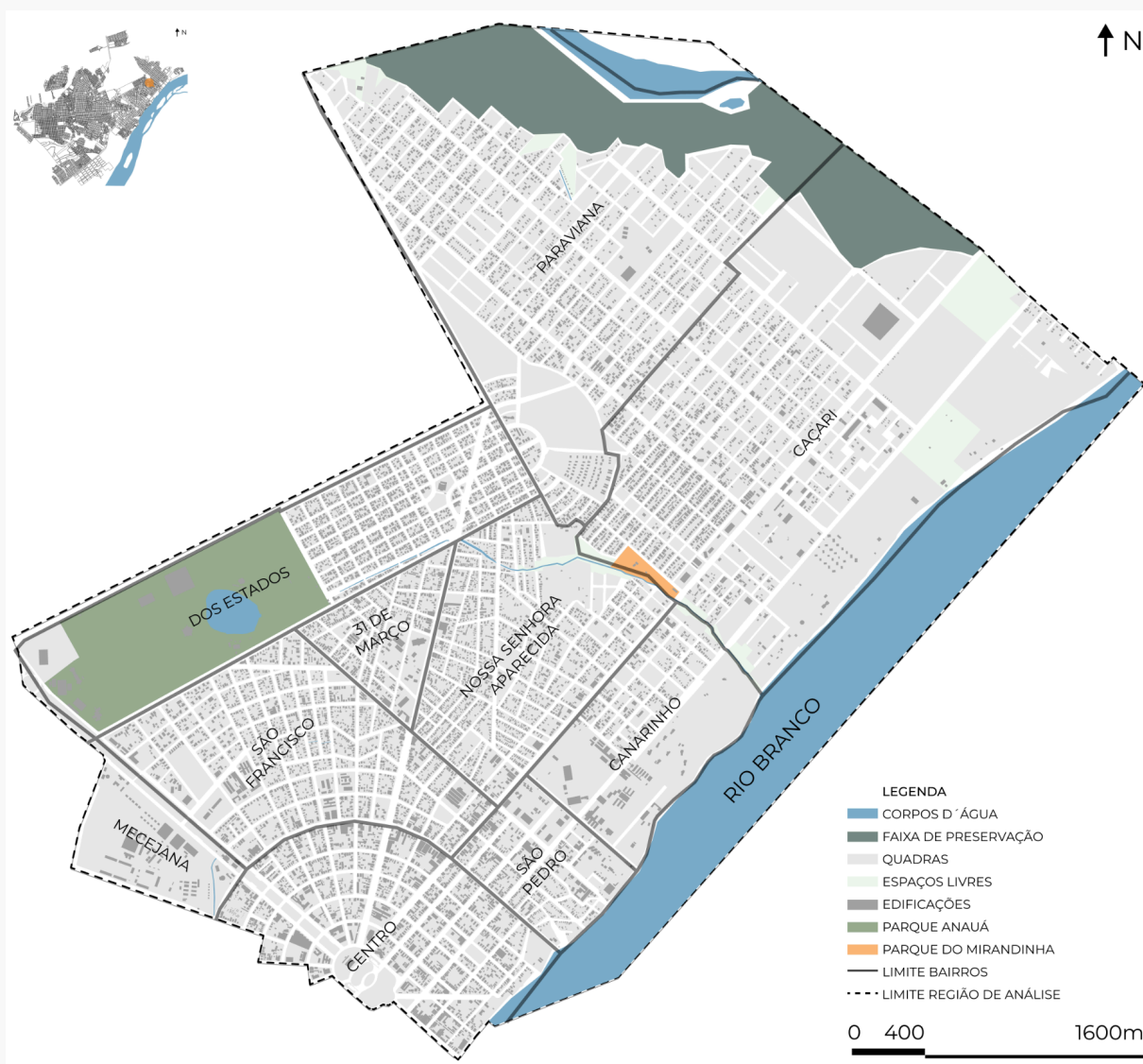
A área de estudo zona leste da cidade de Boa Vista é uma área consolidada, com predominância residencial próximo a limites naturais como o Rio Branco e o Rio Cauamé. Na [Figura 31](#), são destacados os bairros limítrofes ao Parque Mirandinha, bairros que fazem uso contínuo do espaço, e também são destacados ainda os espaços livres que compõem a paisagem e as edificações de cada lote. Para Milton Santos (2009, p. 54), “a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempo”, o que se reflete e percebe na área de estudo, isto é, as marcas do tempo ao verificar em cinza escuro as edificações e em cinza claro os vazios urbanos, morfologia além da mera descrição de forma física que analisa processos e eventos que se redefinem de maneira constante.

A morfologia urbana, para Lamas (2010, p. 37), “estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíprocas definindo a paisagem urbana e sua estrutura”. A Zona Leste no qual o recorte do Parque Mirandinha se insere ([Figura 31](#)) é coberta de infraestrutura urbana, com equipamentos de saúde, educacional, segurança e serviços básicos, são bairros antigos da cidade e que têm ocupação plena, e o que difere dos demais bairros são as grandes áreas para as unidades de lote e grandes vazios urbanos. No mapa da morfologia são indicados fatores físicos e ambientais (hidrografia, relevo e vegetação), itens de conforto ambiental que interferem diretamente no uso dos vazios urbanos, considerando perspectivas amazônicas, além do processo de expansão urbana, uso e ocupação do solo.

Dentro da morfologia a ser levantada, foram verificados pontos como a periodização da ocupação do Parque Mirandinha, diacronismo entre forma e função,

limites e barreiras (igarapés e rios, corpos d'água). Nesse contexto, Capel (2002) trata de elementos urbanos que servem como limites e barreiras para a expansão urbana das cidades, como por exemplo, curso de rios, e como os elementos físicos influenciam no adensamento urbano.

Figura 31 – Entorno, morfologia, espaços livres, corpos d'água e edificações



Fonte: O Autor, 2024.

Na morfologia urbana levantada é importante destacar a relevância dos espaços livres, áreas desprovidas de edificações, a partir desse ponto reconhecido como Sistemas de Espaços Livres – SEL. Tais sistemas constituem uma rede estratégica de áreas públicas como parques, jardins, praças, e espaços naturais que

são planejados e gerenciados de forma integrada para proporcionar benefícios múltiplos à população. A conceituação e a aplicação prática dos SELs podem ser enriquecidas pelas contribuições de Tangari (2009), cujas pesquisas fornecem uma base sólida para entender a importância desses espaços nas cidades.

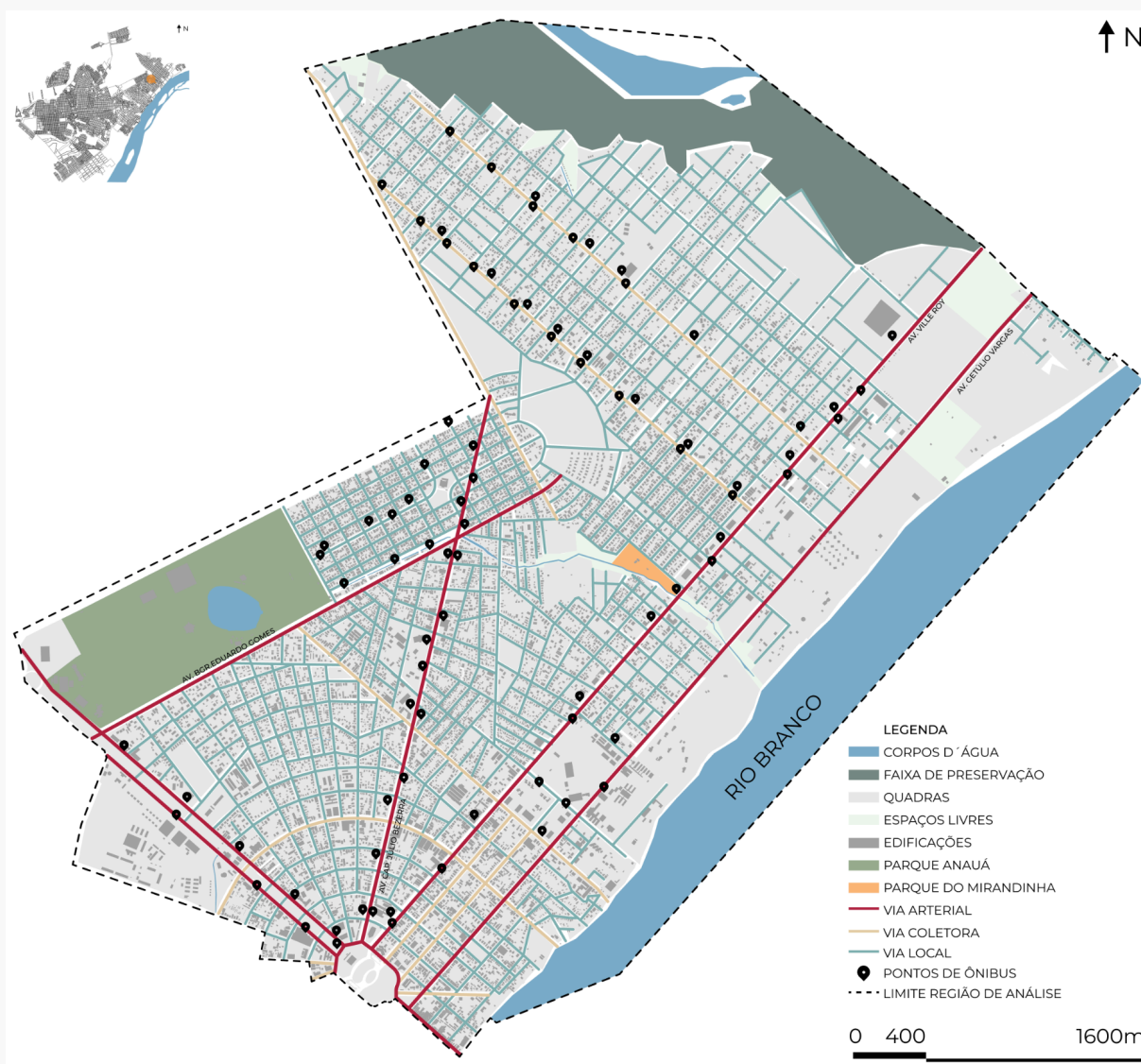
Os espaços livres são essenciais para a sustentabilidade urbana, atuando na mitigação de ilhas de calor e na promoção da biodiversidade através da conservação de habitats naturais e da criação de corredores ecológicos (Tangari, 2005). Os SELs promovem a qualidade de vida urbana, oferecendo locais para recreação e interação social, o que é fundamental para a saúde mental e física dos cidadãos. Esses espaços também fomentam a inclusão social ao proporcionar áreas de lazer acessíveis a todos os segmentos da população (Tangari, 2007). Além disso, podem influenciar positivamente a economia local, aumentando o valor das propriedades próximas e atraindo turismo, especialmente quando são bem planejados e mantidos (Tangari, 2010). Por esses motivos, é importante integrar os Selos ao planejamento urbano, assegurando que o crescimento da cidade ocorra de maneira sustentável e que esses espaços sejam preservados e valorizados, assim a gestão eficaz desses sistemas exige políticas públicas adequadas e a participação da comunidade (Tangari, 2012).

No recorte da pesquisa é notório uma elevada porcentagem de áreas livres dentro dos terrenos privados, que recebem distintas atividades por serem pátios e quintais, áreas de recreação, estacionamentos e clubes esportivos. Queiroga (2011) define que os SELs privados são fragmentados e descontínuos, devido a separação dos muros de cada lote individualizado, contudo são fundamentais na complementaridade ambiental e funcional, principalmente os vegetados e arborizados. Quanto aos SELs públicos, ruas, praças, parques, podem ser classificados de acordo com as perspectivas normativas (APP), atrelados ao Plano Diretor e leis de zoneamento.

Na [Figura 32](#) é apontada a hierarquia das vias (arterial, coletora e local) e mapeado cada ponto de ônibus que levam às proximidades do Parque Mirandinha, o que demonstra integração completa por diferentes modais de mobilidade. A análise das vias arteriais, coletoras e locais na morfologia urbana é fundamental para compreender a organização, funcionalidade e desenvolvimento de áreas urbanas.

Cada tipo de via desempenha um papel específico na estrutura urbana e na mobilidade da cidade, influenciando diretamente a vida diária dos seus habitantes e o planejamento urbano eficiente.

Figura 32 – Hierarquia de vias e transporte público



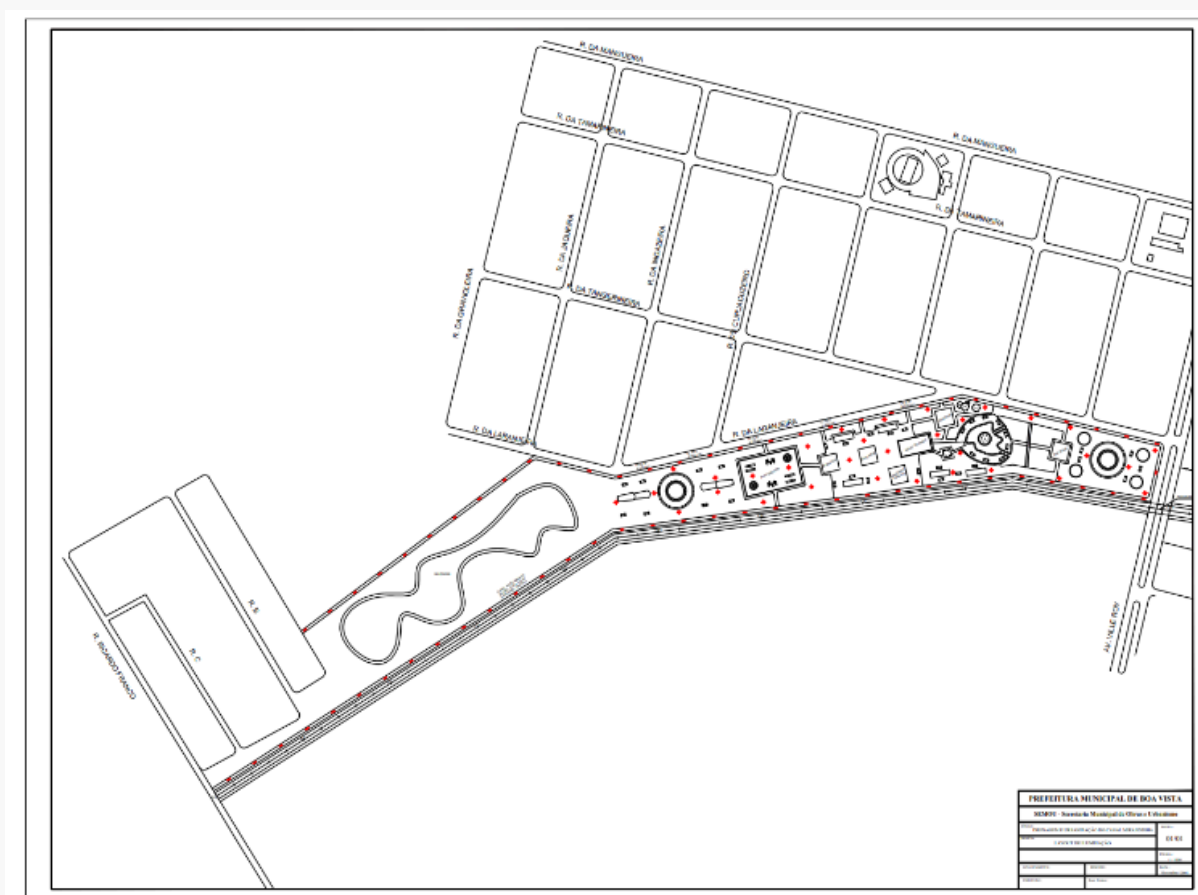
Fonte: O autor, 2024.

Para levantamento da área e caracterização dos espaços que compõem o Parque Mirandinha, foi necessário antes buscar as documentações existentes nos acervos da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Os dados apontam que existem alguns projetos elaborados, porém nenhum executado como planejado, os espaços

e equipamentos instalados foram ocorrendo espontaneamente conforme as demandas e usos.

É possível observar na [Figura 33](#) e na [Figura 34](#) que ambos os projetos não foram executados, que os caminhos dos passeios têm certa semelhança com o estado *in loco*. O Parque Mirandinha acabou se tornando um conglomerado de equipamentos, que em princípio eram separados, como a junção do Igarapé Mirandinha, a Praça Jorge Manoel da Silva e o Instituto Boa Vista de Música – IBVM. A rua que antes separava a praça e a área de preservação foi excluída, tornando uma única área, fruto da ocupação conforme mostra a [Figura 35](#).

Figura 33 – Projeto Mirandinha de 2001



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2001.



Fonte: Google Earth, 2023. 2°50'24.27"N, 60°39'54.82"O.

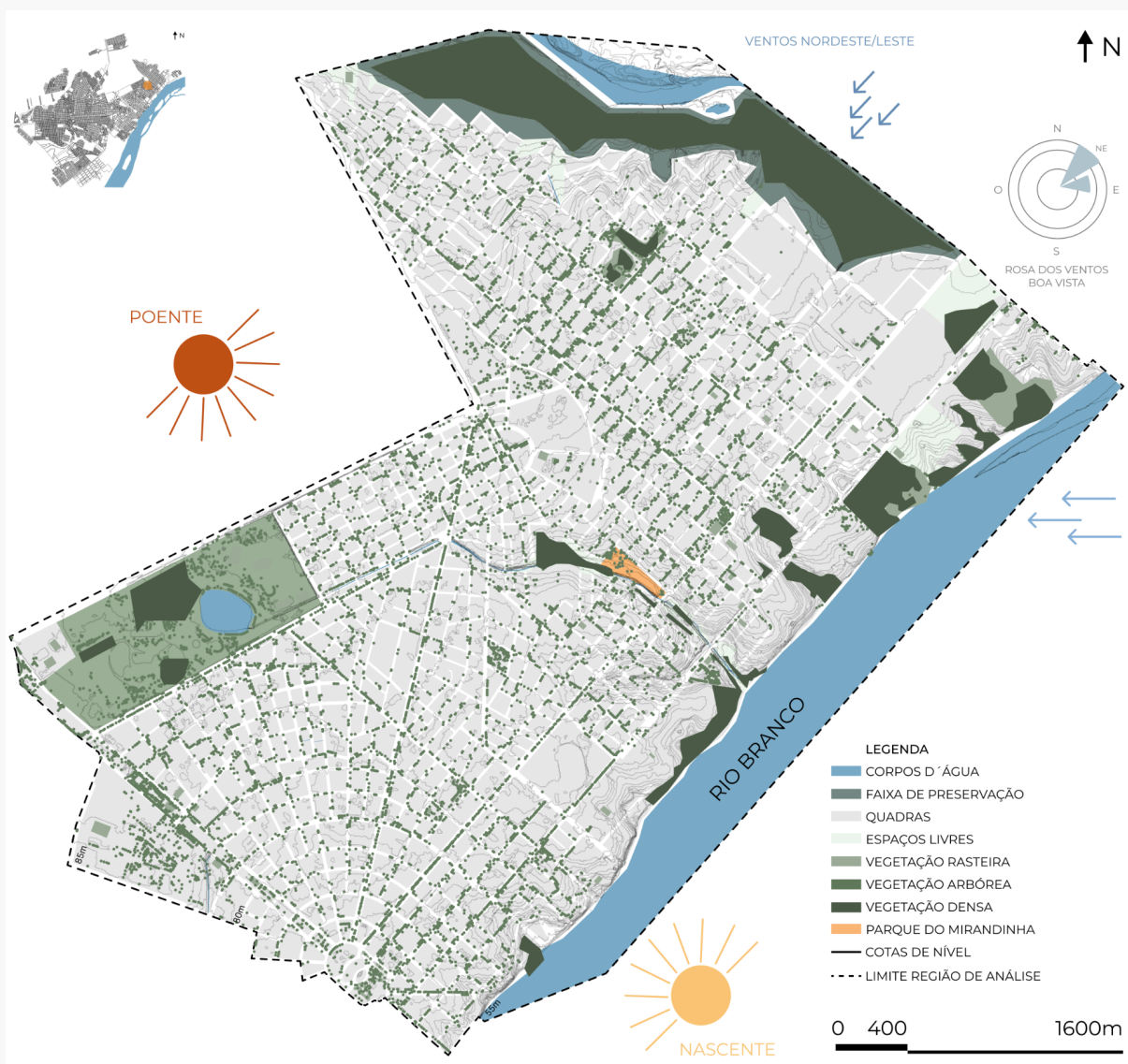
A cidade de Boa Vista apresenta um jogo de espaços livres que lhe é singular, resultado direto de seu processo de formação territorial e das sucessivas etapas de urbanização que moldaram sua paisagem (Macedo, 2011). Esse conjunto, distribuído entre avenidas largas, praças estruturadas, parques lineares vinculados aos igarapés, áreas de preservação, largos abertos e percursos generosos para pedestres, evidencia uma lógica espacial que articula convivência, circulação e integração ambiental de maneira particular. Assim, ao ser inserida no debate contemporâneo sobre espaços livres, Boa Vista se revela não apenas como detentora desses elementos, mas como uma cidade cuja organização urbana reforça a centralidade desses lugares na vida cotidiana, sejam eles destinados à permanência, ao encontro, ao lazer ou ao simples ato de atravessar a cidade. Essa configuração atribui aos espaços livres um papel estruturante na experiência urbana, destacando-os como componentes essenciais para compreender as práticas sociais e as dinâmicas de uso que caracterizam o cotidiano boavistense.

Nesse arranjo singular de espaços livres que compõem Boa Vista, suas funções ultrapassam o uso cotidiano e assumem relevância estratégica na

qualificação ambiental da cidade. Como observa Hannes (2016), tais espaços exercem papéis que vão além de suas funções tradicionais, contribuindo para mitigar os impactos produzidos pela urbanização acelerada. Funções ecológicas, estéticas e sociais se articulam especialmente nos trechos vegetados, onde a presença de espécies rasteiras, arbustivas e arbóreas interfere diretamente na percepção da paisagem, na ambiência climática e nas possibilidades de convivência comunitária. Dado o protagonismo dessas formações vegetais na experiência urbana boavistense, tornou-se fundamental compreender sua distribuição e suas interações com as dinâmicas ambientais locais. Por essa razão, elaborou-se o mapa apresentado na [Figura 36](#), que reúne as principais condicionantes geográficas, como direção dos ventos, padrões de insolação e barreiras naturais, permitindo visualizar como a vegetação e o meio físico estruturam, influenciam e potencializam os espaços livres da cidade.

Estudar os marcos visuais no contexto do Parque Mirandinha e na morfologia urbana é fundamental por várias razões. Primeiramente, os marcos visuais, como edifícios icônicos, monumentos, parques e outras estruturas significativas, ajudam a definir o caráter e a identidade de uma cidade. Eles não apenas orientam a navegação urbana, facilitando que residentes e visitantes se localizem e movam pela cidade, mas também podem ser pontos de interesse que atraem turismo e promovem a cultura local. Além disso, os marcos visuais contribuem para a organização espacial das cidades, pois influenciam como os espaços urbanos são percebidos e utilizados pelas pessoas. Por exemplo, um marco pode ser um ponto de encontro ou um local para eventos comunitários, o que estimula interações sociais e fortalece o senso de comunidade.

Figura 36 – Mapa com condicionantes geográficos e caracterização da vegetação



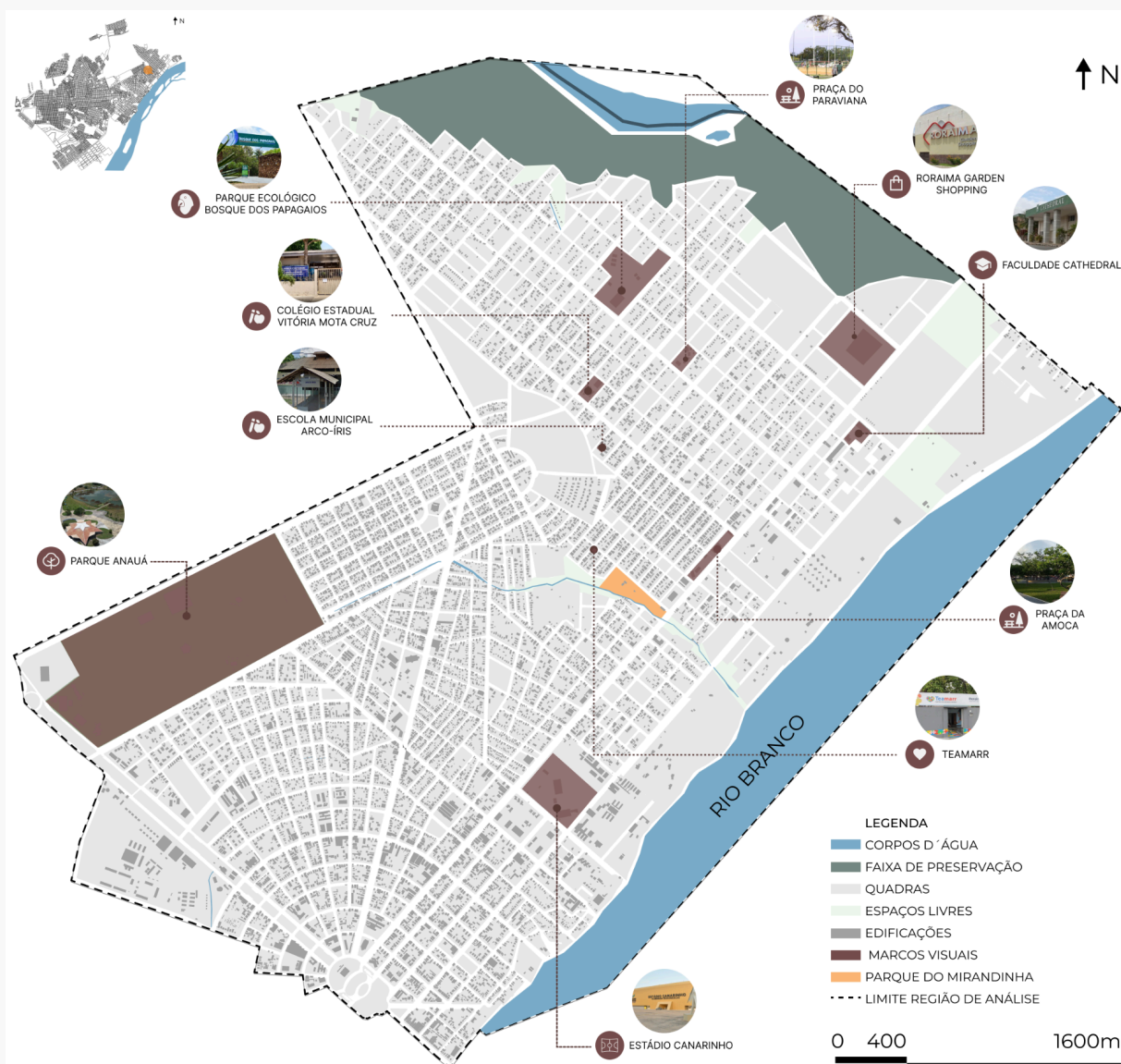
Fonte: O autor, 2024.

Do ponto de vista da morfologia urbana, que estuda a forma e a estrutura das cidades, entender como os marcos visuais se integram ao tecido urbano ajuda urbanistas e arquitetos a planejar melhor as intervenções urbanas. Isso inclui o desenvolvimento de novas áreas ou a requalificação de espaços existentes de maneira que harmonize com os marcos já estabelecidos, preservando a história e o patrimônio cultural enquanto se atende às necessidades contemporâneas da população urbana.

Nesse entendimento na [Figura 37](#) são destacados os principais marcos visuais na área de estudo onde se localiza o Parque Mirandinha. Os marcos

relevantes no entorno do Parque Mirandinha não só são relevantes para os bairros circunvizinhos, mas também para a cidade, já que se constituem como equipamentos de grande porte, como o Estádio Canarinho, o Shopping Garden e o Parque Anauá, que influenciam diretamente nos fluxos axiais das vias arteriais.

O [Quadro 16](#) apresenta os principais marcos visuais destacados no mapa da região analisada, enumerando e descrevendo cada um deles: O Parque Ecológico Bosque dos Papagaios (1) é um parque urbano municipal que oferece serviços à comunidade e está aberto à visitação, com animais silvestres e trilhas. O Colégio Estadual Vitória Mota Cruz (2) e a Escola Municipal Arco-Íris (3) são instituições de ensino da rede pública estadual e municipal, respectivamente, com a Escola Arco-Íris focada na primeira infância. O Parque Anauá (4) é um grande parque urbano que inclui um museu, área de alimentação, equipamentos de esporte e lazer, kartódromo e eventos temporários como shows e feiras. A Praça do Paraviana (5) e a Praça da Amoca (8) são praças públicas, enquanto o Roraima Garden Shopping (6) é um centro comercial. A Faculdade Cathedral (7) é uma instituição de ensino superior privada. A instituição TEAMARR (9) apoia o tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Estádio Canarinho (10) é um equipamento público voltado para esporte e lazer. Finalmente, o Parque do Mirandinha (11), que é o objeto desta pesquisa, é um parque urbano de destaque na região central.



Fonte: O autor, 2024.

Quadro 16 – Quadro descritivo dos marcos visuais

Nº	Marco Visual	Descrição
1	Parque Ecológico Bosque dos Papagaios	Parque urbano municipal com prestação de serviços à comunidade e aberto à visitação, com animais silvestres e trilhas.
2	Colégio Estadual Vitória Mota Cruz	Instituição de ensino da rede pública estadual.
3	Escola Municipal Arco-Íris	Instituição de ensino da rede pública municipal (primeira infância).
4	Parque Anauá	Grande parque urbano com museu, área de alimentação, equipamentos de esporte e lazer, kartódromo e eventos de shows e feiras temporárias.
5	Praça do Paraviana	Praça pública.
6	Roraima Garden Shopping	Centro comercial.
7	Faculdade Cathedral	Instituição de ensino superior privada
8	Praça da Amoça	Praça pública.
9	TEAMARR	Instituição de apoio ao tratamento de crianças com TEA.
10	Estádio Canarinho	Equipamento público de esporte e lazer.
11	Parque do Mirandinha	Parque urbano objeto desta pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

5 MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

O recorte bibliográfico no qual esta tese foi construída reconhece a multidisciplinaridade do tema e a necessidade de uma abordagem qualitativa que dialogue e integre questões fundamentais sobre acessibilidade e inclusão. Pesquisas qualitativas, por definição, buscam compreender fenômenos complexos a partir de uma perspectiva holística, valorizando as experiências, percepções e significados atribuídos pelos indivíduos em seu contexto natural. Diferentemente das abordagens quantitativas, que se concentram na coleta e análise de dados numéricos para testar hipóteses pré-estabelecidas, a pesquisa qualitativa explora profundamente os aspectos subjetivos e multidimensionais dos fenômenos sociais, por meio de métodos como entrevistas, observações participantes, análise de conteúdo, entre outros.

Esta pesquisa se distingue como uma pesquisa multimétodos e multiescalar, combinando diversas técnicas qualitativas para capturar a complexidade das experiências de acessibilidade em diferentes escalas e contextos. O uso de uma abordagem multimétodos permite a triangulação de dados, enriquecendo a compreensão do tema e proporcionando uma análise mais robusta e detalhada. Ao mesmo tempo, a perspectiva multiescalar reconhece que as questões de acessibilidade e inclusão variam significativamente conforme o contexto, desde o nível individual até o coletivo, e desde espaços edificados e espaços livres, demandando uma análise que considere essas diversas dimensões.

Na coleta dos dados para essa pesquisa, os sentidos e as observações desempenham função primordial, uma vez que o paradigma central da tese busca compreender o comportamento nos espaços públicos de um usuário que possui intensos e apurados sentidos.

A arquitetura é nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo, e para dar uma medida humana a essas dimensões. Ela domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade. Como consequência dessa

interdependência entre o espaço e o tempo, a dialética do espaço externo e interno, do físico e do espiritual, do material e do mental, das prioridades inconscientes e conscientes em termos de sentidos e de suas funções e interações relativas têm um papel essencial na natureza das artes e da arquitetura (Pallasmaa, 2011, p. 21).

No levantamento dos dados dessa tese, a função atemporal dos espaços públicos buscou compreender as metáforas existentes para o usuário e para a vida que se materializa no Parque Mirandinha em Boa Vista/RR. O espaço urbano reflete, materializa e torna as ideias e imagens da vida ideal.

Foi necessário ainda levantar as questões de acessibilidade, do entendimento aos normativos com análise histórica processual e executiva. De forma geral, a definição utilizada para “acessibilidade” foi a mesma utilizada pela Norma Brasileira (NBR) 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que, após a última revisão, foi descrita do seguinte modo:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 2).

Esta pesquisa buscou ainda respaldos nos conceitos de acessibilidade plena, tema levantado por Duarte e Cohen (2012), que defendem que apenas a acessibilidade física ao espaço não é suficiente, pois é preciso abranger o aspecto da empatia e a promoção de condições de experiência do lugar. A acessibilidade plena “significa a possibilidade de compartilhar o espaço e de efetuar trocas; a capacidade do lugar de acolher seus visitantes, a aptidão do local em gerar empatia e afeto em seus visitantes” (Duarte *et al.*, 2013).

Nesse contexto, a acessibilidade tem uma relação com a percepção. Tuan (1980) define a percepção como uma resposta tanto dos sentidos aos estímulos ambientais (percepção sensorial) como da atividade mental resultante da relação

com o ambiente (percepção cognitiva), de modo que traz ao indivíduo novos dados para compreender o seu entorno e estabelecer relações com o ambiente.

Assim, a análise urbana é uma categoria subjetiva, uma vez que depende do sistema de valores e capacidade de interpretação e observação individual. Kohlsdorf (1996) afirma que o processo cognitivo ocorre em três etapas: a percepção através do campo sensorial, a seleção através da memória e a atribuição de significados por meio do raciocínio. Em seu entendimento a facilidade ou dificuldade de compreender as cidades depende muito de suas formas, de ter configurações únicas, capazes de cunhar sua identidade. No que se refere aos campos visuais são a porção abrangida pelo observador, e o nível de percepção depende de determinados fatores como a mudança de direção, níveis de estímulo visual, o movimento dos olhos e a velocidade de movimento.

No entendimento de Kohlsdorf (1996), o nível de percepção do espaço refere-se ao atendimento de expectativas topoceptivas por meio da percepção humana, nível caracterizado pela presença física do observador no espaço considerado. A percepção integra a totalidade dos sentidos e da inteligência, mas a visão é a principal envolvida na percepção espacial humana, logo, depende do modo de locomoção do observador.

A partir do campo visual surgem os efeitos que são definidos pelas superfícies estruturantes, ocorrendo em diferentes intensidades. Os efeitos podem ser topológicos³⁴, que são as noções de posição do corpo do observador no espaço em que se encontra a partir de suas referências de distância aos limites dele, ou podem ser perceptivos que são as organizações geométricas da cena presentes no campo visual do observador.

No entendimento de Lynch a percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: identidade, estrutura e significado. Sendo assim, para que uma imagem seja viável, faz-se necessário a identificação do objeto, bem como o reconhecimento enquanto entidade separável, ou seja, a diferenciação em relação a outras coisas, assim este processo é denominado de identidade. A estrutura

³⁴ Topológicos: No contexto da percepção visual, refere-se às noções de posição e orientação do corpo do observador em relação ao espaço ao seu redor, baseando-se em suas percepções de distância em relação aos limites desse espaço.

refere-se ao padrão espacial ou a relação do objeto com o observador e com os outros objetos. Quanto ao significado, é o valor emocional ou prático que o objeto ou o espaço tem para o observador (Aguiar, 2017).

A legibilidade, por sua vez, é definida por Lynch (1960) como a facilidade com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente, sendo estes aspectos visuais do meio urbano. Um ambiente com características legíveis oferece aos usuários do espaço segurança e favorece a urbanidade do local. Para mensurar tais aspectos, Kevin Lynch desenvolveu um método de análise urbana que leva em consideração a imagem mental que os indivíduos têm do espaço percebido. Consiste na identificação de imagens públicas e da memória coletiva a partir do estudo do que os usuários percebem, como e com que intensidade. Para isso, são aplicadas entrevistas com os residentes da região, de modo que a partir da percepção dos usuários do espaço possam ser identificados caminhos, bairros, limites, pontos focais e marcos visuais. Assim, o espaço é condicionante social e exerce influência direta no comportamento das pessoas, sendo capaz de facilitar ou dificultar o acesso, conduzir ou desorientar, provocar ou não emoções, permitir ou restringir. De acordo com Souza e Compans (2017), comportamentos humanos em geral, sejam individuais e/ou coletivos, se condicionam direta ou indiretamente pelas configurações físicas do espaço.

Aguiar (2017) aborda que a funcionalidade da arquitetura, na escala local, seria por definição uma qualidade da forma ou das formas, algo essencialmente material, que repercute diretamente no comportamento e no bem-estar das pessoas. Também é abordado por Pallasmaa (2005, p. 53 *apud* Aguilar, 2017, p. 23) que

Qualquer experiência arquitetônica é necessariamente multissensorial; qualidades do espaço, da matéria e das escalas são medidas igualmente pelos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos. A arquitetura pode reforçar ou não uma experiência existencial, o sentimento de estar no mundo, e disso resultar, essencialmente, um aprofundamento da experiência do próprio ser. Mais que o puro e simples sentido da visão, ou que os clássicos cinco sentidos, a arquitetura envolve uma variedade de planos da experiência sensorial que interagem e se fundem uns aos outros.

O psicólogo ambiental David Canter (1977) sugere o entendimento de “sentido do lugar”, sendo definido como a qualidade indescritível que ao mesmo tempo diz tudo sobre a qualidade físico-ambiental dos espaços urbanos, a partir da inter-relação de três esferas presentes em nossa consciência: atividades, atributos físicos e concepções (Figura 38). A primeira engloba o conjunto de atitudes e comportamentos que o lugar possibilita aos usuários, ou seja, tipos de apropriação. A segunda refere-se às características do ambiente construído, identificados por aspectos da morfologia urbana. A terceira, dimensão cognitiva, abrange a paisagem e perspectiva que gera experiências e sensações aos usuários a partir do processamento mental das imagens através da visão, em conjunto com as lembranças.

Figura 38 – Esquema representativo das três esferas que constituem o sentido do lugar



Fonte: Canter, 1977.

5.1 Pesquisa de campo

Uma pesquisa empírica³⁵ visa sistematicamente investigar fenômenos observáveis por meio de métodos de coleta e análise de dados, fundamentando-se no princípio de que o conhecimento é adquirido a partir de experiências concretas e observações diretas. Esta abordagem é essencial para a construção de um entendimento baseado em evidências acerca dos fenômenos estudados, permitindo ao pesquisador formular hipóteses, testar teorias e contribuir para o corpo existente de conhecimento de maneira rigorosa e verificável.

Os objetivos de uma pesquisa empírica podem ser amplamente categorizados em exploratórios, descritivos, explicativos e preditivos. Pesquisas exploratórias buscam compreender fenômenos pouco estudados, identificando entendimentos, variáveis e relações potenciais, abrindo caminho para investigações futuras mais aprofundadas (Creswell, 2014). Pesquisas descritivas visam detalhar características, processos ou contextos de determinados fenômenos, fornecendo uma imagem precisa de eventos ou situações específicas (Yin, 2018). Já as pesquisas explicativas focam na determinação de causas e efeitos, esclarecendo por que ou como determinados fenômenos ocorrem, contribuindo para a teoria existente e possibilitando o desenvolvimento de novas teorias (Bryman, 2016). Por fim, as pesquisas preditivas procuram antecipar ocorrências ou tendências futuras com base em dados e relações estabelecidas, sendo particularmente valiosas em campos aplicados para a tomada de decisões e planejamento (Silverman, 2020).

Assim, a pesquisa empírica conduzida no Parque Mirandinha justifica-se pela singularidade desse espaço público, cuja trajetória revela uma apropriação espontânea e contínua pela população local. O parque constitui um exemplo emblemático de como áreas inicialmente não ocupadas no tecido urbano podem, por meio de processos orgânicos de uso e ressignificação, transformar-se em locais de

³⁵ Pesquisa Empírica: Método de investigação baseado na observação e experimentação diretas de fenômenos, a utiliza dados coletados por meio de experiências, observações, questionários, entrevistas e outras técnicas de coleta de dados para analisar e interpretar aspectos do mundo real. O objetivo é obter conhecimento a partir de evidências concretas, contrastando com abordagens que se baseiam exclusivamente em teoria ou especulação. A pesquisa empírica é fundamental em diversas áreas do conhecimento, como as ciências naturais, sociais e humanas. Yin (2018); Creswell (2014).

intensa interação social, práticas de lazer e conexão com a natureza, características que o tornam um cenário privilegiado para a investigação proposta.

Este fenômeno de apropriação natural de um espaço livre pelo tecido social de Boa Vista oferece um campo fértil para investigação, proporcionando *insights* valiosos sobre as dinâmicas de uso do espaço público, as relações entre os habitantes da cidade e seu ambiente construído, bem como as práticas culturais que emergem nesses espaços de encontro. Além disso, o estudo no Parque Mirandinha permite explorar as potencialidades dos espaços livres urbanos como elementos chave na promoção da qualidade de vida urbana, da sustentabilidade e da inclusão social, aspectos críticos na formulação de políticas públicas voltadas para o planejamento e desenvolvimento de cidades mais resilientes e humanizadas.

Adicionalmente, a proximidade do Parque Mirandinha a uma escola dedicada à educação especial, com foco no Transtorno do Espectro Autista (TEA), legitima ainda mais a escolha desta localização para a pesquisa. Esta vizinhança específica oferece uma oportunidade única para entender como os espaços públicos podem ser otimizados para atender às necessidades de todos os cidadãos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A inclusão e acessibilidade tornam-se, portanto, temas centrais deste estudo, alinhando-se com o objetivo de promover um ambiente urbano que acolha a diversidade e fomente a equidade entre os usuários do espaço público.

5.1.1 Mapa comportamental

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o instrumento mapa comportamental. Esse mapa é elaborado a partir da observação direta, permitindo identificar tendências, pontos fortes e fracos, e áreas que demandam maior atenção, além de levantar regiões de maior interação social. Através da categorização dos comportamentos relevantes, pode-se representar a frequência, intensidade e duração de tais comportamentos, fornecendo uma visão geral que facilita análises detalhadas e intervenções mais eficazes, o que o torna útil para identificar os usos, arranjos espaciais, fluxos e relações espaciais, indicando graficamente as trocas e movimentos, assim como a distribuição das pessoas no espaço e tempo, além de

verificar a congruência entre o projetado e as atividades realizadas após a ocupação. Rheingantz et al. (2009) abordam que os resultados expressos em mapas revelam padrões de circulação e a frequência de pessoas nos momentos de maior movimento, contribuindo significativamente para o entendimento das dinâmicas sociais e espaciais em ambientes como o Parque Mirandinha.

Ao aplicar essa representação gráfica para observar as crianças no Parque Mirandinha, especialmente as que estão no espectro autista (TEA), reconhecidas por meio de crachás e cordões, que hora com a criança, ou com os acompanhantes, a pesquisa pode fornecer *insights* relevantes sobre como essas crianças interagem com o espaço público. Primeiramente, identificar padrões de uso do parque pelas crianças, destacando quais áreas são mais frequentadas e quais equipamentos ou espaços lúdicos atraem maior interesse. Essa análise pode indicar pontos fortes do parque, assim como áreas que precisam de melhorias ou adaptações para se tornarem mais convidativas e seguras para o público infantil. Além disso, o mapa comportamental pode destacar a dinâmica de interação social entre as crianças, evidenciando como os espaços facilitam ou limitam essas interações. Tal análise é essencial para promover um ambiente inclusivo, onde as crianças no TEA possam se sentir confortáveis e engajadas.

A observação da frequência, intensidade e duração dos comportamentos em diferentes categorias, permitindo entender melhor as preferências lúdicas das crianças, incluindo atividades solitárias, em pequenos grupos ou em interações mais amplas, pode revelar se o Parque Mirandinha atende às necessidades e expectativas das crianças em termos de acessibilidade, segurança e estímulos para brincadeiras e aprendizado. Por fim, o levantamento pode apontar para a necessidade de inclusão de elementos sensoriais ou áreas temáticas que enriqueçam a experiência das crianças, promovendo não apenas o lazer, mas também o desenvolvimento cognitivo e emocional.

O instrumento do mapa comportamental, conforme delineado por Gehl (2010) e Whyte (1980), possui aplicações práticas, porém, enfrenta limitações inerentes. Ao utilizar mapas centrados no lugar, é possível obter uma visão abrangente dos padrões de movimento e interação social, facilitando a identificação de áreas de alta atividade e pontos que necessitam de intervenção para melhorar a acessibilidade e

a vivência dos usuários. Já os mapas centrados nos indivíduos permitem um entendimento profundo das experiências pessoais e coletivas no espaço, iluminando as necessidades específicas e preferências dos usuários, o que é crucial para o desenvolvimento de projetos urbanos inclusivos e responsivos.

Contudo, as limitações do mapa comportamental também merecem atenção. Uma das principais restrições é a possível intrusividade da observação, que pode alterar o comportamento natural dos indivíduos, especialmente em mapeamentos centrados no indivíduo, onde a presença do observador é mais evidente. Além disso, a dependência de observações em pontos fixos ou do seguimento de indivíduos por períodos definidos pode não capturar completamente a variabilidade das interações humanas e dos padrões de uso do espaço ao longo do tempo, limitando a generalização dos resultados para diferentes contextos ou momentos.

Para assegurar a confiabilidade do instrumento de mapeamento comportamental, é fundamental adotar uma abordagem sistemática na sua aplicação, como enfatizado por Bernard (2011) e Yin (2018). Isso implica na definição prévia de uma legenda e simbologia específica para os registros de campo, garantindo a uniformidade e precisão na coleta de dados. Segundo Bernard (2011), a padronização dos instrumentos de registro é crucial para a integridade metodológica da pesquisa. Além disso, a observação direta do ambiente, como sugerido por Yin (2018), é uma etapa preliminar essencial que permite ao observador ajustar sua presença ou participação no contexto observado. Esta etapa preparatória é fundamental para minimizar o impacto da presença do observador sobre o comportamento dos indivíduos, preservando a naturalidade das interações observadas.

A determinação do momento mais adequado para realizar o mapeamento é outro aspecto crítico, ressaltado por Saldana (2016). A escolha deve considerar a frequência e regularidade das atividades observadas, evitando que eventos esporádicos ou atípicos obscureçam os padrões de comportamento mais comuns e relevantes para o estudo. A incorporação de técnicas e recursos complementares, como a fotografia com intervalo de tempo e gravação em vídeo, recomendada por Heath, Hindmarsh e Luff (2010), enriquece o registro comportamental, oferecendo uma perspectiva multifacetada e dinâmica das interações no espaço. Essas

ferramentas não apenas facilitam a documentação de padrões de movimento e interação ao longo do tempo, mas também proporcionam uma base visual robusta para análise posterior, potencializando a compreensão dos comportamentos observados. Em formulários de dados previamente preparados – com previsão de campos para anotar o dia do mês e da semana, o horário, as condições climáticas e os locais para cada cenário a ser observado (Sanoff 1991) – as informações obtidas devem ser registradas com rapidez e clareza.

No mapeamento centrado no lugar, o primeiro procedimento deve ser a preparação de mapas ou diagramas do local contendo, inclusive, os aspectos físicos, arquitetônicos e ambientais que possam afetar o comportamento dos usuários.

Para esta avaliação, foi priorizado o foco da utilização do espaço do parque pelo usuário criança, sendo assim escolhido o mapeamento comportamental centrado no lugar (MCCL), cuja aplicação é indicada para espaços públicos (parques e praças), nos quais o observador pode se “misturar” com os presentes sem ser percebido, tornando-se um processo menos intrusivo e menos perceptível, pois não altera os comportamentos habituais dos usuários. O processo de observação e registro está detalhado no [Quadro 17](#).

Quadro 17 – Quadro de etapas para o MCCL

SEQUÊNCIA	ETAPAS
OBSERVAÇÃO INICIAL	
1	Estabelecimento do limite/área de observação do parque;
2	Planta baixa do parque com subdivisões de áreas e ambientes com equipamentos e mobiliários;
3	Mapeamento dos setores e caracterização dos mesmos;
4	Definição gráfica dos comportamentos como o brincar, sentado, em pé parada, descanso dentre outra ação identificada;
5	Delimitação de horários de observação, para que as amostras tenham

SEQUÊNCIA	ETAPAS
	homogeneidade estatística, analisando se há padrões de comportamentos em todos os dias da semana;
6	Coleta de dados não previstos que possam surgir durante as observações.

Fonte: O autor, 2024.

5.1.2 Croquis etnográficos e a caminhografia

Croqui etnográfico³⁶ como elemento de pesquisa é por semelhança fundamentado como desenho etnográfico nesta pesquisa. Segundo Clifford (1986), o desenho etnográfico é um método de pesquisa qualitativa que busca compreender e representar visualmente as experiências e perspectivas dos participantes de uma determinada cultura ou grupo social. Ele é baseado em técnicas de observação, entrevistas e desenho para capturar informações e criar imagens que representem a realidade social estudada. O desenho etnográfico pode ser usado em diversas áreas, como arquitetura, urbanismo, antropologia, sociologia, psicologia e educação. Ele pode ser útil para estudar as crenças, práticas, rituais, histórias e culturas de grupos sociais específicos, como comunidades indígenas, imigrantes, grupos religiosos, entre outros (Clifford, 1986).

O processo de desenho etnográfico geralmente começa com uma fase de observação, na qual o pesquisador passa tempo com os membros do grupo social estudado para entender suas práticas e crenças. Em seguida, o pesquisador pode utilizar entrevistas ou conversas informais para aprofundar sua compreensão do grupo. Uma vez que o pesquisador tenha compreendido o grupo social estudado, ele pode começar a produzir desenhos que representem visualmente as informações coletadas. Esses desenhos podem ser feitos de forma livre ou estruturada, dependendo do objetivo da pesquisa (Clifford, 1986).

Os desenhos etnográficos representam diversas dimensões do grupo social estudado, incluindo a estrutura social, as práticas cotidianas, as crenças e as histórias, e podem ser produzidos em diversas mídias, como papel, tela, ou mídias digitais (Clifford, 1986).

³⁶ Etnográfico: Relacionado à etnografia, um método de pesquisa das ciências sociais que envolve a observação direta e a imersão no ambiente cultural dos grupos estudados, frequentemente utilizando técnicas como entrevistas detalhadas e participação ativa na vida diária da comunidade.

Uma das principais vantagens desse instrumento como método de pesquisa é sua capacidade de criar representações visuais que podem ser compreendidas e usadas por pessoas que não têm familiaridade com a cultura estudada. Além disso, o processo de desenho etnográfico pode ser uma forma de empoderar os membros do grupo social estudado, permitindo-lhes participar do processo de produção de conhecimento (Clifford, 1986).

Ao contrário das abordagens de pesquisa quantitativas, a etnografia enfatiza a compreensão profunda e contextualizada de um grupo social específico, em vez de generalizações estatísticas. Isso permite que o pesquisador desenvolva uma compreensão mais rica e detalhada da cultura e das práticas locais e, assim, possa fazer contribuições transmitidas para a pesquisa.

Em que se pese o uso do croqui como instrumento de pesquisa e levantamento, ressalta-se o valor do processo de formação do arquiteto no uso das ferramentas não digitais. O croqui é uma representação gráfica livre e rápida de um objeto, lugar ou cena, que visa capturar a essência e a atmosfera do que está sendo desenhado. Segundo Casanovas (2013), o croqui pode ser utilizado como uma ferramenta para desenvolver ideias e entendimentos na arquitetura, urbanismo e design, mas também pode ser uma forma de representar a realidade social e cotidiana de um determinado lugar ou comunidade.

Como uma forma de representação visual do cotidiano, o croqui permite capturar a sensação e a atmosfera de um espaço ou lugar, incluindo suas características físicas e sociais. Segundo Adamo *et al.* (2017), ele pode ser usado para representar não apenas as estruturas físicas de um lugar, mas também as atividades econômicas e sociais que ocorrem nele. Dessa forma, o croqui pode ser uma ferramenta poderosa para a compreensão e representação da vida cotidiana nesta pesquisa.

Ao contrário de desenhos técnicos e mapas precisos, o croqui é uma representação pessoal e subjetiva da realidade. Ele pode incorporar o estilo e a personalidade do pesquisador, bem como suas gravações e interpretações individuais do espaço ou lugar. Segundo Kovács (2015), esse instrumento permite uma representação mais rica e autônoma da realidade social e cotidiana. Além

disso, o processo de fazer um croqui pode ser uma forma de se engajar com o espaço e a comunidade que está sendo representado, pois é possível interagir com as pessoas e os lugares desenhados, tornando-se parte da vida cotidiana e ganhando uma compreensão mais profunda das práticas sociais e culturais que ocorrem no espaço. De acordo com Vercelloni (2018), essa é uma ferramenta poderosa para a pesquisa participativa e a compreensão colaborativa da realidade social.

Nesta tese, o croqui etnográfico foi utilizado por meio da caminhografia. A caminhografia urbana é uma metodologia de pesquisa inovadora que busca capturar e compreender a dinâmica da cidade por meio de croquis em movimento. Essa abordagem parte do princípio de que a caminhada é uma forma fundamental de interação humana com o ambiente urbano e visa registrar e analisar as experiências dos pedestres enquanto se deslocam pelas ruas, praças e espaços públicos da cidade. Nesta pesquisa a caminhografia buscou registrar “os caminhos” que a criança percorre no Parque Mirandinha, e as cenas em consequência desses movimentos.

De acordo com Rocha (2023), a caminhografia urbana utiliza o croqui em movimento como uma ferramenta para documentar e mapear os trajetos percorridos pelos pedestres, assim como suas interações com o ambiente construído e com outros usuários da via. Essa técnica permite uma compreensão mais profunda dos padrões de movimento, preferências de rota, pontos de interesse e desafios enfrentados pelos pedestres durante seus deslocamentos na cidade.

Segundo Rocha (2023), a coleta de dados na caminhografia urbana envolve a realização de croquis em tempo real enquanto se caminha pela cidade “...caminhar, registrar, jogar e criar com a cidade.”. Esses croquis podem ser feitos manualmente em papel ou digitalmente por meio de dispositivos móveis, registrando informações como direção, distância, características do ambiente urbano e observações sobre a experiência do caminhante.

6 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS E CONSTRUÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa empregou uma abordagem qualitativa, utilizando múltiplos instrumentos para capturar a complexidade da relação entre a infância autista, a acessibilidade sensorial e o espaço do Parque Mirandinha. A aplicação desses instrumentos buscou ir além da simples descrição geométrica ou normativa do espaço, visando a compreensão das experiências, percepções e significados atribuídos ao local pelos seus usuários.

Foram produzidos croquis comportamentais a partir de observação direta, realizada entre maio e junho de 2025, os quais oferecem uma leitura sobre como as crianças se apropriam dos diferentes setores do Parque Mirandinha. Tais croquis representam, de modo etnográfico e interpretativo, as relações entre comportamento infantil, morfologia do espaço e condições climáticas – elementos que, como já discutido em capítulos anteriores, são determinantes para a qualidade do uso urbano pelas infâncias (Castro, 2001; Gehl, 2015; Tassinari, 2011).

Além dos croquis comportamentais, foi realizado um levantamento fotográfico sistemático do parque durante o mesmo período de observação. As imagens foram capturadas com celular, em diferentes horários do dia e em múltiplas condições de luminosidade e ocupação, buscando documentar visualmente os padrões de uso do espaço pelas crianças, a busca por zonas sombreadas, a apropriação de determinados percursos e a interação com os equipamentos disponíveis. O material fotográfico reforça e corrobora as evidências levantadas pelos croquis, complementando a abordagem qualitativa da pesquisa e oferecendo uma camada empírica adicional que valida as interpretações e análises produzidas.

A literatura sobre culturas infantis adverte que o brincar é altamente sensível à presença de adultos observadores ou julgadores, podendo ser distorcido, inibido ou estrategicamente ajustado para corresponder a expectativas externas (Corsaro, 2011). Durante as primeiras incursões de campo, verificou-se precisamente esse fenômeno: ao perceberem que estavam sendo observados, muitos pais modificavam

suas próprias condutas, interferiam no modo de brincar das crianças e, em alguns casos, buscavam ativamente mascarar comportamentos associados ao TEA para aproximá-los dos padrões neurotípicos. Esse constrangimento perceptível contaminava a espontaneidade das ações infantis e comprometia a autenticidade dos dados, reduzindo a validade ecológica da investigação. Diante desse cenário, a permanência das entrevistas com as famílias deixaria de refletir o cotidiano real de apropriação do parque, resultando em narrativas filtradas por expectativas, ansiedades e autoproteções parentais. Optou-se, portanto, pela retirada desse instrumento para assegurar que a pesquisa captasse a experiência da criança autista em sua expressão mais genuína, silenciosa, corporal, sensorial e não mediada por discursos adultos.

Da mesma forma, a previsão inicial de entrevistar os profissionais do TEAMARR tornou-se metodologicamente desnecessária à medida que a pesquisa avançou. O foco deslocou-se do discurso institucional para a observação situada, privilegiando métodos que evidenciam a relação direta entre corpo, espaço e comportamento, como a caminhografia e os croquis etnográficos. Esses instrumentos revelaram-se mais aderentes aos objetivos da tese, pois capturam a perspectiva do arquiteto diante do ambiente e das dinâmicas que emergem espontaneamente no parque, constituindo registros potentes para compreender microacessibilidades, barreiras sensoriais e potenciais de inclusão. Assim, a desistência das entrevistas não representa lacuna metodológica, mas uma decisão ética e epistemológica fundamentada, tomada para evitar vieses, preservar a autonomia das crianças e reforçar a coerência entre método e objeto. Ao centrar-se na observação direta, sem mediação verbal, a pesquisa garante maior fidelidade ao comportamento real, ampliando sua capacidade de gerar diretrizes urbanísticas verdadeiramente sensíveis à experiência autista.

O protocolo de observação deste trabalho sustentado pela cartografia caminhográfica, pelos mapas comportamentais e pelos croquis etnográficos, partiu do reconhecimento de que a criança autista constitui o sujeito-chave desta investigação; contudo, toda a população infantil presente no Parque Mirandinha foi incorporada ao registro analítico. Tal opção reflete a compreensão, defendida por Rabello de Castro (2012) e por Tassinari (2017), de que as culturas infantis se dão

em rede, porosos campos de interação nos quais diferenças de idade, gênero ou condição neurológica são mediadas pelos próprios pares. Desse modo, ao invés de fragmentar o brincar em categorias clínicas, adotou-se a lente do “coletivo lúdico” (Corsaro, 2011), permitindo captar como os itinerários, as pausas sensoriais e as estratégias de negociação de espaço emergem no fluxo compartilhado da brincadeira.

A observação panorâmica ampliou a validade ecológica dos dados ao expor, por comparação, as singularidades do engajamento autista sem isolá-las do contexto relacional que lhes confere significado. Liebel (2014) argumenta que o direito à cidade da criança se realiza justamente quando ela circula e troca com outras infâncias, condição indispensável para experimentar pertença e cidadania. Ao mapear todos os percursos infantis, foi possível identificar zonas de convergência, sombras, estruturas de escalada, bordas de gramado, nas quais as crianças neuroatípicas e típicas negociam proximidades e distâncias, confirmando as hipóteses de Winnicott (1975) sobre o “espaço potencial” que sustenta a criatividade do brincar.

Do ponto de vista terapêutico, tal abordagem coaduna-se com os objetivos contemporâneos de intervenção no autismo, que procuram favorecer interações sociais significativas em ambientes naturais. Ao privilegiar o caráter coletivo do brincar, a pesquisa demonstra que a acessibilidade sensorial proposta pelo arcabouço ASTEA não cria bolhas protetoras, mas potencializa o convívio plural, promovendo a corresponsabilidade de todos na construção de espaços urbanos inclusivos. Assim, os dados produzidos não apenas iluminam as necessidades específicas das crianças autistas, mas também evidenciam como o parque, enquanto bem comum, pode ser reconfigurado para acolher a diversidade de modos de estar e brincar na cidade.

6.1 Pesquisa de campo: observação e registro

A pesquisa de campo sistemática no Parque Mirandinha, utilizando técnicas etnográficas, buscou-se uma compreensão contextualizada do uso do espaço. As observações foram registradas no mês de maio e junho de 2025 ([Quadro 19](#)) os quais, de modo geral, apresentam dias de clima quente, úmido e com chuvas

rápidas, características do inverno roraimense. A caminhografia durante os dias de observações foi empregada como um meio de vivenciar e registrar o espaço através do movimento e da percepção sensorial. Ao percorrer o parque, foram observadas as atividades dos usuários, as dinâmicas de interação, os atributos físicos do ambiente e como estes se manifestam no cotidiano. Esta imersão permitiu apreender as “feições do espaço” e as maneiras pelas quais as pessoas praticam e transformam o lugar.

A [Figura 42](#) mostra o Parque Mirandinha mapeado por uma metodologia de caminhografia identificada na tese como um método que revela os padrões de uso dos espaços pelas crianças, evidenciando os caminhos produzidos (linhas vermelhas tracejadas) com percursos mais estruturados ou formalizados, com infraestrutura de calçadas e meios-fios que induzem os fluxos. Já os caminhos naturais (linhas amarelas tracejadas) apresentam trajetos espontâneos, que emergem da prática cotidiana dos usuários (neste caso, as crianças), revelando preferências, apropriações e inteligências situadas.

As linhas amarelas na mencionada figura indicam que as crianças constroem caminhos próprios que nem sempre coincidem com os percursos projetados. Há uma clara tendência de transitar pelas bordas das massas vegetativas e de cortar áreas abertas em vez de seguir um circuito perimetral. Isso reforça a importância do ambiente sensorial e do microclima, com escolhas que priorizam o sombreamento natural, uma menor exposição, qualidades táteis e auditivas mais confortáveis.

Quadro 19 – Datas e condições climáticas do Parque Mirandinha nos horários entre 16:00 h e 19:00 h em Boa Vista/RR

Data	Dia da Semana	Temp. mín. média (°C)	Temp. máx. média (°C)	Observações climáticas gerais do dia
02/05/2025	Sexta-feira	23,0	29,0	Clima quente e úmido, chuvas frequentes (estação chuvosa já instalada). Nuvens e precipitação rápidas
03/05/2025	Sábado	23,0	29,0	Similar ao dia anterior: calor e umidade, chuvas curtas e esparsas no decorrer do dia.
04/05/2025	Domingo	23,0	29,0	Tempo quente, úmido; céu com variação entre nublado e parcialmente ensolarado; sem chuvas.
09/05/2025	Sexta-feira	23,0	29,0	Clima típico de maio: elevado índice de nebulosidade e episódios isolados de chuva.
10/05/2025	Sábado	23,0	29,0	Condições semelhantes: calor, umidade alta e chuvas leves e rápidas.
11/05/2025	Domingo	23,0	29,0	Quente, úmido e instável; céu variando entre encoberto e parcial.

Data	Dia da Semana	Temp. mín. média (°C)	Temp. máx. média (°C)	Observações climáticas gerais do dia
16/05/2025	Sexta-feira	23,0	29,0	Início da estação fresca (de 17/05), porém ainda úmido e com chuvas pontuais.
17/05/2025	Sábado	23,0	29,0	Continuação da tendência de queda ligeira nas temperaturas;
18/05/2025	Domingo	23,0	29,0	Calor remanescente, elevada umidade e céu frequentemente nublado.
23/05/2025	Sexta-feira	23,0	29,0	Chuvas intensificadas – maio está entre os meses mais chuvosos.
24/05/2025	Sábado	23,0	29,0	Céu bastante nublado.
25/05/2025	Domingo	23,0	29,0	Persistência das precipitações e alta taxa de nebulosidade.
30/05/2025	Sexta-feira	23,0	29,0	Condição climática semelhante à maior parte de maio: quente e úmido.
31/05/2025	Sábado	23,0	29,0	Clima quente; aumento de períodos ensolarados, mas ainda com chuvas esparsas.

Data	Dia da Semana	Temp. mín. média (°C)	Temp. máx. média (°C)	Observações climáticas gerais do dia
01/06/2025	Domingo	22,7	28,3	Início de junho: ligeira queda de temperatura, ainda úmido e instável.
19/06/2025	Quinta-feira (Corpus Christi)	22,7	28,3	Estação fresca: clima mais ameno, elevada umidade e nebulosidade moderada.
06/06/2025	Sexta-feira	22,7	28,3	Persistência da estação fresca: dias amenos, com aumento da nebulosidade e prob. de chuvas.
07/06/2025	Sábado	22,7	28,3	Condições similares: clima acolhedor, mas úmido.
08/06/2025	Domingo	22,7	28,3	Mantém-se úmido e ameno, sem chuvas intensas.
13/06/2025	Sexta-feira	22,7	28,3	Clima estável devido à estação fresca em vigor.
14/06/2025	Sábado	22,7	28,3	Maior cobertura de nuvens, úmido, sem grandes oscilações.
15/06/2025	Domingo	22,7	28,3	Período fresco e úmido persistente.

Data	Dia da Semana	Temp. mín. média (°C)	Temp. máx. média (°C)	Observações climáticas gerais do dia
20/06/2025	Sexta-feira	22,7	28,3	Estação fresca ainda ativa; clima estável e úmido.
21/06/2025	Sábado	22,7	28,3	Pico da estação fresca: ameno, abafado, nebuloso.
22/06/2025	Domingo	22,7	28,3	Clima semelhante, confinado à estação chuvosa.
27/06/2025	Sexta-feira	22,7	28,3	Estável, úmido, com leve probabilidade de chuva.
28/06/2025	Sábado	22,7	28,3	Céu nublado predominante; sensação abafada.
29/06/2025	Domingo	22,7	28,3	Condição típica de final de junho: fresco e úmido.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados climáticos de Climate-Data.org, Climatempo e Weatherspark – médias mensais de temperatura e precipitação de Boa Vista/RR, 2025.

Figura 42 – Caminhos produzidos e caminhos espontâneos



Fonte: O autor, 2025.

A presença de caminhos naturais ou espontâneos transversais revela que as crianças transformam o parque em um espaço de experimentação, criando novas possibilidades de circulação com um comportamento típico das infâncias exploratórias e uma evidência da capacidade ativa das crianças de produzir espacialidade, conceito-chave da abordagem ASTEA. Este mapa reforça a necessidade de projetar espaços urbanos não apenas com base em padrões formais, mas incorporando a espontaneidade das crianças. A caminhografia, enquanto método revela a discrepância entre o espaço projetado e o espaço vivido, que articula com autores como Lefebvre (produção do espaço) e de Certeau (práticas cotidianas). Assim, a acessibilidade sensorial não é só remover barreiras físicas, mas criar ambientes que respeitem as estratégias corporais, perceptivas e afetivas das crianças, especialmente no espectro autista.

A leitura comportamental das crianças no Parque Mirandinha, obtida por meio de observação no período de maio de 2025 a junho de 2025, nas sexta-feiras, sábados, domingos e feriados, no horários de 16h ([Figura 43](#)), 18h ([Figura 44](#)) e 19h ([Figura 45](#)) onde as movimentações e usos são maiores, revelou uma dinâmica de apropriação espacial fortemente condicionada por variáveis climáticas, em especial a insolação direta e as condições de conforto térmico.

Observa-se que as crianças moldam seus percursos e áreas de permanência em resposta direta às condições ambientais, configurando usos que variam sensivelmente ao longo do final da tarde. Essa leitura despertou o questionamento se esse comportamento se repete em condições climáticas diferentes, em regiões de climas amenos, onde o conforto térmico proporciona o uso de espaços semelhantes em horários diferentes dos escolhidos pela pesquisa, deixando a entender que a acessibilidade sensorial, para ser atendida e compreendida, requer análise local, e de seus indivíduos, considerando o conforto ambiental, bem como seus usos e costumes.

Quadro 20 – Síntese do comportamento infantil no Parque Mirandinha (maio a junho de 2025)*

Horário	Padrões de comportamento observados	Condições ambientais predominantes	Áreas mais ocupadas pelas crianças	Fatores determinantes
16h	Comportamento localizado; permanência prolongada próxima às massas vegetais; menor circulação em áreas abertas	Alta incidência solar; forte desconforto térmico em áreas expostas	Bordas das massas vegetais; margens arborizadas	Busca por sombra e conforto térmico
18h	Expansão gradual da circulação infantil; maior fluidez nos percursos; início de apropriação de áreas abertas	Redução da insolação; temperatura mais amena	Corredores de circulação; transição entre áreas sombreadas e abertas	Melhoria nas condições microclimáticas
19h	Ocupação difusa e ampliada; uso livre de espaços abertos; maior interação social	Ausência de insolação direta; conforto térmico generalizado	Áreas abertas, gramados centrais e vazios urbanos	Liberdade de escolha espacial; fatores lúdicos e sociais predominam

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Nota: *Observações realizadas nas sextas-feiras, sábados, domingos e feriados, nos horários de 16h, 18h e 19h.

No mapa das 16h ([Figura 43](#)), em um período de forte incidência solar, as áreas de maior ocupação se concentram nas bordas das massas vegetais. Tal comportamento evidencia uma busca instintiva por zonas de sombra e mitigação térmica, enquanto os espaços abertos permanecem subutilizados. É notável o afastamento das crianças das áreas centrais expostas e dos brinquedos (metais e concreto), o que sugere que o conforto microclimático é fator determinante para a permanência e o brincar nesse horário.

Às 18h ([Figura 44](#)), com o declínio do sol e a consequente redução do desconforto térmico, o padrão de uso se transforma (O pôr do sol em Boa Vista/RR ocorre por volta de 18h06 em meados de maio, estendendo-se até cerca de 18h13 ao longo de junho, conforme variação gradual sazonal). A ocupação das crianças ocorre nas áreas abertas e de circulação, com maior continuidade e fluidez nos percursos. Nesse horário de transição, a permeabilidade do espaço aumenta, refletindo maior liberdade de movimento e diversificação das interações com o parque.

Já no mapa das 19h ([Figura 45](#)), período em que a incidência solar já não constitui uma barreira, observa-se uma apropriação mais homogênea dos vazios urbanos, com ampla dispersão das crianças por todo o parque. O afastamento relativo das massas vegetais, que anteriormente funcionavam como refúgios sombreados, demonstra que sua função protetiva deixa de ser necessária no período noturno. A escolha das crianças passa então a se pautar menos pelo conforto ambiental e mais por fatores lúdicos, visuais e sociais, permitindo uma ocupação mais livre e diversificada dos espaços disponíveis. Foi observado que a iluminação do parque está acima da copa das árvores, tornando as massas verdes, que antes eram abrigos, em locais escuros, afastando as crianças desses espaços.

A partir dessa leitura crítica, percebe-se que o desenho atual do parque carece de uma oferta mais equilibrada de zonas sombreadas e abrigadas distribuídas de maneira estratégica, de modo a permitir um uso mais democrático e confortável ao longo de todo o dia. A predominância de áreas abertas e expostas, especialmente nas zonas centrais, inibe o potencial de uso durante os horários de

maior calor, fator agravado em uma cidade de clima quente e úmido como Boa Vista. Foi observado ainda a necessidade de repensar a iluminação como fator de acessibilidade, os locais mais escuros, que antes serviam de abrigo durante o dia, passaram a ser excludentes no período noturno.

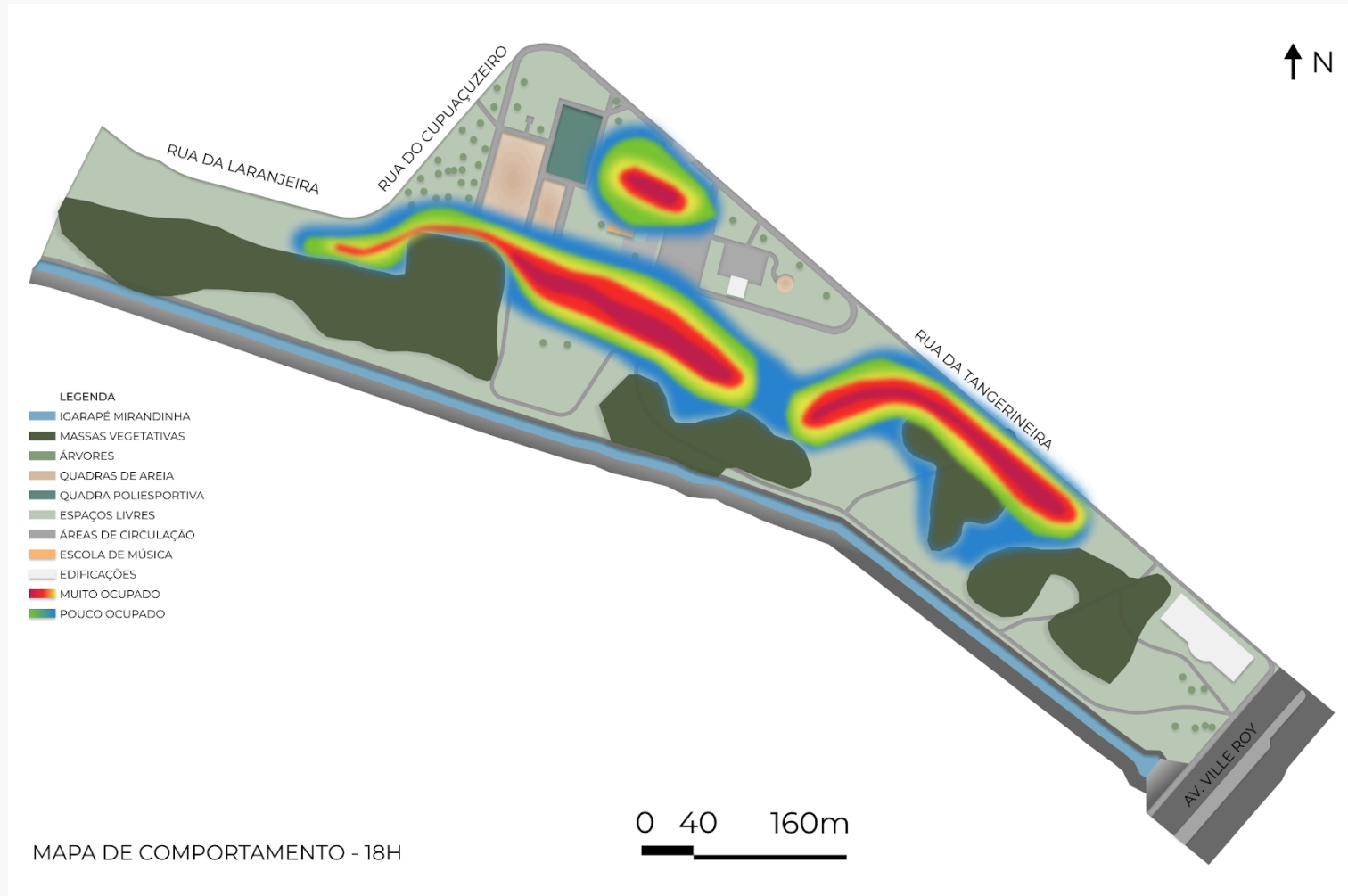
Além disso, a análise evidencia a necessidade de considerar, em projetos de requalificação ou intervenções futuras, o comportamento climático sazonal e diário, de modo a criar uma ambiência favorável ao brincar infantil em qualquer horário. Propostas como o incremento de arborização, a instalação de estruturas sombreadoras e o planejamento de microclimas confortáveis podem contribuir significativamente para ampliar a usabilidade contínua do espaço, promovendo uma cidade mais inclusiva e sensorialmente responsiva às necessidades das infâncias.

Figura 43 – Mapa comportamental das crianças às 16:00 h



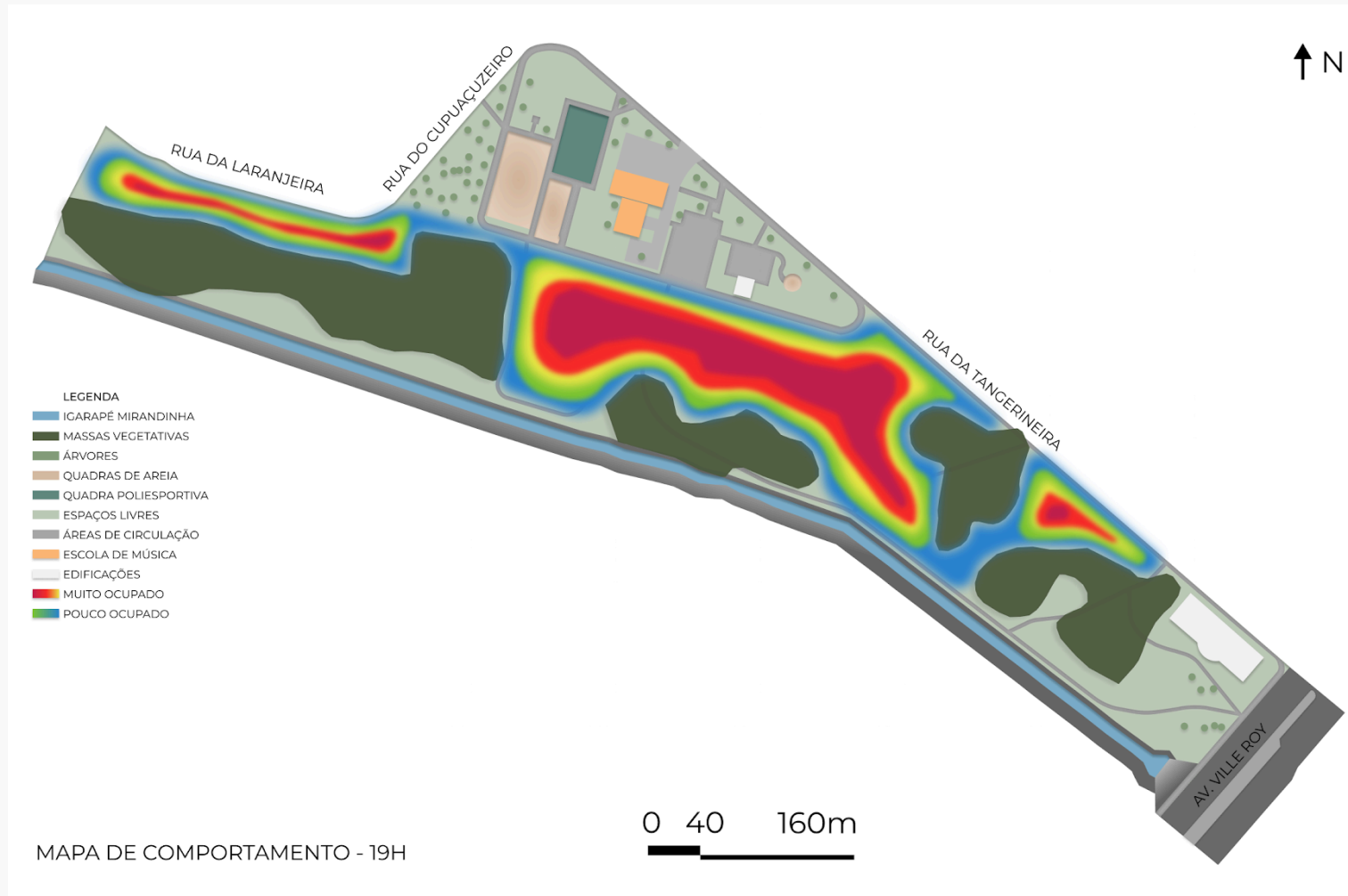
Fonte: O autor, 2025.

Figura 44 – Mapa comportamental das crianças às 18:00 h



Fonte: O autor, 2025.

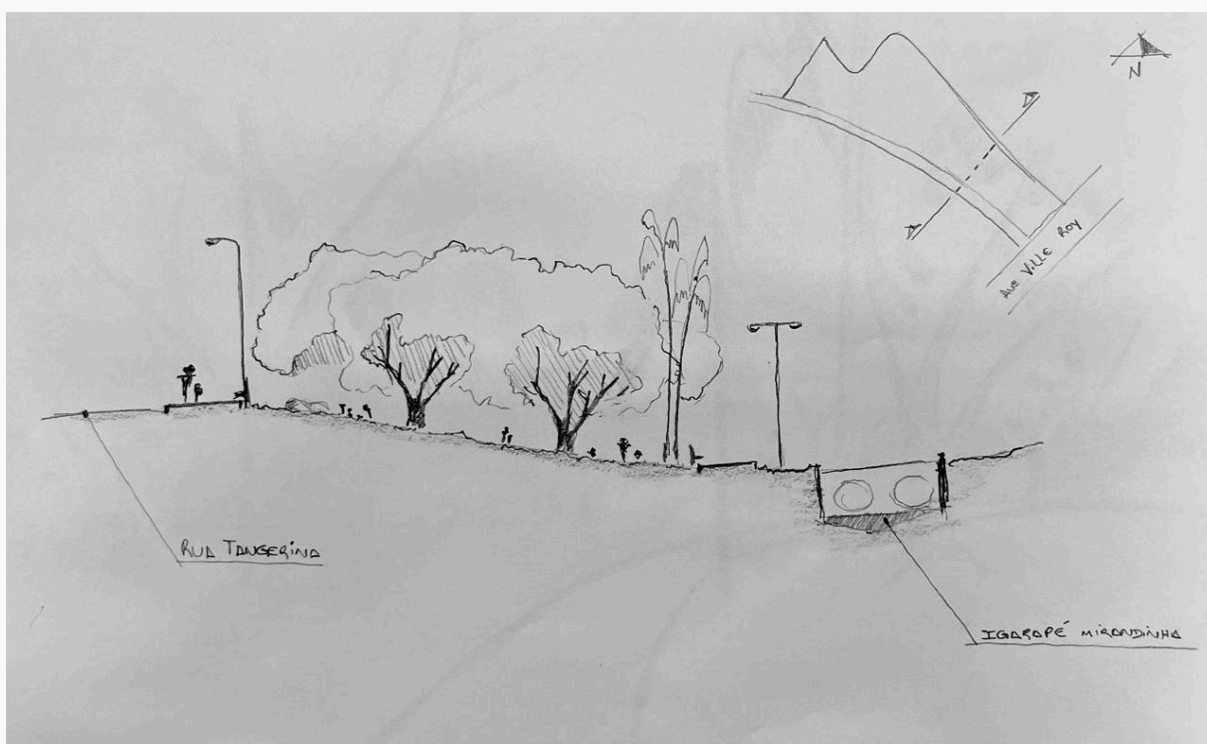
Figura 45 – Mapa comportamental das crianças às 19:00 h



Fonte: O autor, 2025.

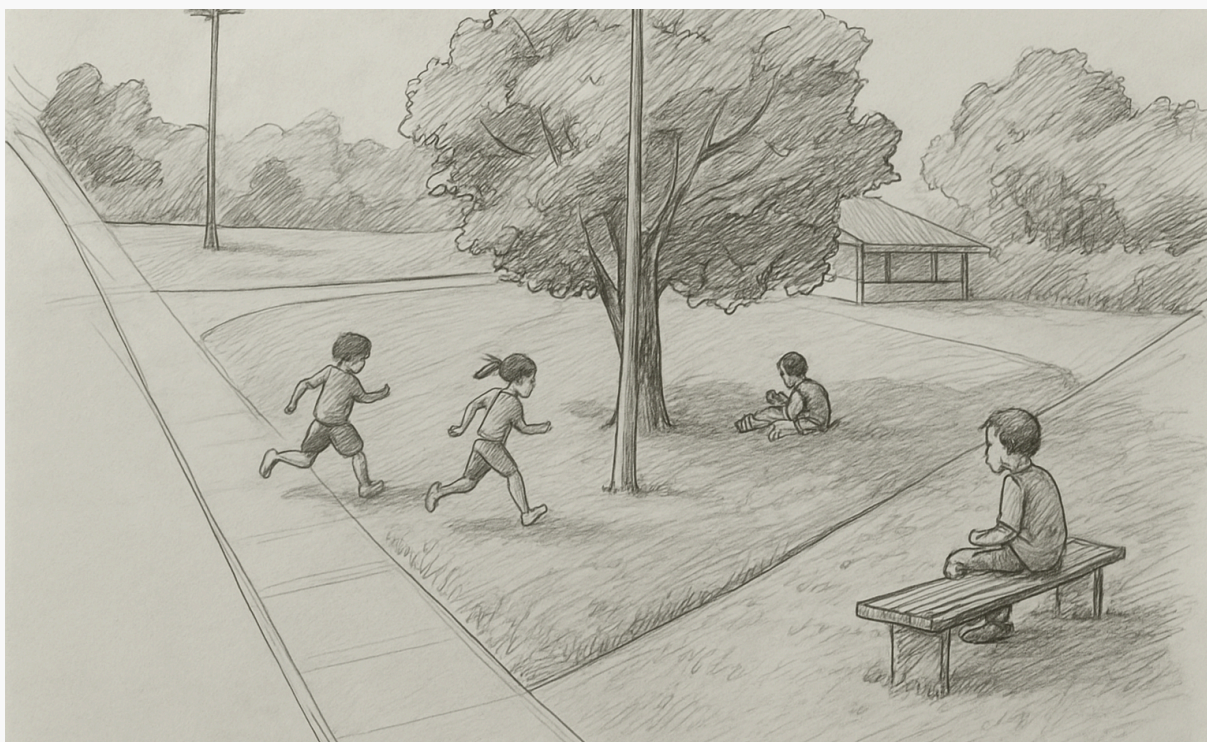
Quando o registro visual foi realizado por meio de croquis etnográficos e fotografias, observou-se que os croquis, por sua natureza livre e rápida, conseguem capturar a atmosfera e detalhes do ambiente, valorizando a representação manual no processo de levantamento. Já as fotografias complementam este registro, documentando os atributos físicos, os equipamentos instalados e as cenas de uso do parque. Estes instrumentos visuais serviram para analisar a morfologia do parque, os comportamentos e os atributos físicos do espaço.

Figura 46 – Croqui perfil transversal do terreno



Fonte: O autor, 2024.

Figura 47 – Canteiro próximo a área de alimentação



Fonte: O autor, 2024.

Figura 48 – Croqui passeio às margens do igarapé



Fonte: O autor, 2024.

Figura 49 – Croqui dos usos e ocupações por caminhos espontâneos e construídos



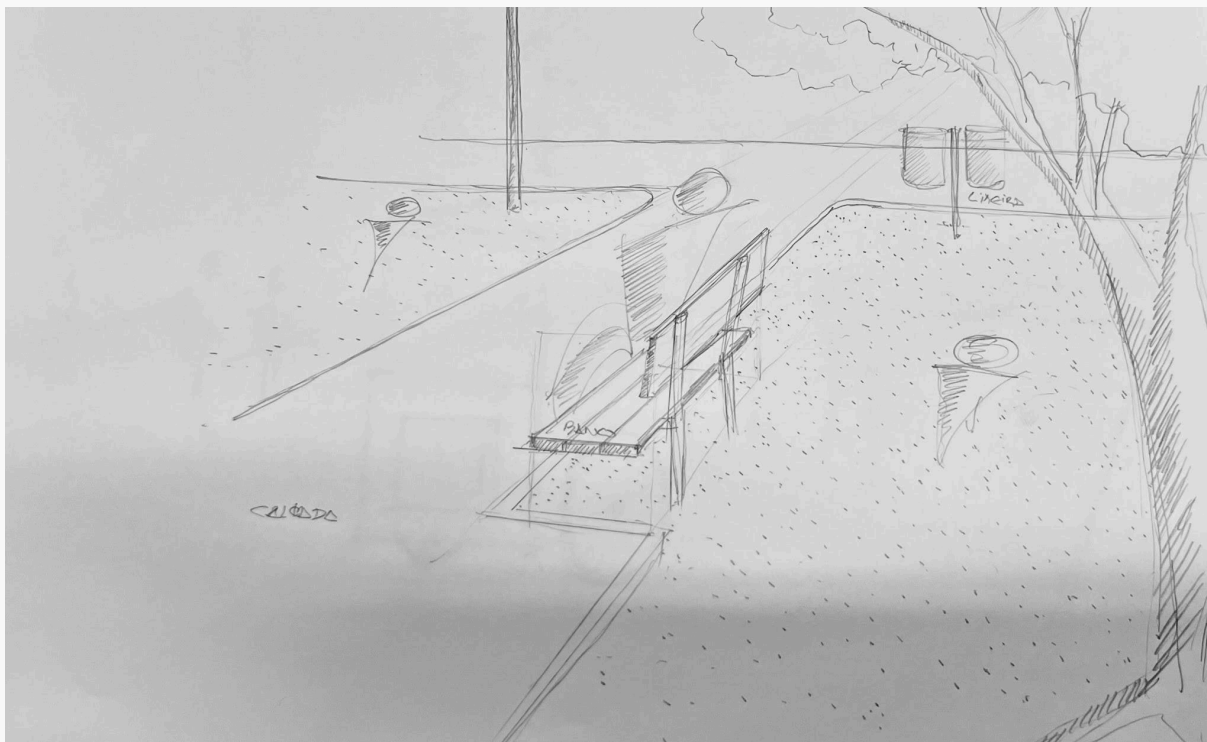
Fonte: O autor, 2025.

Figura 50 – A ocupação de ambulantes após o entardecer com a aproximação das crianças



Fonte: O autor, 2025.

Figura 51 – Croqui do uso dos bancos exclusivamente pelos pais e responsáveis pelas crianças



Fonte: O autor, 2025.

Figura 52 – Croqui da dinâmica do parque



Fonte: O autor, 2025.

Os croquis apresentados ([Figuras 49 a 52](#)) oferecem uma leitura do comportamento infantil no Parque Mirandinha, evidenciando como a morfologia do parque e as condições climáticas condicionam os padrões de uso e apropriação do espaço pelas crianças.

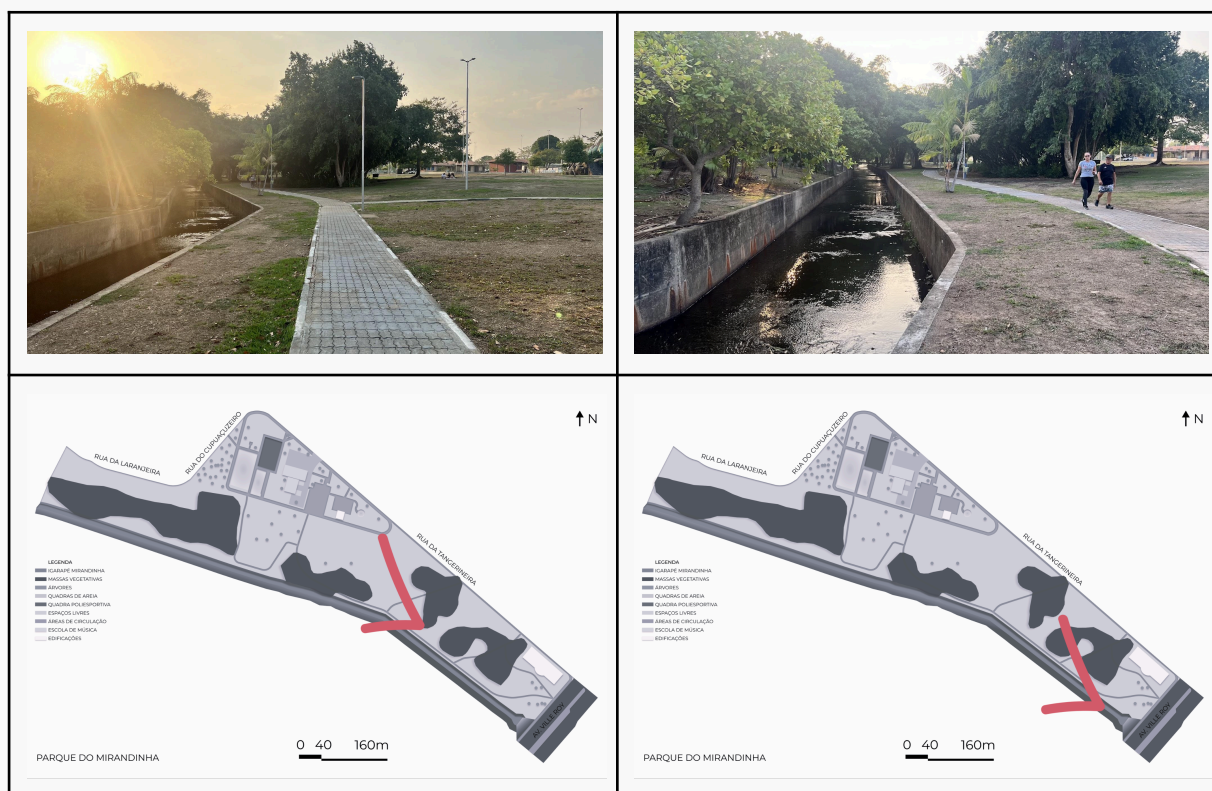
Nos croquis observa-se uma predileção das crianças pelas zonas arborizadas ([Figura 52](#)) e sombreadas. A vegetação atua como um refúgio climático, fundamental em um contexto de altas temperaturas (23–29 °C em maio e 22,7–28,3 °C em junho), de forte umidade e radiação solar persistente até por volta das 18h10. Este comportamento corrobora as análises já desenvolvidas nos mapas de comportamento e nas tabelas climáticas, que mostram que as crianças margeiam as massas verdes e evitam áreas centrais expostas nos horários de maior calor, alternando esse comportamento após o pôr-do-sol.

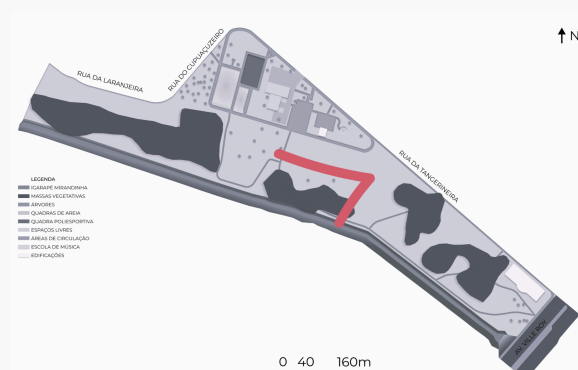
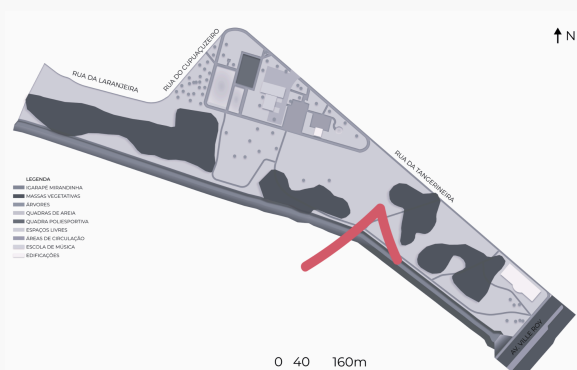
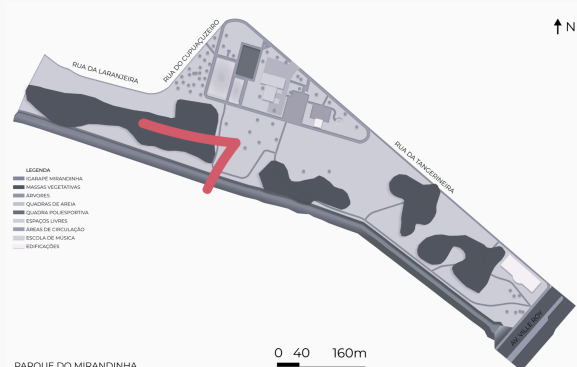
Nos croquis de caminho ([Figura 51](#)) (setores de calçada, pista de caminhada e entorno do Igarapé Mirandinha), evidencia-se a formação de percursos lineares e áreas de fluxo. As crianças utilizam caminhos arborizados como vias de circulação preferenciais, enquanto vias expostas ou com mobiliário mal posicionado (por ex.: bancos sob pleno sol) tendem a ser evitadas. Os bancos são utilizados, quase que exclusivamente, pelos responsáveis das crianças, estas preferem sentar no gramado. Tal padrão reforça que o traçado urbano do parque, com hierarquias de caminhos, não é determinante na experiência infantil do espaço, as crianças escolhem espaços livres em detrimento de caminhos lineares ou delimitados por obstáculos.

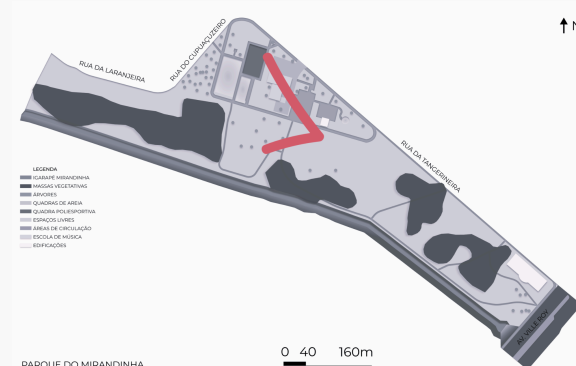
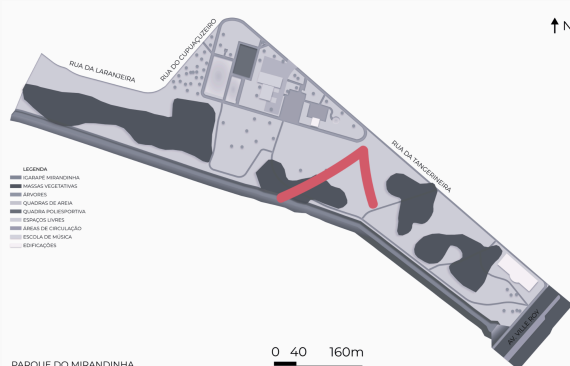
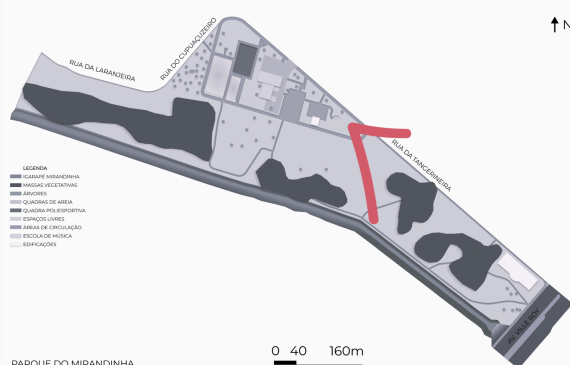
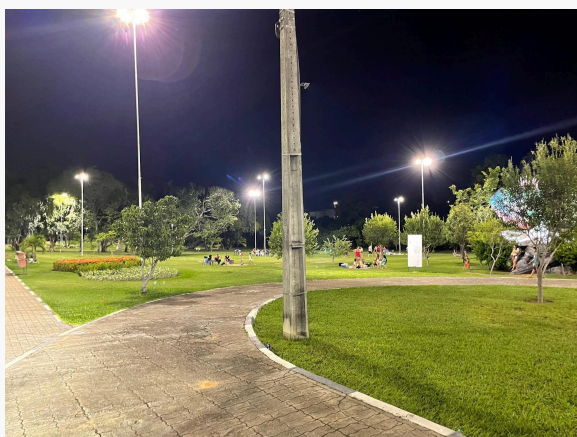
O croqui do “pula-pula” ([Figura 52](#)), assim como o da área com o quiosque e bancos, mostra grande concentração infantil em torno de elementos que oferecem sombra ou abrigo parcial. Mesmo o carrinho de lanches, junto a uma árvore, é ponto de congregação, novamente pela busca por conforto ambiental aliado a estímulos lúdicos e sociais. Os vendedores ambulantes e os alugueis de brinquedos ocupam o parque após o entardecer. Isso reforça um ponto crucial da observação, não é apenas o objeto urbano/parque que atrai as crianças, mas sua condição de microclima, se sombreado, protegido e sensorialmente confortável.

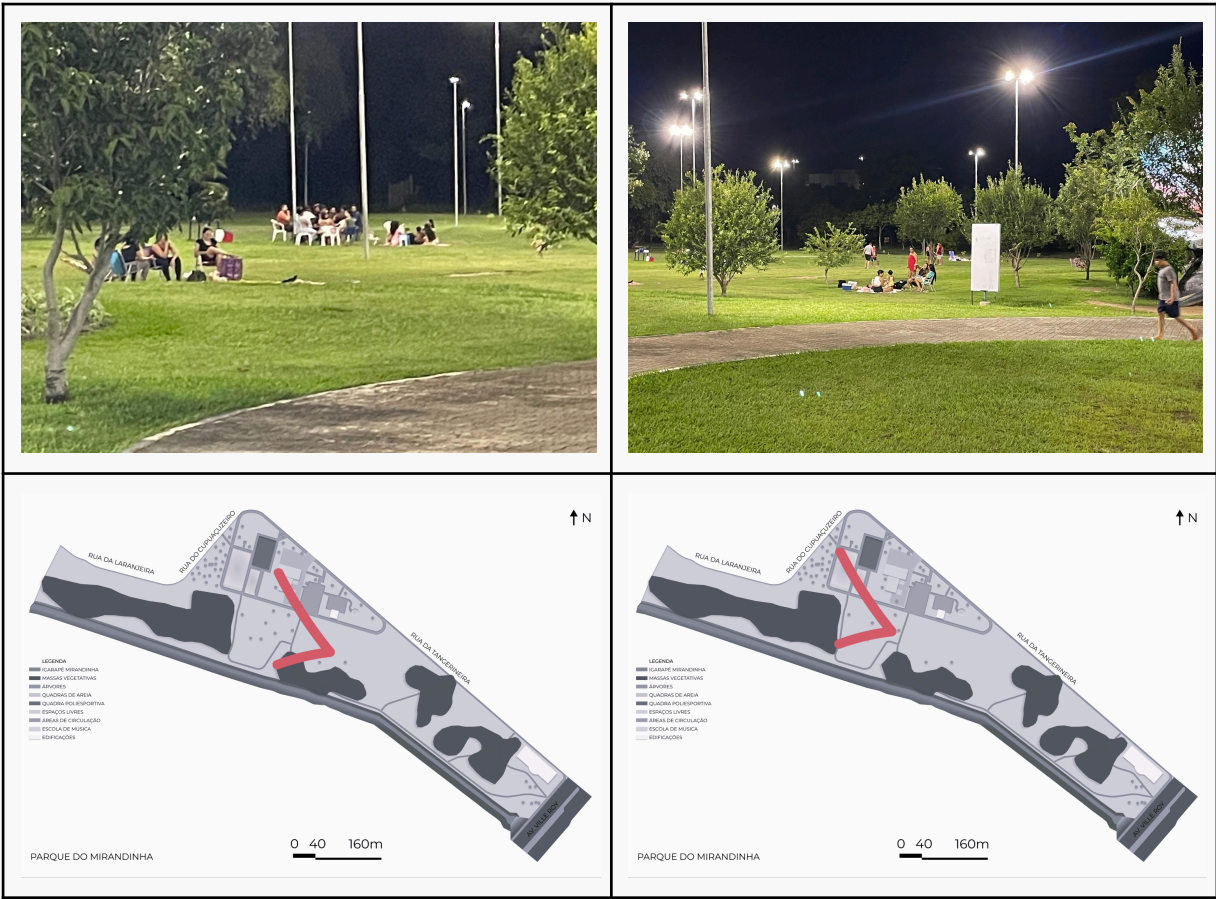
As fotografias apresentadas a seguir integram o levantamento qualitativo desenvolvido no Parque Mirandinha, realizado simultaneamente à elaboração dos croquis etnográficos. O objetivo dessas imagens é registrar visualmente as ações espontâneas, as formas diversas de ocupação e as interações das crianças com o espaço e entre si, revelando nuances sensoriais e comportamentais essenciais para a compreensão da dinâmica cotidiana do parque. Alinhadas aos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, as fotografias reforçam o protagonismo infantil, explicitam a relevância dos aspectos sensoriais na análise espacial e oferecem suporte visual às interpretações obtidas pela caminhografia e pelos croquis, enriquecendo o diálogo entre a observação empírica e a fundamentação conceitual proposta pela abordagem ASTEA.

Figura 53 – Relatório fotográfico

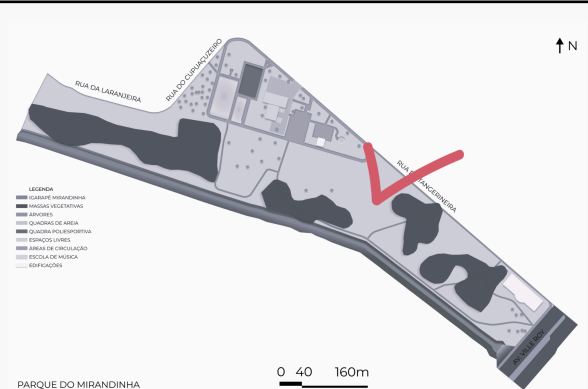
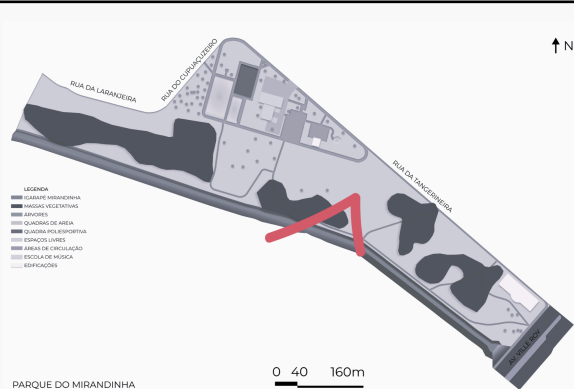
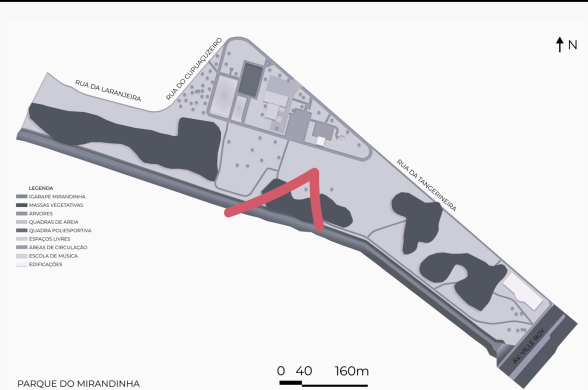
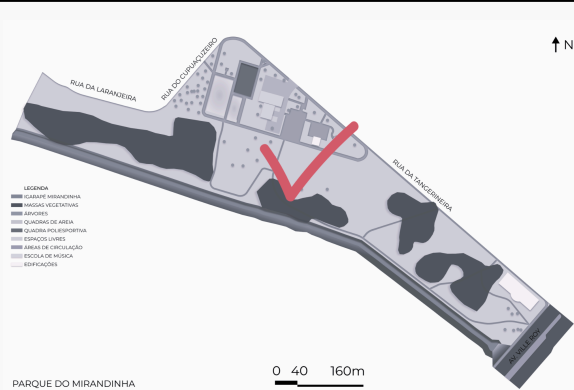


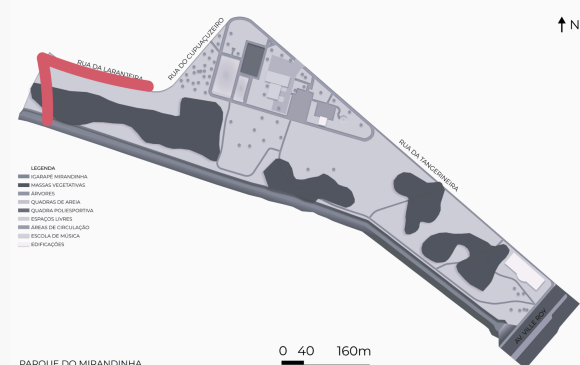
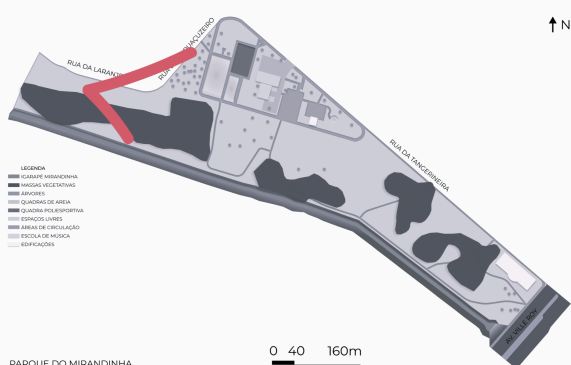
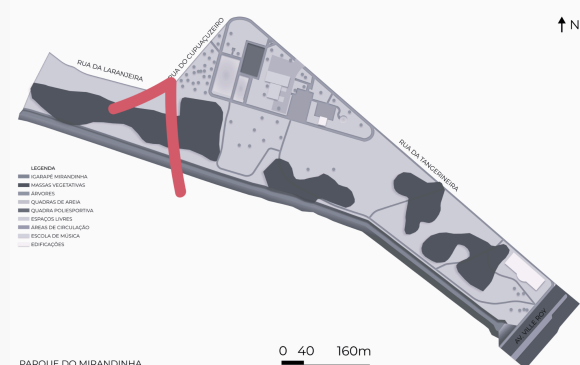
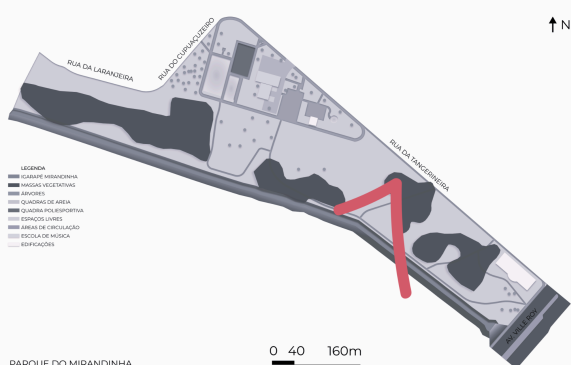


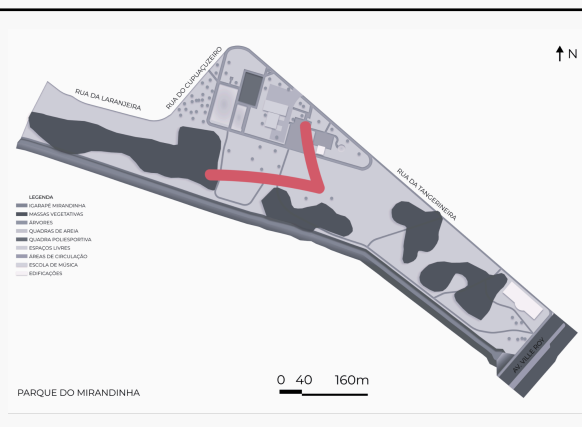
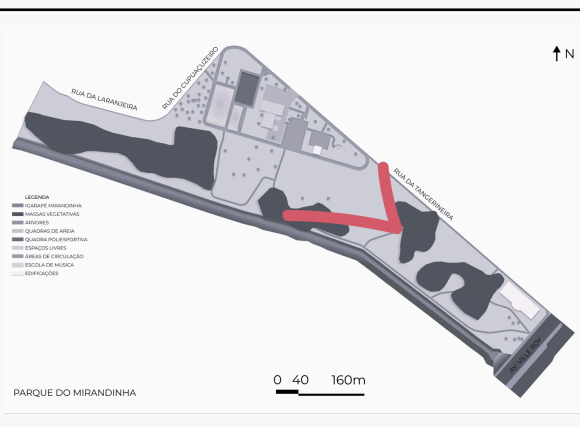
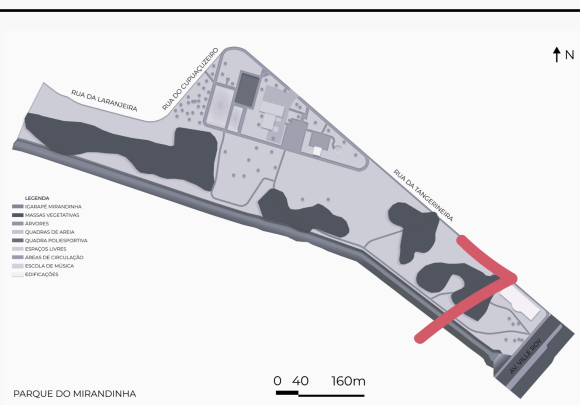


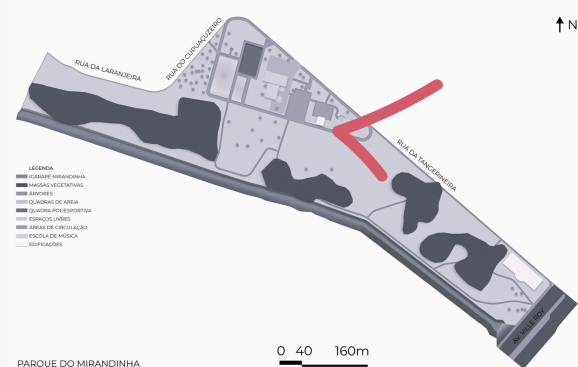
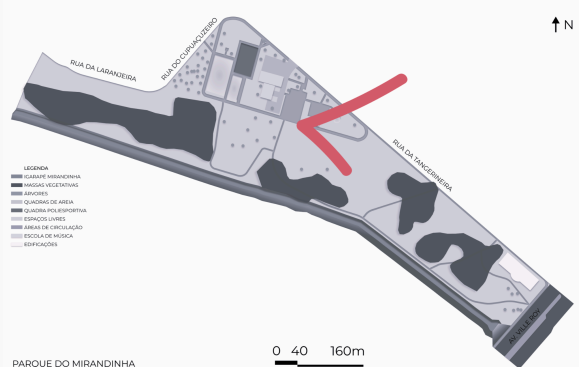
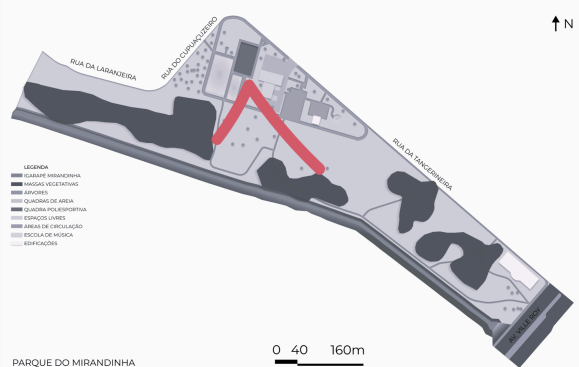


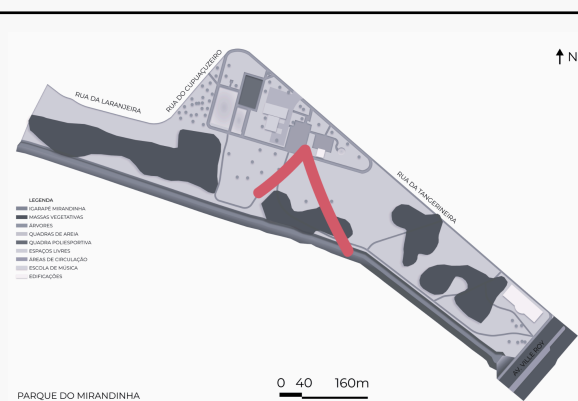
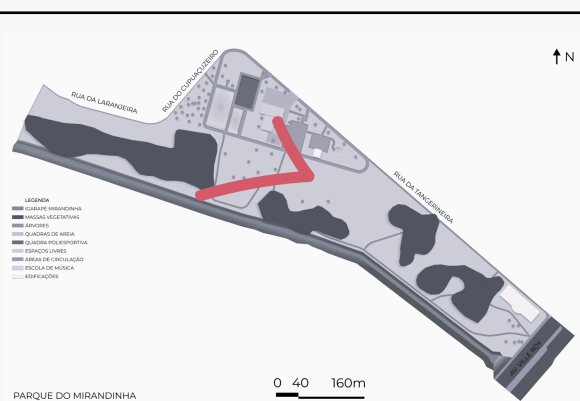
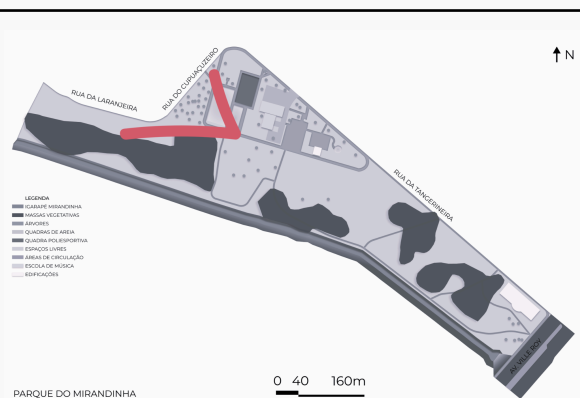


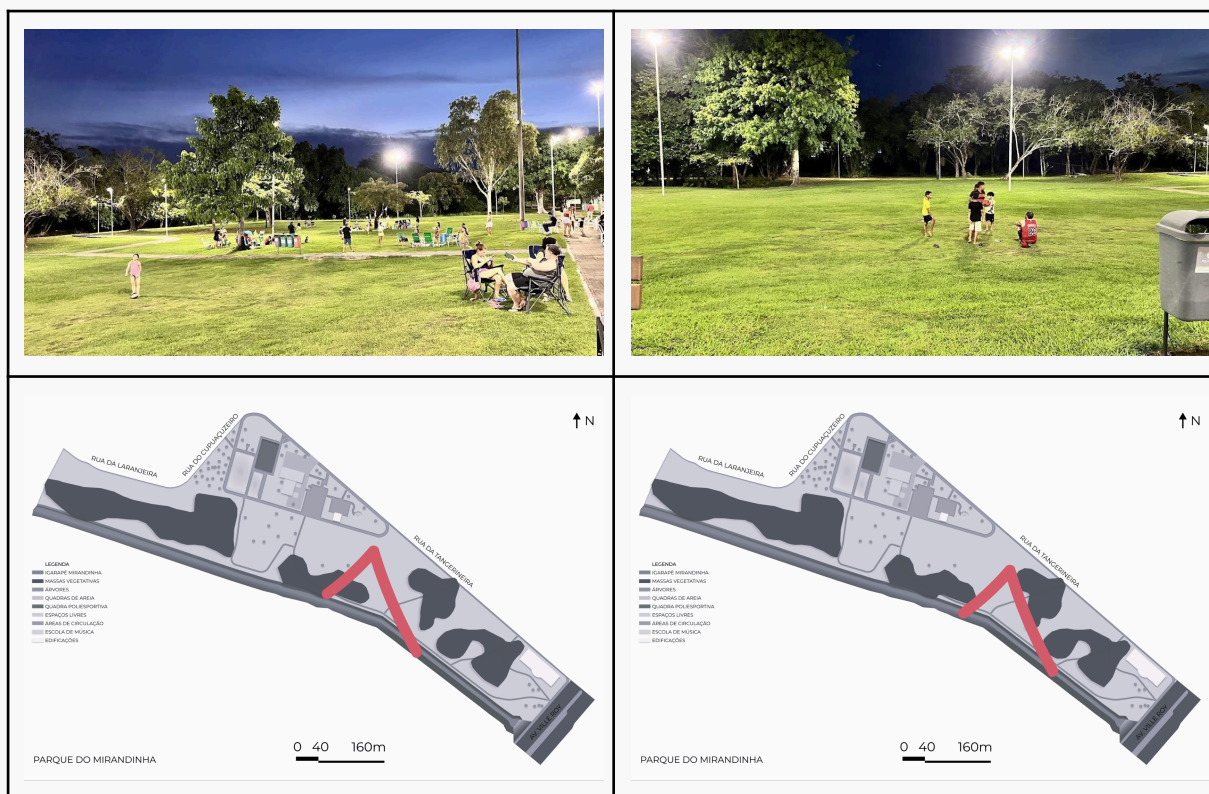












Fonte: Fotos do autor, 2025.

Durante o processo de observação do Parque Mirandinha, foi possível perceber uma relação direta entre a acessibilidade e a biofilia. A biofilia refere-se à tendência inata dos seres humanos de buscar conexão com outras formas de vida e com o ambiente natural. Esse conceito afirma que essa ligação está enraizada em nossa biologia, manifestando-se como uma busca subconsciente por qualquer forma de vida, plantas, animais, paisagens naturais. Essa predisposição evolutiva tem implicações diretas na qualidade do espaço urbano: a presença de vegetação, especialmente grama, proporciona conforto físico e emocional, reforçando o vínculo humano-natureza e ampliando o bem-estar. Ao observar as crianças, há uma preferência por caminhar, brincar e descansar na grama, em detrimento de pisos cimentícios, terrenos em terra batida e areia.

No Parque Mirandinha, observou-se que as crianças, incluindo aquelas dentro do espectro autista conhecidas por sensibilidade a texturas táteis, evitavam naturalmente áreas com superfícies duras como terra e areia. Por outro lado, pisar, deitar e descansar na grama mostraram-se universalmente confortáveis, isentos de

rejeição sensorial. Essa diferença de comportamento sugere não apenas uma sensibilidade tátil individual, mas também uma expressão concreta da biofilia: a grama, como superfície vegetal e viva, evoca segurança instintiva e atração natural, ao passo que superfícies não vegetais são percebidas como desconfortáveis ou até desagradáveis.

Essa evidência cotidiana, em que as crianças preferem zonas com cobertura vegetal, fortalece a argumentação de que incluir elementos naturais simples, como gramados contínuos e sem interrupções, não é apenas uma questão estética, mas um componente essencial de acessibilidade inclusiva. No caso das crianças com autismo, o design do parque pode e deve priorizar superfícies vegetalizadas amplas, garantindo que todos possam explorar, interagir, relaxar e brincar de maneira segura e prazerosa, respeitando suas particularidades sensoriais.

6.2 Construção dos resultados

A construção dos resultados neste capítulo decorre da análise integrada dos dados coletados por meio de uma abordagem qualitativa e multimetodológica. A combinação entre o levantamento documental, a observação de campo, com aplicação de caminhografia, croquis comportamentais e levantamento fotográfico e da análise crítica do contexto urbano permitiu uma leitura do Parque Mirandinha em relação à infância. O processo de análise, de caráter interpretativo, buscou identificar padrões de apropriação do espaço, contradições entre morfologia e uso, e emergências sensoriais que se manifestam nas experiências cotidianas das crianças. Essa abordagem conectou as características físicas e históricas do parque aos modos de uso e às vivências dos seus usuários, com atenção especial às particularidades sensoriais do transtorno do espectro autista. A análise avançou além dos parâmetros normativos convencionais, articulando aspectos formais, perceptivos e afetivos da experiência urbana (Castro, 2001; Gehl, 2015; Tassinari, 2011).

Os resultados aqui apresentados incluem:

- Uma leitura espacial, que evidencia cheios e vazios (Figura 21), destacando os efeitos dessas condições sobre o comportamento e a experiência infantil no parque.
- A compreensão das dinâmicas de uso, reveladas pelos croquis comportamentais e reforçadas pelo levantamento fotográfico, que mostram padrões de circulação e permanência modulados pelas condições climáticas locais – com temperaturas médias entre 23 e 29 °C em maio e entre 22,7 e 28,3 °C em junho – e pela incidência solar, sendo o pôr-do-sol registrado entre 18h06 e 18h14. Tais elementos demonstram como as crianças preferem zonas sombreadas ou abrigadas durante as horas de maior insolação, expandindo-se para os gramados e espaços abertos à medida que o calor diminui.
- A identificação de áreas e elementos críticos ou potencialmente favoráveis para a infância autista, considerando a acessibilidade sensorial. A análise revelou desafios associados à distribuição desigual de sombra, à falta de **transições** suaves entre ambientes e à escassez de mobiliário sensorialmente adequado, que limitam o uso inclusivo do parque, ilustrado pelo relatório fotográfico Figura 53 .
- A constatação de que o parque funciona como um espaço de trocas sociais e terapêuticas mediadas pelo brincar, embora tais interações sejam condicionadas por fatores do conforto térmico.

A análise dos dados, interpretada a partir dos princípios da acessibilidade sensorial (ASTEA), que enfatizam a empatia, a participação das crianças nos processos de construção urbana, possibilitou a formulação de um diagnóstico espacial e social do Parque Mirandinha sob a perspectiva da infância autista. A integração entre croquis, levantamento fotográfico e análise climática proporcionou uma base empírica, que reforça as interpretações construídas.

As descobertas aqui apresentadas constituem a base para o desenvolvimento das diretrizes urbanísticas inclusivas que serão detalhadas no capítulo seguinte. Reafirma-se, assim, a necessidade de um urbanismo que vá além da funcionalidade

técnica e da estética, e que incorpore de maneira efetiva as experiências sensoriais e as necessidades específicas de todas as crianças — consolidando um compromisso com o Direito à Cidade para uma infância plural e diversa (Castro, 2001; Lefebvre, 1968; Rolnik, 2015).

7 A CIDADE/PARQUE COMO ESPAÇO DE TROCA

Devemos considerar que os espaços livres públicos urbanos, com foco particular no Parque Mirandinha, não são apenas áreas físicas, mas dinâmicos palcos de interação, convivência e construção de significados.

Neste contexto, a cidade, especificamente o parque é percebido como um ambiente que facilita trocas e é moldado pelas diversas formas de intercâmbio entre os usuários, o espaço construído e o natural. Reconhece-se que os espaços públicos são fundamentais para a vida urbana, atuando como locais de troca democrática em que as relações entre o munícipe e o território permitem a criação de afeto, trocas e a formação de memória.

Em Boa Vista, essa conexão afetiva com praças e parques é visível, pois esses espaços são utilizados para eventos cotidianos e celebrações, invadindo a vida diária dos cidadãos. O Parque Mirandinha, ao oferecer áreas para atividades em grupo, eventos culturais e esportivos, estimula a interação social e a construção de laços comunitários. Para as crianças, especialmente na primeira infância, são espaços de descobertas e aprendizados, funcionando como um “território educativo” e um “agente educativo” onde elas podem ser protagonistas. O brincar emerge, assim, como uma função vital para o desenvolvimento e a principal interface entre a criança e o espaço urbano, agindo nas suas interações com e nos espaços urbanos públicos. Para isso, o parque deve ser um local que garanta eventos lúdicos capazes de promover o autoconhecimento através do jogo.

A noção de “troca” é expandida para incluir a complexa relação entre o usuário, o espaço e os estímulos sensoriais, um aspecto crucial para a inclusão de crianças no espectro autista. A forma como o parque “toca” o usuário, como o espaço facilita ou limita as interações sociais, e como as vivências, percepções e necessidades sensoriais dos usuários são acolhidas são centrais para esta discussão.

Nesse contexto, a análise baseada em metodologias como mapas comportamentais e a compreensão da morfologia e acessibilidade do entorno

mostram a dinâmica de troca no Parque Mirandinha. Para isso, ao explorar a cidade/parque como espaço de troca, este capítulo busca fundamentar a necessidade de diretrizes e um sistema de monitoramento e indicadores que garantam a efetivação de espaços urbanos acolhedores e inclusivos. O objetivo final é assegurar que esses ambientes promovam o bem-estar, o desenvolvimento integral e o pleno direito à cidade para todas as infâncias, reconhecendo a criança como um usuário permanente que deve estar intrinsecamente considerado no planejamento urbano.

7.1 O parque como jogo para uma infância autista urbana

A conexão entre o espaço livre urbano, o ato de brincar e as necessidades específicas da infância autista, utilizando o Parque Mirandinha como estudo de caso, transcende a visão convencional do parque como mero equipamento de lazer. Central a esta discussão é a compreensão da criança autista como protagonista em sua interação com o espaço, cujas experiências sensoriais e lúdicas são moldadas pelas características do ambiente. O brincar é reconhecido como uma linguagem legítima da infância e uma atividade vital para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Para a infância autista, embora o brincar possa apresentar desafios devido a dificuldades na comunicação e interação social, ele permanece um meio essencial para explorar o mundo, expressar-se e aprender. A Terapia de Brincar Direcionada ao Autismo, usualmente praticada em ambientes controlados (salas de terapia), aponta para a necessidade de criar condições nas quais a criança se sinta segura e motivada a explorar e interagir.

Apesar de que esse parque de Boa Vista oferece uma arena para essas interações, a experiência da criança autista no espaço urbano é singular e pode ser desafiadora, dada a sensibilidade a estímulos ambientais como ruído, luz e texturas. Um ambiente urbano barulhento, movimentado e caótico pode gerar sobrecarga sensorial e comportamentos de evitação, comprometendo a participação social.

A análise do Parque Mirandinha através da metodologia proposta, incluindo levantamento documental, pesquisa de campo com caminhografia e croquis etnográficos e mapeamento comportamental, permitiu a construção de um

diagnóstico espacial e social. Este diagnóstico apresenta os atributos físicos e as dinâmicas de uso do parque que influenciam a experiência sensorial e social da infância autista. A concepção do “parque como jogo” para a criança autista baseia-se na ideia de que estes espaços podem ser “reconfigurados de forma inusitada” pelos olhos e ações lúdicas das crianças, que buscam fazer da cidade uma construção sua através do brincar. O brincar permite à criança autista construir o sentido de mundo e consolidar sua autonomia através do imaginário, transformando a materialidade do espaço em relação com o contexto social e cultural. No Parque Mirandinha, os elementos naturais e construídos como a vegetação, as superfícies, os fluxos de pessoas, deixam de ser apenas atributos físicos e se tornam potenciais componentes deste grande jogo sensorial e social.

Para a infância autista, cuja percepção sensorial pode ser hipo ou hipersensível, a diversidade de estímulos naturais presentes no parque é crucial, o parque como jogo, sob a ótica da **ASTEA**, deve intencionalmente oferecer uma variedade controlada e acessível de experiências sensoriais. Isso implica considerar texturas acessíveis em diferentes superfícies, áreas com variação de luz e sombra, espaços que proporcionem diferentes níveis de estímulo sonoro, e elementos que possam ser explorados de forma tátil e olfativa. A ASTEA propõe ir além das normas técnicas, incorporando dimensões afetivas e relacionais para criar um ambiente onde a criança autista se sinta segura, confortável e estimulada a interagir com outras crianças e com o ambiente.

As praças e parques são espaços de cidadania e inclusão social em que o encontro e a convivência podem ocorrer. Para a infância autista, o parque como jogo facilita essas trocas sociais, permitindo a interação com outras crianças e adultos, mesmo que de formas não convencionais. O brincar e o jogo nesse ambiente se tornam ferramentas para um melhor convívio, promovendo um aprendizado coletivo e a interpretação do mundo. A presença de espaços que permitam tanto a brincadeira livre e interpretativa, sem regras pré-estabelecidas, quanto a interação com elementos que estimulem a criatividade e a colaboração, é fundamental. O Parque Mirandinha, com seus “vazios” que permitem a apropriação criativa e seus marcos visuais (luz e sombra) e atributos naturais, oferece o substrato material para essa reconfiguração pelo brincar.

Reconhecer o direito da criança autista de brincar na cidade implica em repensar o urbanismo para além do funcionalismo, construindo espaços que ativamente acomodem e celebrem a neurodiversidade. O Parque como jogo para a infância autista urbana, então, não é apenas uma metáfora, mas uma abordagem concreta de planejamento e gestão do espaço público que coloca a experiência sensorial e lúdica da criança com TEA no centro do processo de construção da cidade.

7.2 A criança na cidade/parque

A criança como sujeito e usuária do espaço urbano, com particular ênfase na sua interação e apropriação dos parques e espaços livres, longe de ser percebida meramente como um futuro cidadão, é um ator social pleno, dotado de direitos, capacidades e uma agência singular na construção e na vivência da cidade. A infância, por sua vez, é entendida não como um estado puramente biológico, mas como um período de construção social, cujas experiências são profundamente moldadas pelos contextos espaciais e relacionais em que se desenvolve.

A cidade é reconhecida como um palco para o desenvolvimento infantil, constitui um espaço de vivência e aprendizado, um **“território educativo”** que, por meio de múltiplos estímulos, atua como agente educativo e promotor de intercâmbios de conhecimento. Nesse cenário dinâmico, os espaços livres urbanos como parques e praças assumem uma relevância particular. Eles transcendem a função recreativa convencional, configurando-se como áreas multifuncionais vitais para a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar das infâncias, e essenciais para a democratização do acesso a lazer e natureza.

A relação da criança com a cidade e seus espaços livres se estabelece de maneira privilegiada através do brincar, uma função vital para o desenvolvimento humano e uma linguagem pela qual a criança percebe, interpreta e elabora o mundo. É no brincar que a criança demonstra a habilidade de captar e (re)configurar os espaços de forma inusitada, buscando fazer da cidade “uma construção também sua”. Essa ação lúdica nos espaços públicos urbanos funciona como uma

comunicação afetiva potente, capaz de (re)estabelecer relações entre os indivíduos, além de promover o aprendizado coletivo e a interpretação do mundo.

Contudo, a experiência da criança no espaço urbano contemporâneo tem sido marcada por uma progressiva restrição dos espaços para as brincadeiras infantis, levando a um confinamento em espaços privados. A cidade pode ser um ambiente proibido e hostil às crianças caso não estejam acompanhadas por adultos, devido a fatores como a violência e os perigos inerentes às ruas. Essa limitação no acesso a espaços seguros e adequados para a brincadeira compromete o pleno exercício do direito da criança à cidade. Diante desse cenário, é necessário que a criança deve ser considerada uma participante ativa no processo de planejamento urbano, não apenas uma usuária passiva, atuando como uma coautora na geração de políticas públicas, oferecendo perspectivas únicas e valiosas para o desenvolvimento de cidades mais adequadas às suas necessidades e desejos.

A incorporação da essência da brincadeira infantil deve permear as etapas do planejamento, consolidando-se como um pilar fundamental na construção de espaços urbanos. A noção de **Cidade Educadora** reforça essa perspectiva, ao propor que a cidade, mantida à escala humana, tem um imenso potencial educativo e deve assumir a criança como protagonista desse processo de construção coletiva.

A compreensão da relação da criança com o espaço é enriquecida por diversas metodologias que buscam capturar suas lógicas operatórias e práticas espaciais. Estudos do cotidiano privilegiam a articulação entre o dia a dia da criança e sua interação com o espaço. O uso de mapas revela a visualização espacial, os itinerários percorridos, os obstáculos e as experiências subjetivas no espaço. Tais ferramentas etnográficas permitem vislumbrar como as crianças “traduzem diferentes leituras de mundo” e como transformam o espaço por meio de suas ações. Esses métodos permitem validar as “ambiências” criadas pelas crianças nos espaços para conhecer e compreender suas redes de subjetividades e experiências espaciais.

No entanto, o direito fundamental da criança de brincar e participar plenamente da cidade implica na transformação dos espaços urbanos para além do funcionalismo, criando ambientes que acomodam ativamente suas necessidades de

desenvolvimento e exploração. Os parques e espaços livres, ao garantirem eventos lúdicos como instrumento educativo e terapêutico, permitem que as crianças se descubram e interajam, reconhecendo a cidade como um “grande livro aberto” cheio de possibilidades.

Este entendimento do papel central da criança e da importância dos espaços públicos como territórios de brincar e troca social fornece o arcabouço teórico para investigar como um espaço específico, como o Parque Mirandinha, pode ser reconfigurado para atender às necessidades de uma infância urbana com especificidades sensoriais e sociais, como a infância autista.

7.3 Como o Parque Mirandinha acolhe o usuário

O êxito do Parque Mirandinha em acolher crianças no espectro autista revela-se, desde as primeiras aproximações, na ausência de barreiras físicas que permitam ao corpo vivenciar o espaço em liberdade plena.

A configuração aberta, sem muros, grades ou percursos rigidamente canalizados favorece um sentimento de segurança paradoxal: ao mesmo tempo em que convida ao uso, oferece rotas de fuga caso a criança se sinta sobre-estimulada ou ameaçada, condição apontada por Winnicott (1975) como fundamental para a constituição de um “espaço potencial” de jogo criativo.

O amplo gramado, por sua superfície contínua e pela possibilidade de manter distância regulável dos demais, converte-se no cenário predileto de muitos usuários neuroatípicos, enquanto dispositivos ambulantes como o pula-pula, envolto por tela de contenção, tendem a ser evitados justamente porque suprimem a estratégia de retirada imediata quando o afeto de aproximação corporal (abraços, toques inesperados) se torna excessivo. Essa preferência reforça as recomendações de Rabello de Castro (2012) e Buss-Simão (2020) sobre a importância de ambientes que conciliem estimulação sensorial e autonomia de circulação, permitindo que a criança gerencie a intensidade das interações sociais.

Também destaca a topologia aberta do Mirandinha, que demonstra como a simplicidade do gramado, mais do que brinquedos complexos, pode oferecer o substrato necessário para que a infância autista exerça, em plenitude, seu direito ao brincar e à cidade.

A análise da relação entre os usuários e o Parque Mirandinha permite explorar as múltiplas dimensões pelas quais este espaço livre urbano impacta, sensorial e afetivamente, aqueles que o frequentam. Partindo da compreensão sobre a importância dos parques urbanos para o desenvolvimento infantil e para a vivência do direito à cidade, a discussão se concentra nas experiências, percepções e interações específicas mediadas pelo ambiente nesse parque.

Mais do que um equipamento urbano formalizado, o Parque Mirandinha é um território simbólico e afetivo, que transcende sua função de lazer, sua própria gênese. A partir da apropriação espontânea de um espaço residual, sem projeto prévio, a população atribui sentido e valor a um “vazio” urbano, transformando-o em espaço de sociabilidade e encontro com a natureza. Esta apropriação orgânica reflete um traço marcante do comportamento urbano local: o uso afetivo dos parques e praças como espaços de pertencimento.

As maneiras pelas quais o Parque Mirandinha acolhe seus usuários manifestam-se inicialmente através da dimensão social. O parque constitui um cenário cotidiano de convivência e celebração, palco de eventos culturais, aniversários, encontros religiosos e práticas esportivas. A experiência do usuário é, igualmente, mediada pelas qualidades sensoriais e pelas ambiências do parque. Dessa forma, o estado de conservação, a presença de vegetação, a permeabilidade visual e a iluminação são aspectos já identificados nas análises morfológicas e na caminhografia que contribuem diretamente para uma sensação de segurança e de bem-estar.

Como reforça Thibaud (2003), a experiência urbana é atravessada pelas dimensões sensoriais, sendo imprescindível “restituir o lugar dos sentidos” para compreender como os espaços são realmente vividos. No caso do Mirandinha, a atmosfera do parque demonstra afetos e sentidos, promovendo uma apropriação que vai além do uso funcional. Essa relação sensível também se articula à paisagem

urbana e à identidade local, pois o parque é reconhecido como ponto de referência no cotidiano da cidade e se inscreve na imagem mental que os cidadãos constroem de Boa Vista.

Compreender essas camadas da experiência geral dos usuários constitui um passo, que se volta às especificidades da infância autista. As dinâmicas sociais, as características físicas e, sobretudo, as ambiências sensoriais do Parque Mirandinha oferecem um pano de fundo crucial para identificar como essas interações se mostram acessíveis ou, em certos casos, desafiadoras para crianças com particularidades sensoriais típicas do TEA. A abordagem ASTEA propõe justamente que tais espaços urbanos possam tocar a neurodiversidade de forma acolhedora e sensível, assegurando o direito à cidade a todas as infâncias. Assim, a análise aqui proposta busca não apenas compreender como o Parque Mirandinha é vivido hoje, mas também lançar luz sobre como pode ser (re)configurado para garantir um espaço verdadeiramente inclusivo, sensorial e socialmente, para todas as infâncias.

7.4 Políticas públicas

A transição de um arcabouço legal para a efetiva materialização dos direitos da criança no espaço urbano e nos espaços livres, como parques, é mediada fundamentalmente pelas políticas públicas. Embora o Brasil tenha um corpo significativo de leis, decretos, cartas e convenções que garantem direitos fundamentais às crianças, incluindo o direito ao brincar e à participação na vida social, o desafio preeminente reside no cumprimento efetivo e na implementação das conquistas já alcançadas.

A existência de normativas, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), a Constituição Federal de 1988, a Declaração dos Direitos da Criança, o Estatuto da Cidade, o Estatuto da Metrópole e o Marco Legal da Primeira Infância, estabelece a base legal, contudo, políticas públicas direcionadas são necessárias para configurar programas, ações e serviços voltados a viabilizar esses direitos na prática cotidiana.

Essa necessidade de viabilização dos direitos através de políticas públicas encontra ressonância nas premissas do Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação do PROARQ/UFRJ. Em um contexto de pesquisa coletiva sobre os “territórios educativos do Rio de Janeiro”, proporcionou a compreensão da cidade como território de aprendizagem e troca. Esta perspectiva teórica é fundamental para orientar a formulação de políticas, reconhecendo que o espaço urbano é uma extensão dos processos formativos da infância. Assim, as políticas públicas devem ir além da provisão de espaços físicos, buscando garantir o direito de ir e vir em segurança, pois o caminhar seguro se torna um instrumento educativo que alimenta o conhecimento e a interação das crianças nos espaços.

As políticas públicas voltadas para a infância no contexto urbano, sob a ótica desse grupo de pesquisa, devem ver o território como ambiente educador, de integração e de segurança; devem reconhecer a criança como um ator social pleno e participante, não apenas como usuária passiva ou futura cidadã. Considerando que a experiência das crianças com o ambiente urbano é fundamental para o seu desenvolvimento integral, e que a cidade atua como um ambiente educador, promovendo olhares, sensibilidades e interações, as políticas devem ir além da provisão de espaços físicos, buscando garantir o direito de ir e vir em segurança, alimentar o conhecimento e a interação, e reconhecer que a relação da criança com a cidade se dá frequentemente por meio da linguagem do brincar. A brincadeira e a imaginação são formas de perceber e se relacionar, constituindo-se em socialização e método de aprendizagem. É no brincar e nas diversas trocas com o outro que a criança exerce um aprendizado coletivo, bem como interpreta e elabora o mundo em que vive.

Neste contexto, publicações como a coleção de guias para o desenvolvimento de Bairros Amigáveis à Primeira Infância (BAPI), desenvolvida pelo Ministério da Habitação e Assuntos Urbanos da Índia em parceria com a Fundação Bernard van Leer e adaptada para o Brasil pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), tornam-se ferramentas valiosas para gestores urbanos e projetistas. Essas publicações oferecem diretrizes, orientações técnicas e boas práticas para a inclusão da perspectiva da primeira infância e de seus cuidadores no planejamento, desenho urbano e gestão dos bairros. O primeiro guia da coleção, focado na Estruturação de

políticas públicas, destaca a necessidade de considerar os requisitos de bebês, crianças mais novas e seus cuidadores no plano do bairro, definindo objetivos a serem alcançados.

A visão de um BAPI, apresentada nesses guias, alinha-se diretamente com a concepção do território educador ao propor cinco objetivos fundamentais:

1. Seguro: Garantir a segurança das crianças e cuidadores nos espaços urbanos;
2. Verde e livre: Promover a disponibilidade e qualidade de espaços verdes e livres para brincadeiras e contato com a natureza;
3. Acessível: Assegurar que os espaços sejam acessíveis a todas as crianças e seus cuidadores, considerando diversas necessidades;
4. Lúdico: Incorporar elementos que incentivem o brincar e a exploração no ambiente urbano;
5. Inclusivo: Ouvir e responder às necessidades dos moradores, garantindo transparência e justiça para todos que utilizam o bairro, incluindo aqueles que não residem no local e seus filhos. Uma abordagem inclusiva para o bairro é baseada em dados e objetivos.

Esses objetivos reforçam a ideia de que as políticas urbanas para a infância devem ser intersetoriais, envolvendo áreas como planejamento, meio ambiente, educação e cultura.

A implementação de políticas eficazes para um BAPI requer a coleta e análise de dados para monitorar o progresso e identificar lacunas. Um princípio essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a infância urbana, reforçado pela visão do território educador e pelos guias BAPI, é a participação infantil.

A literatura aponta a importância da participação das crianças e de suas famílias na elaboração e implementação dessas políticas. Tonucci (2020) sugere que a inclusão das crianças e seu jogo deve ser o foco principal da política urbana, não um problema marginal. A participação real das crianças no governo municipal pode ser uma forma forte e direta de educação para a democracia. Existem diferentes

modos de incluir a criança na formulação de políticas, e a escuta de suas opiniões e perspectivas é fundamental. A criança pode atuar como uma estratégica coautora na geração de políticas públicas. Para isso, podem ser aplicadas metodologias lúdicas de escuta, mapeamento de espaços e percepções por meio de desenhos e textos, e outras atividades práticas e concretas que podem tornar a participação efetiva, mesmo em relação a direitos mais abstratos.

Um exemplo dessa participação é o Marco Legal da Primeira Infância no Brasil, construído em 2013. O projeto Criança Pequena em Foco no Rio de Janeiro também demonstrou como iniciativas em prol da participação infantil podem contribuir para a formulação de políticas públicas, com a consulta às crianças documentada no Plano Municipal pela Primeira Infância.

Diversos modelos e abordagens têm sido propostos e implementados globalmente com o objetivo de orientar políticas públicas voltadas à infância urbana, em consonância com a ideia do território educador e com os princípios da abordagem BAPI (Brinquedo, Aprendizagem, Participação e Inclusão). Entre essas iniciativas, destaca-se o conceito de Cidade Educadora, que compreende o espaço urbano como um território de imenso potencial formativo, no qual a criança deve ser reconhecida como protagonista no processo de construção coletiva da cidade. Nesta perspectiva, o ambiente urbano se torna um agente de educação contínua, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento sensorial, social e cultural das infâncias.

Outro importante modelo é o programa Cidades Amigas das Crianças, promovido pelo UNICEF, que visa reconhecer e apoiar municípios comprometidos com a efetivação dos direitos da criança em seu território por meio de políticas e programas integrados. Esse programa adota uma abordagem baseada em direitos e em uma visão global da criança, promovendo a participação infantil e exigindo uma análise de impacto das ações públicas. A implementação da estratégia demanda a elaboração de um Plano de Ação Local (PAL), que deve contemplar o planejamento e o urbanismo, assegurando que as crianças sejam ativamente consideradas na construção do ambiente urbano.

Também merece destaque a abordagem Urban95, que propõe projetar a cidade a partir da perspectiva de uma criança de 3 anos de idade, ou seja, a partir de uma altura média de 95 centímetros. Embora não se configure como um modelo de política pública formal, o programa oferece uma diretriz concreta para o planejamento e o design urbano voltados à primeira infância, contribuindo para informar decisões e intervenções espaciais que favoreçam o desenvolvimento e a vivência plena das crianças pequenas nos contextos urbanos.

Entre os exemplos de políticas e projetos executados pelo mundo e no Brasil, destacam-se as seguintes cidades:

- Avilés, Espanha: No âmbito do programa Cidades Amigas das Crianças, o município elaborou um Plano para a Infância e Adolescência com a participação direta das crianças por meio do levantamento de informações sobre diversas áreas urbanas, definição de objetivos junto com adultos e elaboração de propostas práticas.
- São Francisco, EUA: Utilizando a metodologia Y-Plan (Youth - Plan Learn Act, Now!), projetos envolveram crianças como atores fundamentais no planejamento urbano. As crianças realizaram atividades como cartografia, entrevistas e observação para analisar a realidade urbana e propor soluções. Os projetos visavam tornar o espaço público mais seguro, acessível, saudável, sustentável e alegre, abrindo os processos de tomada de decisão tradicionais para as crianças.
- Santos, Brasil: A Semana Mundial do Brincar (SMB) tornou-se uma política pública municipal, sendo incluída no planejamento anual da cidade. Isso exemplifica como um evento ou conceito pode ser institucionalizado para garantir sua perenidade e integração às ações governamentais.
- Rio de Janeiro, Brasil: O projeto Criança Pequena em Foco envolveu a participação de crianças na formulação de políticas públicas para reduzir a violência, culminando na elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), que possui cinco eixos prioritários, incluindo cidade/espço urbano. A consulta às crianças foi documentada, reforçando a importância de suas opiniões.

- Boa Vista, Brasil: A cidade desta pesquisa é reconhecida como a Capital da Primeira Infância, caracterização que se reflete em programas específicos voltados para a educação básica, na saúde e na promoção da participação infantil na construção urbana. Plataformas de políticas em operação incluem o Família que Acolhe (FQA), o Projeto Brincar, a Universidade do Bebê e o Projeto Caminhos da Primeira Infância.

Apesar da existência desses modelos e exemplos, a lacuna significativa entre o arcabouço legal e a realidade vivida por muitas crianças aponta para a necessidade de políticas públicas que sejam não apenas bem formuladas, mas também efetivamente implementadas e monitoradas, com investimento em recursos, capacitação profissional e conscientização. A aplicação de políticas voltadas para a acessibilidade sensorial, em particular, ainda se mostra aquém do necessário.

As políticas públicas, portanto, são o instrumento crucial para transformar o direito à cidade e o direito ao brincar em realidades concretas para todas as crianças. A priorização das crianças nas políticas públicas, com sua participação ativa, é fundamental para garantir que espaços como o Parque Mirandinha se tornem verdadeiros territórios de troca, inclusão e desenvolvimento, capazes de “tocar” positivamente a diversidade de seus usuários, incluindo a infância autista. A compreensão da cidade como um território educador, conforme premissa do GAE, e a aplicação de diretrizes para a criação de Bairros Amigáveis à Primeira Infância reforçam a urgência e a relevância dessas ações.

7.5 Diretrizes para o parque acolhedor

As diretrizes para um Parque Acolhedor, como o Parque Mirandinha, seriam informadas pela avaliação da acessibilidade sensorial do espaço, de sua morfologia e características, e pela compreensão da relação entre o parque e seu entorno. Tais ferramentas levariam em conta a ausência de diretrizes específicas de urbanismo voltadas à neurodiversidade, buscando suprir essa lacuna, e estariam embasadas em princípios fundamentais para tornar o parque acessível, seguro, verde e livre, lúdico e inclusivo.

Em relação aos aspectos específicos a serem considerados nas diretrizes, baseando-se nos achados do Parque Mirandinha e nos referenciais, destacam-se:

- **Acessibilidade Sensorial:** Diretrizes para o design de espaços que considerem os estímulos sensoriais, cruciais para crianças com TEA. A caminhografia evidenciou caminhos produzidos espontaneamente e trajetórias preferenciais das crianças. Esses percursos naturalmente escolhidos indicam zonas de conforto sensorial. Incorporá-los no desenho final, transformando-os em rotas acessíveis e seguras, significa reconhecer a leitura infantil do espaço e respeitar suas escolhas perceptivas.
- **Acessibilidade Física Universal:** Garantir que o parque seja acessível a todos, seguindo normas como a NBR 9050 da ABNT. Isso inclui a instalação de rampas onde há desníveis, escolha de pavimentos que não sejam obstáculos para carrinhos de bebê ou cadeiras de rodas, e garantia de áreas de passagem livres.
- **Integração com Serviços Terapêuticos:** Diretrizes que potencializem a relação do parque com instituições próximas que atendem crianças com TEA, como o TEAMARR, permitindo a ampliação de atividades terapêuticas no espaço público.
- **Qualificação dos Espaços Abertos e Áreas Verdes:** Promover o uso qualificado dos espaços abertos e garantir conexões com áreas verdes. As massas vegetais influenciam o uso do espaço, proporcionando conforto ambiental e áreas de descanso e interação.
- **Segurança e Conforto:** Assegurar que o parque seja percebido como seguro para usuários, incluindo iluminação adequada para uso noturno e disponibilização de mobiliário urbano como bancos em locais estratégicos. A segurança e o conforto no Parque Mirandinha foram compreendidos como componentes indissociáveis da experiência sensorial e socioambiental das crianças autistas. Ao longo da caminhografia, observou-se que a previsibilidade espacial, a clareza das rotas e a legibilidade dos percursos reduziram a ansiedade e favoreceram a permanência, reforçando a importância de um ambiente que minimize ambiguidades. Nesse sentido, a iluminação adequada, especialmente ao longo dos caminhos naturais e

produzidos, atua não apenas como instrumento de proteção física, mas como estratégia de regulação sensorial, evitando contrastes bruscos de luminosidade e zonas de sombra que podem gerar desconforto ou desorientação.

- **Caráter Lúdico e de Troca:** Incorporar elementos que promovam o brincar como ferramenta de interação e desenvolvimento. Por exemplo, espaços inclusivos para brincadeiras e estratégias de recreação.
- **Conexão com o Entorno:** Assegurar que não apenas o parque interno seja qualificado, mas também que os caminhos de acesso a ele, como calçadas e vias, sejam seguros, confortáveis e acessíveis.
- **Design Participativo:** Diretrizes que sejam fundamentadas na vivência dos usuários, incluindo pais, cuidadores e profissionais.

A construção dessas diretrizes representa um compromisso político com a construção de uma cidade verdadeiramente para todos, em que o direito à cidade se materializa plenamente para as infâncias, incluindo aquelas no espectro autista.

7.6 Monitoramento e indicadores

O processo de monitoramento e avaliação é fundamental para compreender o nível de desempenho das medidas implementadas e a concretização dos objetivos definidos. Ele permite uma análise crítica sobre a implementação e sua adequação em cada fase, facilitando a redefinição de objetivos e estratégias caso se identifiquem situações de discriminação ou falta de eficácia. O acompanhamento e a avaliação sistemáticos sobre o impacto das políticas e medidas nas crianças devem ocorrer antes, durante e após sua implementação.

Um sistema robusto de monitoramento para um “Parque Acolhedor” deve estar ancorado nos objetivos de um Bairro Amigável à Primeira Infância, que incluem tornar o espaço **acessível, seguro, verde e livre, lúdico e inclusivo**. Para o contexto específico desta pesquisa, centrada na infância autista e na acessibilidade sensorial, o monitoramento deve ir além das métricas tradicionais e incorporar a dimensão sensorial como crucial para a inclusão plena.

Para isso, é necessário seguir os componentes essenciais do Sistema de Monitoramento e Avaliação, que incluem:

1. **Definição Clara de Objetivos e Metas:** Para cada diretriz estabelecida para o Parque Acolhedor (seção 8.5), devem ser definidos objetivos operacionais e metas mensuráveis. Estes devem refletir os princípios de acessibilidade (incluindo sensorial), segurança, caráter verde e livre, ludicidade e inclusão, com atenção especial às necessidades da infância autista.
2. **Seleção e Desenvolvimento de Indicadores:** Um conjunto de indicadores claros e objetivos deve ser escolhido para medir o desempenho em relação às metas. Estes indicadores podem ser classificados por campo de atuação (Parques, praças e espaços abertos; Ruas; Bairro; Equipamentos e serviços urbanos) e por objetivo BAPI (acessível, seguro, verde e livre, inclusivo, lúdico). Além dos indicadores tradicionais (como percentual de área verde per capita, largura de calçadas, nível de ruído), é essencial desenvolver indicadores específicos para a acessibilidade sensorial.
3. **Metodologia de Coleta de Dados:** A coleta de dados deve ocorrer antes e depois das intervenções urbanas no parque e seu entorno. As metodologias qualitativas e quantitativas utilizadas nesta pesquisa, como mapas comportamentais, caminhografia, croquis etnográficos e entrevistas semiestruturadas, são ferramentas valiosas para subsidiar a coleta de dados para os indicadores, especialmente para capturar a vivência, as percepções e as necessidades sensoriais dos usuários, incluindo crianças com TEA e seus cuidadores. O uso de plataformas de dados existentes (como a Plataforma da Primeira Infância Primeiro) pode complementar a coleta, mas é crucial garantir que os dados reflitam as realidades locais e as necessidades de grupos vulneráveis.
4. **Análise e Interpretação dos Resultados:** Os dados coletados devem ser analisados para comparar a situação antes e depois das intervenções. É importante ir além da mera descrição e realizar uma análise crítica que correlacione a configuração espacial, o comportamento humano e as relações

sociais, avaliando o impacto das políticas e medidas nas crianças. A análise deve considerar a relação entre os resultados dos indicadores e o bem-estar dos bebês, crianças mais novas e cuidadores (BCCs), identificando prioridades e demandas. A inclusão de análises complementares correlacionando dados com renda familiar, raça, gênero e escolaridade pode revelar iniquidades no acesso e uso dos espaços.

5. Relatórios de Progresso e Comunicação: Os resultados do monitoramento devem ser documentados em relatórios de progresso e autoavaliação. A comunicação dos resultados para as diversas partes interessadas, incluindo a comunidade e gestores públicos, é fundamental para a transparência e accountability. Ferramentas visuais, como um Painel BCC (BCC Dashboard), podem facilitar a comunicação clara e rápida do desempenho das intervenções.
6. Avaliação e Aprimoramento Contínuo: O sistema de monitoramento deve ser dinâmico, permitindo revisões periódicas dos indicadores, métodos de coleta e metas. A avaliação dos resultados deve alimentar um ciclo contínuo de aprendizado e aprimoramento das diretrizes e intervenções urbanas.

No Apêndice 1, é apresentado modelo de checklist, para monitoramento estruturado do levantamento e aplicação das políticas públicas propostas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi concebida a partir do princípio de que as infâncias devem ocupar o centro da reflexão sobre o espaço urbano. Não se trata apenas de pensar a cidade para as crianças, mas, sobretudo, de pensar com as crianças, reconhecendo suas vivências, suas sensibilidades e seus direitos como sujeitos plenos no tecido social e urbano. O conceito de acessibilidade sensorial com sensibilidade para o transtorno do espectro autista (ASTEIA), eixo central desta investigação, propõe um olhar sobre a inclusão, que incorpora as condições físicas do espaço e suas dimensões sensoriais, afetivas e relacionais.

Os espaços públicos livres, como parques, praças e ruas, são palcos essenciais para a experiência urbana da infância. Eles configuram territórios de interação, de construção de vínculos e de apropriação simbólica da cidade. A cidade educa, e seus espaços livres oferecem oportunidades ricas para o desenvolvimento sensorial, cognitivo, emocional e social das crianças. É nesse contexto que o Parque Mirandinha foi escolhido como campo empírico desta tese, representando um caso significativo do potencial e das limitações dos espaços públicos urbanos no acolhimento da neurodiversidade infantil.

A pesquisa utilizou uma combinação de métodos qualitativos, incluindo caminhografia, croquis etnográficos e mapas comportamentais. Esses métodos permitiram capturar as experiências sensoriais e as interações das crianças com o espaço. Os resultados evidenciaram que elementos como a distribuição de sombras, as texturas, a intensidade sonora e a configuração dos percursos impactam a vivência do parque, em especial para crianças autistas. Além disso, mostraram que o brincar, a exploração e a socialização são mediados por essas características, reforçando a importância de um desenho urbano sensível às diversidades sensoriais.

Com base nas análises dos resultados, foram elaboradas diretrizes urbanísticas para a criação de um Parque Acolhedor e um sistema de monitoramento baseado em evidências. As propostas foram construídas em diálogo

com modelos internacionais como Cidade Educadora, Cidades Amigas das Crianças e Urban95, e alinhadas aos princípios BAPI. O sistema de indicadores desenvolvido busca garantir que o monitoramento das intervenções considere também a dimensão sensorial, aspecto ainda ausente na maioria das avaliações tradicionais.

Este estudo contribui para o campo do urbanismo e das políticas públicas ao prover um referencial teórico e metodológico para a investigação da acessibilidade sensorial e inclusão da neurodiversidade em espaços urbanos livres. Demonstra a relevância e a viabilidade de metodologias qualitativas centradas na criança para informar o planejamento e o projeto urbano. Propõe diretrizes e um sistema de monitoramento que podem ser aplicados e replicados em outros contextos para promover espaços mais inclusivos e sensíveis. Reforça a importância do direito à cidade para todas as infâncias, reconhecendo a criança como usuária permanente e protagonista. Alinha as discussões locais de Boa Vista com a Agenda 2030 da ONU e com os princípios BAPI, fortalecendo o compromisso com cidades mais justas, seguras e sustentáveis.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se inicialmente o foco em um único parque, opção metodológica indispensável para o aprofundamento qualitativo, mas que restringe a generalização imediata dos resultados. Soma-se a isso a impossibilidade de manter as entrevistas planejadas com famílias e profissionais, uma vez que o próprio ato de observação presencial provocou alterações significativas no comportamento infantil. Durante as tentativas preliminares, verificou-se que a presença do pesquisador gerava constrangimento nos pais, induzia a vigilância excessiva e alterava a dinâmica espontânea do brincar, chegando inclusive a produzir mecanismos de mascaramento das características autísticas para evitar julgamentos externos. Esse cenário comprometeria a autenticidade dos dados e violaria o respeito aos ritmos próprios da infância. Da mesma forma, entrevistar os profissionais da TEAMARR deixaria de contribuir com o escopo da pesquisa, que avançou para um enfoque centrado na caminhografia e nos croquis etnográficos, instrumentos que captam a relação direto-espço a partir do olhar do arquiteto, sem mediação interpretativa de terceiros. Essas limitações, longe de fragilizar o estudo, reforçam a necessidade de aprimoramento contínuo dos métodos de análise sensorial e espacial, assim como a importância de desenvolver,

no futuro, protocolos de monitoramento longitudinal que permitam avaliar o impacto real das diretrizes propostas no cotidiano de crianças autistas.

As linhas de pesquisa futuras incluem a aplicação e avaliação das diretrizes em outros parques e espaços livres, dentro e fora de Boa Vista, com um acompanhamento por meio dos indicadores propostos. O desenvolvimento de metodologias participativas mais sofisticadas para envolver diretamente crianças com TEA e outras neurodivergências no processo de diagnóstico e projeto urbano é igualmente essencial. Outras frentes incluem a investigação da acessibilidade sensorial em outros tipos de espaços urbanos, como ruas, escolas e transporte público, bem como a realização de estudos longitudinais para acompanhar os impactos no bem-estar infantil.

Também é necessário explorar a interface entre as diretrizes e sua implementação prática nas políticas públicas, especialmente no contexto de Boa Vista, bem como investigar os custos e os benefícios sociais e econômicos de ambientes urbanos mais inclusivos. Por fim, urge contribuir para a consolidação de um corpo teórico robusto sobre o urbanismo neuroinclusivo, que integre de modo estrutural a dimensão sensorial e a diversidade das infâncias ao projeto espacial.

A construção de cidades que respeitem e acolham as infâncias, em toda sua pluralidade, é um desafio que exige novas formas de olhar, de projetar e de governar o espaço urbano. Nesse contexto, esta pesquisa abre caminhos, mas muito ainda precisa ser feito: que outras pesquisas se somem a este campo, que mais vozes se levantem, e que as crianças continuem nos ensinando a ver, a sentir e a imaginar cidades melhores, porque uma cidade que escuta suas crianças, em seus corpos e em suas diferenças, necessita de **pesquisas futuras**.

Em resumo, as possibilidades para a continuidade da investigação estão detalhadas da seguinte forma:

1. Aplicação e Avaliação das Diretrizes: A aplicação das diretrizes propostas em outros parques e espaços livres, seguida de um monitoramento rigoroso utilizando os indicadores desenvolvidos, seria fundamental para validar e refinar o modelo de “Parque Acolhedor”.

2. Desenvolvimento Metodológico para a Infância Neurodiversa: Aprimorar as metodologias de pesquisa participativas para envolver diretamente crianças com TEA e outras neurodivergências no processo de diagnóstico e projeto urbano. Isso poderia incluir a exploração de novas ferramentas e expressão adaptadas às diferentes formas de comunicação e processamento sensorial.
3. Expansão do Recorte: Investigar a acessibilidade sensorial e inclusão em outros tipos de espaços urbanos (ruas, escolas, centros comunitários, transporte público) para crianças com TEA e outras populações com necessidades sensoriais específicas.
4. Estudos Longitudinais: Realizar pesquisas de longo prazo para acompanhar o desenvolvimento e o bem-estar de crianças que utilizam espaços urbanos projetados com foco na acessibilidade sensorial e inclusão.
5. Interface Política e Implementação: Analisar os desafios e as oportunidades na tradução das diretrizes urbanísticas baseadas em evidências em políticas públicas efetivas e duradouras. O caso de Boa Vista, com seu foco na primeira infância, oferece um contexto rico para investigar como essa prioridade se reflete ou pode se refletir na prática do planejamento e gestão urbana inclusiva.
6. Custos e Benefícios: Investigar o impacto socioeconômico da criação de ambientes urbanos sensoriais e inclusivos, quantificando os benefícios para as famílias, a comunidade e a saúde pública.
7. Teorização do Urbanismo Neuroinclusivo: Contribuir para a construção de um corpo teórico sólido sobre o urbanismo que considere a neurodiversidade e a experiência sensorial como elementos centrais do projeto espacial.

Ao propor essas reflexões e direcionar o olhar para futuras pesquisas, esta tese espera fomentar o debate e a ação para a construção de cidades que sejam verdadeiramente **acolhedoras e inclusivas para todas as infâncias**, garantindo que o **direito ao brincar** e o **direito à cidade** sejam realidades vivas e experimentadas por cada criança em sua integralidade.

Durante o desenvolvimento desta tese, participei de seminários, congressos e encontros acadêmicos, além de elaborar e publicar artigos que destacam o campo da acessibilidade sensorial. Esses eventos propiciaram debates profícuos e construções coletivas de conhecimento, catalisando interesse político em torno da temática (Figuras 54). Como desdobramento direto desses diálogos, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) passou a discutir iniciativas legislativas em conjunto com a Câmara dos Deputados, contemplando a necessidade de normatizar ambientes sensorialmente acessíveis e buscar políticas que estimulem a execução permanentes em espaços públicos com acessibilidade sensorial.

Figura 54 – Primeira Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 7 de agosto de 2024



Fonte: CAU/BR [...], 2024. Disponível em:

<https://caubr.gov.br/cau-br-participa-de-audiencia-sobre-neuroarquitetura-na-camara-dos-deputados/>.

Acesso em: 9 ul. 2025.

Figura 57 – Segunda Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 6 de dezembro de 2024



Fonte: CAU/BR [...], 2024. Disponível em:

<https://caubr.gov.br/cau-br-discute-neuroarquitetura-e-inclusao-em-audiencia-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

Nesse contexto, exerci minha atuação como arquiteto e urbanista, pesquisador e presidente do CAU/RR, participando de duas audiências públicas³⁷ Promovidas pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, coordenadas pela deputada Erika Kokay (PT-DF). Nessas audiências, foi enfatizada a importância da acessibilidade sensorial, estratégia emergente que integra conceitos do desenho universal e da arquitetura para promover a saúde mental e o bem-estar das pessoas por meio de parâmetros sensoriais (como luz, cor, som e espacialidade). A discussão ressaltou o papel da neurodiversidade, apontando que um ambiente precisa ser humanizado, incluindo o ser humano em toda sua diversidade, pois a ausência dessa inclusão compromete a essência do espaço. Foi ressaltado também a necessidade de incorporar acessibilidade sensorial em projetos urbanos, com atenção especial a crianças com transtorno do espectro autista.

³⁷ As audiências foram transmitidas pela Câmara dos Deputados e estão disponíveis online nos links: <https://www.youtube.com/watch?v=oB0KcNK9zU8>, <https://www.youtube.com/live/QDCvS6tJJTY?si=bG-EnKz4jPvf9KpZ>

Esses desdobramentos políticos demonstram que a tese ultrapassa o âmbito acadêmico, alcançando formulação de políticas públicas e propondo legislações que reforçam a importância de ambientes sensorialmente acolhedores. Diante disso, prosseguir com a investigação se mostra fundamental.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A. S. JUNIOR, Tércio. **Roraima o Brasil do Hemisfério Norte**: Diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento. Boa Vista: Fundação do meio ambiente e tecnologia de Roraima, 1993.
- AB'SABER, Aziz N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, mai./ago./dez. 2002.
- ABERS, Rebecca; LOURENÇO, Alberto. Gold, Geo-Politics and Hyper-urbanization in the Brazilian Amazon: The Case of Boa Vista, Roraima. *In*: FADDA, Giulietta (ed.). **La urbe latinoamericana ante el Nuevo Milenio**. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1991.
- ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO; ZAHAR, 1988.
- ADAMO, F.; FILIGHEDDU, MR; STERPI, I. Desenho urbano e planejamento participativo: ferramentas de representação do espaço público. **Paisagem, Ambiente e Tecnologia**, p. 131-138, 2017.
- AGOSTINHO, Jaime de. **Subsídios à discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o estado de Roraima**. 2021. Tese (Doutorado em) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- AGUIAR, Douglas Vieira D. Corpografia arquitetônica: o método do observador e das linhas. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 24, n. 42, p. 12-31, 2017.
- ALMEIDA, E. de. **Jogos matemáticos na sala de aula**. São Paulo: Paulus, 1996.
- _____. **Projeto Fundação**: uma nova abordagem no ensino de matemática. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre M. A. **A embrionária rede urbana de Roraima**. Belo Horizonte: Editora, 2006.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ALVES DINIZ, A. Magno. **Boa Vista, Roraima**: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil. *In*: XXV CONGRESSO NACIONAL Y X INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 25., 2004, Valdivia. **Resúmenes**. Valdivia: Universidad Austral de Chile, 2004.
- _____. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil**, aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e o crescimento econômico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros**. Boa Vista: Editora Boa Vista, 1991.
- _____. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

_____. 01 de dezembro de 2006. Últimas Notícias. REFUGIADOS – Família colombiana pede proteção ao Brasil.

ANDRADE, Mário de. Crianças-artistas, doidos-artistas. **Rumo**, Rio de Janeiro, n. 5-6, set./out. 1933.

ARAGONÉS, J. I.; AMÉRIGO, M. **Psicología ambiental**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1998.

ARANTES, Platão. **A farsa de um Papillon, a história que a França quer esquecer**. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora Ltda, S/D.

ARROYO, Mónica. A internacionalização do externo no ambiente dos negócios: novos elementos da dinâmica territorial. *In*: CASTELO, Iara Regina *et al.* (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 27-43.

ASAKURA, Y. O Partido Antropológico e o papel do urbanista no Japão. **The Journal of Public Space**, v. 4, n. 1, p. 19-30, 2019.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Washington, DC: Associação Psiquiátrica Americana, 2013.

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 25, mar. 1957.

_____. Arraiais e corrutelas. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 27, out. 1957.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; TÂNGARI, Vera Regina; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (org.). **Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2016.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Arquitetura escolar e educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Diálogos entre arquitetura cidade e infância: territórios educativos em ação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2019.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio; FERREIRA, Efreim Jorge Gondim. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no Vale do Rio Branco. *In*: AUTOR. **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997.

BOA VISTA. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **I Plano de desenvolvimento de Roraima – I PDR**. Boa Vista, 1980.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **O município de Boa Vista**. Sinopse. Boa Vista, 1984.

_____. Plano de Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável da Área de Influência da BR-174 no Estado de Roraima. **Relatório Final**, Boa Vista, v. 1, 2000.

_____. Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio. Departamento de Planejamento Global. **Roraima síntese estatística**. Boa Vista, 2001.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. **Perfil Sócio Econômico de Roraima**. Boa Vista, 2003.

BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima. I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 1, p. 123-144.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Paisagem, homem e natureza na região do Alto Rio Branco, Roraima, Brasil. *In*: SOUZA, Maria Adélia A. de *et al.* (org.). **O novo mapa do mundo natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 2002.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, Bertha K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-36, abr./jun. 1974.

_____. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 40, n. 1, p. 111-122, jan./mar. 1978.

_____. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF: Editora da UNB, 1990.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. *In*: GONÇALVES, Maria Flora *et al.* (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano regional. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003. p. 651-656.

_____. **Amazônia geopolítica na virada do século III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology**: qualitative and quantitative approaches. CIDADE: AltaMira Press, 2011.

BEZERRA, Josinaldo Barbosa. **A migração e sua influência no crescimento urbano de Boa Vista – Roraima**. 2001. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2001.

BONAIUTO, M.; BONNES, M.; NENCI, AM. Psicologia da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável para o bem-estar no Antropoceno. **Ciência da Sustentabilidade**, 2016.

BONATTO, Fábio. **Transformações na paisagem natural de Boa Vista, Roraima**: Um diagnóstico ambiental por geoprocessamento. 2002. 346p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BORDIN, IAS; PAULA, CS; PADOVANI, RC. Autismo e retardo mental: um estudo comparando diagnósticos baseados nos critérios DSM-IV-TR e CID-10. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2719-2733, 2007.

BRASIL. **Boa Vista da intendência à câmara municipal**. Boa Vista: Pró-Roraima, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

_____. Lei nº 12.764/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

_____. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2015.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

_____. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012 (Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

_____. Lei nº 13.861/2019. Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13861.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

_____. Lei nº 14.476/2021. Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional**: sistematização das ações executivas para o período 2001/2010. Boa Vista, 2010.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Frontier urbanization in the Brazilian Amazon**: a theoretical framework for urban transition. **Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers**, v. 16, p. 56-66, 1990.

BRYMAN, A. **Social research methods**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CAMPOS, A.C. *et al.* Sistema de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens/organização. **Corredor verde urbano como perspectiva de conciliação entre natureza e comunidade**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 207-217.

CARTA da Terra. San Juan: Comissão da Carta da Terra, 2000. Disponível em: <https://cartadaterra.org/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CASANOVAS, R. Esboçar o espaço urbano: o significado dos croquis na representação, desenho e observação da cidade. **Jornal Internacional de Humanidades e Pesquisa em Ciências Sociais**, v. 2, n. 2, p. 24-30, 2013.

CARVALHO, A. M. C. *et al.* (org.). **Brincadeira e cultura**: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. V. 1 e 2.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 5. ed. Cidade do México: Siglo veintiuno editores, 1978.

CENTRO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Diagnóstico**. [S. l.]: CDC, 2022. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/hcp-dsm.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

_____. **Dados e estatísticas sobre transtorno do espectro do autismo**. [S. l.]: CDC, 2023. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CERVERO, R.; KOCKELMAN, K. Travel demand and the 3Ds: Density, diversity, and design. **Transportation Research Part D: Transport and Environment**, CITAR CIDADE, v. 2, n. 3, p. 199-219, 1997.

CHAWLA, L. Insight, creativity and thoughts on the environment: integrating children and youth into human settlement development. **Environment and Urbanization**, Cidade, v. 14, n. 2, p. 11-22, 2002.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1991.

CLAVAL, Paul. **Geografia urbana**. Rio de Janeiro: Editora, 1991.

CLIFFORD, J. Introduction: Partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (ed.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley, CA: University of California Press, 1986. p. 1-26.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane R. S. A percepção ambiental de pessoas com dificuldades de locomoção: uma contribuição para projetos acessíveis visando a inclusão psicossocial no ambiente construído. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PSICOLOGIA E PROJETO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2000.

COHEN, Regina. **Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CORRALIZA, J. A. **Psicología ambiental**. Madrid: Editorial Pirámide, 2000.

CORRALIZA, J. A.; BERENGUER, J. Environmental values, beliefs, and actions: a situational approach. **Environment and Behavior**, v. 32, n. 6., p. 832-848, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p.39-68, jan./mar. 1987.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, A. C. A importância dos parques urbanos para a cidadania. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 61-70, 2012.

COSTA, Graciete Guerra da. **Manaus**: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano. Manaus: Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado de Cultura, 2013. p. 29-45.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

COUTINHO, M. T. *et al.* Transtornos do espectro do autismo em crianças de 5 anos da coorte de nascimentos de Pelotas de 2004. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 35, n. 1, p. 18-25, 2013.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017.

CRÓCIA, Nilson Barros. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-36, abr./jun. 1974.

_____. **The Frontier Cycle**: a study of the agricultural frontier settlement in the southeast of Roraima, Brazil. Durham: University Durham, 1994.

_____. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Editora, 2009. 199 p.

CURY, A. G. A.; BORBA, M. C. Autismo e inclusão social: estratégias para a inclusão em comunidade. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 601-614, 2019.

CURL, A.; WARD THOMPSON, C.; ASPINALL, P. The effectiveness of green infrastructure for improvement of air quality in urban street canyons. **Environmental Science & Policy**, v. 14, n. 4, p. 369-383, 2011.

DA SILVA, José Rogério Arruda. **Ocupação e colonização em Roraima**: a colônia da Confiança III em Bonfim. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues *et al.* **Praças**: história, usos e funções. Maringá: Editora da Universidade de Maringá, 2005. (Fundamentum, 15).

DEVINE-WRIGHT, P. Repensando o NIMBYism: O papel do apego ao lugar e da identidade do lugar na explicação da ação de proteção do lugar. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 26, n. 6, p. 492-503, 2016.

DINIZ, Alexandre M. A.; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima**. 2006.

DINIZ, Alexandre M. A. Occupation and urbanization of Roraima State, Brazil. **Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers**, v. 23, p. 51-63, 1997.

DREUX, V. P. **Uma avaliação da legislação urbanística na provisão de equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer em conjuntos habitacionais**. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DUNN, W.; TOMCHEK, S. D. Sensory processing in children with and without autism: A comparative study using the short sensory profile. **The American Journal of Occupational Therapy**, Cidade, v. 61, n. 2, p. 190-200, 2007.

EDELSON, S. M. *et al.* Eficácia de uma estimulação auditiva de frequência mista no tratamento de crianças com transtorno autista. **Jornal de Autismo e Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 29, n. 6, p. 467-478, 1999.

FARAGE, Nádia; AMOROSO, Marta Rosa (org.). **Relatos da Fronteira Amazônica no século XVIII**. Documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARRAR & RINEHART, Inc. **Ninety-two days the account of a tropical journey through British Guiana and part of Brazil...** By Evelyn Waugh. New York, 1934.

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteiras. *In*: CASTELLO, Iara Regina *et al.* (org.). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 107-113.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FECHADURAS, G. A.; OLIVEIRA, W. F. **Psicologia ambiental**: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Editora Vetor, 2017.

FERNANDES NETO, P. **Caracterização geográfica da faixa de fronteira continental norte do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Instituto de Geociências, 2003.

FERNANDES, Ana Cristina Teixeira Dias. **Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos**. 2012. 112 p. Dissertação (Mestrado integrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Portugal, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, José Freire da Silva *et al.* **Rede Urbana Amazônica**. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. Belém: UFPA; NAEA, 1977.

FERRI, Patrícia. **Achados ou perdidos a imigração indígena em Boa Vista**. Goiânia: Editora, 1990.

FRANKLIN, L. *et al.* Children with Fetal Alcohol Spectrum Disorders: Problem behaviors and sensory processing. **American Journal of Occupational Therapy**, [S. l.], v. 62, n. 3, p. 265-273, 2008.

FREITAS, Aimberê. **A história política e administrativa de Roraima de 1943 a 1985**. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993a.

_____. **Ocupação humana em Roraima**. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, n. 9, n. 2, p. 177-197. 1993b.

_____. **Geografia e história de Roraima**. 4. ed. Manaus: Grafima, 1996.

_____. **Fronteira Brasil/Venezuela: encontros e desencontros**. São Paulo: Corprint Gráfica e Editora, 1998.

FUNAI. **Resumo Funcional das Terras Indígenas no Estado de Roraima**. Boa Vista, 2005.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **A importância dos primeiros anos de vida: o papel dos municípios**. Brasília, DF: UNICEF, 2017.

GALDINO, Lucio Keury Almeida. **Sociedade, política, cultura e meio ambiente: subsídios ao planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata, na terra indígena São Marcos - Roraima**. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington, DC: Island Press, 2010.

_____. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEIGER, Pedro Pinchas; DAVIDOVICH, Fani. Aspectos do fato urbano no Brasil **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXIII, n. 2, abr./jun. 1961.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.

GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. Difel, 5. ed.. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora, 1980.

GEURS, K. T.; VAN WEE, B. Accessibility evaluation of land-use and transport strategies: review and research directions. **Journal of Transport Geography**, v. 12, n. 2, p. 127-140, 2004.

GIFFORD, R. **Environmental psychology: Principles and practice**. Colville, WA: Optimal Books, 2014.

GIFFORD, R.; STEG, L.; RESER, J. P. Environmental psychology. *In*: MARTIN, P. *et al.* (ed.). **The IAAP Handbook of Applied Psychology**. New York: Oxford, 2011.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 1982.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Indicadores Econômicos de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima**. Boa Vista: Seplan, 2006.

GUERRA, Antônio Teixeira. Notas sobre a pecuária nos Campos do Rio Branco. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 121, p. 422-434, 1954.

_____. **Aspectos geográficos do território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, jan.-mar. 1956.

_____. **Estudo geográfico do território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957.

_____. **Geografia de população**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

_____. **Diagnóstico ambiental preliminar: área do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 1990.

GUIMARÃES, Pedro Paulo. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: Prolivros, 2004.

HADDAD, P. R. Cidade para todos: O papel das praças públicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 130, p. 27-34, 2015.

HAMEDANI, M. G.; ABRAMS, D. Promoting inclusive urban development through community participation. **Journal of Social Issues**, v. 73, n. 3, 518-532, 2017.

HANDY, S.; NIEMEIER, D. Measuring accessibility: an exploration of issues and alternatives. **Environment and Planning A**, v. 29, n. 7, p. 1175-1194, 1997.

HART, R. **Children's participation: the theory and practice of involving young citizens in community development and environmental care**. Londres: Routledge, 2002.

HEATH, C.; HINDMARSH, J.; LUFF, P. **Video in qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2010.

HELT, M. *et al.* Crianças com autismo podem se recuperar? Em caso afirmativo, como? **Revisão de Neuropsicologia**, v. 18, n. 4, p. 339-366, 2008.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, F. D. **O espaço de exceção**. 2. ed. Brasília, DF: FRBH, 2018.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2000. Publicado originalmente em 1938.

_____. **Homo Ludens: a study of the play-element in culture**. Boston, MA: Beacon Press, 1955.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Diagnóstico Municipal Integrado para o Plano Diretor Estratégico de Boa Vista**. Boa Vista, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse estatística do município de Boa Vista, território do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 1951.

_____. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)**. Rio de Janeiro, 1952. (Série Regional Parte II – Amazonas. Censo Demográfico – População e Habitação. Censo econômico, agrícola, industrial, comércio e dos serviços).

_____. **Serviço Nacional de Recenseamento**. VI Recenseamento geral do Brasil – 1950. Território do Rio Branco. Censos Demográficos e Econômicos. Rio de Janeiro, 1957.

_____. **Censo demográfico de 1960**. Rondônia, Roraima e Amapá. VI Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Censo Demográfico** – Rondônia, Roraima e Amapá. Vi Recenseamento Geral – 1970. Rio de Janeiro, 1973.

_____. **Atlas de Roraima**. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Censo demográfico: dados distritais em Rondônia, Roraima e Amapá**. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Regiões de influências das cidades**. Revisão atualizada do estado da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Censo Demográfico 1991**. Resultado do universo relativo das características da população e dos domicílios. N° 5 Roraima. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Características da população e dos domicílios – Resultado do Universo. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL. **Transtorno do Espectro Autista**. Local: NIH, 2022. Disponível em: <https://www.nimh.nih.gov/health/topics/autism-spectrum-disorders-asd/index.shtml>.

Acesso em: 19 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: configurações atuais e tendências da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília, DF: IPEA, 2001a. V. 1. 396p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Redes urbanas regionais**: Norte, Nordeste e Centro-oeste. Brasília, DF: IPEA, 2001b. V. 4. 263p.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, Pierre *et al.* **A geografia ativa**. Difel, 5. ed. São Paulo: Editora, 1980.

KLARQVIST, B. A space syntax glossary. **NA**, v. 6, p. 11-12, 1993.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KORPELA, K. M.; Ylén, M. Effectiveness of interventions to promote adults' use of public transportation: A systematic review. **European Journal of Public Health**, v. 19, n. 6, p. 618-623, 2009.

KOVÁCS, Z. **O Sketch como ferramenta de pesquisa em estudos urbanos**. Em Discussões Teóricas de Biografia, Abordagens e Metodologias. Cambridge: 2015. p. 141-152.

KRAMER, S. Crianças e espaços urbanos: Por uma cidade amiga da infância. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 7-24, 2004.

LEFAIVRE, L.; TZONIS, A. **Aldo van Eyck**: Humanist Rebel. Princeton: Princeton Architectural Press, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001. Publicado originalmente em 1968.

LEVINE, J.; GRENGS, J.; SHEN, Q.; SHEN, Q. Does accessibility require density or speed? A comparison of fast versus close in getting where you want to go in US metropolitan regions. **Journal of the American Planning Association**, v. 78, n. 2, p. 157-172, 2012.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **As transformações da paisagem do sítio histórico urbano de Boa Vista**: Um olhar a partir da fotografia. 2011. 107 p. Tese (Doutorado)

– Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O índio na mídia impressa em Roraima**. 2001. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LIMA, Mayumi Watanabe de Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

LORD, C. *et al.* Transtorno do Espectro Autista. **Lancet**, Londres, v. 396, n. 10255, p. 145-160, 2020.

LUCKMANN, Donato. **História e geografia do município de Boa Vista**. Boa Vista: FECEC, 1989. (Série Roraima através dos municípios).

LUCAS, K. Transport and social exclusion: Where are we now? **Transport Policy**, v. 20, p. 105-113, 2012.

LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge: MIT Press, 1960.

MACAGGI, Nenê. **Exaltação ao verde (O romance do Baixo-Rio Branco)**. Manaus: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1984.

MACAGGI, Maria (Nenê). **A mulher do garimpo (O romance do extremo sertão norte do Amazonas)**. Manaus: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1976.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

MACHADO, Lia Osório. **Região, cidades e redes**. Geografias alternativas na Amazônia Sul-Americana. *In*: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antonio; GALVÃO, Antonio Carlos (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo: UNESP; ANPUR, 2003. p. 695-707.

MACHADO, Lia O. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 27-55, abr./jun. 1992.

_____. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos do IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 110-137, jan./jul. 1999.

MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima informações históricas**. Rio de Janeiro: 1987.

MAIA, Doralice Satyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: 2005

MARCO, E. J. *et al.* Processamento sensorial no autismo: uma revisão dos achados neurofisiológicos. **Pediatric Research**, v. 69, n. 5, p. 48R-54R, 2011.

MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARQUAND, A. Urban inclusion and the right to the city. **Handbook of research on in-country determinants and implications of foreign land acquisitions**. IGI Global, 2017. p. 1-20.

MARTE, S. S. **La percepción del espacio y la forma conformadora de sensaciones y experiencias**. Distrito Nacional: Pontificia Universidad Católica Madre y Maestría, 2016. 179 p.

MARTINS, Sérgio Manuel Merencio. **A cidade “sem infância” no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993..

MATOS, Ralfo (org.). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MAZZEI, Valdir. **Amazônia sul-americana: um novo espaço de integração**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. *In*: CASTELLO, Iara Regina *et al.* (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997. p. 68-74.

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **Historiando a terra de Macunaíma (a questão indígena)**. Boa Vista: Faculdade Atual; Instituto Gursen de Miranda, 2002.

MONTESSORI, Maria. **O método Montessori: a educação científica aplicada à infância**. São Paulo: Editora Vozes, 2007.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Belém: INPA, 1958.

MORI, Klara Kaiser. **Brasil: urbanização e fronteiras**. 1996. Tese Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MOURÃO, Gersa Maria Neves. **Colonización reciente y asentamientos rurales en el sureste de Roraima, Amazonia Brasileña: entre la política y la naturaleza**. 2003. Tese Doutorado – Universidad de Valladolid, Valladolid, 2003.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO, Andréa Zemp Santana do. **A criança e o arquiteto: quem aprende com quem?** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2014.

NEUTENS, T.; SCHWANEN, T.; WITLOX, F.; MAEYER, P. D. Equity of urban service delivery: a comparison of different accessibility measures. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 7, p. 1613-1635, 2010.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 77, n. 1, abr. 2001.

NUNES, M. F. A cidade e a infância: Novos desafios, velhas questões. *In*: ALVES, R. M. B. (org.). **Cidade e cotidiano: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 153-173.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Desejo e desenho na Amazônia urbana**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**: urbanização das Amazonas. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Trilhas e atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX. *In*: ALVES, Claudia Lima Esteves (org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Curso de Especialização em Relações Fronteiriças da UFRR. Boa Vista: CCSG-UFRR, 1998.

_____. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

_____. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Atlas do Estado de Roraima**: território e população. Boa Vista: EdUFRR, 2006.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003..

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Genebra: ONU, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

_____. **Declaração universal dos direitos da criança**. ONU, 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declarac-o-universal-dos-direitos-da-crian-a>. Acesso em: 21 mar. 2024.

_____. **Convenção sobre os direitos da criança**. Nações Unidas. Genebra: ONU, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convenc-o-sobre-os-direitos-da-crian-a>. Acesso em: 20 ago. 2025.

_____. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Incluir local: Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração universal dos direitos da criança**. ONU, 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declarac-o-universal-dos-direitos-da-crian-a>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ORTH, Dora Maria; CUNHA, Rita Dione Cunha. **Praças e áreas de lazer como ambiente construído influenciando na qualidade de vida urbana**. Salvador: 2000. v. 1. p. 474-475.

OSBORNE, Jônatas; DILLON, Justino. Crianças, natureza e sustentabilidade: uma visão geral. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 14, n. 6, p. 643-657, dez. 2008.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**: a arquitetura e os sentidos. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PEREIRA, Mariana Cunha. Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, 2006.

PEREIRA, R. H. M. *et al.* **O uso da Sintaxe Espacial na análise do desempenho do transporte urbano**: limites e potencialidades. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINHEIRO, J.Q. Psicologia Ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? *In*: YAMAMOTO, O.H.; GOUVEIA, V. V. **Construindo a psicologia brasileira**: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 280-313.

PINHEIRO, J.Q.; ELALI, G.A.; FERNADES, O.S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. *In*: PINHEIRO, J.Q.; GÜNTHER, H. (org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 75-104.

PINHO, Zilene Duarte de Lucena. **A fronteira e o urbano** – a evolução urbana de Boa Vista – Roraima. 2001. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Roraima, Bela Vista, 2001.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K. The development of place-identity in the child. **Human Behavior and Environment: Advances in Theory and Research**, v. 10, p. 263-295, 1987.

PROJETO Inicial de Boa Vista ainda pode ser ampliado, diz professor. Entrevistado: Prof. Francisco Capuano Scarlato. **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 11 ago. 2006.

REBORATTI, Carlos E. Fronteras agrarias en América Latina. **Cuadernos Críticos de Geografía Humana**, Barcelona, mayo 1990.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

Relatório do território do Rio Branco. Boa Vista: 1956.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso *et al.* **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. I Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. p. 35-42. (Coleção PROARQ).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Transformações na Rede Urbana: o exemplo da Amazônia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 63-72, jan./jun. 1997.

_____. **A complexidade da Rede Urbana Amazônica**: três dimensões de análise Volume 1. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RIBEIRO, Wagner Costa. Em busca da qualidade de vida. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. XX-XX.

RICE, Alexander Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira**. Tradução e notas Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

RISSELADA, M.; VAN TOORN, J. (ed.). **Aldo van Eyck**: the playgrounds and the city. Amsterdam: Stedelijk Museum, 1983.

ROCHEFORT, Michel. A organização urbana da Amazônia Média. Tradução de Fany Davidovich. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. ¾, p. 15-29, 1959.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Considerações sobre conceito e definições de cidade e urbano. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: 2005.

RODRIGUES, Francilene dos Santos *et al.* **Relatório Estadual**. Pesquisa tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual realizada no municípios de Boa Vista e Pacaraima – Roraima/ Brasil e Santa Elena do Uairen – Venezuela. Boa Vista: 2002.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Migração Transfronteiriça na Venezuela. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, 2006.

RORAIMA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. **Plano diretor de Boa Vista**. Boa Vista: Prefeitura Municipal de Boa Vista, 1991.

_____. **Programa Família que Acolhe**. Boa Vista: Prefeitura Municipal de Boa Vista, _____ Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/projeto/programa-familia-que-acolhe/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

_____. Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Central do Estado de Roraima (ZEE-RR). **Tomo I: Zoneamento Ecológico-Econômico e Gestão Territorial**. Manaus: CPRM, 2002.

_____. **Forma de gestão e planejamento**. Programa Braços abertos. Boa Vista: Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2006.

_____. Projeto Brincar. Boa Vista: Prefeitura Municipal de Boa Vista. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br/projeto/projeto-brincar/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SABOYA, R. Sintaxe espacial. **Urbanidades**, [S. l.], 3 set. 2007.

SALDANA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. Thousand Oaks: Sage, 2016.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá**: território macuxi, rotas de conflitos. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SANTOS, Antonio Carlos dos; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Análise do Controle Ambiental Realizado no Igarapé Mirandinha, Boa Vista - RR, 1999. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 20, p. 53-61, fev./2007.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Manual de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **De la totalidad al lugar**. Trad. María Laura Silveira. Barcelona: Oikos-tau, 1995.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b. (Coleção Milton Santos, 2).

_____. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos, 3).

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004a. (Coleção Milton Santos, 4).

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos, 6).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 136 p.

SANTOS, Adair. **História da livre iniciativa no desenvolvimento socioeconômico do estado de Roraima**. Boa Vista: Fecomércio - RR, 2004.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder**: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

SCARLATO, Francisco Capuano. Busca do Centro – O reencontro com a cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

SEBRAE. Série Diagnóstico Municipal. **Município de Boa Vista**. Boa Vista: SEBRAE, 2000.

SENNET, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.

SHILTON, C. *et al.* **Efeitos do ruído no desempenho de crianças com e sem espectro autista**. 2019.

SILVA, Carmem Lucia Rosa da Silva. **República Cooperativista da Guiana, fronteiras impostas e a busca de liberdade**: um estudo sobre o imigrante guianense em Boa Vista, Roraima. Boa Vista: UFRR; CCSG; CERF, 2000.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Dinâmica territorial urbana e impactos ambientais nas cidades amazônicas – uma análise a partir de Boa Vista – RR. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: 2005.

SILVA, R. F. P.; PFEIFER, L. I. Inclusão escolar de crianças com autismo: considerações sobre estratégias pedagógicas. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 1-18, 2018.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. A rede urbana de Roraima: primazia e integração. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: 2005.

SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. Boletim do Museu Paraense **Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 43-64, 1988.

SILVEIRA, Maria Laura. Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no Planalto Nordpatagônico argentino. **Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, n. XXIX, n. 58, 1994, p. 267-284, 1994.

_____. **Garimpando a sociedade roraimense**: uma análise da conjuntura sócio-política. Belém, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, UFPA, 1996.

_____. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

_____. Por um Conteúdo da Reflexão Epistemológica da Geografia. *In*: SOUZA, Álvaro José de (org.). **Paisagem, território e região**: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

SILVERMAN, D. **Doing qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2020.

SIPOS, Zé; BATTISTI, Bárbara. A inter-relação da ética e da educação para a sustentabilidade: um relato a partir do campo. **Revista de Educação Ambiental**, v. 39, n. 3, p. 57-68, 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades. Uma revisão do tema. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais [...]**. Manaus: 2005.

SOUZA, Antonio Ferreira de. **Noções de geografia e história de Roraima**. Manaus: Composto e Impresso na Gráfica Palácio Real, 1969.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SOUZA, F. M. D. **A forma urbana do centro de Boa Vista/RR a partir das influências do primeiro plano urbanístico**. Boa Vista: [s.n.], 2015.

SOUZA, João Mendonça de. **A Manaus Boa Vista**: roteiro histórico. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977.

SOUZA, M. J. N. DE; COMPANS, R. Espaços urbanos seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 9, 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento *In*: CASTRO, Iná Elias de (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TÂNGARI, V. R. Urbanismo Sustentável: O desafio dos espaços livres nas metrópoles brasileiras. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE URBANISMO, 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: 2016.

TÂNGARI, V. *et al.* O papel dos espaços livres na promoção da qualidade de vida urbana. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 34, n. 2, 2018.

TÂNGARI, V. R. Os sistemas de espaços livres como instrumento de leitura da morfologia urbana e suas implicações sócio ambientais no Município do Rio de Janeiro. **Revista de Morfologia Urbana**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.47235/rmu.v10i1.246. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/246>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TÂNGARI, V. R. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 26, p. 225-247, 2009. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i26p225-247. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77358>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. **Série Monográfica – 1**. Município de Boa Vista. Boa Vista, 1987.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

THIBAUD, Jean-Paul. La méthode des parcours commentés. *In*: GROSJEAN, M.; THIBAUD, Jean-Paul (org.). **L'espace urbain en méthodes**. Marseille: Ed. Parenthèses, 2001.

URBAN95: Por que as cidades são ótimos lugares para crescer. [S. l.]: Fundação Bernard van Leer, 2019. Disponível em: <https://bernardvanleer.org/publications-reports/urban95-why-cities-are-great-places-to-grow-up/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

VALE JÚNIOR, J. F.; SOUSA, M. I. L.; NASCIMENTO, P. P. R. R. **Solos e ambientes em Roraima**. Manaus: CPRM, 2014.

VALE, Ana Lia Faria. Imigração de nordestinos para Roraima. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, 2006.

VALE, Ana Lia F. **Organização urbana**. 3. Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Paisagem, homem e natureza no vale do Rio Branco, Estado de Roraima**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. Trabalho apresentado no encontro internacional “O Novo Mapa do Mundo”.

_____. Trilhas e Atalhos: as cidades amazônicas no final do século XX. *In*: ALVES, Claudia Lima Esteves (org.). **Formação do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Curso de Especialização em Relações Fronteiriças da UFRR. Boa Vista, 1998.

_____. População e urbanização brasileira. *In*: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **O “Ceará” em Roraima**: migração de cearenses: 1980 a 1990. Jaboticabal: FUNEP, 2005.

VAN EYCK, A. **The child, the city, and the artist**: statements and projects. 1963.

VAN LINGEN, A.; KOLLAROVA, D. (ed.). **Aldo van Eyck**: seventeen playgrounds. Amsterdam: Roma Publications, 2008.

VASCONCELLOS, E. A. **Urban transport, environment, and equity**: the case for developing countries. Londres: Earthscan, 2001.

VERAS, A. T. R. O plano urbanístico da cidade de Boa Vista, RR, aplicado à disciplina de geografia no ensino médio. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, Barra do Garças, v. 4, n. 2, p. 26-50, 2014.

VERAS, A.T.R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VERCELLONI, M. **Desenho urbano e pesquisa-ação participativa**: como redesenhar a paisagem urbana de pequenas cidades na Itália. 2018.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

VIERA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 – 1980. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Niterói: Eduff, 2017.

WINNICOTT, D. W. **Playing and reality**. London: Tavistock Publications, 1971.

WRIGHT, Frank Lloyd. “Integrity”, in *The Natural House*, 1954. *In*: WRIGHT, Frank Lloyd. **Writings and buildings**. Selected by Edgar Kaufman and Ben Raeburn. Nova York: Horizon Press, 1960. p. 292-293.

XU, G. *et al.* Prevalência e padrões de tratamento do transtorno do espectro autista nos Estados Unidos, 2016. **JAMA Pediatrics**, v. 175, n. 2, p. 196-206, 2021.

XU, W.; YAO, J.; LIU, W. Intervention effect of sensory integration training on the behaviors and quality of life of children with autism. **Psychiatria Danubina**, v. 31, n. 3, p. 340-346, 2019. Disponível em: https://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=341914. Acesso em: 28 ago. 2023.

YIN, R. K. **Case study research and applications: design and methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2018.

Apêndice I – Checklist de Monitoramento e Avaliação – Parque Acolhedor e Acessibilidade Sensorial (ASTEIA)

1. Definição de Objetivos e Metas

- ☐ Os objetivos operacionais foram definidos para cada diretriz estabelecida?
- ☐ As metas são mensuráveis e vinculadas aos princípios de:
 - ☐ Acessibilidade (inclusive sensorial)
 - ☐ Segurança
 - ☐ Verde e Livre
 - ☐ Inclusão
 - ☐ Ludicidade
- ☐ As necessidades da infância autista foram contempladas nas metas?

2. Seleção e Desenvolvimento de Indicadores

- ☐ O conjunto de indicadores foi definido por campo de atuação? (Parques, Praças e Espaços Abertos; Ruas; Bairro; Equipamentos e Serviços Urbanos)
- ☐ Os indicadores foram vinculados aos objetivos BAPI (Acessível, Seguro, Verde e Livre, Inclusivo, Lúdico)?
- ☐ Indicadores tradicionais (p. ex.: percentual de área verde per capita, largura de calçadas, nível de ruído) foram incluídos?
- ☐ Indicadores específicos de Acessibilidade Sensorial foram desenvolvidos?
- ☐ Existe plano para atualização contínua dos indicadores?

3. Metodologia de Coleta de Dados

- ☐ Foi prevista coleta de dados antes e depois das intervenções?
 - ☐ As metodologias qualitativas e quantitativas (Mapas Comportamentais, Caminhografia, Croquis Etnográficos, Entrevistas) estão planejadas?
 - ☐ As percepções e necessidades sensoriais das crianças com TEA e cuidadores estão contempladas na coleta?
 - ☐ Há integração com plataformas de dados existentes (p. ex.: Primeira Infância Primeiro)?
 - ☐ Os dados locais e de grupos vulneráveis serão garantidos e diferenciados?

4. Análise e Interpretação dos Resultados

- ☐ A comparação entre situações “antes e depois” está prevista?
 - ☐ A análise busca ir além da descrição, correlacionando configuração espacial, comportamento e relações sociais?

☐ O impacto nas crianças (Bebês, Crianças mais novas e Cuidadores – BCCs) será avaliado?

☐ A análise inclui cruzamento com variáveis como renda familiar, raça, gênero e escolaridade?

☐ As prioridades e demandas das populações vulneráveis estão sendo consideradas?

5. Relatórios e Comunicação

☐ Existem relatórios de progresso e autoavaliação programados?

☐ Os resultados do monitoramento serão comunicados de forma transparente às partes interessadas?

☐ Ferramentas visuais (p. ex.: Painel BCC – Dashboard) serão utilizadas para comunicação pública?

☐ A comunidade e os gestores públicos estão contemplados como público-alvo da comunicação?

6. Avaliação e Aprimoramento Contínuo

☐ O sistema de monitoramento prevê revisões periódicas dos indicadores e métodos?

☐ Existe um ciclo contínuo de aprendizado e aprimoramento?

☐ As avaliações alimentam diretamente a revisão das diretrizes e intervenções urbanas?

☐ Existe planejamento para garantir a sustentabilidade e atualização contínua do sistema de monitoramento?